

MARIA CECÍLIA MARINS DE OLIVEIRA

O ENSINO PRIMÁRIO NA PROVÍNCIA DO PARANÁ,
1853-1889

Dissertação de Mestrado apresentada para obtenção do Grau de Mestre em História na Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA

1982

Para
Laerte
Mônica
Déborah
Laerte Fº
Guiomar
pela compreensão e apoio
constantes.

EM ESPECIAL

À mestra Profª Cecília Maria Westphalen,
pela orientação segura na realização des-
te trabalho e pelos seus ensinamentos que
muito contribuíram para minha formação
científica, o meu muito obrigada.

À Profª Odah Regina Guimarães Costa, ami-
ga dedicada e conselheira de todas as ho-
ras, a minha gratidão.

À Profª Altiva Pilatti Balhana, Coordenadora dos Cursos de Pós-Graduação em História do Brasil, da Universidade Federal do Paraná, pelo apoio e incentivo recebidos na realização deste trabalho;

Aos Professores do Curso de Mestrado que possibilitaram com seus ensinamentos a realização deste trabalho;

Aos Professores Jaime Antonio Cardoso e Jair Mequelusse pelas sugestões e orientações;

À Profª Maria Ignês Marins, do Departamento de Letras da Universidade Católica do Paraná, por sua valiosa colaboração;

À Profª Marina Mäder Sunyé de Guinart, do Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, que sugeriu a realização do Curso de Mestrado em História do Brasil;

À Universidade Federal do Paraná pela oportunidade da realização do curso e pelo apoio recebido;

A todos que direta ou indiretamente contribuíram na realização deste trabalho,

MEUS AGRADECIMENTOS

Trabalho realizado no Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná e com o auxílio da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, e da Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

SUMÁRIO

	Página
Resumo	viii
Lista de Quadros	ix
Lista de Organogramas	x
Lista de Tabelas	xi
Lista de Gráficos	xii
Lista de Abreviaturas	xiv
Introdução	1
1 Metodologia	7
1.1 Referencial teórico	8
1.2 Métodos, técnicas e procedimentos operacionais	12
1.3 Mensuração de dados	15
2 Fontes de pesquisa	17
2.1 Fontes primárias	19
2.2 Fontes secundárias	22
2.3 Crítica das fontes	22
2.4 Revisão da literatura	23
3 Contexto educacional do Império e da Província do Paranã, 1854-1889	31
3.1 A estrutura social e educacional paranaense no século XIX	32

3.2	Os planos de ensino e a legislação escolar na primeira metade do século XIX no Brasil Imperial	37
3.3	Inserção da 5ª Comarca na estrutura educacional do Império	44
3.4	As reformas de ensino no Município da Corte e seus reflexos na organização do ensino no Paraná Provincial	56
4	A estrutura do ensino primário na Província do Paraná , 1854-1889	77
4.1	A legislação do ensino nas escolas primárias .	78
4.2	Os currículos das escolas primárias	110
4.3	O currículo da Escola Normal	129
4.4	Os métodos de ensino nas escolas primárias ...	137
4.5	O método de ensino na Escola Normal	143
4.6	A inspeção do ensino primário	145
4.7	O financiamento da instrução na Província do Paraná	166
5	Dinâmica do ensino primário na Província do Paraná, 1854-1889	191
5.1	Evolução da rede escolar do ensino primário ..	192
5.2	Escolas de imigrantes	226
5.3	Taxas de escolarização do setor do ensino primário	239
5.4	Evolução do quadro do magistério do ensino primário	277
	Conclusões	301
	Referências bibliográficas	307
	Glossário	328
	Anexos	331

RESUMO

O presente trabalho analisa a instrução primária no Paraná Provincial quanto à sua organização, evolução e expansão, sendo consideradas, especificamente, as variáveis escola, professor e aluno.

No tocante à escola, verificou-se, no período, a expansão da rede escolar, estudando-se as escolas públicas e particulares, voltadas para o atendimento da população escolar de ambos os sexos.

Quanto ao professor, procurou-se dar uma visão de sua situação funcional e dos problemas inerentes ao exercício do magistério.

Com referência aos alunos, determinou-se a população escolarizada em relação àquela não escolarizada e à geral da Província.

Na interação escola/professor/aluno foram considerados os currículos e métodos de ensino-aprendizagem. Foram levados ainda em consideração aspectos político-administrativos, sócio-econômicos e culturais da conjuntura, sobretudo a entrada de elementos estrangeiros que influenciaram na expansão do ensino primário.

Assim, pretendeu-se dar uma visão da dinâmica do ensino primário no Paraná, acionada principalmente pela ação dos governos provinciais.

LISTA DE QUADROS

Quadro		Página
1	Quadro comparativo dos currículos das escolas primárias da França, da Corte e do Paraná....	114
2	Previsão orçamentária da Instrução Pública...	171
3	Previsão orçamentária dos vencimentos de professores e dos aluguéis de casas escolares...	187
4	Rede escolar do ensino primário na Província do Paraná	194
5	Movimento escolar do ensino primário na Província do Paraná	241
6	Quadro do magistério da Província do Paraná..	279
7	Distribuição dos professores do quadro do magistério público por entrâncias, 1889	290

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma	Página
1 A Inspeção do ensino primário na Província do Paraná, 1855	146
2 A Inspeção do ensino primário na Província do Paraná, 1858	150
3 A Inspeção do ensino primário na Província do Paraná, 1861	153
4 A Inspeção do ensino primário na Província do Paraná, 1882	160

LISTA DE TABELAS

Tabela		Página
1	Escolas primárias de Curitiba e Paranaguá, 1854-1889	213
2	Ensino primário na Província do Paraná, 1854-1889	217
3	Escolas primárias masculinas, femininas e promíscuas na Província do Paraná, 1854-1889	223
4	População escolarizada de Curitiba e Paranaguá, 1854-1889	259
5	População geral, escolarizável e escolarizada, da Província do Paraná, 1854-1889	262
6	População escolarizada masculina e feminina de escolas públicas e particulares na Província do Paraná, 1854-1889	268
7	Alunos de escolas masculinas, femininas e promíscuas na Província do Paraná, 1854-1882	273
8	Professores das escolas primárias da Província do Paraná, 1854-1889	292
9	Quadro do magistério, segundo o sexo, na Província do Paraná, 1854-1889	295
10	Escolas primárias criadas e número de professores na Província do Paraná, 1854-1889	297

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico		Página
1	Previsão orçamentária dos vencimentos de professores e dos aluguéis de casas escolares ..	188
2	Escolas primárias de Curitiba e Paranaguá, - 1854-1889	214
3	Evolução da rede escolar e do quadro do magistério do ensino primário na Província do Paraná, 1854-1889	218
4	Escolas primárias públicas e particulares em relação ao total de escolas criadas e vagas na Província do Paraná, 1854-1889	220
5	Escolas primárias masculinas, femininas e promíscuas na Província do Paraná, 1854-1889 ...	224
6	População escolarizada de Curitiba e Paranaguá, 1854-1882	260
7	População geral, escolarizável e escolarizada da Província do Paraná, 1854-1889	263
8	População escolarizada em relação à população geral da Província do Paraná, 1854-1889	265
9	População escolarizada em relação à população escolarizável da Província do Paraná, 1854-1889	266

10	População escolarizada masculina e feminina de escolas públicas e particulares da Província do Paraná, 1854-1889	270
11	População escolarizada de escolas públicas e particulares da Província do Paraná, 1854-1889.	272
12	População escolarizada de escolas masculinas, femininas e promíscuas na Província do Paraná, 1854-1889	274
13	Professores de escolas masculinas, femininas e promíscuas na Província do Paraná, 1854-1889 ..	293
14	Quadro do magistério, segundo o sexo, na Província do Paraná, 1854-1889	296
15	Escolas primárias criadas e quadro do magistério da Província do Paraná, 1854-1889	298

ABREVIATURAS

DAMI	-	Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem
B.P.P.	-	Biblioteca Pública do Paraná
UFP	-	Universidade Federal do Paraná
UNESCO	-	Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura
USP	-	Universidade de São Paulo
INEP	-	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
MEC	-	Ministério da Educação e Cultura
Esc.	-	Escolas
Pb.	-	Públicas
Pt.	-	Particulares
Masc. / M	-	Masculina
Fem, / F	-	Feminina
Prom. / P	-	Promíscua
Not. / N	-	Noturna
C.	-	Cadeia
Reg.	-	Regimentar
Mun.	-	Municipais
H.	-	Homens
M.	-	Mulheres

INTRODUÇÃO

As motivações para ampliar-se os conhecimentos sobre a educação no presente e no passado são múltiplas. Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, onde as políticas econômico-sociais e os programas de desenvolvimento regional e nacional passaram a exigir estudos mais extensos e profundos dos grupos sociais, mais ressalta a necessidade do estudo da sua afirmação básica por meio da educação.

São imprescindíveis as análises sobre o desenvolvimento do processo educacional e sobre o conhecimento das tendências da população que participa desse processo, bem como dos seus fatores condicionantes.

Esses aspectos são considerados na execução desta pesquisa - "O ensino primário na Província do Paraná, 1853-1889"- procurando-se evidenciar a realidade educacional e realizar a sua análise. Assim, o período estudado abrange o Paraná Provincial.

Embora já existam alguns trabalhos a respeito da educação no Paraná, carecem os mesmos de abordagem conjuntural e estrutural, bem como de tratamento estatístico.

Há, outrossim, fontes originais inexploradas, como a correspondência diversa de autoridades provinciais, que se encontra no Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, Relatórios de Presidentes da Província e outros, na Biblioteca Pública do Paraná, Biblioteca do Museu Paranaense e em outras entidades públicas e particulares

O período estudado abrange o Paraná Provincial, considerando o período estudado, no setor educacional, o Paraná, elevado à Província em 1853, adquire, como as demais Províncias, autonomia no ensino em face do Ato Adicional de 1834,

que:

... passa às Assembleias Provinciais o direito de legislar sobre a instrução primária e secundária, ficando a cargo do governo central o ensino superior no Brasil e o primário e o secundário do Município Neutro.

Essa situação vai exigir novas estruturas educacionais articuladas com a política educacional imperial, atendendo-se, porém, às características locais.

Procurou-se dar uma visão geral do período aqui abordado, que tem como elemento básico a escola primária, como embasamento a legislação do ensino e pontos referenciais como o professor, o aluno e a organização do ensino primário no que se refere aos currículos e métodos adotados.

Desta forma, a análise do ensino primário, público e particular, bem como a avaliação geral das transformações que se deram na conjuntura paranaense na segunda metade do século XIX, caracterizadas pela desagregação da sociedade tradicional campeira, introdução de novos contingentes populacionais representados pelos imigrantes europeus, substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre² são preocupações básicas desta pesquisa.

A educação, conceituada como fenômeno sociológico de caráter universal e apresentando aspectos de longa duração, constitui processo que se estrutura em todas as sociedades. Dessa maneira, o presente trabalho está relacionado com os valores sócio-culturais preconizados na época.

A educação, segundo a forma em que está inserida no contexto social e político, permite verificar as ingerências que sofre desses setores, pois,

¹ CHAIA, Josephina. Financiamento escolar no segundo império. Marília, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1965. p.30

² BALHANA, Altiva Pilatti. História demográfica do Paraná. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História, Curitiba (10):29, 1970

*É em face e à luz do sistema social geral em que se enquadra e de que faz parte que se deve colocar e se poderá compreender o sistema social pedagógico.*³

A estruturação do ensino na Província do Paraná sofreu influência das regulamentações do ensino no Município da Corte, baseadas em planos franceses de ensino.

Além desses fatores, externos, há de se considerar os internos que caracterizaram a conjuntura paranaense provincial e que vão determinar o surgimento das leis do ensino na Província.

Pouco se conhece a respeito da educação paranaense no período provincial, fato que motiva a escolha deste tema.

De acordo com as diretrizes do Departamento de História, cujos estudos visam a reconstituir a sociedade e a economia paranaenses⁴, dirige-se esta pesquisa para o plano social, a partir do estudo do ensino primário.

Assim, leva-se em consideração alguns aspectos da sociedade paranaense, composta por descendentes de europeus, africanos e indígenas⁵, marcada pela escravidão, cuja participação econômica e social no efetivo populacional foi significativa.⁶ Outrossim, pesquisou-se a entrada de novos contingentes populacionais, representados por imigrantes europeus, e a extinção da escravatura, acrescida de outras transformações da sociedade brasileira, em face da alteração que provocaram

³ AZEVEDO, Fernando. A Educação e seus problemas. 4.ed. São Paulo, Melhoramentos, 1958. t. 1, p. 97.

⁴ BALHANA, Altiva Pilatti & WESTPHALEN, Cecília Maria. Levantamento e arrolamento de arquivos. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História, Curitiba (10): 4-5. 1970

⁵ MACHADO, Brasil Pinheiro. Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. Curitiba, s. ed., 1951. p.1 // Separata do Boletim. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, Curitiba: 1, jul., 1951

⁶ BALHANA, Altiva Pilatti. População do Paraná tradicional. In: ELKATIB, Faissal. org. História do Paraná. 2. ed. Curitiba, Grafipar, 1969. p. 127.

na estrutura sócio-econômica do Paraná⁷, com reflexos na área educacional.

Sabe-se que, historicamente, o período provincial é bastante significativo porque demonstra a tentativa do Paraná em organizar o ensino, conforme se verifica pelos encaminhamentos dados aos problemas educacionais, pela legislação da época e pelo atendimento aos elementos fundamentais do processo de ensino - escola, professor e aluno - aspectos esses detectáveis nos Relatórios de Presidentes, Vice-Presidentes e Inspetores de Ensino, na Coletânea de Leis Provinciais e na correspondência oficial.

A própria conjuntura mostra os rumos seguidos quanto à organização e ao desenvolvimento do ensino, evidenciando sua dependência a modelos pré-estabelecidos e a soluções alheias ao processo de ensino da Província, com a *evolução do ensino elementar no Paraná, como de resto, todo o sistema de ensino, processando-se lentamente*⁸ e sofrendo alterações com as reformas promulgadas pela Corte, que atuam ao longo da conjuntura provincial, num sentido muito mais de dependência que de independência na esfera educacional.

A ênfase dada à legislação do ensino primário justifica-se, porque nela estão cristalizados objetivos e diretrizes da organização e dinamização do ensino. No entanto, cumpre ressaltar que a escola, o aluno e o professor constituem as variáveis fundamentais à pesquisa. Assim é que, no estudo do ensino primário, procurou-se realizar análise crítica dos dados qualitativos e quantitativos referentes a tais elementos, dando-lhes tratamento estatístico consoante as técnicas da Semiologia Gráfica. Ressalva-se a atualização ortográfica nas transcrições de documentações e de obras consultadas na ela-

⁷ BALHANA. História demográfica ... Boletim da Universidade ... 1970. Op. cit. p. 28-9.

⁸ PILOTTO, Erasmo. A educação no Paraná, síntese sobre o ensino elementar e médio. Campanha de Inquéritos e Levantamentos do ensino médio e elementar. [s.l. MEC/INEP, 1954. p. 54.

boração desta pesquisa.

Esta dissertação visou a estudar a situação geral do ensino primário na conjuntura provincial sem, entretanto, descurar-se dos aspectos conjunturais interligados à política educacional.

A condição do Paraná, tornando-se Província em 1853, leva a pensar nos condicionamentos que teriam permanecido referentemente a modelos e experiências desenvolvidos em São Paulo, na Corte, em outras Províncias e, porque não dizer, àquelas que eram aplicadas em outros países, como se tudo pudesse resolver dificuldades locais.

Mesmo assim, a temática é de grande complexidade, haja visto as reformas de ensino no período em estudo e a grande defasagem entre os modelos propostos, a legislação e a realidade existente.

Os aspectos ressaltados permitiram levantar as seguintes questões:

1. Quais fatores ou aspectos influenciaram o processo de organização e evolução do ensino primário, particularmente a escola, o professor e o aluno, no Paraná Provincial?

2. Como o governo provincial do Paraná estruturou e dinamizou a política educacional no setor da instrução primária, pública e particular, atendendo às diretrizes gerais da Constituição e da legislação em vigor, em face das reformas do ensino?

3. Em que medida o crescimento da demanda escolar contribuiu para a expansão do ensino no Paraná Provincial?

4. Até que ponto a incorporação de elementos estrangeiros influiu na dinâmica do ensino primário no Paraná Provincial, principalmente no tocante à expansão da rede e ao aumento da população escolar?

5. Em que medida a organização do ensino primário sofreu reestruturação, em face das transformações sociais e econômicas ocorridas no Paraná Provincial?

Com base nessa problemática, foram formuladas as seguintes hipóteses:

1. A influência de ideologias e de modelos estrangeiros no sistema educacional e a conjuntura política, econômica e social são elementos que concorreram para a organização, evolução e expansão do ensino primário no Paraná Provincial, permitindo, assim, reconstituir o quadro do sistema educacional paranaense nesse período.

2. No Paraná, na conjuntura em estudo, teria permanecido a defasagem entre as regulamentações do ensino e a instituição escolar, confirmando-se a inadaptação de soluções alheias ao processo local de educação. O fato do Paraná ter-se constituído em Província somente em 1853, teria influído e contribuído para dificultar a dinamização do ensino, distanciando-o em relação à Corte e, mesmo, às outras Províncias do Império.

3. Tradicionalmente, o poder político e econômico no Paraná, esteve representado pela sociedade campeira. Fatores diversos, no entanto, contribuíram para transformações conjunturais, principalmente o desenvolvimento do comércio, devido à exportação de erva-mate, propiciando o surgimento de novos segmentos sociais urbanos e criando condições, nas cidades, para um maior progresso do ensino.

4. As condições econômico-financeiras da Província do Paraná, entretanto, eram insuficientes para a formação e o exercício do magistério primário, e influíam no contingente de alunos de escolas públicas e particulares, não havendo possibilidade para a efetivação das políticas educacionais tais como eram preconizadas pela legislação do ensino.

5. Teria havido um grande e continuado esforço de parte das autoridades provinciais, na medida dos recursos disponíveis, para a implantação da instrução primária no Paraná?

1. METODOLOGIA

1. METODOLOGIA

1.1 REFERENCIAL TEÓRICO

A aplicação de alguns conceitos resulta de preocupações de ordem científica e metodológica, sendo explicitados apenas os que dizem respeito à cultura, educação, organização e política educacional, escola, aluno e professor.

1. Considerando a cultura como elemento estruturador de todas as sociedades, podem ser ressaltados, segundo Otaíza Oliveira ROMANELLI, dois aspectos: a cultura como processo, enquanto ação geradora de bens culturais; a cultura como produto, aquilo que se relaciona com os resultados desse processo e que constitui o produto da ação geradora em si, denominando-se bens culturais. Esses dois aspectos evidenciam a interligação entre o homem e o meio, estabelecendo a ação transformadora do meio em produto cultural e do homem em relação à sua condição humana.¹

Os bens culturais conquistados exigem preservação, seja entre os elementos de uma mesma geração, seja de uma geração a outra, por intermédio da comunicação interpessoal que se concretiza fora ou dentro do sistema escolar.

2. As influências exercidas pelo conjunto de instituições sociais e forças de um sistema social sobre o indivíduo fazem da educação consciente, intencional e sistemática,

¹ROMANELLI, Otaíza Oliveira. História da educação no Brasil, 1930-1973. Petrópolis, Vozes, 1978. p. 20.

... o centro coordenador e focalizador de todos os esforços educativos e o mais perfeito e poderoso aparelho social de transmissão dos tipos de cultura e de civilização.²

A educação constitui fenômeno social e, como tal, reversível na medida em que reflete a sociedade na qual está inserida e reage sobre a mesma. Consiste,

... na sua essência, num fenômeno de "transmissão" da herança social, que comporta, no seu desdobramento, investigações sobre a função e o processo social da transmissão em si mesma, sobre o "conteúdo" de cultura que se transmite e sobre os agentes, os meios e as instituições de que a sociedade se serve para realizar a transmissão³ de gerações a gerações de um tipo de civilização.

Na conjuntura em estudo, a concepção de educação diz respeito à

criação, que se em alguém, ou se lhe dá; (...) o ensino de coisas, que aperfeiçoam o entendimento, ou servem de dirigir a vontade, e também do respeito ao decoro.⁴

A educação visava, além do ensino de coisas, a formação de caráter individual, voltada para *dirigir a vontade* e o *respeito ao decoro*, de onde se subtrai o sentido intelectual e moral do ensino. Como *ensino*, o termo identifica-se com *instruir*, este tomado no sentido de

... ensinar, dar ensino: instruir alguém nos preceitos da Retórica, da Filosofia; em alguma Língua, na arte de Reinar; no que deve obrar⁵,

² AZEVEDO. A educação e seus ... Op.cit. p. 96.

³ Ibid., p. 96.

⁴ SILVA, Antonio Moraes. Diccionario da lingua portugueza. Lisboa, Lacerdina, 1813. v.1., p. 494 Cópia facsimilar da 2.ed. de 1813.

⁵ Ibid. p. 707

donde o sentido de sinonímia dado, neste trabalho, aos termos instrução e ensino.

No Brasil Imperial, o plano de educação se expressa no Decreto de 9 de dezembro de 1835, da seguinte forma:

12 - Satisfeitas as necessidades da administração que ficam indicadas, releva promover a instrução e a moral, sem as quais não há civilização e muito menos liberdade. Um plano de educação uniforme em todas as Províncias, que a torne nacional, que dê caráter e particular fisionomia ao povo brasileiro, é objeto de suma necessidade. Os princípios que servem para o desenvolvimento da razão humana, e as principais regras dos direitos e obrigações do homem, devem formar a base da instrução geral.⁶

São ressaltados, aí, a instrução e a moral como fatores primordiais da educação, assumindo a escola o papel de transmissor por intermédio do professor.

3. Segundo Everardo BACKHEUSER, a escola tradicional, na conjuntura em estudo, era predominantemente instrutiva.

Na pedagogia antiga queria se fazer, e fazia-se, da escola um recinto quase só instrutivo, confiando ao lar a função educativa (...)

Durante o predomínio da escola antiga a organização social permitia que lar e escola vivessem isoladamente, cada qual com sua função: a escola ensinando, o lar educando.⁷

A escola, teoricamente, é tomada como veículo para a realização dos programas e planos da política da educação; o professor é o executor desses projetos, e os alunos são os participantes da política educacional traçada. No entanto, a escola tradicional era vista como o preparo da criança para

⁶BRASIL, Leis, Decretos, etc. Coleção de leis e decretos do imperio do Brasil de 1835. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1864. p. 134.

⁷BACKHEUSER, Everardo. Técnica de pedagogia moderna, - teoria e pratica da Escola Nova. 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1936. p. 31, 33.

o estado adulto. Desenvolvia-se o hábito de memorizar, pela repetição mecânica de textos e regras.

4. A organização escolar, tal como se tem hoje, é criação do século XIX, visando a instrução popular, porém despida de um ideal profundo, de direção social, servindo às necessidades de concorrência e não as do conjunto social.

A passagem da função educacional para o Estado exigiu regulamentação fundamentada no sistema legislativo, de onde surge a relação entre organização educacional e legislação, a qual é o sustentáculo da organização, bem como da política da educação, esta considerada

*... um conjunto de preceitos obrigatórios por força dos quais se estabelece uma base jurídica, de Direito, para levar a cabo as tarefas da educação.*⁸

5. Empregando uma metodologia formal, o professor assumia papel distante, autoritário e moralizador, conferido pela política educacional preconizada. Retratava ele a metodologia adotada, insistindo na

*... preleção formal, no saber livresco, na memorização de textos. Valoriza a abstração e o verbalismo, o saber falar sobre os dados da cultura, mais do que a utilização prática desse saber em situação reais de vida.*⁹

Era também o centro das atenções, falando, expondo, passando trabalhos e exercícios, dando e pedindo conhecimentos.¹⁰

6. O aluno, como ouvinte atento às palavras do professor, em atitude passiva,

⁸ LARROYO, Francisco. História geral da pedagogia. 10.ed. São Paulo, Mestre Jou, 1974. t. 1, p. 15.

⁹ MATTOS, Luís Alves de. Sumário de didática geral. 2. ed. Rio de Janeiro, Aurora, 1959. p. 35.

¹⁰ Baseado em BACKHEUSER. Técnica da ... Op.cit. p.223.

*... era o recipiente do saber deitado pelo mestre; cumpria-lhe ouvir, decorar e obedecer servilmente.*¹¹

Dele não se exigia outra atividade que não a

*... passividade mental, exata reprodução dos textos memorizados, silêncio e imobilidade, trabalho exclusivamente individual.*¹²

A atividade do professor e a passividade do aluno caracterizam o ensino expositivo e explicativo do período em questão.

No Paraná Provincial, o empenho de alguns Presidentes e Inspectores de Ensino quanto à modernização dos métodos escolares esbarrou, entre outros problemas, com a deficiência da formação do professorado.

Assim, permaneciam nas escolas primárias, os métodos e técnicas tradicionais e a preocupação em ensinar a ler, escrever, contar e em dar noções da doutrina cristã.

A metodologia moderna, preconizada por pedagogos europeus e americanos no século XIX, só tardiamente tem reflexos na conjuntura paranaense.

1.2 MÉTODOS, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

Esta pesquisa desenvolveu-se a partir do levantamento de fontes de arquivo, manuscritas e impressas. Foram observadas as etapas do método científico, que constitui a estratégia geral do presente trabalho, incluindo desde a formulação da hi-

¹¹ MATTOS. Sumário de ... Op.cit. p. 30.

¹² Ibid. p. 35.

pótese, a coleta de dados até a verificação da hipótese.¹ Outrossim, o método histórico é o instrumento operacional básico com aplicação das técnicas da heurística, da crítica e da hermenêutica.²

O método comparativo foi utilizado para estabelecer correlações entre as reformas de ensino na Corte e sua regulamentação no Paraná, além de outros aspectos relacionados ao sistema escolar. Além disso, a metodologia empregada em estudos recentes desenvolvidos na França a respeito da educação nos séculos XVI, XVII e XVIII³, foi adaptada à análise de aspectos da realidade paranaense, servindo como base referencial à abordagem de assuntos que se lhes referem.

Quanto às fontes, cumpre informar que o Departamento de Arquivo Público de São Paulo possui aquelas indispensáveis ao Paraná, até 1853, quando se tornou autônomo, constituindo-se em Província. Dessa data em diante, existe documentação, no Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem do Paraná, para estudo da instrução primária, representada por Relatórios de Presidentes, Vice-Presidentes e Inspectores de Ensino, pelas leis provinciais, correspondência oficial e outros documentos. Essa documentação fornece elementos para o estudo da organização escolar, do quadro do magistério e da população escolar em seus crescimento e mobilidade.

Em face das hipóteses de trabalho, a pesquisa procurou, primordialmente, estabelecer a organização da expansão da rede escolar, pública e particular, da população escolar e do quadro do magistério no período provincial.

¹ BALHANA et WESTPHALEN. Levantamento e arrolamento ... Boletim da Universidade ... 1970. Op.cit. p. 4-5.

² WESTPHALEN, Cecília Maria. Navios e mercadorias no porto de Paramaguá. Boletim da Universidade Federal do Paraná, - Departamento de História, Curitiba (10):23, 1970.

³ FRIJHOFF, Willem & JULIA, Dominique. École et société dans la France d'ancien régime. Paris, Armand Colin, 1975. p. 121 e CHARTIER, Roger; JULIA, Dominique; COMPÈRE, Marie - Madeleine. L'éducation en France du XVI^e ao XVIII^e siècle. Paris, Société d'Édition d'Enseignement supérieurs, 1976. p. 299.

No exame dos documentos citados, empregaram-se:

- técnicas qualitativas, a fim de se obter dados e informações para avaliações qualitativas;

- técnicas quantitativas, no sentido de se apreender quantitativamente tais informações e dados. A organização de quadros, tabelas e gráficos permite melhor visualização dos aspectos quantitativos e do desempenho do sistema de ensino no Paraná Provincial.

No desenvolvimento deste trabalho foram observadas estas etapas:

a. Coleta de dados e organização de fichas aplicando-se as técnicas da heurística, da crítica, da hermenêutica, bem como da bibliografia.

b. Contagem dos dados, classificação, graduação, organização por séries e processamento, com a utilização de técnicas quantitativas.

c. Aplicações da Semiologia Gráfica.

d. Interpretação dos dados.

e. Redação da dissertação⁴.

⁴ Baseado em WESTPHALEN. Navios e mercadorias no porto ... Boletim da Universidade ... Op.cit. p. 24.

1.3 MENSURAÇÃO DE DADOS

Esta pesquisa, de caráter mais qualitativo que quantitativo, realizou o levantamento de dados que permitiram a elaboração de tabelas relativas à rede escolar, à população escolar e ao quadro do magistério do ensino primário na conjuntura provincial.

Uma das preocupações foi a de detectar a composição e o crescimento da rede escolar, constituída de escolas públicas e particulares, bem como do quadro do magistério do ensino primário.

Quanto à população escolar, foram consideradas a escolarizável e a escolarizada, bem como a população geral da Província.

Os dados foram extraídos dos quadros demonstrativos das escolas primárias, de mapas da população geral, constantes em Relatórios de Presidentes, Vice-Presidentes e Inspectores de Ensino da Província, bem como de ofícios diversos de 1854 a 1889.

Por sua vez, as tabelas elaboradas retratam, quantitativamente, o quadro geral do ensino primário, ensejando elaboração de gráficos segundo as técnicas da Semiologia Gráfica.

O conhecimento da população escolarizada é adquirido, basicamente, por meio do conhecimento da população geral, composta pelo movimento natural e pelas migrações.

A utilização dos dados fornecidos pelos Relatórios possibilitam o conhecimento geral da situação do ensino primário no tocante não só à população escolar como também à situação da rede escolar, de sua expansão e do quadro do magistério, a maioria apresentada nos quadros e mapas demonstrativos das escolas das diversas localidades da Província.

Para estudo mais acurado do movimento da população escolar, necessária se faz a sua análise por escola, município e distrito de inspeção de ensino.

Essa análise possibilita o conhecimento:

- do número de alunos por escola;
- do número de escolas e de professores nelas atuantes;

- das localidades que possuíam escolas;
- do distrito de inspeção pública a que essas localidades estavam jurisdicionadas.

Além disso, ensejam comparações entre os aspectos citados, dando visão da população escolar e desta em relação à população geral.

A constatação da mobilidade escolar, que retrata a migração e, conseqüentemente, a evasão escolar, é detectada pela comparação entre matrícula e frequência, cujos dados são obtidos nos mapas de escolas apresentados nos relatórios.

A localização dos centros educacionais que funcionavam como sedes dos distritos da instrução pública para onde afluía maior número de alunos, explica as razões de determinados deslocamentos de alunos de lugares próximos para centros urbanos com maiores recursos como Curitiba, Paranaguá, Castro e outros.

Assim, pelo estudo e análise das variáveis escolas primárias, alunos e professores, é possível visão concreta da instrução primária no Paraná Provincial.

2. FONTES DE PESQUISA

2. FONTES DE PESQUISA

Fonte é todo e qualquer documento ligado direta ou indiretamente ao objeto em estudo. É todo o material de onde possam emanar conhecimentos para a história.¹

Para a coleta de dados recorreu-se aos seguintes órgãos:

- Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem do Paraná;
- Biblioteca Pública do Estado do Paraná;
- Biblioteca do Museu Paranaense;
- Biblioteca da Casa Romário Martins;
- Biblioteca do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná;
- Biblioteca Central da Universidade Católica de Minas Gerais;
- Círculo de Estudos Bandeirantes;
- Biblioteca Central da Universidade Federal do Paraná;
- Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense;
- Museu da Imagem e do Som.

Neste trabalho, as fontes pesquisadas foram classificadas em primárias e secundárias.

¹ RODRIGUES, José Honório. Teoria da História do Brasil, introdução metodológica. 4.ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978. p. 234.

2.1 FONTES PRIMÁRIAS

Entende-se por fonte primária o documento que trata do assunto em primeira mão.²

2.1.1 IMPRESSAS

a) Relatórios

Para a elaboração deste trabalho foram compulsados Relatórios de Presidentes, Vice-Presidentes e Inspectores de Ensino da Província do Paraná, pertinentes à instrução primária, pública e particular.

A falta de uma coleção completa dos Relatórios, no período em que se efetuou o levantamento das fontes, levou à consulta em diversos órgãos buscando-se a complementação de dados.

O tipo de informação fornecida pelos Relatórios divergem quanto aos aspectos abordados sobre o desenvolvimento do ensino na Província, havendo aqueles que trazem informações minuciosas, incluindo mapas e tabelas de escolas, professores e alunos, além de informações quanto à atuação e alterações no funcionamento da Inspeção, enquanto outros apenas descrevem superficialmente o estado do ensino.

A análise sobre a situação do ensino apresentada nos Relatórios pelos próprios Presidentes e Inspectores de ensino, permite verificar as alterações ou a incorporação de medidas governamentais, na tentativa de adequá-las à realidade paranaense. Aponta também, os fatores que impediam melhor desenvolvimento do ensino, recaindo, ora na formação do professorado, ora na organização da Inspeção, ou ainda, na situação sócio-econômica da população e nas finanças provinciais.

Foi esta documentação que possibilitou a realização do

² REHFELDT, Gládis Knak. Monografia e tese, guia prático. Porto Alegre, Sulina, 1980. p. 14.

objetivo principal que era de dar uma visão geral da organização e desenvolvimento do ensino primário na Província, aliando as informações dos Relatórios às existentes na correspondência de autoridades provinciais, nas Leis da Província, assim como à bibliografia que trata do ensino no Império e na Província do Paraná.

b) Leis

Os aspectos legislativos do ensino exigiram o levantamento de leis, decretos, regulamentos, deliberações e atos governamentais, compulsados nos volumes de Leis Provinciais de 1854 a 1889 e, ainda, nos volumes de Leis Estaduais de 1890 a 1892, que se efetuou na secção de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Estado do Paraná, no Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem e na Biblioteca do Museu Paranaense.

c) Periódicos

Visando a complementar os dados a respeito do ensino primário na Província do Paraná, efetuou-se levantamento na coleção do periódico "O Dezenove de Dezembro", na secção de Documentação Paranaense da B.P.P. e na Biblioteca do Museu Paranaense, em sua forma impressa. Embora apresentasse falha na seqüência cronológica, pesquisou-se artigos referentes ao ensino, relativos aos anos de 1854 a 1889. Verificou-se, todavia, que algumas informações diziam respeito às transcrições de relatórios governamentais, já localizados em outra fonte.

Cabe referir que esse periódico apresenta, em vários de seus números, anúncios de colégios particulares, aulas e pensionatos, destinados a receber alunos e alunas, bem como pensionistas, residentes em localidades que não dispunham de meios adequados para o prosseguimento ou complementação dos estudos dos jovens. Tais anúncios evidenciam, por um lado, que somente centros urbanos como Curitiba, Paranaguá, Castro e alguns outros ofereciam a possibilidade de prolongamento dos estudos, fossem eles ministrados em colégios particulares ou em aulas particulares, como piano, línguas estrangeiras e outros. Evi-

denciam, por outro lado, o nível cultural da sociedade paranaense que se propunha a oferecer aos filhos das famílias abastadas melhores condições de ensino que aquelas ofertadas pelas escolas públicas.

2.1.2 MANUSCRITOS

a) Ofícios

A consulta à correspondência de autoridades provinciais no Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, possibilitou constatar a existência de documentação relativa ao ensino primário na Província, referente à relação e mapa de alunos, lista de professores, comunicações da Inspeção do ensino e outros, permitindo estabelecer a crítica de controle relativa às informações existentes em Relatórios. Foram consultados os catálogos de 1854 a 1889 e compulsados os documentos de 1854, 1855, 1875, 1876, 1877, 1888 e 1889 porque estes anos assinalam momentos de importância na história da instrução primária da Província.

Como o objetivo desta pesquisa era dar uma visão geral da organização, evolução e expansão do ensino primário na Província, não se efetuou levantamento exaustivo deste material, porquanto, os dados fornecidos pelos Relatórios satisfaziam plenamente este objetivo, visto abordarem a situação do ensino de maneira generalizada. Os dados qualitativos dos ofícios dizem respeito, mais a situações particulares de escolas e professores, cujo estudo não se pretendia realizar, nem tão pouco estabelecer generalizações tendo por base esse tipo de informação. Os dados quantitativos, embora sejam de grande interesse, não favoreceram o arrolamento da população escolarizada de ano a ano, visto a falta de continuidade nas relações trimestrais de uma mesma escola. Daí, haver permanecido esta fonte primária, como recurso de esclarecimento e de controle às informações dos Relatórios e das leis provinciais.

2.2 FONTES SECUNDÁRIAS

Por fontes secundárias entende-se todas as obras que falam acerca de um autor, livro ou época, apoiando-se naquilo deixado pelo autor, livro ou acontecimento da época.³

Como fontes secundárias são consideradas todas as obras que forneceram subsídios para este trabalho, e que se encontram relacionadas na Bibliografia, havendo comentário de algumas na revisão da literatura.

Nessas obras, incluem-se as de caráter metodológico e histórico de cunho geral, e específico a determinados assuntos relativos ao Paraná, que foram consultadas nos diversos órgãos relacionados inicialmente. São consideradas, em particular aquelas de História da Educação, relativas ao Brasil e ao Paraná, ou mesmo obras que, embora não enfoquem essencialmente a Educação, fazem referências ao assunto.

2.3 CRÍTICA DAS FONTES

As fontes básicas para o desenvolvimento deste trabalho são os Relatórios de Presidentes, Vice-Presidentes e Inspectores Gerais da Instrução Pública da Província do Paraná, Coleção de Leis Provinciais e a correspondência oficial do governo da Província.

Essas fontes, contendo documentação oficial referente a um período de aproximadamente 36 anos, apresentam-se em seu estado original de publicação, caracterizando-se pelo estilo literário e ortográfico da época a que se referem.

Quanto à correspondência oficial, apresenta-se manuscrita e impressa, evidenciando claramente ser documentação original ou cópias de originais em face do estilo gráfico e ortográfico do período a que se refere.

As características apontadas permitem constatar a

³ REHFELDT. Monografia e tese,... Op. cit. p. 14.

autenticidade dessas fontes, que passam perfeitamente pelo crivo das críticas da restauração, da autoria e da procedência, correspondendo àquilo que é exigido pela crítica externa. Trata-se de obras originais, publicadas a partir de manuscritos autenticados pelo autor, os quais, em geral, tiveram conhecimento dos fatos ocorridos ou deles foram informados por terceiros.

As fontes apontadas, em relação à hermenêutica, são passíveis de crítica, porque nem sempre o autor, mesmo tratando-se de Presidentes, Vice-Presidentes e Inspectores da Instrução Pública da Província do Paraná, conhecia ou desejava expressar a verdade, movido que era por motivos político-partidários, ou pelos próprios condicionamentos sociais. Além disso, dependia também de informações provenientes de terceiros como, por exemplo, os Inspectores de Ensino que, por sua vez, retratavam um quadro do ensino que não reproduzia suas reais condições. O mesmo acontecia com os artigos publicados em periódicos, cujo teor dependia dos conhecimentos de quem os escrevia ou da ideologia que professava.

A crítica de controle permitiu comparar testemunhos diversos para se chegar à verdade, por meio do controle direto ou indireto, utilizando fontes convergentes. Assim, foi a dúvida metódica que norteou esta pesquisa, no sentido de esclarecer as indagações que foram surgindo, para que se pudesse, tanto quanto possível, reconstituir o quadro real da educação no Paraná Provincial.

As fontes consultadas e os elementos bibliográficos forneceram embasamento necessário para se chegar à explicação que levou à síntese.

2.4 REVISÃO DA LITERATURA

Em termos gerais, a bibliografia sobre a História da Educação no Brasil, especialmente no período Imperial e no Paraná Provincial, é ainda deficiente em quantidade e qualidade.

Há inúmeros temas ainda não investigados, e a importância do assunto está a merecer estudos aprofundados e novas

abordagens com a utilização de fontes ainda inexploradas.

Alguns autores, como José Honório RODRIGUES, são bastante pessimistas, colocando em questão o problema básico de que a História da Educação, simplesmente, ainda não foi elaborada. Faltam pesquisas fundamentadas em metodologia científica, ignoram-se as fontes, e os trabalhos existentes são meras compilações. É esse mesmo autor que afirma o seguinte:

A história da educação no Brasil ainda não foi escrita. Os estudos publicados sobre a evolução geral do ensino em seus vários graus carecem de pesquisa, desconhecem-se as fontes e repetem-se na compilação dos fatos sumariados.¹

Na forma tradicional em que se divide a história política brasileira, diz o mesmo autor que, enquanto o período Colonial carece de estudos, o período Imperial mereceu maior atenção, havendo alguns trabalhos fundamentados em investigações feitas em arquivos, e muitos outros que se constituem mais numa compilação, sem referência às fontes consultadas. Este problema transfere-se para a área da História da Educação², opinião também partilhada por Maria Luiza Santos RIBEIRO:

Pode-se perceber que em sua maioria revelam uma influência dos procedimentos originalmente aplicados nos estudos de História do Brasil onde os autores fazem uma descrição acompanhada ou não, de comentários, de acontecimentos seguindo uma ordem cronológica. Alguns poucos trabalhos demonstram a preocupação com estudos comparativos, onde está presente a idéia de ser aproveitada a experiência de outras regiões na busca de soluções para problemas educacionais brasileiros.³

Conclui-se portanto, ante a concordância de opiniões desses dois autores, que os estudos de História da Educação, no

¹ RODRIGUES. Teoria da História do Brasil, ... Op.cit. p.196.

² RODRIGUES. Teoria da História do Brasil, ... Op.cit. p.196.

³ RIBEIRO, Maria Luiza Santos. Introdução à história da educação brasileira. São Paulo, Cortez & Moraes, 1978. p. 24.

Brasil, carecem de tratamento mais científico, mesmo aqueles sobre o período Imperial, que têm merecido maior atenção dos pesquisadores.

Visando ao levantamento de obras ligadas à História da Educação, consultou-se fontes disponíveis e recorreu-se a levantamentos bibliográficos sobre a pesquisa educacional no Brasil, obtendo-se além das informações fornecidas por José Honório RODRIGUES em sua obra "Teoria da História do Brasil, introdução metodológica", o levantamento bibliográfico efetuado por Maria Luiza Santos RIBEIRO, constante em seu trabalho "Introdução à história da educação brasileira", que vai de 1812 a 1973, incluindo, assim, o período estudado. Ressalta a autora, não ter chegado a uma relação bibliográfica completa, mas a aceita como satisfatória a acredita tratar-se de amostragem representativa da totalidade.⁴ Nessa amostragem incluem-se artigos de jornais e de revistas, separatas, livros capítulos de livros, teses e outras publicações.

No levantamento em questão, figuram obras que interessaram ao presente estudo, destacando-se aquelas referentes ao estudo da Educação no Paraná, como as de Erasmo PILOTTO, e mesmo as referentes ao ensino no Brasil, principalmente as do período Imperial.

Laerte Ramos de CARVALHO, referindo-se aos trabalhos publicados até o começo da década de 1970, comenta a situação, ressaltando: *o estado incipiente em que se encontram as investigações históricas relacionadas com a escola brasileira.*⁵

Além disso, nesses trabalhos inexistente estruturação teórica e metodológica, definição de conceitos e um estudo sério da problemática educacional, que vem a ser a condição básica indispensável para a elaboração de trabalhos de cunho científico sobre a Educação.

⁴ RIBEIRO. Introdução à história ... Op.cit. p. 22.

⁵ CARVALHO, Laerte Ramos de. Palavras proferidas no Encontro Internacional de Estudos Brasileiros: Introdução ao Estudo da História da Educação. p.1 Citado por RIBEIRO. Introdução à história ... Op. cit. p. 26.

Conforme Dinah M. de Souza CAMPOS,

... uma indagação, por mais superficial que pareça, em torno das realizações nacionais evidenciará a inexistência de estrutura teórica, de conceitos gerais básicos, norteadores, da Pesquisa Educacional como também em meio a essa falta de idéias diretivas, evidenciará o verdadeiro nascimento do espírito científico-experimental.⁶

Reiterando as palavras desses autores, Aparecida J. GOUVEIA, em Pesquisa Educacional no Brasil, escreve:

*Os estudos, em sua maioria, são exploratórios e descritivos. Alguns não passam de simples levantamento de dados (...)
Na verdade, muitas pesquisas se definem como "caracterizações". Mesmo algumas chamadas "avaliações" não se orientam por uma metodologia capaz de qualificá-las como tal. (...)
Percebe-se que o equipamento de análise é em geral limitado.⁷*

A obra de LOURENÇO FILHO, "Tendências da educação brasileira", voltada para a educação em si mesma, apresenta, no capítulo 'Tendências reveladas pelo pensamento pedagógico'⁸, um levantamento de obras pedagógicas, baseado nos prontuários do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos que trazem registrados os estudos sobre a educação, realizados desde 1812, datado primeiro ensaio relativo ao ensino, encontrado nas coleções da Biblioteca Nacional. No total, o período levantado pelo autor alcança 128 anos e 843 peças, distribuídos da seguinte forma:

⁶ CAMPOS, Dinah M. de Souza. Levantamento das pesquisas educacionais realizadas ou em realização no Brasil. p. 7. Citado por RIBEIRO. Introdução à história... Op.cit. p. 26.

⁷ GOUVEIA, Aparecida J. A pesquisa educacional no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 55 (122):209-41, abr./jun., 1971.

⁸ LOURENÇO FILHO. Tendências reveladas pelo pensamento pedagógico. In:—. Tendências da educação brasileira. São Paulo, Melhoramentos, 1940. p. 29-35.

Anos	Nº de obras
1812-1836	7
1837-1861	31
1862-1886	147
1887-1911	89
1912-1939	569
Total	843

Constata-se aumento progressivo na publicação de trabalhos e obras sobre a educação, embora o quarto período apresente decréscimo. Entretanto, tal levantamento retrata o interesse que, aos poucos, despertam as questões relativas à educação. Os assuntos desenvolvidos nessas obras dizem respeito a relatórios oficiais, obras didáticas, trabalhos sobre o ensino das diferentes disciplinas, ensaios sobre aspectos da organização escolar, artigos, enfim, ao pensamento brasileiro sobre o problema da educação no Brasil.

Esse mesmo autor afirma que, a partir de 1926, desenvolveram-se os estudos psicológicos e sociais no país e, com eles, os de renovação pedagógica. Surgiram traduções de diversos autores estrangeiros e, concomitantemente, 'estudos originais brasileiros'.⁹

As obras publicadas de 1850 a 1890, conforme o autor, dão a idéia da pedagogia do tempo, como a citada por Abílio Cezar BORGES, de título longo, mas elucidativo: "Vinte anos de propaganda contra a palmatória e outros meios aviltantes no ensino da mocidade..."¹⁰

As obras e os autores mencionados neste item mostram as tendências do pensamento pedagógico brasileiro, constituindo-se em fontes significativas para compreensão do processamento do ensino, em todos os níveis, nas diferentes épocas em que tais obras surgem. Na verdade, elas podem ser consideradas, até

⁹ LOURENÇO FILHO. Tendências reveladas... In:—. Tendências da educação... Op. cit. p. 35.

¹⁰ Ibid. p. 34.

certo ponto, como a própria história da evolução do pensamento pedagógico brasileiro.

Tais afirmações e levantamentos comprovam os esforços já realizados, tanto no campo da Educação como no da História da Educação, de cunho geral e particular, específicos de determinadas regiões ou, mesmo, restritos a certos Estados ou antigas Províncias.

Sob esse prisma, acredita-se na importância do presente trabalho, que surge como a possibilidade do estudo do fenômeno educação como parte integrante de um todo que é a sociedade, empregando metodologia científica e que traz à luz aspectos qualitativos e quantitativos do assunto em questão.

Relativas ao período estudado, encontram-se obras como as de Pedro CALMON, "História social do Brasil", de 1937, que dedica o XXI capítulo à instrução, numa visão do que foi a educação, sob o ponto de vista social, no período monárquico. Tavares Bastos, em "A Província", também dedica um dos capítulos à forma geral como se processava o ensino nas Províncias.

As obras do Primitivo MOACYR, "A instrução e o império", "A instrução e as províncias", trazem notícias de como se processava o ensino no período imperial. A primeira trata das reformas do ensino ocorridas, determinando alterações de caráter geral e dados referentes ao estado geral da instrução em todas as Províncias, abordando, porém, mais minuciosamente, o ensino no Município da Corte. A segunda é uma compilação de dados dos Relatórios de Presidentes das Províncias, incluindo a Província do Paraná, figurando os atos mais significativos relacionados com a instrução pública, ano por ano, e, no caso paranaense, o resumo dos Relatórios de 1854 a 1889.

Nas publicações "Cadernos CEBRAP" constam trabalhos que embora não sejam pertinentes ao tema desta dissertação, constituem, entretanto, subsídios para este estudo, permitindo conhecimento generalizado, numa abordagem histórica moderna, das formas pelas quais autores nacionais tratam o desenvolvimento econômico, social, religioso, etc., no qual implicitamente se coloca a Educação. Dessas publicações há que se referir: o Caderno 15, "Composição da população brasileira", que apresen-

ta trabalhos de diversos autores sobre religião, educação e cor, relativos ao período de 1870-1970, e o Caderno 17, "Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial, (séculos XVI-XVIII), de Fernando NOVAIS, que apresenta estudo do processo econômico brasileiro colonial, numa perspectiva histórica.

Nos volumes do Banco de Teses do MEC, selecionou-se a de Antônio CHIZZOTTI, 'As origens da instrução pública no Brasil', a de Josephina CHAIA, 'Financiamento escolar no 2º Império', que forneceram subsídios para este trabalho, além das de Antonio ANDRUCCI, 'Rui e a educação: subsídios para o estudo do ensino primário no período imperial', e de Therezinha Alves Ferreira COLLICHIO, 'A contribuição de Joaquim Teixeira Macedo para o pensamento pedagógico brasileiro, 1871-1884', que contribuíram para melhor entendimento a respeito do ensino primário no Brasil Imperial.

Em termos de Paraná Provincial, existem referências à educação e a estabelecimentos escolares em obras de autores tradicionais, como as de Antônio Vieira do Santos, 'Memória Histórica, Topographica e Descriptiva da Cidade de Paranaguá'; Francisco NEGRÃO, 'Genealogia Paranaense', organização do 'Boletim do Archivo Municipal de Curitiba', e inúmeras memórias; Ermelino de LEÃO, o 'Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná'; Romário MARTINS, numerosas obras, entre elas a 'História do Paraná'; David CARNEIRO, com diversas obras relativas ao período provincial e republicano; Sebastião PARANÁ, que escreveu livros didáticos como 'O Brasil e o Paraná', 'Corografia do Paraná', além de publicar a Galeria Paranaense e algumas crônicas em jornais, às vezes com o pseudônimo de Narapas.

Dentre outras obras, cabe citar a comemorativa do 'Cincoentenário da Estrada de Ferro do Paraná, 1855 - 5 de Fevereiro - 1935', na qual estão compilados trabalhos de vários autores a respeito do Paraná, inclusive sobre o ensino a partir de 1855.

Muitos outros autores poderiam ainda ser citados, de vez que algumas obras versam sobre educação, sejam elas referentes ao período provincial ou ao período posterior, com referências breves ou mais pormenorizadas a esses períodos, sejam elas re-

lativas à política ou à economia paranaenses.

Estudos mais recentes sobre Educação e História da Educação no Paraná são encontrados em autores como Erasmo PILOTTO com o trabalho "A educação no Paraná, síntese sobre o ensino público elementar e médio", em que trata da evolução do ensino analisando parceladamente cada uma das situações problemáticas que envolvem esse setor da administração pública, além de outros estudos em que aborda aspectos ligados à educação.

A História da Educação no Paraná ainda não foi estudada em forma de trabalhos monográficos que dêem idéia concreta do tema, salvo o trabalho de Erasmo PILOTTO que, entretanto, carece de abordagem quantitativa do assunto.

A falta de pesquisas não permite um trabalho de revisão do tema, que está todo por ser explorado. As dissertações de Mestrado do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná abordam, preferentemente, temas metodológicos mais atuais, não objetivando colocá-los em contexto histórico mais abrangente.

Portanto, a revisão de bibliografia específica à educação no Paraná é ainda prematura, mas poderá constituir-se numa futura preocupação dos educadores e pessoas ligadas ao setor de pesquisas educacionais.

3. CONTEXTO EDUCACIONAL DO IMPERIO E DA
PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1854 - 1889

3.1 A ESTRUTURA SOCIAL E EDUCACIONAL PARANAENSE NO SÉCULO XIX

Os movimentos políticos que irromperam na Europa em fins do século XVIII repercutiram no Brasil, sem, entretanto, afetarem a estrutura social do país, fundamentada na estrutura agrária tradicional e não mão-de-obra escrava.

A economia do país, restrita à produção agro-pecuária, caracterizava-se por um comércio exportador, canalizado por Portugal para o mercado mundial. As idéias liberais refletiram-se na colônia, que pretendeu libertar-se do monopólio português. Tal tomada de consciência desenvolveu-se progressivamente e os movimentos políticos no Brasil, no início do século XIX, estavam impregnados de aspirações democráticas e liberais.

Os líderes desses movimentos pertenciam, por laços de parentesco, à classe dos senhores, grandes proprietários, que tinham em suas mãos o comércio exportador. Seriam eles que atuariam nas esferas política, econômica, social e cultural, influenciados pela ideologia das universidades européias e pelos ideais democráticos.

O liberalismo, como filosofia global, repercutiu em todas as esferas da vida brasileira e a educação constituiu "assunto predileto dos debates e reformas políticas (...) em conflito permanente com a mentalidade e as influências coloniais".¹

A estrutura patriarcal estava presente em todas as áreas ocupadas do território brasileiro quer houvesse pequenas ou grandes propriedades, cabendo, porém, aos senhores das grandes propriedades o domínio da região em que estavam estabelecidos.

Essa estrutura social também se fazia presente no Paraná, "marcada por uma estratificação dominada pela relação senhor-escravo".²

¹ CALMON, Pedro. História social do Brasil, espírito da sociedade brasileira. São Paulo, Ed. Nacional, 1937. t.2, p.310.

² MACHADO, Brasil Pinheiro. Sociedade campeira - Gênero de vida. In: EL KATIB, Faissal, org. História do Paraná. 2. ed. Curitiba, Grafipar, 1969. t. 2, p. 87.

O sistema econômico-social paranaense, entre outras atividades econômicas, fundamentava-se nas fazendas de gado que atingiram toda a sua potencialidade nos meados do século XIX³, fase em que ocorreu a emancipação política do Paraná.

A vida social das populações fazendeiras ocorria nas pequenas vilas criadas ao longo dos caminhos, constituindo pontos convergentes entre as fazendas.⁴

A criação e o comércio de gado tiveram influência decisiva no povoamento do território paranaense.

A família fazendeira, sob regime patrimonialista das fazendas, vivia baseada nas relações hierárquicas de todos os seus componentes⁵ e orientava-se para uma economia de auto-suficiência.⁶

Foram os chefes das grandes famílias que começaram a participar e influir na vida política da nova Província, na forma de oligarquias, acentuando os laços patriarcais da organização social, pelas exigências de relações de lealdade que tinham como base o parentesco.⁷

O abandono que foi relegada a criação do gado, e a deteriorização que aos poucos se manifestou nos negócios de invernagem, pelo aluguel dos campos à tropas provenientes do sul em direção à feira de Sorocaba⁸, constituíram fatores que concorreram nessa conjuntura, para o rápido empobrecimento da família fazendeira.⁹ Nessa conjuntura, as famílias fazendeiras

³MACHADO. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. In: Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. Boletim da Universidade do Paraná, Departamento de História, Curitiba (3):7, jun., 1963.

⁴Ibid. p. 7

⁵MACHADO. Sociedade campeira... In: EL KATIB. História do... Op. cit. p. 87

⁶_____. Formação da estrutura agrária... In: Contribuição ao estudo... Boletim da Universidade... 1963. Op. cit. p. 12.

⁷Ibid. p. 16

⁸Ibid. p. 17-8.

⁹Ibid. p. 22-3.

passam a residir nos centros urbanos, onde "se firmava a supremacia comercial das cidades sobre a antiga economia auto-suficiente das fazendas e diminuía o número de escravos".¹⁰

Diversas situações concorreram para a desagregação dos núcleos familiares da sociedade fazendeira, e seus membros começaram a procurar novas fontes de renda.¹¹

*O processo de desestruturação do patrimonialismo da grande família é acompanhado de tensões que seguem a decadência da velha classe em face das classes novas em ascensão, como, por exemplo, a dos imigrantes.*¹²

Com a intensificação do comércio interno de escravos, visando a atender a falta de mão-de-obra nas lavouras paulistas de café, o Paraná, por volta de 1865, viu diminuído o número de escravos no quadro populacional da Província.¹³ A saída dessa mão-de-obra repercutiu na agricultura paranaense, voltada para o abastecimento de gêneros alimentícios.¹⁴

Estimulado pelo governo imperial, o governo provincial, que já vinha promovendo a imigração de grupos de estrangeiros, intensificou a política imigratória, objetivando a atender o problema da mão-de-obra na produção agrícola.

A entrada de grupos de imigrantes de origens diversas no quadro demográfico do Paraná veio compor, juntamente com a população original, "verdadeiro mosaico étnico-cultural".¹⁵

¹⁰ MACHADO. Formação da estrutura agrária ... In: Contribuição ao estudo ... Boletim da Universidade ... 1963. Op. cit. p. 19.

¹¹ Ibid. p. 23-4.

¹² Ibid. p. 24

¹³ BALHANA. População do Paraná tradicional. In: EL-KATIB. História do... Op. cit. p. 127-8.

¹⁴ Ibid. p. 128; BALHANA. Mudança na estrutura agrária dos Campos Gerais. In: Contribuição ao estudo... Boletim da Universidade... 1963. Op. cit. p. 29-30.

¹⁵ BALHANA. População do Paraná... In: EL-KATIB. História do... Op. cit. p. 128

Procurando manter a cultura de origem, os grupos de imigrantes criaram suas instituições, entre elas a escola, que atuará também como meio de preservação cultural.

O governo provincial, atendendo às disposições constitucionais, criou escolas em diversas colônias estrangeiras, situadas nas proximidades dos núcleos urbanos, principalmente Curitiba.

Muitos problemas envolviam o ensino primário na Província: a falta de prédios escolares, ausência e deficiência de professores, baixa frequência escolar, além dos poucos recursos disponíveis. Tais problemas eram vistos com preocupação pelos governantes da Província e analisados nos seus Relatórios.

O ensino no Brasil de modo geral apresentava-se sem diretrizes que estabelecessem com segurança os caminhos a serem seguidos. A ausência de um plano definido de educação que atendesse às necessidades brasileiras, pode ser verificada pelas inúmeras reformas e projetos apresentados na Corte, que marcam o Segundo Império e influíram na organização do ensino. Entre eles podem ser destacados:

Couto Ferraz	1854
Paulino de Souza	1869
João Alfredo	1871
Leôncio de Carvalho	1878
Rui Barbosa	1882
Almeida e Oliveira	1882
Barão de Mamoré	1886. ¹⁶

Dessas reformas, algumas não foram aprovadas pela Câmara dos Deputados, mas nem por isso deixaram de influir na organização do ensino, alterando disposições regulamentares.

Na Província do Paraná, a organização do ensino público fundamentou-se inicialmente na Lei nº 34, de 16 de março de 1846, da Província de São Paulo, recebendo depois a influência

¹⁶ CHAIA. Financiamento escolar... Op. cit. p. 47.

das reformas e projetos provenientes da Corte. A reforma Couto Ferraz repercutiu no primeiro regulamento do ensino público da Província, aprovado em 1857. As demais reformas alteraram alguns dispositivos, resultando na reestruturação regulamentar do ensino em 1871, 1874, 1876 e 1890, contando, ainda, com legislação complementar que procurava atender às necessidades locais e conforme os recursos disponíveis.

A preocupação quanto ao melhor nível de ensino era vista por quase todos os Presidentes, como necessidade social, de acordo com as apreciações e declarações contidas nos Relatórios. Empenhados em encontrar soluções para os problemas de ensino, propostas são debatidas nas sessões da Assembléia Legislativa, provocando a promulgação de novas leis e alterando regulamentos do ensino.

Nota-se, também, a influência das divergências e decisões dos partidos políticos que se alternavam no comando político-administrativo, mas que, em última análise, estavam empenhados na solução dos problemas sociais.

3.2 OS PLANOS DE ENSINO E A LEGISLAÇÃO ESCOLAR DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX NO BRASIL IMPERIAL

Para estudar-se a educação no Paraná Provincial, é necessário remontar, em linhas gerais, à época em que foi Comarca de São Paulo e inseri-la num contexto mais amplo, qual seja, a conjuntura imperial, pois que da Corte emanavam as diretrizes gerais do ensino.

A proclamação da Independência desvinculou politicamente o Brasil do colonialismo e exigiu a reestruturação de seu sistema político, econômico e cultural e dos seus quadros institucionais e, com eles, a reorganização do sistema de ensino. O reaparelhamento de leis atingiu a escola pública, devido à importância social que a instrução adquiriu com os ideais da Revolução Francesa, preconizadora da educação popular, levando, assim, à "sua definição mais rigorosa e de caráter político".¹

A nação independente não descurou do ideal de educação do povo, porquanto seus anseios de igualdade assim o exigiam. Com ela, impunha-se uma nova orientação do querer coletivo.

... com a Independência e a implantação de um Estado nacional configurava-se uma situação nacional que contrasta, psicossocial e culturalmente, com a situação colonial anterior.²

Incorporadas as influências européias, tentou-se criar um sistema educacional para todo o país. Os planos de Condorcet,

¹CHIZZOTTI, Antonio. As origens da instrução pública no Brasil. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 1975. p. 20.

²FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil, ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. p. 58-9.

de 1792³, Guizot, de 1833 e o de Fallaux, de 1850, foram adotados progressivamente e o prestígio da educação, em moldes franceses, alcançou alto grau.

*A organização da instrução pública brasileira e, no Império, portanto, palco de uma das mais fortes tentativas de transplantação de modelos alheios na solução dos problemas da instrução. Sem uma organização coesa, sem escolas, as iniciativas legisladoras ficaram a esmo, sem identificar, previamente, as necessidades e as reais possibilidades, sem reconhecer as condições concretas, recorrendo à legislação do ensino na França para escolas que, aqui, nem existiam, ou criando, por decreto, escolas que a França possuía.*⁴

A legislação francesa sobre a instrução pública foi bastante dinamizada a partir de 1833, e constituiu a fonte primordial dos projetos, das leis e regulamentos que se fizeram para as escolas brasileiras no Império.⁵

As escolas oficiais e particulares foram criadas, seguindo orientação francesa, para formar intelectualmente a infância e a juventude do país, onde, a maior parte da população permanecia desvinculada e alheia às transformações políticas ocorridas e em completo estado de analfabetismo. Há de se convir que o ensino de caráter literário não apresentava atrativos a esta camada da população que necessitava de outra formação mais condizente com os trabalhos desenvolvidos no meio rural.

Por sua vez, a independência política brasileira não desvinculou o Brasil das influências portuguesas, visto a "legislação, o ensino, os textos, e os intérpretes serem lusitanos".⁶

³ O Relatório de Condorcet foi aprovado pela Assembléia Legislativa francesa, em agosto de 1792, num decreto em que ficou estabelecido o ensino único, gratuito e neutro. In: LARROYO. História Geral... Op. cit. p. 566.

⁴ CHIZZOTTI. As origens da instrução... Op. cit. p. 50.

⁵ Ibid, p. 50.

⁶ Ibid. p. 22

À medida que cresceu a oposição portuguesa, e se desenvolveu o liberalismo, o direito codificado francês tornou-se fonte inspiradora, paralela às tendências parlamentaristas inglesas e às idéias federalistas da independência americana.⁷ Esses elementos foram fundamentais para a ideologia vigente no país, e, como tal, o embasamento para a política educacional aplicada no Brasil Imperial.

O projeto da Constituição de 11 de dezembro de 1823, estabelecia:

Art. 179 — A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, e segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império pela maneira seguinte:

*XXXII — A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos.*⁸

No mesmo projeto constava no título XIII, art. 250, que,

*Haverá no Império escolas primárias em cada termo, ginásio em cada comarca e universidade nos mais apropriados locais.*⁹

Os artigos 251 e 252 esclareciam que leis regulamentariam esses estabelecimentos e liberavam a criação de escolas de iniciativa particular. Além disso, nos artigos 254 e 255, eram previstas a criação de estabelecimentos para a catequese dos índios, educação religiosa e industrial dos negros, e a construção de casas de trabalho para desempregados, além de

⁷ CHIZZOTTI. As origens da instrução... Op. cit. p. 22

⁸ PEIXOTO, Afrânio. Noções de história da educação. São Paulo, Ed. Nacional, 1933. p. 220.

⁹ Ibid. p. 220.

outras disposições.¹⁰

O ensino, na forma prescrita pela Lei, estendia-se à iniciativa particular, desde que atendesse às regulamentações governamentais, sendo concedida a grupos particulares, principalmente instituições religiosas, a autorização para a criação de estabelecimentos escolares.

O plano de Condorcet, para a instrução pública na França, foi tomado como modelo pelo General Francisco Stokler para elaboração do plano de ensino, apresentado em 1812.¹¹ O plano fugia às possibilidades de concretização, em vista das condições reais da Colônia e das pretensões metropolitanas que não admitiriam a "ampliação do ensino às camadas populares num esforço de coibir possíveis movimentos libertários".¹²

Em 1826, Januário da Cunha Barbosa, integrante da Comissão da Instrução Pública, apresentou um plano de ensino, reprodução do plano de Stokler, em nada se diferenciando do plano de Condorcet que deu à França um vasto sistema de ensino popular. A Comissão brasileira pretendeu estabelecer uma lei uniforme para o ensino e criar, por ela, um sistema abrangente de todas as atividades ligadas ao ensino, preocupação que perdurou no Império e consumou-se no parecer de Rui Barbosa.¹³

O plano de Condorcet, fundamentado numa filosofia de ensino, determinou o emprego dos termos, "primário" para designar um grau de processo educativo, e de "liceu" para nomear instituições escolares¹⁴, bem como, distinguiu os termos "instrução" e "educação": em que instrução vinha a ser os conhecimentos, positivos e certos, dos quais o Estado era o dispenseiro

¹⁰BRASIL. Anais do Parlamento Brasileiro. Sessão de 19 de setembro de 1823. Rio de Janeiro, Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1874. t. 5, p. 16. Citado por CHAIA. O financiamento escolar... Op. cit. p. 23-4

¹¹CHIZZOTTI. As origens da instrução ... Op. cit. p.59.

¹²Ibid. p. 54.

¹³Ibid. p. 59.

¹⁴Ibid. p. 59.

natural e, educação, eram os sentimentos em assunto religioso e político, domínio reservado, onde o Estado devia se abster de ingressar, declarando-se independente.¹⁵

Estabelecia o plano de Condorcet para a França, a divisão do ensino em 5 graus, a saber:

1º As escolas primárias formariam o primeiro grau. Nele seriam ensinados os conhecimentos rigorosamente necessários a todos os cidadãos. Seriam criadas nas vilas com 400 habitantes.

2º Nas escolas secundárias, estabelecidas nas cidades com mais de 4.000 habitantes, seria ensinado o necessário para o exercício dos empregos da sociedade e preenchimento das funções públicas que não exigiam grande extensão de conhecimentos, nem gênero de estudo particular.

3º Nos institutos (correspondentes aos liceus e colégios), em número de 110, ao menos um para cada departamento, seriam ensinados os conhecimentos necessários para o preenchimento de todas as funções públicas e das que poderiam servir ao aperfeiçoamento da indústria.

4º Nos Liceus (correspondendo às antigas universidades e faculdades), em número de 9, seriam ensinados o conjunto e as partes mais relevantes das ciências e das artes.

5º Sociedade Nacional de Ciências e Artes, dividida em 4 secções: ciências matemáticas e físicas; ciências morais e políticas; ciências aplicadas às artes e literatura e belas artes. Esta Sociedade dirigiria o ensino, e ocupar-se-ia do progresso das ciências e das artes e, em geral, do aperfeiçoamento da razão humana. Constitua o último grau da instrução.¹⁶

Com base nesse plano, a Comissão de Instrução apresentou

¹⁵CONDORCET. Mémoire sur l'instruction publique. Ouvres complètes. v. 8, p. 42. Citado por CHIZZOTTI, As origens da instrução... Op. cit. p. 61

¹⁶BUISSON, Ferdinand. Dictionnaire de Pédagogie et d'instruction primaire. Paris, 1882-1886. p. 1.057. Citado por CHIZZOTTI. As origens da instrução... Op. cit. p. 54-5.

ã Câmara dos Deputados um novo plano de ensino com escolas de 1º, 2º, 3º e 4º grau, incluindo nesse último, as academias. Nesse plano ficavam estabelecidos os programas escolares, cabendo às escolas de 1º grau o ensino das artes de escrever, ler, princípios fundamentais de aritmética e os conhecimentos morais, físicos, econômicos, considerados indispensáveis em todas as circunstâncias e empregos. Além do programa, era proposta a divisão em três classes, nas quais os conhecimentos seriam ministrados progressivamente no espaço de três anos.¹⁷

Esse plano, apresentado em 16 de junho de 1826, não foi discutido na Câmara.

Urgia, porém, um plano para ser aplicado imediatamente, e que já vinha sendo discutido na Câmara, desde 1823, quando o deputado baiano, Ferreira França afirmava, "mais vale pouca instrução que nenhuma". Logo, as soluções a serem tentadas seriam de emergência.¹⁸

Em 15 de outubro de 1827, foi aprovado o projeto de Januário da Cunha Barbosa que transformou as escolas de "ler, escrever e contar" em escolas de primeiras letras.¹⁹

Foi esta, a primeira lei sobre o ensino primário no Brasil, pela qual se mandava criar escolas gratuitas nas cidades, vilas e lugarejos apropriados, imprimindo características de gratuidade a este setor do ensino, não indicando, porém, "a graduação ou seriação dos estudos".²⁰ O currículo atendia ao ensino de meninos e meninas, havendo diferenciação no conteúdo

¹⁷ BRASIL. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Campanha de Inquéritos e Lavantamentos do Ensino Médio e Elementar - Introdução ao estudo do currículo da escola primária [s. 1.] (7):22-3, 1955.

¹⁸ Ibid. p. 21-2.

¹⁹ BRASIL, Leis, Decretos, etc. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1827: Lei de 15 de outubro de 1827. p. 71. Citado por CHIZZOTTI. As origens da instrução... Op. cit. p.60.

²⁰ BRASIL. INEP. Campanha de Inquéritos... Introdução ao estudo do currículo... Op. cit. p. 23

disciplinar para um e outro sexo. Para os primeiros, o ensino era mais abrangente, predominando conteúdos disciplinares de ciências exatas, e para as meninas um ensino mais restrito, onde eram incluídas as prendas domésticas.

Dispensando atenção ao setor do ensino primário, essa lei não forneceu, contudo, elementos que assegurassem a execução da mesma na forma de recursos humanos e materiais. As poucas escolas criadas, adicionadas às existentes, não apresentavam condições de funcionamento, por não contarem com verbas orçamentárias que as provessem de material escolar, mestres condignamente remunerados, sem falar na falta de professores devidamente habilitados, e, até mesmo, a falta de local específico para a escola que muitas vezes funcionava na residênciado professor.

O Paraná, na condição de Comarca de São Paulo, apresentava toda essa gama de problemas.

Segundo Rocha Pombo,

*...criaram-se escolas primárias em todas as capitais e centros mais populosos; mas a maior parte dessas escolas não foram providas por falta de mestres.*²¹

Das escolas criadas, primeiro pelo Governo da Província do Paraná, muitas ficarão sem professores por não haver elementos disponíveis para exercer o magistério, ou tendo-os, nem sempre correspondiam aos padrões mínimos exigidos.

²¹ POMBO. Rocha. A Republica. In:—. A História do Brasil. n. ed. Rio de Janeiro, W.M. Jackson Inc. [s.d.] v. 5, p. 269.

3.3 INSERÇÃO DA 5ª COMARCA NA ESTRUTURA EDUCACIONAL DO IMPÉRIO

O Paraná, enquanto Comarca de São Paulo, estava subordinado às determinações legais dessa Província, inclusive o ensino, que era regulamentado segundo as disposições das leis paulistas.

A Comarca, contando com poucos recursos econômicos, pouca atenção recebia do governo provincial¹. O comércio e a agricultura não apresentavam grande desenvolvimento, o que motivou seus moradores, entre outras razões a pleitearem governo próprio que atendesse às necessidades locais.²

Não havia cuidado especial como o ensino de primeiras letras às crianças, que ficavam sujeitas à instrução recebida na família. O ensino público, deficiente e precário, existia somente em centros mais desenvolvidos. Por sua vez, escolas providas pela comunidade não era costume da tradicional sociedade campeira.

A primeira escola nesse estilo foi fundada pelos imigrantes alemães localizados às margens do Rio Negro, em fins da década de 1820.

De maneira geral, a preocupação residia em os filhos aprenderem as tarefas que os pais realizavam para que, quando adultos, pudessem desenvolvê-las também, ficando a freqüência à escola relegada a segundo plano.

O quadro de professores da escola primária era restrito porquanto, nessa conjuntura, o ensino para as camadas mais

¹WESTPHALEN, Cecília Maria. A erva-mate e a madeira. In: EL-KATIB, História do ... Op. cit. p. 133.

²Ibid. p. 133-4.

simples da população ainda era considerado inútil e supérfluo.³

A Lei de 1827 e o Ato Adicional de 1834, a primeira pretendendo a criação de escolas e o segundo delegando poderes às Províncias acerca do ensino, propiciaram os primeiros concursos para professores.

Os termos de vereança da antiga Câmara Municipal de Curitiba⁴ apresentam referências a professores de escolas de primeiras letras na 5ª Comarca, com as respectivas provisões, e atestados que comprovam a assistência ao ensino, referentes a Cândido Marcondes Ribas (1815) e Joaquim José Ferreira Bello (1821). Também há referências sobre instruções para concurso público, sua realização e o provimento no cargo de professor, como a respeito de Rita Ana de Cássia França (1833-35), primeira mestra para meninas na vila de Curitiba, que abriu nova perspectiva de trabalho para a mulher, destinada, antes, apenas às atividades familiares, e João Baptista Brandão de Proença, mestre-régio para meninos, na mesma vila (1834), com a escola instalada no consistório da Igreja de São Francisco das Chagas, sendo o primeiro a aplicar o método de Lancaster no Paraná.

³ Havia, como desde logo é manifesto, uma extrema desproporção entre o número das escolas consagradas à educação e ensino popular, e a largueza exuberante, com que era dotada a instrução ginásial ou secundária. Era harto parcimonioso o quadro dos professores primários, excessivo certamente o dos que tinham por encargo difundir as letras clássicas. Se atentarmos porém, em que era novo, desusado até ali, quase havido por inútil ou supérfluo o ensino da gente comum e não letrada, e em que por toda a Europa era vulgar, ainda nos países de maior cultura, o cifrar das humanidades, principalmente no latim, o melhor tesouro e ornamento intelectual, não podemos forrar-nos a admirar como ousada e salutar inovação, o reputar o legislador, como um encargo público, desde então imprescritível, o ensino primário ministrado às mais humildes e sertanejas povoações. (O Marquez de Pombal. — Publicado pelo Clube de Regatas Guanabareense do Rio de Janeiro. — Imprensa Nacional. — Lisboa. — 1885. — Pág. 393). Citado por PILOTTO. A educação no Paraná... Op. cit. p. 52.

⁴ NEGRÃO, Francisco, dir. Boletim do Archivo Municipal de Curitiba; documentos para a história do Paraná. Curitiba, Impr. Paranaense, 1930. (Actas das Sessões da Camara, 1815-1841).

O Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba inclui, dentre outras referências, a prestação de novos concursos para as vagas deixadas por professores, como a da professora Rita Ana de Cássia França, substituída pela professora concursada Leopoldina Leoniza de França que tomou posse em 1839 e demitiu-se em 1841, por motivos particulares, assumindo a sua vaga, a professora concursada, Maria do Carmo de Moraes, em 1840, que permaneceu no exercício do magistério além do tempo regulamentar para aposentadoria, que se deu somente em 1866.⁵

Além de Curitiba, havia em outras localidades, escolas de primeiras letras. Conforme Saint-Hilaire, em Castro, uma das vilas da Comarca, a instrução pública por volta de 1820 era quase inexistente em todo o distrito.

*Somente em 1830 é que o governo provincial decretou que a cidade contaria, no futuro, com um professor para os meninos, e unicamente em 1846 um outro decreto estabeleceu ali uma escola para meninas.*⁶

Paranaguá, onde o comércio se desenvolvia em virtude do movimento regular do seu porto, era uma das localidades mais movimentadas da Comarca. A presença de estrangeiros, vindos de países adiantados, propiciou mudanças nos costumes dos moradores, onde bom gosto, asseio, hospitalidade e cultivo das artes foram tomando lugar na sociedade local.⁷

Por volta de 1850, havia na sociedade parnaguense moças que tocavam piano, rapazes a flauta, o violão e a rebeca.⁸ O

⁵ SANTOS, Ernesto Francisco de Lima. Quadro demonstrativo dos professores que foram nomeados, removidos, aposentados e demittidos no anno de 1866. Relatório do Inspector Geral da Instrução Publica. In: BURLAMAQUE, Polidoro Cezar. Relatório...ã Assemblêa Legislativa do Paraná no dia 15 de Março de 1867 pelo Presidente da Provincia... Curityba, Typographia de Candido Martins, 1867. p. 14.

⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem a Curitiba e Provincia de Santa Catarina. São Paulo, Itatiaia, 1978. v.9, p. 52.

⁷ WESTPHALEN, Cecília Maria. Uma cidade portuária nos meados do século XIX. In: Revista da História. Anais do IVº Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, São Paulo, 6(31): 546, 1973.

⁸ Ibid. p. 547.

O ensino público se fazia presente, havendo, conforme Saint-Hilaire, em 1847, dois professores e uma professora que contavam, respectivamente, com 136 alunos e 29 alunas.⁹

Além do ensino público, havia *uma escola de latinidade e um colégio para meninas pensionistas, mantido pelas norte-americanas Jessica e Willie James*.¹⁰ Nessa instituição eram ensinadas, além da língua francesa, gramática portuguesa e caligrafia, as disciplinas de aritmética, geografia, história e música. Nesse ano de 1849, Vieira dos Santos informa haver em Paranaguá 6 escolas, sendo três públicas e as demais, particulares.¹¹

Todavia, a falta de professores era constante problema nessa conjuntura. A situação não era peculiar ao Paraná, porquanto o ensino primário no Brasil, no final do século XVIII, com cerca de "... 720 escolas...", encontrava-se em sua maior parte com deficiência de professores¹², o mesmo ocorrendo no século XIX, sendo preocupação dos governos provinciais o provimento de escolas e a formação mais adequada desses profissionais. Esta afirmação não invalida a atuação de mestres competentes nas diversas Províncias, inclusive no Paraná, como os professores citados, embora contasse também com a falta de maior número de elementos qualificados.

Procurando solucionar a falta de professores, o governo imperial recomendava a adoção do método lancasteriano que, no Brasil, não alcançou o êxito obtido na Índia, Inglaterra, Estados

⁹ SAINT-HILAIRE. Viagem a Curitiba... Op. cit. p. 100

¹⁰ WESTPHALEN. Uma cidade portuária... In: Revista de História. Op. cit. p. 547.

¹¹ CARNEIRO, David. A cultura paranaense, ensino primário In:—. Galeria de ontem e de hoje. Curitiba, Vanguarda, - 1963. t.1, p. 333.

¹² LIMA, Lauro de Oliveira. Estórias da educação no Brasil: de Pombal a Passarinho. 2.ed. Rio de Janeiro, Brasília [s.d.] p. 24.

Unidos e França¹³ devido à baixa frequência de alunos às escolas elementares, na maioria das Províncias, pois tal método objetivara à alfabetização simultânea de grande número de crianças, como era o caso dos países citados inicialmente.

O método Lancaster, nas escolas brasileiras, visava atender, além da falta de professores, ao problema de recursos financeiros, por não exigir grandes despesas.

*Sem discussões o sistema foi adotado, pois, se dera bons resultados em outros países, além de dispensar quase o professor, abrigava numa mesma escola 500 alunos, para um só mestre.
Muito depressa e sem custo: o ideal para o Brasil!*¹⁴

Embora Paul MONROE aponte os defeitos do método por seu aspecto de formalidade, de instrução superficial, de disciplina rígida e mecânica e memorização formal, salienta sua contribuição por acostumar o povo às escolas, habituando-o a considerar a educação uma função do Estado, além de introduzir o

¹³O método de Lancaster, ou sistema Lancasteriano, ou Ensino Mútuo, conseguiu resultados positivos na Índia, e também na Inglaterra, onde em 1831 contava com (...) 900.000 alunos e em 1860, não menos de 25 escolas profissionais. KENNETH, Lindsay. A educação na Inglaterra. Rio de Janeiro, José Olympio [s.d.] p. 17. Citado por CHAIA. Financiamento escolar... Op. cit. p. 25.

Em 1805, o método foi introduzido nas escolas de Nova York, em seguida em Brooklin e Filadélfia que contaram com a cooperação do próprio Lancaster. Resultados obtiveram também as escolas de Boston, Charleston, Cincinnati e outras cidades do sul e do oeste dos Estados Unidos. O sistema despertou a opinião pública para a questão da educação. MONROE, Paul. História da educação. 10. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1974. p. 348-9.

A adoção do método lancasteriano no Brasil deveu-se não à incorporação da influência inglesa, como faz crer Pires de Almeida em sua obra "L'instruction publique au Brésil", p.166, devido ao reconhecimento da Independência do Brasil pelo governo Inglês e à presença de Cochrane e Taylor no exército brasileiro, (...).

A adesão ao método deveu-se à influência francesa, por ser este "...o método em voga na França no período da Restauração". Citado por CHIZZOTTI. As origens da instrução... Op. cit. p. 60.

¹⁴PEIXOTO. Noções de história... Op. cit. p. 221.

sistema de graduação do ensino das disciplinas.¹⁵ Como observa Josephina CHAIA, a introdução desse sistema de graduação teve validade na conjuntura em que foi adotado, visto que o conhecimento de métodos e técnicas educacionais era mínimo¹⁶, apesar da crítica de alguns autores brasileiros quanto à inviabilidade do método nas escolas primárias brasileiras.

Os incentivos dados pela Lei de 1827 não foram suficientes para a dinamização do ensino em várias Províncias. São Paulo agilizou o ensino primário e secundário a partir de 1834, por razões ligadas à publicação do Ato Adicional e à nova conjuntura regencial.

A falta de recursos locais e a insuficiência de auxílios recebidos do governo central, em virtude dos problemas ocasionados pela Independência do Brasil, provocaram a estagnação no setor do ensino público, possibilitando, por outro lado, o surgimento de algumas aulas particulares, destinadas, porém, às crianças de famílias mais abastadas.

O governo imperial, sem proporcionar às escolas recursos de ordem financeira e adotando métodos de ensino não condizentes com a realidade escolar brasileira, demonstrava não estar aparelhado para enfrentar a problemática do ensino, permanecendo num círculo vicioso ao continuar aplicando modelos estrangeiros. Com isso, eximia-se de maiores compromissos com a escola primária, dando atenção ao nível superior, criando cursos jurídicos e sociais como o de São Paulo e o de Olinda, em 1827.

O interesse que despertavam os estudos superiores, principalmente os jurídicos, com fins imediatistas, políticos e administrativos, provocava um ensino sobrecarregado de erudição livresca na escola secundária que tinha por finalidade preparar o aluno para o ingresso no curso superior.

¹⁵ MONROE. História da... Op. cit. p. 348.

¹⁶ CHAIA. Financiamento escolar... Op. cit. p. 25.

Essa educação de tipo aristocrático, destinada antes à preparação de uma elite do que à educação do povo, desenvolveu-se no Império, seguindo, sem desvio sensível, as linhas de sua evolução, fortemente marcadas pelas tradições intelectuais do país, pelo ideal correspondente de homem e de cidadão.¹⁷

A permanência da estrutura social brasileira, com base na economia patriarcal, escravocrata e latifundiária, levava aqueles não pertencentes aos segmentos senhoriais a recorrer às escolas superiores onde, obtendo o título de doutor, adquiriam possibilidades de compartilhar o nível social desfrutado por aqueles segmentos.

Segundo Florestan FERNANDES, as exigências econômicas e políticas punham os estamentos intermediários participantes na política, economia, administração, profissões liberais e militares, enfim, dentro do campo social de seleção das elites. Essa mobilidade operava como fonte de compensação e prestígio e associava certos setores dos estamentos intermediários ao exercício do poder.¹⁸

Nos sete anos que se seguiram à Lei de 1827, nenhum esforço foi feito em prol do ensino elementar. Apesar da criação de cursos superiores, o quadro da instrução pública não mereceu maiores atenções, permanecendo as Províncias carentes de escolas e de professores ou, quando com escolas criadas, sem estarem providas de mestre. Nessa situação se incluía a Comarca de São Paulo, sem condições que pudessem favorecer o desenvolvimento do ensino.

O método lancasteriano não surtia os efeitos esperados. Os recursos financeiros eram deficientes e os prédios escolares, quando existiam, além de não comportarem muitos alunos, apresentavam-se em estado precário, como se observa no ofício encaminhado ao Presidente da Província de São Paulo, em 1830,

¹⁷ AZEVEDO, Fernando. As origens das instituições escolares. In:—. A cultura brasileira. 5.ed. São Paulo, Melhoramentos, 1958. p. 580.

¹⁸ FERNANDES. A revolução burguesa... Op. cit. p. 158.

*... a casa que serve de aula de Ensino Mútuo, (...) é muito pequena para acomodar o grande número de alunos que tenho; além disto precisa de concerto no telhado,...*¹⁹

Como esse, outros ofícios, citados por CHAIA, evidenciam as deficiências das escolas primárias da Província de São Paulo que, dentre as Províncias do Império, era uma das que dispunha de recursos financeiros. Se a situação se apresentava tão grave nessa Província, o que pensar das demais, que não contavam com grandes recursos e, mesmo, de suas Comarcas, como a do Paraná, de difícil acesso?

Os debates na Câmara dos Deputados sucederam-se; apontavam-se as mais urgentes necessidades do ensino popular.²⁰

Em 1828, foi assinada a lei sobre a fiscalização de ensino pelas municipalidades. Entretanto, falhou como falharam outros projetos²¹, planos e idéias, por não apresentarem soluções práticas. Dentre as idéias, o deputado Ferreira França propunha, em 1830, a criação de escolas profissionais e que o magistério fosse exercido, de preferência, pelas mulheres, sugestão essa aceita nos meios de ensino e, inclusive, no Paraná, que admitiu sua primeira mestra concursada em 1833.

Com a aprovação do Ato Adicional, em 1834, foram introduzidas importantes reformas na Constituição de 1824, concernentes ao ensino, transferindo "às Assembléias Provinciais o encargo de regular a instrução primária e secundária, cabendo à administração nacional o ensino superior e a organização escolar do Município Neutro".²²

¹⁹SÃO PAULO. Ofícios diversos da Capital. Ano 1830-1831, Caixa 72, documento nº 2. Citado por CHAIA. Financiamento escolar... Op. cit. p. 27.

²⁰MOACYR, Primitivo. A instrução primária e secundária no município da corte e na regência e na maioridade. Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 5:525, out., 1938

²¹PEIXOTO. Noções de história... Op. cit. p. 225

²²AZEVEDO. As origens das instituições ... In:— A cultura... Op. cit. p. 574.

A atitude descentralizadora comprometeu os esforços de unificação do sistema de ensino brasileiro e criou uma dualidade de competências em que o poder central regulamentava o ensino na Corte, e as Províncias legislavam e dirigiam o ensino primário e secundário.²³

Parecia, à primeira vista, a solução para os problemas educacionais, em um país de território tão vasto, onde as dificuldades de comunicação se faziam presentes, não permitindo contatos diretos entre a Corte e as Províncias.

Na verdade, a tendência descentralizadora esbarrou com os poucos recursos financeiros das Províncias e originou uma pluralidade de sistemas regionais, quebrando a organização do ensino em bases uniformes e nacionais.²⁴

Dando competência às Assembléias Provinciais a respeito do ensino primário e secundário, conservava a Assembléia Geral o direito de legislar sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios, em todo o Império. Porém, a participação do poder central no ensino provincial nunca chegou a efetivar-se restringindo-se, somente, às escolas da Corte. O monopólio exercido no ensino superior propiciou-lhe, contudo, influência sobre o ensino secundário mantido pelas Províncias e, principalmente, sobre os existentes na própria Corte.²⁵

A necessidade de pessoal qualificado para assumir cargos administrativos e políticos foi uma das razões pelas quais o governo imperial preocupou-se com os cursos secundários e superiores, relegando ao esquecimento o ensino primário e o magistério, carreira pouco prestigiada, por sua má remuneração.

A deficiência do ensino primário nas Províncias e a multiplicidade de medidas provinciais convenceram os ministros e deputados da necessidade de ser organizado um sistema completo

²³ CHIZZOTTI. As origens da instrução... Op. cit. p. 61.

²⁴ AZEVEDO. As origens das instituições... In:—. A cultura... Op. cit. p. 574.

²⁵ CALMON. História social... Op. cit. t. 2, p. 316.

de instrução na Corte que polarizasse as atenções das Províncias. Essa medida veio conciliar as idéias descentralizadoras do partido liberal e as centralizadoras advogadas pelo partido conservador²⁶, bem como criar um modelo no qual as Províncias pudessem basear-se o que de certa forma não deixava de constituir-se numa centralização.

Há de se considerar, como observa Fernando de AZEVEDO, que a ausência de uma unidade de orientação na educação do país expressava o estado flutuante e molecular da sociedade, resultante do caráter fragmentário da formação social e das divergências fundamentais de interesses e de idéias, ligadas às diferenças de nível cultural e econômico das Províncias, bem como das classes sociais, A inorganização social dificultou a unificação política e impediu a consolidação educacional num sistema de ensino público, ao menos subordinado a diretrizes comuns.²⁷

Na tentativa de polarizar a atenção dos governos provinciais e dar um sentido de uniformidade ao ensino, o governo central criou, em 1838, o Colégio D. Pedro II para servir de padrão modelar ao ensino secundário. Conservando o modelo francês, o colégio destinou-se a receber, principalmente, os filhos das classes abastadas. A população jovem que não podia desfrutar dos benefícios desse colégio, o governo central criou, em 1846, o Liceu Nacional, não propondo, porém, a total gratuidade.²⁸

Essa medida incentivou os governos provinciais a criarem Liceus. A Província de São Paulo criou, pela Lei nº 34, de 16 de março de 1846, dois Liceus, um em Taubaté e outro em Curitiba. O ensino primário no Paraná também se beneficiou com

²⁶ CHIZZOTTI. As origens da instrução... Op. cit. p.61-2.

²⁷ AZEVEDO. As origens das instituições... In:—. A cultura... Op. cit. p. 575-6.

²⁸ HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. O ensino secundário no império brasileiro. São Paulo, Grijalbo, 1972. p. 105.

essa lei que o regulamentou e que teve vigência ainda na fase inicial da sua emancipação política.²⁹

No empenho de uniformizar o ensino no país, os debates na Câmara dos Deputados giravam em torno de uma reforma de ensino na Corte, que servisse, ao mesmo tempo, de modelo para a organização do ensino nas Províncias.

Atendendo aos reclamos do governo, em 1854 o Ministro Couto Ferraz apresentou, para o ensino na Corte, uma Reforma que, inclusive, reprecutiu nos regulamentos provinciais. Essa Reforma imprimiu sentido de dinamismo, estruturação e organização ao ensino brasileiro. Entre outras medidas, estabeleceu disposições exigindo melhor capacitação dos professores, inspeção escolar, criação de um Conselho Diretor e rigorosa fiscalização junto às escolas particulares.³⁰

A necessidade de fiscalização, pelo governo, de estabelecimentos particulares na Corte, era devido às irregularidades de funcionamento, abusos e à precariedade do ensino nas escolas, criadas sem qualquer controle.

A Reforma apresentava características semelhantes às das leis francesas de Guizot e de Fallaux, sobretudo dessa última, que reorganizara o ensino na França^{31, 32}, servindo de inspiração ao Ministro para a sua Reforma no ensino da Corte.

²⁹ PILOTTO. A educação no Paraná... Op. cit. p. 53

³⁰ CHIZZOTTI. As origens da instrução... Op. cit. p. 65.

³¹ Em matéria de política educativa, o colapso revolucionário, de 1848 empurrou a França para uma lei de tendência reacionária, propiciadora do caráter confessional (lei Fallaux). É nesta época do Ministro Jules Ferry (+ 1893) que se reorganizou o ensino sobre bases liberais e modernas. LARROYO. História geral... Op. cit. t.2, p. 595.

³² Os debates em torno do ensino que se desenrolaram na Assembléia Constituinte francesa de 1848, culminaram com a Lei Fallaux, introduzindo importantes reformulações na instrução.- BUISSON. Dictionaire de Pdagogie et... p. 1.687. Citado por CHIZZOTTI. As origens da instrução... Op. cit. p. 63.

A fundamentação dessa Reforma nas leis francesas de ensino vieram a reforçar, ainda mais, as ideologias liberais adotadas por um grupo representativo de brasileiros e que eram preconizadas pelo governo da França.

As idéias principais da Reforma reproduziram-se na legislação de quase todas as Províncias, inclusive na Província do Paraná, e prevaleceram em todo o Império no tocante aos aspectos de estruturação e organização do ensino.

3.4 AS REFORMAS DE ENSINO NO MUNICÍPIO DA CORTE E SEUS REFLEXOS NA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NO PARANÁ PROVINCIAL

Visando à uniformização do ensino em moldes nacionais, foi aprovada, em 1854, a Reforma proposta pelo Ministro Couto Ferraz, imprimindo sentido direcional aos regulamentos de ensino nas Províncias.

O plano de Guizot contribuiu, entre outras idéias, para a divisão do curso primário em elementar e superior, com seus respectivos currículos, e o de Fallaux com aquelas relativas à organização e à inspeção escolar. O currículo, basicamente, era o proposto na Lei de 1827, que se fundamentara no plano de Condorcet e pouco se diferenciava daquele de Guizot, adotado na Reforma.

As idéias principais contidas na Reforma repercutiram no Regulamento de ensino da Província do Paraná, aprovado e posto em execução a partir de 1857.

Anteriormente ao Regulamento de 1857, o ensino público na Província do Paraná, regido pela Lei nº 34, de 16 de março de 1846, da Província de São Paulo, fundamentava-se também no plano de Guizot. A Lei apresentava a divisão do ensino primário em dois graus, elementar e superior, e estabelecia o currículo a ser adotado nas escolas.¹ Apesar de não exprimir corretamente o pensamento de Guizot, essa Lei serviu de ponto de apoio para a estruturação do ensino na nova Província.²

Ressaltava o Presidente da Província, Zacarias de Goes e Vasconcellos, que as matérias expostas na Lei, não deviam ser consideradas como obrigatórias, porquanto caberia ao governo a inclusão das mesmas de acordo com "as necessidades e recursos das localidades, bem como estabelecer o regulamento geral

¹ VASCONCELLOS, Zacarias de Goes e. Relatorio do Presidente da Provincia do Paraná... na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de Julho de 1854. Curitiba, Typ. Paranaense de Candido Martins, 1854. p. 14-5.

² PILOTTO. A educação no Paraná... Op. cit. p. 53

expresso na lei francesa e que a Lei paulista procurou imitar"³.

Mas foi a Lei Fallaux, promulgada na França, em 19 de janeiro de 1850, atendendo às necessidades administrativas e de inspeção escolar do ensino francês, que serviu de modelo para a reestruturação e reorganização administrativa do ensino público na Corte.

*Sendo quase integralmente copiada em 1854, na Reforma da instrução do Município Neutro, sua influência diz respeito mais a alterações na organização administrativa e na inspeção do ensino.*⁴

Essa Lei influenciou também a preparação de professores para as escolas primárias, preocupação de algumas Províncias que, a exemplo do que se fazia na França, e incentivadas pelo Ato Adicional que também estimulava o ensino secundário e superior, criaram as primeiras escolas normais: em Niterói, em 1834; na Bahia, em 1836; no Ceará, em 1845 e em São Paulo, em 1846. Esses estabelecimentos, porém, não chegaram a produzir os frutos esperados "mais pela falta de professores idôneos que por falta de alunos"⁵, provocando, inclusive, irregularidades no seu funcionamento.

Essa situação induziu o Ministro Couto Ferraz a adotar as idéias da Lei Fallaux quanto à preparação de professores, de maneira prática e sem despesas para os cofres da Corte, o que, de certo modo, atendia ao problema das dificuldades financeiras das Províncias, entre elas a do Paraná.

Propunha a Lei Fallaux dois métodos para formar professores: um, pelas escolas normais; outro, pela prática, como alunos-mestres para, depois de algum tempo, ocuparem as vagas de professores nas escolas.⁶

³VASCONCELLOS. Relatorio ... em 15 de Julho de 1854. Op. cit. p. 16.

⁴BRASIL. INEP. Campanha de Inquéritos... Introdução ao estudo do currículo... Op. cit. p. 34-5.

⁵POMBO. A República. In:—. Historia do... Op. cit. p. 270.

⁶BRASIL. INEP. Campanha de Inquéritos... Introdução ao estudo do currículo... Op. cit. p. 34-5.

Sem gastos inúteis, acreditou o Ministro ser esse o método mais viável para formar,

*...mestres nas próprias escolas primárias, admitindo nelas a classe dos adjuntos, e criando, para estes especialmente, aulas especiais, complementares, conferências pedagógicas, concursos de prática escolar, etc.*⁷

A praticidade e economia do método induziu as Províncias à sua adoção, evitando arriscarem verba e tempo, inutilmente.⁸

A inspeção escolar, matéria que a Lei Fallaux também abordava, era apontada pelo Ministro como necessidade urgente a ser implantada na Corte, principalmente junto às escolas particulares, sendo levada avante na gestão de Euzébio de Queiroz que, à frente da Inspeção Geral, obteve o aprimoramento dessas escolas pelo controle que seus delegados, não remunerados, realizavam, submetendo a provas de capacidade a maioria dos professores das mesmas.⁹

No Paraná, antes da Reforma de 1857, a inspeção escolar era executada segundo a lei paulista, que propunha uma comissão composta de três membros; reformulada, passava a Inspeção a ser constituída de um "inspetor geral" e de um "inspetor parcial" em cada distrito, nomeados pelo Presidente da Província. Essa alteração foi ressaltada pelo Presidente Zacarias, visto evidenciar a ação do governo, ao qual caberia a "intervenção e a organização" relativas ao ensino.¹⁰

A criação do cargo de Inspetor Geral era imprescindível para o melhor andamento do ensino. Lamentava o Presidente a falta de pessoas com certo nível cultural, na cidade de Curitiba, que pudessem participar dos conselhos de instrução,

⁷ POMBO. A República. In:—. História do... Op. cit. p. 270.

⁸ Ibid. p. 270.

⁹ HAIDAR. O ensino secundário... Op. cit. p. 14.

¹⁰ VASCONCELLOS. Relatório... em 15 de Julho de 1854. Op. cit. p. 14.

auxiliando o governo nos negócios do ensino, como havia na capital da Província de São Paulo e na Corte.¹¹

Os inspetores teriam a seu cargo a fiscalização e a orientação do processo de ensino efetuado em escolas oficiais e particulares. Essas últimas já se faziam presentes no Paraná, como atestam as palavras do Presidente:

*Suposto que muito pouco desenvolvido não deixa de existir ensino particular em alguns pontos da Província. Faltam-me informações circunstanciadas sobre esse assunto para transmitir-vos;...*¹²

Em Paranaguá, onde o ensino encontrava-se mais desenvolvido, havia aulas particulares, bem como em Guarapuava, que contava também com aula de música e de língua francesa.

Em 1854, na localidade de Porto de Cima havia aulas particulares ministradas pelo professor Carlos Mõrikofer, nas quais se ensinava a ler, escrever, contar, desenhar, língua alemã, língua francesa e piano.¹³

Como essa, outras aulas particulares eram ministradas, sem haver, porém, um controle eficaz sobre o seu movimento escolar. Essas aulas atendiam à faixa da população de maiores recursos financeiros, provocando pequena freqüência de alunos.

A maior incidência de escolas particulares ocorria, de maneira geral, nas capitais das Províncias e, principalmente, na Corte, embora no Paraná tal ocorrência se verificasse em Paranaguá, de maior movimentação comercial.

Acreditavam os liberais que a liberdade de ensino, instituída pela Lei de 1827, proporcionaria a proliferação de escolas particulares com o objetivo de atender às massas. O

¹¹VASCONCELLOS. Relatório... em 15 de Julho de 1854. Op. cit. p. 14.

¹²Ibid. p. 25-6

¹³MÕRIKOFER, Carlos. Aula especial do Porto de Cima. In: CORREIA Junior, Manuel Francisco. Offício de 2 de Julho de 1854 ao Presidente da Província do Paraná. OFFÍCIOS, 5:39-40, 1854.

Estado não tinha condições de empreender, sozinho, a tarefa de estender a educação a toda a população. Solicitava e não podia prescindir da cooperação particular que, todavia, não correspondia às suas expectativas.

As escolas oficiais de ensino primário não eram suficientes para atender ao número de crianças em idade escolar, pertencentes, a maior parte, à faixa da população mais pobre.

Outrossim, os currículos estavam em desajuste com as necessidades sociais, pois embora:

... se procurasse dar conteúdo útil aos currículos primários, estes provavelmente ficavam acima da compreensão popular.¹⁴

Na prática, os currículos ficavam reduzidos aos ensinamentos de ler, escrever, contar e instruir moral e religiosamente, mais condizentes com o nível de compreensão das classes mais pobres; porém, não atendiam às necessidades e interesses da camada média da população, constituída pelos negociantes, fabricantes, lavradores, empregados públicos e artistas que freqüentavam as escolas. Tanto assim que o Deputado Torres Homem propusera, na Câmara dos Deputados, em 1847, a criação de cursos intermediários que propiciassem instrução mais extensa e variada.¹⁵

A inaplicabilidade prática dos conteúdos ministrados, veio a ser um dos fatores da baixa freqüência escolar, o que constituiu um dos impedimentos para o êxito do método de

¹⁴ BRASIL. INEP. Campanha de Inquéritos... Introdução ao estudo do currículo... Op. cit. p. 27

¹⁵ BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados. Sessão em 23 de agosto de 1847. t. 2, p. 577. Citado por HAIDAR. O ensino secundário... Op. cit. p. 209-10.

Lancaster¹⁶, além do fato dos recursos financeiros não serem promissores para o setor do ensino.

O Inspetor da Instrução Pública assim se referia às escolas da Província do Paraná e, em particular, às do Município de Morretes, em ofício ao Presidente: *A falta de utensis (!) é bem sensível em todas as aulas da Província quanto mais nas deste Município, onde foi reclamado, nunca foi atendido...*¹⁷

A esses problemas, acrescia aquele econômico das famílias, pois que as crianças, muitas vezes, tinham que prover seu próprio sustento. Assim, a situação econômica familiar, aliada a outros aspectos, concorria também para o baixo índice de frequência às escolas.

Observação feita pelo professor Antônio Ferreira COSTA, de Guaraqueçaba, em dezembro de 1853, retratava essa situação:

*As faltas que vão notadas na coluna competente, entende-se ser o número de lições que faltaram durante o presente trimestre, pela maior parte procedidas, pela necessidade de procurarem o alimento necessário para seu sustento, pela falta de meios de subsistência; e alguns por motivo de doença.*¹⁸

¹⁶ Na realidade o sistema Lancaster não parece ter sido de grande validade no Brasil. Vários Presidentes de Província lamentavam a sua não aplicação, certos estavam de que ele poderia resolver o problema da instrução pública. Por outro lado, o problema não residia em atender-se a um grande número de alunos por somente um professor, pois os relatórios nos apresentam sempre escolas com pequena matrícula, aquém dos mínimos aceitáveis, mesmo modernamente. O nosso povo vegetava no obscurantismo e não sentia grande necessidade de instrução. Talvez por essa razão, em algumas Províncias se pensou mesmo na matrícula compulsória para quantas crianças residissem na vizinhança das escolas estabelecidas. BRASIL. INEP. Campanha de Inquéritos ... Introdução ao estudo do currículo... Op. cit. p. 27.

¹⁷ CORREIA Junior. Offício de 2 de Julho de 1854... Op. cit. 5:38.

¹⁸ COSTA, Antonio Ferreira da. Relação trimensal dos Alunos da Escola de primeiras Lettras da Capella Curada de Guaraqueçaba. In: GUIMARÃES, Manoel Antonio. Ofício em 4 de fevereiro de 1854 ao Presidente da Província do Paraná. OFFICIOS, 2:167, 1857.

Nesse sentido, a educação que, em princípio, devia destinar-se à população em geral, constituía-se, dentro da estrutura social, em benefício usufruído por poucos. Havia, ainda, a discriminação social, expressa na Reforma Couto Ferraz que, referindo-se ao ensino obrigatório, estabelecia ser esse vedado aos escravos.¹⁹

As dificuldades que envolviam o ensino e mais a aplicação de programas nos moldes franceses, além de outros fatores, geravam o distanciamento entre os pronunciamentos na Câmara dos Deputados, Assembléias Provinciais e a aplicação dessas idéias no campo do ensino. Evidenciava-se a distância entre a teoria e a prática.

O Paraná, como outras Províncias, levando em consideração as disposições da Reforma Couto Ferraz, aprovou a Lei nº 21, de 2 de março de 1857, que estabelecia:

Art. 6º O governo, para a execução da lei que criou o ensino obrigatório, fica autorizado a criar para ambos os sexos, asilos de indigentes ou mistos; aos primeiros do sexo masculino poderá adicionar o ensino de ofícios mecânicos.

Art. 7º Para harmonizar as presentes disposições com a legislação vigente, o governo expedirá regulamentos, e fica autorizado a fazer as alterações e reformas essenciais para completar o sistema, assim como a marcar gratificações para os alunos mestres e professores adjuntos.²⁰

Com base nessa Lei, foram aprovados os primeiros Regulamentos da Instrução Pública na Província do Paraná para o ensino primário e secundário e para a Inspeção do Ensino.²¹

¹⁹ BITTENCOURT, Raul. Educação brasileira no império e na república. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, [s.1]19 (49): 48, jan./mar., 1953.

²⁰ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos da Província do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1854. t. 4, p. 14.

²¹ Ibid. p. 61-93.

O Regulamento para o ensino primário e secundário abordava determinações que envolviam a escola, o aluno e o professor, bem como a distinção entre escolas de primeira e segunda ordem, correspondendo à divisão apresentada pela Lei paulista que, como a de Couto Ferraz, se apoiava naquela constante na Lei de Guizot. Também era enfocada a obrigatoriedade do ensino, apontada na Reforma de Couto Ferraz como tentativa de elevar a frequência escolar.

Pelo Regulamento da Inspeção do Ensino estavam sujeitos à fiscalização os estabelecimentos que se ocupassem do ensino primário e secundário, públicos e particulares, a qual seria efetuada por uma equipe composta de um inspetor geral, inspetores de distrito, conselhos literários e sub-inspetores.

As disposições regulamentares do ensino na Província do Paraná concordavam com as da Reforma Couto Ferraz, cujas principais características eram:

*Regulamentação do ensino particular, estabelecendo exigências, submetendo os professores e diretores a provas de capacidade; obrigatoriedade, pelo menos, da metade de professores brasileiros nos colégios estrangeiros; necessidade de autorização para fundação de qualquer colégio particular, etc. Fiscalização oficial, entregue a um inspetor geral, a um conselho diretor e a delegados de distrito. Tinha o inspetor função mais administrativa e o conselho diretor, função técnica. Obrigatoriedade do ensino. Criação de escolas primárias de 2º grau.*²²

Embora não tenham sido cumpridas todas as determinações, constituiu, porém, "a grande reforma da instrução do Império"²³ em face do sentido de organização administrativa e técnica que imprimiu ao ensino na Corte e nas Províncias.

²² FIALHO, Branca. A educação secundária no Brasil, 1500-1900. Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 5: 346, out., 1941.

²³ Ibid. p. 346.

Em 1870, novo projeto era elaborado na Corte pelo Ministro Paulino de Souza com vistas ao funcionamento do curso superior, dispondo também sobre alguns aspectos dos cursos primário e secundário. Previa para o Governo a reorganização do ensino primário e secundário, a fiscalização distrital, aumento de vencimentos para professores e a criação de uma Escola Normal primária na Corte.²⁴ No Paraná, a idéia de se criar uma Escola Normal concretizou-se no Governo do Presidente Affonso de Carvalho, em 1870.²⁵

Os relatórios de Paulino de Souza, apesar de não terem sido discutidos em plenário, foram elucidativos quanto à situação do ensino nas Províncias e na Corte, e apresentavam considerações a respeito dos interesses políticos agindo nesse setor da administração. A ingerência desses interesses era apontada no Paraná pelo Inspetor da Instrução Pública, em 1867²⁶, que aludia à intervenção de políticos no setor da instrução pública, advindo uma situação pouco dignificante para o ensino, na qual constatava-se o pouco apreço dado ao magistério.

A importância dos relatórios de Paulino de Souza está nos levantamentos que retratavam a situação real do ensino, fundamentados em dados estatísticos e que estabeleciam correlação entre as despesas com a educação na Corte e nas Províncias.

Assim se expressava o Ministro:

... sendo este o primeiro trabalho que se faz de semelhante natureza, demos que se aproxime de 150.000 alunos a população escolar em todo o Império para uma população de 8 milhões de habitantes livres.

²⁴ MOACYR, Primitivo. A instrução e o império, subsídios para a história da educação no Brasil, 1854-1889 São Paulo, Ed. Nacional, 1937. p. 129.

²⁵ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos da Província do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense de C.M. Lopes, 1870. t. 17, p. 47.

²⁶ SANTOS. Relatório que apresenta o Inspector Geral da Instrução Publica. In: BURLAMAQUE. Relatório...no dia 15 de Março de 1867... Op. cit. p. 4

A despesa que se faz com a instrução pública primária e secundária (...) é no Município da Corte de 350:000\$000, e nas Províncias de 2:680 contos, em todo o Império. 27

Verificava-se a baixa freqüência escolar em todo o Império, e a deficiência de verbas destinadas à educação de tal modo que, nas Províncias, em relação à Corte, pareciam nulas.

O Ministro fazia alusões também à iniciativa individual para fins de utilidade pública, devendo o governo despertar na sociedade o interesse pela criação de associações que promovessem o ensino e instituíssem escolas às suas expensas, como no caso da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e outras.²⁸

Em 1871, João Alfredo substituiu Paulino de Souza no Ministério e soube manter o interesse despertado pela educação. Houve conferências pedagógicas, com apresentações de trabalhos e discussões com fins educativos do ponto de vista do indivíduo e da sociedade. Nas Províncias, surgiram associações literárias com a mesma finalidade, inclusive no Paraná quando, no governo do Presidente Lamenna Lins, em 1876, foram instituídos Clubes Literários em Curitiba, Paranaguá, Porto de Cima, Antonina, Campo Largo, Castro e uma Associação Literária na Lapa, dedicada à instrução, para o que criara uma biblioteca e um teatro.²⁹

No Relatório à Assembléia, em 1872, o Ministro João Alfredo levantou o problema da baixa freqüência escolar e ressaltou a importância da obrigatoriedade do ensino.

²⁷ MOACYR. A instrução e o império,... Op. cit. p. 107.
|2:680 contos = 2.680:000\$000|

²⁸ —. A instrução e as províncias, subsídios para a história da educação no Brasil. São Paulo, Ed. Nacional, 1940. v. 3, p. 139.

²⁹ LINS, Adolpho Lamenna. Relatorio apresentado à Assemblêa Legislativa do Paraná no dia 15 de Fevereiro de 1876 pelo Presidente da Província... Província do Paraná, Typ. da Viúva Lopes, 1876. p. 55-8.

É portanto de indeclinável e urgente necessidade providenciar para que se torne efetivo e eficaz o princípio do ensino obrigatório, e se multipliquem e melhorem os focos de instrução primária. O ensino obrigatório já está decretado pelo Regulamento de 1854. (...) Entretanto, não podemos empregar contra os pais negligentes ou refratários, os meios coercitivos de que poderíamos dispor, enquanto o Estado pela sua parte não houver facilitado o cumprimento do dever imposto.³⁰

O problema da obrigatoriedade do ensino voltava a ser abordado e discutido o cumprimento da lei, teoricamente de fácil execução, mas impedido na prática por várias razões, entre elas o número reduzido de escolas primárias públicas, impossibilitando muitas vezes às crianças pobres a freqüência à escola, localizadas a quilômetros de distância de suas moradias. - Era necessário, porém, um plano de ação que eliminasse o problema da baixa freqüência escolar. Duas soluções eram apontadas: cumprimento da lei da obrigatoriedade do ensino ou criação de mais escolas primárias pelo Estado. Permanecia o impasse tanto na Corte como nas Províncias.

Na Província do Paraná, a baixa freqüência escolar era preocupação permanente das autoridades administrativas. Em 1867, o Inspetor Geral, Ernesto Francisco de Lima Santos³¹, atribuía, como uma das causas do atraso da instrução e do baixo índice de freqüência às escolas, a pouca importância que os responsáveis por menores davam ao ensino. E afirmava que se o ensino fosse obrigatório como o era em países como a Alemanha, a população não se encontraria em tão grande ignorância e o país seria mais desenvolvido. Para aplicação dos dispositivos legais, mister se fazia ordem superior que desse força e ênfase à sua execução. Essa situação, apontada também por outros Inspectores e Presidentes, era atribuída à falta de eficiência na inspeção do ensino e de professores habilitados.

³⁰ MOACYR. A instrução e o império... Op. cit. p. 139.

³¹ SANTOS. Relatório que apresenta o Inspector Geral da Instrução Pública. In: BURLAMAQUE. Relatório...no dia 15 de Março de 1867... Op. cit. p. 5.

A Reforma de João Alfredo tratava, ainda, da criação de escolas de 2º grau, melhoramento do magistério, do sistema de direção, inspeção e fiscalização do ensino.³²

O andamento posterior do projeto do Ministro João Alfredo, apesar das emendas, não constou dos Anais da Câmara dos Deputados.³³ Porém, foi de grande contribuição à liberdade do ensino e influenciou a criação de escolas de iniciativa particular.

Essa influência repercutiu no Paraná, alterando a organização da Inspeção do Ensino na tentativa de adequá-la às necessidades locais, bem como na preocupação com a formação do professorado. Os debates em torno do assunto provocaram a criação da primeira Escola Normal, em 1870. Entretanto, seu funcionamento regular somente ocorreria a partir do governo de Lamenha Lins, em 1876,³⁴ em face do dinamismo que esse Presidente soube imprimir à educação.

A liberdade de ensino, conferida pelo Ato Adicional, era reiterada no Paraná pelo Regulamento de ensino aprovado em 1876 que estabelecia: *É garantida em todos os graus a mais completa liberdade de ensino, guardadas as disposições deste regulamento.*³⁵

Acreditavam os governantes que tal medida oportunizaria o surgimento de grande número de colégios particulares para ajudarem o governo na expansão do ensino. Aliás, verificou-se na

³² POMBO. A República. In:—. História do... Op. cit. p. 271

³³ LINS, Adolpho Lamenha. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná no dia 15 de Fevereiro de 1877 pelo Presidente da Província... Curitiba, Typ. da Viuva Lopes, 1877 p. 52.

³⁴ MOACYR. A instrução e o Império... Op. cit. p. 168.

³⁵ REGULAMENTO Organico da Instrucção Publica da Provincia do Paraná. In: PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos da Provincia do Paraná. Curitiba, Typ. Paranaense, 1876. t. 23, p. 3-35.

Província o surgimento de diversas escolas, como atestam as palavras do Presidente Lamenha Lins:

Notei com verdadeiro prazer instalarem-se diferentes escolas e colégios particulares depois de promulgado o regulamento. (...) Penso que para semelhante resultado deveria concorrer essa bem entendida liberdade, que não prejudicando o ensino oficial, pode despertar a iniciativa cidadã.³⁶

No governo desse Presidente criaram-se também aulas noturnas para adultos, reflexo das idéias lançadas por Paulino de Souza.

*A instrução dos adultos, daqueles que se privaram na infância dos conhecimentos indispensáveis a qualquer cidadão de um país livre, não foi esquecida na proporção dos fracos recursos da província. Assim foi instalada uma aula noturna que vai tendo bastante concorrência de discípulos,...*³⁷

Contudo, permanecia vedada a matrícula a escravos, proibição que constava na Reforma Couto Ferraz e no Regulamento do Ensino da Província - 1857 - e permanecia no Regulamento de 1876.

Para a organização do ensino prevaleciam as disposições da Reforma Couto Ferraz, norteadoras dos esforços do Ministro João Alfredo que, todavia, "imprimiu novo impulso a todo o serviço do ensino público."³⁸

Na Corte, em sessão da Assembléia Legislativa, em 1875, o deputado Cunha Figueredo fazia críticas ao Governo não só referentemente à documentação a ser apresentada pelos professores

³⁶ LINS, Adolpho Lamenha. Relatorio... no dia 15 de Fevereiro de 1876. Op. cit. p. 52.

³⁷ Ibid. p. 53

³⁸ POMBO. A República. In:—. História do... Op. cit. p. 271.

contratados, que se resumia a uma folha corrida com dados de conduta moral e de costumes, como também à ampliação da liberdade concedida aos particulares e à falta de exigência de profissão de fé católica pelos professores.

Essa preocupação relacionava-se com o incentivo dado pelo governo às correntes imigratórias que, oriundas de países protestantes, poderiam favorecer a disseminação de crenças religiosas contrárias à religião do Estado, bem como a divulgação de idéias políticas subversivas.³⁹ Sabe-se que a Província do Paraná, estimulada pelo governo imperial, desenvolveu importante política imigratória e, como não poderia deixar de ser, os imigrantes trouxeram para este país, sua cultura, tradição e religião.

Debates se fizeram na Câmara dos Deputados: alguns defendiam as idéias propostas por Cunha Figueredo; outros lembravam o dispositivo Constitucional que consagrava a liberdade de crenças, e apelavam para os interesses da colonização. Desse parecer era o deputado Cunha Leitão que, em 1875, propunha emendas ao projeto de João Alfredo, apresentado em 1873, no sentido de que a liberdade de ensino particular, primário, médio e especial, não ficasse restrita ao Município da Corte, pois fora instituída para todo o território nacional, a par da obrigatoriedade do ensino elementar. Nessa emenda, dispensava os filhos de famílias protestantes, freqüentando escolas públicas do estudo da religião do Estado e de qualquer ato religioso praticado nas escolas.⁴⁰

*O ensino livre, argumentava o deputado Cunha Leitão, facilitará a abertura de muitas escolas, e a instrução obrigatória fará com que a freqüência não lhes falte.*⁴¹

A semelhança do ocorrido com o projeto de João Alfredo,

³⁹ HAIDAR. O ensino secundário... Op. cit. p. 186

⁴⁰ Ibid. p. 186.

⁴¹ Ibid. p. 187.

as emendas apresentadas por Cunha Leitão ficaram no esquecimento na Câmara dos Deputados. Entretanto, suas idéias repercutiram e, no Paraná, aquelas relativas à liberação de escolas particulares encontravam-se no Regulamento de 1876, o qual recebera, ainda, influência das idéias de Paulino de Souza e de João Alfredo. Assim também a liberdade para a freqüência ao ensino religioso nas escolas públicas, que constava nesse Regulamento.⁴²

As idéias liberais chocavam-se com as do partido conservador que defendia o controle do Estado e fazia restrições à iniciativa particular. Em 19 de abril de 1879, o Ministro Leônicio de Carvalho decretava a liberdade do ensino primário e secundário na Corte e a liberdade do ensino superior em todo o Império.⁴³ Essa atitude, francamente liberal, encontrava sentido no contato mais intenso estabelecido entre o Brasil e a Europa, "...fornecedora não só dos maquinários e instrumentos que se importavam...", como também das "...novas idéias que passaram a circular no acanhado meio intelectual dos meados do século XIX...", no Brasil, assimiladas de autores europeus e americanos, reforçando as "...crenças do liberalismo e cientificismo."⁴⁴

As transformações ocorridas na metade do século introduziram algumas modificações na estrutura econômica e social do país, afetando não somente o mercado interno e estimulando o processo de urbanização dos centros mais expressivos do Império, mas também agitando o mundo intelectual que começava a *perceber e analisar nossa realidade sócio-cultural, de acordo*

⁴² PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos... 1876. Op. cit. t.23, p. 31.

⁴³ HAIDAR. O ensino secundário... Op. cit. p. 189.

⁴⁴ RIBEIRO, Maria Luiza Santos. História da educação brasileira, organização escolar. 2. ed. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979. p. 64

com as últimas teorias." 45

As idéias de Pestalozzi, Herbart, Froebel e outros pedagogos influenciaram os sistemas educacionais dos países europeus no início do século XIX, notadamente a Prússia, onde a "eficiência de seu sistema escolar tornou-se modelo para todos os Estados"⁴⁶, repercutindo na organização do ensino elementar francês e no ensino público americano.

Resultaram essas idéias numa "preocupação de ordem metodológica" que, aliada aos novos conhecimentos adquiridos no "campo da psicologia, por meio dos estudos de Weber, Fechner, Wundt, Ribot e outros"⁴⁷, iriam favorecer o surgimento de novas diretrizes no campo da educação, visando a atender à massa popular.

A constatação pelos intelectuais brasileiros do progresso adquirido pelas nações européias e americana, adotando a educação como base para o progresso econômico e social, reforçou as idéias que já haviam sido debilmente incorporadas à Constituição do Império.

O contato de brasileiros com o ensino alemão propiciou a difusão de novas idéias por intelectuais como Tobias Barreto, Vieira Silva e Teixeira Macedo.

Assim o projeto de Leôncio de Carvalho, caracterizado por idéias inovadoras, dizia respeito à liberdade de ensino, à incompatibilidade do professorado com os cargos públicos e administrativos, à obrigatoriedade do ensino e à liberdade de crença religiosa. Além de outras disposições, como a criação de jardins de infância, escolas mistas e escolas normais, o projeto tratava do currículo escolar, adicionando atividades

⁴⁵ RIBEIRO. História da educação... Op. cit. p. 64

⁴⁶ EBY, Frederick. História da educação moderna, teoria, organização e prática educacionais. 2. imp. Porto Alegre, Globo, 1970. p. 462.

⁴⁷ BRASIL. INEP. Campanha de inquéritos... Introdução ao estudo do currículo... Op. cit. p. 42

práticas que alteravam aquele proposto em 1854. Poucas foram as conseqüências práticas desse projeto, entre elas a liberdade de ensino religioso, que gerou muitos debates, e a organização de colégios de outras tendências pedagógicas, como a positivista, que começavam a ser aplicadas.⁴⁸

Em 1880, o Presidente Dantas Filho aludiu à obrigatoriedade do ensino e ao seu cumprimento, a ser realizado pela fiscalização efetiva dos inspetores junto às escolas, sugerindo, para tanto, restrições nas despesas do governo para melhor atendimento a esses funcionários.⁴⁹

No ensino paranaense, algumas inovações foram adotadas como a regulamentação da Educação Física nas escolas, em 1882, e a que se pretendia fazer junto aos professores e às escolas, referentes a material e prédios apropriados.

Para auxílio na obra junto às escolas públicas, o governo provincial estabeleceu nesse ano, que uma parte do imposto predial se destinaria ao melhoramento desses estabelecimentos.⁵⁰

Ainda em 1882, extinguiu-se o Instituto Paranaense e criavam-se diversas escolas noturnas para adultos, visando a atender ao dispositivo da reforma eleitoral que permitia o voto ao indivíduo que soubesse escrever.

Isso era fruto do espírito liberal e da tentativa de estender a educação primária à população em geral, aliada à necessidade do voto.

Data desse período o aparecimento de escolas secundárias femininas na Corte, como resultado da iniciativa particular.⁵¹

⁴⁸RIBEIRO. História da educação... Op. cit. p. 66-7

⁴⁹DANTAS Filho, Manuel Pinto de Souza. Relatório...á Assemblêa Legislativa do Paraná no dia 16 de Fevereiro de 1880 pelo Presidente da Provincia... Curityba, Typographia Perseverança, 1880. p. 36.

⁵⁰CARVALHO, Carlos Augusto de. Relatório que ao... Comendador Antonio Alves de Araujo 1º Vice-Presidente da Provincia do Paraná apresentou...ao passar-lhe a administração em 26 de Maio de 1883. Curityba, Typ. Perseverança de J.F.Pinheiro, 1884. p. 93

⁵¹RIBEIRO. História da educação... Op. cit. p. 67

O ensino feminino, até então restrito às escolas primárias, era estendido ao curso secundário, transparecendo a idéia que começava a tomar corpo, da valorização da mulher a quem cabia também o direito de educar-se. No Paraná, já em 1854, o Presidente Zacarias ressaltava o papel feminino na sociedade e o seu direito à educação.

As idéias se encaminhavam e surgiram no parecer de Rui Barbosa, em 1882, revestidas de certo pragmatismo. Transpareciam mais intensamente nos princípios pedagógicos por ele estabelecidos, inspirados "nos meios sociais mais diversos, como a Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos."⁵²

*Impelido por um idealismo ardente e generoso que não lhe permite tomar pé na realidade, (...).(....) propõe todo um plano sob a forma de reorganização, (...) mas, sem proceder a um inventário do estado material, social, econômico e moral do país, e sem estabelecer antes a finalidade pedagógica, social, política, a que devia orientar-se toda a estrutura do sistema e para a qual deviam convergir, coordenadas e subordinadas a uma unidade fundamental de princípios, as suas instituições escolares de várias naturezas e de todos os níveis.*⁵³

As idéias de Rui Barbosa diziam respeito à ação do Estado, despesas com o ensino público, obrigação escolar, escola leiga, liberdade de ensino, métodos e programas escolares, organização pedagógica, formação do professorado, administração, inspeção, conselho superior da instrução nacional, conselhos diretores, conselhos de paróquias, higiene escolar e outros aspectos.⁵⁴

Preconizava para o ensino primário a divisão em quatro categorias:

⁵²AZEVEDO. As origens das instituições... In:———. A cultura... Op. cit. p. 608.

⁵³Ibid. p. 608-9.

⁵⁴MOACYR. A instrução e o império... Op. cit. p. 221.

- a) jardins de crianças;
- b) escolas primárias elementares;
- c) escolas primárias médias;
- d) escolas primárias superiores.⁵⁵

Adotando modernas orientações froebelianas para os jardins de crianças, incorporava as idéias lançadas por Herbart e Pestalozzi, pretendendo introduzir atividades práticas no ensino, o qual, todavia, se revestia de aspectos intelectualistas, com grande ênfase no estudo das ciências. Apesar do caráter positivista e experimental que Rui Barbosa procurou imprimir ao plano, esse não fugia às "idéias e preceitos herbatianos da educação pela instrução."⁵⁶

Embora a reforma proposta por Rui Barbosa não fosse aprovada, influenciou, principalmente no início do século XX, a organização do ensino primário em vários Estados brasileiros.

Suas idéias eclodiram no Paraná provincial em 1883, quando o Presidente Oliveira Bello criticava os métodos adotados nas escolas paranaenses como antiquados e contrários aos métodos pedagógicos modernos.

*Atuando sô na memória, lidando por incrustar nela mecânica e impertinente umas quantas noções abstratas, sintéticas e nulas geram esses conhecimentos - "verdadeiros cogumelos, na frase de Pestalozzi, que brotam nos dias de inverno e que pronto fenecem ao primeiro sol."*⁵⁷

Ressaltava o referido Presidente o emprego do método intuitivo,

⁵⁵ BRASIL. INEP. Campanha de inquéritos... Introdução ao estudo do currículo... Op. cit. p. 46.

⁵⁶ Ibid. p. 51.

⁵⁷ BELLO, Luiz Alves Leite de Oliveira. Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 2ª sessão da 15ª Legislatura no dia 1º de Outubro de 1883 pelo Presidente da Província... Curityba, Typ. Perseverança, 1883. p. 33.

*... o que embebe o espírito da criança na realidade da natureza, na expressão de Froebel, o que estuda o objeto e não a palavra, as causas e não as noções abstratas, o mundo e seus fenômenos e não o formalismo doutrinal e iname (sic) dos compêndios: ...*⁵⁸

Como essas, outras idéias foram colocadas, relativas à Educação Física, religião, vocação para o magistério, inspeção do ensino e educação das mulheres, para o que sugeria uma reforma na Escola Normal.⁵⁹ Contudo, o baixo índice de frequência era, ainda, uma das grandes preocupações. Em 1883, era aprovado o regulamento para o ensino obrigatório como tentativa de solução desse grave problema.

Novas tentativas de reformas no ensino foram propostas à Câmara dos Deputados, na Corte, muitas delas assentadas nos pareceres de Rui Barbosa, voltadas, porém, mais para o ensino secundário e superior como o plano de organização do ensino apresentado pelo Deputado Almeida de Oliveira, em 1882.⁶⁰

Em 1886, o Ministro do Império, Barão de Mamoré, nomeava "uma comissão para estudar as bases para a reorganização do ensino primário e secundário no Município Neutro".⁶¹ Transformada em lei, a Reforma Barão de Mamoré, de 24 de agosto de 1887, foi executada na parte referente ao ensino secundário e superior⁶², ficando o ensino primário nos moldes estabelecidos pela Reforma de 1854.

A divulgação do que se fazia em países da Europa e nos Estados Unidos em relação à educação, deixava evidente aos deputados e ministros do Império a incipiência das escolas brasileiras, principalmente as primárias, necessitadas da atenção

⁵⁸ BELLO. Relatorio...no dia 19 de Outubro de 1883... Op. cit. p. 33

⁵⁹ Ibid. p. 33.

⁶⁰ MOACYR. A instrução e o império... Op. cit. p. 397.

⁶¹ Ibid. p. 443

⁶² PEIXOTO. Noções de história... Op. cit. p. 234.

do governo central.

No Paraná, a constante preocupação com o ensino primário, por parte dos diversos governos, foi uma realidade. Os regulamentos, decretos, leis e atos governamentais retratam essa preocupação. A regulamentação do currículo da escola primária não sofreu alterações substanciais após o regulamento de 1857; apenas o setor administrativo e o de inspeção ficavam sujeitos a modificações, como coloca Erasmo PILOTTO: *... tudo, seguramente no intuito de encontrar uma fórmula de execução que se adaptasse à realidade do ambiente paranaense.*⁶³

A tentativa de incorporar as novas idéias que surgiam no campo da educação, por meio das reformas e projetos apresentados na Câmara dos Deputados e aquelas de pedagogos europeus e americanos, fazia com que os regulamentos do ensino primário sofressem modificações que acabavam exigindo a elaboração de novos regulamentos. Essas alterações demonstravam o interesse que persistiu entre os governantes da Província, animados pelo espírito de renovação e no intuito de adaptar as antigas situações às novas propostas, atendendo às necessidades mais prementes do setor do ensino primário provincial.

⁶³ PILOTTO. A educação no Paraná,... Op. cit. p. 108.

4. A ESTRUTURA DO ENSINO PRIMÁRIO NA
PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1854 - 1889

4.1 A LEGISLAÇÃO DO ENSINO DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS NA PROVÍNCIA DO PARANÁ

A legislação do ensino na Província do Paraná foi marcada por quatro Regulamentos que, todavia, poucas divergências apresentavam entre si.

Inicialmente foi prescrita pela Lei paulista de 1846 que, juntamente com a Reforma Couto Ferraz, serviu de fundamentação para a elaboração do seu primeiro Regulamento, em 1857.¹ Esse Regulamento estabelecia normas para as escolas públicas e particulares. As primeiras eram de caráter gratuito, mantidas pelo Governo, conforme rezava a Constituição do Império, gratuidade essa estendida às casas de asilo para instrução de indigentes. As segundas foram criadas por particulares ou associações com prévia verificação de habilitação e conduta. Os dois tipos de escolas funcionaram sob inspeção do Governo, ficando obrigadas a comunicar aos Inspectores de Ensino o seu funcionamento, andamento do ensino e a apresentar a relação trimestral dos alunos com seu respectivo aproveitamento, entre outras obrigações.

A disseminação do ensino entre os pobres levou o governo a autorizar a criação de asilos nas principais localidades da Província, para instrução mista de indigentes e pagantes, prevendo-se, inclusive, elaboração de regulamento para estudo, economia e regime, na hipótese de sua criação.

O Regulamento de 1857 determinava, ainda, o impedimento da coexistência da escola e da habitação do professor no mesmo local, salvo naqueles com deficiência de recursos, autorizando-se importâncias para o custeio de aluguéis de casas escolares.

Nas escolas públicas, as matrículas, realizadas segundo

¹ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos... Op. cit. t.4, p. 61-82.

o referido Regulamento, de 19 a 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, eram permitidas apenas a crianças com idade superior a 5 e inferior a 15 anos. Eram excluídos os portadores de doenças físicas e mentais, os escravos e os expulsos anteriormente.

O calendário escolar estabelecia férias de 8 de dezembro a 6 de janeiro, do domingo de Ramos ao 19º dia útil depois da Páscoa, dias santos e feriados por lei, considerando inclusive as quintas-feiras, quando não houvesse outro feriado na semana, reduzindo a semana escolar a cinco dias úteis.

O Regulamento abordava, entre outros aspectos, a obrigatoriedade do ensino como uma das alternativas para o incentivo à frequência escolar. Essa medida fora tomada em 1854, na primeira lei provincial sancionada para o ensino e reiterada nesse Regulamento, estabelecendo o ensino obrigatório para crianças com idade de 7 a 12 anos, residentes num círculo de um quarto de légua da escola, ficando os transgressores sujeitos à multa de 10 a 50\$000.

O índice das frequências escolares era um dos indicadores do baixo nível do processo ensino-aprendizagem, que não motivava a permanência dos alunos na escola, resultando na defasagem entre matrícula e frequência.

A baixa frequência era atribuída, pelo Inspetor Geral, em 1867, à falta de responsabilidade do corpo docente em preparar devidamente os alunos para os exames finais, bem como à inobservância dos métodos de ensino, desconhecidos por muitos e aplicados por poucos. Acrescentava que o pouco apreço ao magistério resultava de interesses e de influências políticas preenchendo-se as vagas com pessoas inabilitadas e reforçava a necessidade da obrigatoriedade do ensino.²

Essa obrigatoriedade, prescrita no Regulamento de 1857, era considerada pelo Presidente Burlamaque³, ainda em 1867,

² SANTOS. Relatório do Inspector Geral... In: BURLAMAQUE Relatório...no dia 15 de Março de 1867... Op. cit. p. 4

³ BURLAMAQUE. Relatório...no dia 15 de Março de 1867... Op. cit. p. 29.

como inaplicável não só no Paraná, mas também em todo o Brasil, em virtude da disseminação da população pelo território brasileiro. No Paraná, numa superfície de 8.000 léguas quadradas, só a longos intervalos se encontrava escassa população, a qual, por sua vez, não compreendia o valor e os benefícios do ensino. Mesmo ficando a obrigatoriedade restrita a um quarto de légua da escola, era impraticável sua execução, devido à deficiência econômica da população.

Dentro de um tal circuito podem existir muitos pais pobríssimos, que não tenham, nem ao menos, meios de dar vestido decente a seus filhos, e que, para se manterem, precisem do auxílio deles na cultura da terra, e em outros misteres da vida.⁴

Daí, também, a preocupação das autoridades em fornecer material escolar às crianças sem recursos financeiros, fazendo constar disposições regulamentares e verbas orçamentárias nesse sentido.

Quanto ao ensino primário, era dividido em dois níveis, elementar ou de 1ª ordem, e superior ou de 2ª ordem, estabelecendo-se que o excesso de 90 alunos em escolas de 1ª ordem, determinaria a criação de uma escola de 2ª ordem, e o número de 70 alunos a indicação de um monitor. Esse critério para criação de escola de 2ª ordem não se adequou às condições curriculares dos níveis de ensino, visto o Regulamento estabelecer currículos diferentes para um e outro nível, não sendo o excesso de alunos que determinava o maior ou menor rendimento escolar de cada um, mas sim a verificação do resultado do processo ensino-aprendizagem.

Contudo, para matrícula em escolas de 2ª ordem, era exigido o título de aprovação na de 1ª ordem. Havia, portanto, certa incoerência entre criação de escolas de 2ª ordem e admissão de alunos.

O Regulamento tratava da formação de professores por

⁴ BURLAMAQUE. Relatorio...no dia 15 de Março de 1867...
Op. cit. p. 29

meios práticos e econômicos, como indicava a Reforma Couto Ferraz. A falta de professores habilitados e a inexistência de Escola Normal levou à adoção de estratégia de concursos e treinamentos práticos num escalonamento que ia do monitor ao aluno-mestre, em seguida ao professor adjunto e, finalmente, ao professor propriamente dito. Esse escalonamento se fazia por intervalos de tempo e provas de habilitação, perfazendo três anos consecutivos que correspondiam ao tempo regulamentar do curso da Escola Normal, além de exigir a frequência em escola de 2ª ordem.

A aplicação desse sistema, embora atendesse às necessidades financeiras da Província, não correspondia plenamente à sua realidade escolar, com poucas escolas de 2ª ordem que se situavam em centros como Castro, sendo criadas mais tarde, em Curitiba e Paranaguá. No caso de frequências elevadas em outras localidades tornou-se difícil a efetivação desse sistema.

Apesar de não ser o ideal, o sistema de monitores atendia, de certa forma, à formação de professores sem grandes custos para a Província, que lhes destinava a gratificação mensal de 1\$200, estipulada no Regulamento. Porém, o problema permanecia e nem sempre havia professores suficientes para substituir aqueles licenciados ou em férias, ocasionando o fechamento da escola por dois ou três meses. Na previsão orçamentária de 1857-58⁵, por exemplo, constavam apenas 10 alunos-mestres e 8 professores adjuntos nomeados por concurso.

As condições para admissão de professores eram: idade mínima de 18 anos, atestado de conduta e capacidade profissional, a ser comprovada mediante concurso, ou por títulos reconhecidos aos graduados em academias nacionais e estrangeiras. Os concursos ou exames de habilitação para professores de escolas de 1ª ordem consistiam em provas escritas, orais e práticas, havendo diferenças entre os de escolas masculinas e

⁵ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos... Op. cit. t. 4, p. 48-9.

femininas.⁶ Incluía leitura, caligrafia, gramática nacional, aritmética até regra de três, sistema de pesos e medidas do Império e utilizavam-se as obras de Cirilo Delermendo, Padre Antônio Vieira, Garret e Padra Caldas. O exame prático era realizado em escola da Capital, após aprovação nos dois primeiros. Para as professoras eram estabelecidas as mesmas disciplinas, embora o exame de aritmética se limitasse às quatro operações, além de provas de costura, bordados e trabalhos de lã.

Para as candidatas às escolas de 2ª ordem⁷, exigia-se aprovação em escolas de 1ª ordem e exames de geografia, história, música e língua francesa, para a qual se utilizavam as obras de Fénelon e de Massilion Boileua.

O ensino nas escolas de 2ª ordem era dividido entre dois professores, um encarregado das disciplinas de 1ª ordem e outro das acessórias, que correspondiam às de 2ª ordem.

A situação funcional dos professores variava de acordo com a forma de sua admissão ao magistério público, dependendo a efetivação dos resultados obtidos nos concursos.

A falta de elementos nacionais era prevista, podendo ser contratados professores estrangeiros desde que atendessem às condições do Regulamento. Esse era um meio de suprir as escolas vagas e, ao mesmo tempo, oportunizar o trabalho e integrar o elemento estrangeiro na nova comunidade.

O exercício do magistério era incompatível com atividades comerciais, industriais ou funções administrativas, que somente seriam permitidas por indicação e licença do Inspetor Geral.

A formação do professorado por meio do sistema de

⁶ Instruções para os exames dos candidatos ao professorado expedidas em virtude do art. 73 do Regulamento de 8 de Abril de 1857. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1857 Op. cit. p. 4. p. 135-6.

⁷ Instruções para os exames das cadeiras de Instrução primária da segunda ordem para o sexo feminino. In: Ibid. p. 132-3.

estágios e estudos em escola de 2ª ordem não correspondia às necessidades do ensino, que contava como quadro do magistério constituído de professores vitalícios por tempo de serviço e por aqueles interinos, com prazo para se habilitarem em exames.

O sistema indicado no Regulamento de 1857 não apresentava condições de ser implantado em todas as localidades da Província, e as poucas escolas de 2ª ordem não chegaram a cumprir suas finalidades. Propôs-se, em 1867, a extinção desse grau de ensino e, em seu lugar, uma escola de preparatórios, com um professor para as matérias absolutamente indispensáveis ao magistério, considerando-se que as matérias acessórias, ensinadas nas escolas de 2ª ordem, pertenciam, por sua natureza, ao curso secundário.⁸

Criou-se nesse ano a Escola de Pedagogia⁹ que, entretanto, não solucionou o problema devido à morosidade de seu regulamento, que resultou na inoperância e na permanência daquelas de 2ª ordem.

Continuava o quadro do magistério constituído de professores vitalícios, interinos e poucos professores formados, conforme o sistema indicado.

Permanecia a idéia de criação da Escola Normal, efetivada em 1870¹⁰, cujo currículo incluía somente as disciplinas essenciais. A falta de elementos habilitados para lecionar naquela Escola levou à hipótese da contratação de dois ou três professores de outras Províncias para comporem o seu corpo docente. Sua estruturação sofreu diversas críticas em virtude do acúmulo de despesas que representaria para a Província, a cujo respeito declarava o Presidente Oliveira Lisboa:

⁸ BURLAMAQUE. Relatorio...no dia 15 de Março de 1867... Op. cit. p. 32-3.

⁹ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Decretos da Província do Paraná, Curityba, Typ. Paranaense, 1867. t.14, p. 6

¹⁰ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos da Província do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1870. t.17, p. 47-9.

A escola normal montada com o aparato que propõe o digno inspetor geral é uma instituição destituída de propriedade para a Província, e lhe custaria muito caro, pois teria de ir procurar fora pessoal habilitado por preços que não pode pagar. Se parecer absolutamente indispensável a instituição do ensino normal na Província, basta criar para ele uma cadeira no Liceo.¹¹

A criação dessa Escola, embora houvesse ficado somente no plano legal, influiu na situação funcional do professorado fazendo cessar o provimento vitalício e estabelecendo a ocupação de vagas no magistério por interinos que seriam substituídos, tão logo houvesse professor normalista. A nova situação pretendia eliminar a diferença entre professores vitalícios e interinos, passando inclusive o magistério à classificação em três entrâncias, as quais seriam reguladas de acordo com a localização da escola.

A 1ª entrância compreendia as escolas contratadas, criadas nos aldeamentos, colônias e povoações distantes. A 2ª, as de vilas e freguesias mais populosas e a 3ª, as de cidades e vilas importantes.

Com a Escola Normal inoperante, o recurso era formar professores pelo sistema de estágios e concursos, e regularizar a situação dos interinos, convocando-os para exames de habilitação. No entanto, as alterações ocorridas no setor do ensino, desde 1857, estavam a exigir nova regulamentação. O Regulamento de 1871¹² tratou da nova distribuição funcional dos professores e de aspectos ligados à administração do ensino.¹³ Ficava regulamentada a classificação em entrâncias e

¹¹ LISBOA, Venancio José de Oliveira. Relatório apresentado à Assemblêa Legislativa do Paraná na abertura da 2ª sessão da 9ª Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente... no dia 15 de Fevereiro de 1871. Curityba, Typographia de Candido Martins, 1871. p. 2.

¹² Regulamento da Instrução Publica. In: PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos da Provincia do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1871. t. 18, p. 122-43.

¹³ A Inspeção do ensino é abordada em capítulo à parte.

substituído o sistema de formar professores segundo o modelo "stage" da legislação francesa, por outro, nos moldes ingleses, dos "pupils-teachers", que apresentavam maiores garantias que o anterior.¹⁴ Esse sistema, que se assemelhava ao primeiro, recorria também à estratégia do aluno-mestre para formar professores. Continuava esse aluno a auxiliar o professor nas escolas de 1ª ordem e a se submeter a exames anuais no prazo de três anos consecutivos, sem frequentar, porém, escolas de 2ª ordem, que haviam sido extintas. O termo "monitor" deixava de existir, passando a se empregar somente o de aluno-mestre.

A obtenção do título de professor dava direito ao Diploma da Habilitação, que tinha por modelo aquele conferido ao aluno-mestre, ao professor adjunto e alunos do Liceu com as alterações convenientes (ver modelo, anexo 19).

Por esse Regulamento, aos que concluíam as escolas primárias era conferido outro diploma, conforme modelo, anexo 19.

A nomeação de professores implicava comprovação da idade de 18 anos, de conduta moral e capacidade profissional e, ainda, daquela relativa à profissão de fé católica, que seria fornecida pelo pároco. Essa exigência ligava-se aos debates na Corte em torno de possíveis influências religiosas contrárias àquela professada pelo Estado.

Para as professoras eram exigidas as mesmas comprovações e mais a certidão de casamento ou de óbito do marido ou de sentença de separação. Se solteiras, era solicitada licença dos pais e só poderiam lecionar em suas casas ou na de parentes casados. Mesmo considerando a mentalidade da época, não deixou de ser peculiar essa determinação às solteiras, que pretendiam garantir, moralmente, sua atuação no magistério público.

¹⁴ BARROS, Bento Fernandes. Relatório apresentado á sua Excellencia o Sr. Presidente da Provincia do Paraná Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa pelo Inspector Geral da Instrucção Publica... Curitiba, Typographia de Candido Martins, 1871.p.18.

O provimento das escolas se faria por professores habilitados em exames, por adjuntos ou ainda por aqueles formados pelo Liceu. Essa escola, na forma que se estruturou no Regulamento, desempenhou papel de relevo na formação do professorado, porquanto os diplomados por ela tiveram preferência para as vagas no magistério e estavam isentos dos exames de habilitação.

Os professores lotados interinamente, até a data do Regulamento, estavam sujeitos a exames no prazo de seis meses¹⁵ para serem efetivados, ficando na mesma situação funcional os novos professores admitidos por concurso, que seriam compreendidos na classificação de 1ª entrância. As promoções às entrâncias seguintes seriam realizadas após 5 anos de efetivo exercício para a 2ª entrância e após mais 4 anos, para a 3ª entrância. Às diferentes entrâncias se vinculariam os vencimentos.

De curta vigência, esse Regulamento deu lugar a outro, aprovado em 1874¹⁶, que apresentou algumas alterações e incluiu disposições a respeito do ensino obrigatório.

Dentre as alterações, a mais importante dizia respeito à classificação dos professores em quatro categorias, de acordo com as localidades em que estivessem lotados, bairro, freguesia, vila e cidade, sem nenhuma referência às entrâncias.

O provimento das escolas era feito por exame de seleção, ao qual, naquele mesmo ano, haviam concorrido 5 candidatos que obtiveram diversos graus de aprovação.¹⁷

A comissão dos exames, constituída de quatro elementos, e presidida pelo Inspetor Geral, passou a incluir a participação do Presidente da Província, perante o qual se realizavam os exames escritos e orais.

¹⁶ Regulamento da Instrução Publica. In: PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos da Província do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1874. t.21, p. 198-222.

¹⁷ ABRANCHES, Frederico José Cardoso de Araújo. Relatorio com que... abriu a 1ª sessão de 11ª Legislatura da Assemblêa Legislativa Provincial no dia 15 de Fevereiro de 1874. Curityba, Typographia da Viuva Lopes, 1874. p. 26.

Dentre as condições para admissão ao magistério permanecia aquela de profissão da "religião do Estado", bem como o sistema de formação do professorado que, nesse ano, acusava a atuação de 7 alunos-mestres em escolas da Capital, de Paranaquá, da Lapa e de Guarapuava.

A criação de algumas escolas nesse período fora fruto dos debates em torno da obrigatoriedade do ensino que, para a sua efetivação, não prescindia de mais escolas que facilitassem o acesso de crianças residentes em localidades distantes.¹⁸ Outro aspecto que também influíra fora o aumento do contingente escolar pela entrada de elementos estrangeiros na região.

A má interpretação do termo obrigatoriedade envolvera a expressão "liberdade de ensino" que se tentava retificar nesse Regulamento, incluindo na obrigatoriedade, além da frequência às escolas públicas, aquela às particulares. O sentido de liberdade de ensino não impedia os pais de enviarem seus filhos à escola, nem tão pouco de receberem aulas particulares, as quais eram aceitas pelo Regulamento.

Várias questões foram levantadas para o cumprimento desse dispositivo, prevalecendo, porém, sua determinação legal. Ficavam sujeitas a ela as crianças com idade entre 7 a 12 anos, residentes na área de cada município, estabelecendo-se multas aos responsáveis, como já fora previsto em 1857, sem que, todavia, fossem executadas.

O ensino particular, embora livre, estava sujeito à fiscalização da Inspeção do Ensino e ao compromisso de remessa a esta repartição do movimento escolar e da relação dos alunos aprovados. Essa determinação, que já figurava nos Regulamentos anteriores, visava ao controle da rede particular que, em 1868, ficara isenta de qualquer fiscalização.¹⁹ Essa

¹⁸ Há de se considerar que as distâncias naquela conjuntura apresentavam maiores proporções, em vista das dificuldades das vias de comunicação e de locomoção.

¹⁹ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos da Província do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1868. t. 15, p. 26-7.

isenção fundamentou-se na idéia de liberdade de ensino, tomada em seu sentido mais amplo, para favorecer o surgimento de maior número de escolas, o que se constatou pela criação de 16 novas escolas particulares nos anos compreendidos entre 1868 e 1874.²⁰

Apesar do controle que o Regulamento de 1874 impunha, os estabelecimentos particulares poderiam ser criados livremente sem necessitar de aprovação prévia do Inspetor Geral, conforme estabelecia o Regulamento de 1857. Entretanto, ficavam sujeitos, além da fiscalização, ao fechamento da escola, caso fossem verificados procedimentos contrários à moral e à religião do Estado.

No Regulamento de 1871 e no de 1874 foram incluídos como feriados os dias de carnaval, além daqueles estabelecidos em 1857. Incluía-se também dispositivos aprovados em anos anteriores, relativos à aposentadoria, licença e remoção de professores e à extinção de escolas.

O atendimento à população escolar carente era feita pela previsão de fornecimento de material escolar, e para o controle disciplinar proibía-se a aplicação de castigos corporais como a palmatória, que fora permitida no ano anterior.²¹

As constantes alterações nos artigos dos Regulamentos, que às vezes não se incorporavam ou não se apresentavam bem elaborados, tornavam determinadas questões passíveis de interpretações variadas. A revogação de artigos e a aprovação de leis únicas faziam os Regulamentos perderem sua consistência, exigindo reformulações. As dificuldades econômicas da

²⁰ ARAÚJO, José Feliciano Horta de. Relatório apresentado à Assemblêa Legislativa da Província do Paraná na abertura da 1ª sessão da 8ª Legislatura pelo Presidente... no dia 15 de Fevereiro de 1868. p. 17. e ABRANCHES. Relatório... no dia 15 de Fevereiro de 1874. Op. cit. p. 24.

A falta de informações nos anos compreendidos entre 1868 e 1874 leva à comparação dos dados fornecidos pelos Relatórios acima indicados.

²¹ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos da Província do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1873. t.20, p. 27.

Província também se refletiam no setor do ensino, resultando em cortes de verbas que implicavam na alteração ou na revogação de disposições regulamentares.

Os problemas que envolviam esse setor, impedindo o desenvolvimento da instrução em geral, não correspondiam aos esforços do Governo que dispndia parcelas até certo ponto significativas da receita provincial. Salientava o Presidente Lamenha Lins, em 1876, o pouco desenvolvimento do ensino:

Promulgam-se todos os anos leis e regulamentos sobre o ensino; sente-se o poderoso esforço que se faz para desenvolver a instrução pública, e compreende-se que todos estão acordes neste grandioso pensamento. Entretanto os resultados não correspondem aos sacrifícios feitos. 22

Acrescentava serem tais problemas oriundos de situações complexas, as quais podiam ser classificadas em seis ordens: falta de habilitação profissional; importância mínima atribuída à instrução por parte dos pais; falta de estímulo aos professores; insuficiência de meios de subsistência; inutilidade dos concursos e falta de fiscalização rigorosa pela inspeção. Apesar das considerações do Presidente, foram criadas em seu governo diversas escolas em núcleos comunitários que se formavam próximos aos centros urbanos.²³

Dois anos mais tarde foi aprovado novo Regulamento (1876) que pode ser considerado como o mais completo e bem elaborado do período provincial. Tentou-se, nesse Regulamento, ordenar as diversas leis promulgadas, que se referiam principalmente à situação funcional dos professores e às alterações na administração do ensino, com o objetivo de se reestruturar as diretrizes educacionais da Província.

A criação da Escola Normal em 1870, embora inoperante, constituiu um dos fatores preponderantes na reestruturação do Regulamento de 1874, em vista das novas mudanças provocadas na situação funcional do professorado.

²² LINS. Relatorio...no dia 15 de Fevereiro de 1876...
Op. cit. p. 42.

²³ Ibid. p. 42.

Com a criação dessa Escola, as escolas de 2ª ordem perderam sua principal função: proporcionar maior embasamento de estudos ao aluno-mestre com pretensões à carreira do magistério. Esse nível de ensino, que já não constava nos Regulamentos de 1871 e 1874, fora substituído pelo sistema de exames anuais, em três anos consecutivos, sem exigência de curso complementar.

Outro fator decisivo foram as variações que ocorreram no sistema de inspeção escolar que eliminava inspetores paroquiais e conselhos literários para, em seguida, reincorporá-los.

Aprovado em 16 de Julho de 1876, o Regulamento²⁴ garantiu, em todos os graus, a liberdade de ensino, guardadas as suas disposições, e declarava a gratuidade do ensino público e a obrigatoriedade de freqüência ao ensino primário. Permanecia, pois, a principal característica do ensino público - a gratuidade - conforme determinava a Constituição Imperial.

A instrução seria difundida pelas escolas públicas dos três tipos, primário, normal e secundário, por colégios e escolas particulares subvencionados ou não pela Província. Foi determinada a criação de escola elementar onde se verificasse a existência de 40 alunos em condições de aprender; caso contrário, as escolas particulares existentes receberiam subvenção correspondente à metade dos vencimentos que coubessem aos professores de povoados.

Voltavam as escolas públicas elementares a serem classificadas como de 1ª entrância, as situadas em povoados e bairros; de 2ª entrância, as de freguesias e vilas; e de 3ª entrância, as de cidades, correspondendo-lhes a classificação dos professores, à qual se vinculariam os vencimentos e se obedeceria a ordem para promoções e remoções.

O funcionamento das escolas se processaria de suas maneiras: nas vilas, povoados e bairros haveria uma sessão com

²⁴Regulamento Organico da Instrucção Publica da Província do Paraná. In: PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos... 1876. Op. cit. t. 23, p. 1-37.

início às 9 h. e término às 15h; nas cidades, duas sessões, uma pela manhã, das 9. às 12h. e outra à tarde, das 13h. às 16h.

Criava-se uma escola noturna primária para adultos do sexo masculino, que funcionaria em um dos salões do Instituto Paranaense, sendo as sessões em dias alternados e as aulas ministradas por um professor primário da Capital.

Essa modalidade de ensino, instituída em 1872²⁵, visava a oportunizar a freqüência à escola àqueles que, por diversos motivos, não o puderam realizar na idade adequada.

Designavam-se professores primários para regê-las, percebendo a gratificação de 600\$000, sendo fator importante para criação dessas escolas a impossibilidade de voto por parte daqueles que não soubessem ler e escrever.

O período letivo estabelecido pelo calendário escolar, nesse Regulamento, estendia-se de 8 de janeiro a 30 de novembro, com interrupções aos sábados, domingos, dias santos e feriados por lei, além da quinta-feira que permanecia como dia de descanso, podendo ser substituído por outro, segundo os costumes locais. Garantia-se certa flexibilidade no calendário, atendendo-se, inclusive, aos diversos costumes procedentes dos grupos de imigrantes, para os quais voltava-se também a determinação que facultava o ensino religioso, desde que fosse requerido pelos responsáveis pelos alunos.

A formação de professores, que constituiu no setor da educação um dos mais sérios debates, foi resolvida no governo do Presidente Lamenha Lins, com a implantação de uma Escola Normal, na Capital, por meio da Lei nº 456, de 12 de abril de 1876.²⁶ Visando a solucionar os diversos problemas que envolviam esse setor, medidas foram tomadas, entre elas a criação dessa Escola, de acordo com as disponibilidades financeiras da Província.

²⁵ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos da Província do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1872. t. 19, p. 43.

²⁶ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos... Op. cit. t. 23, p. 20-3.

O interesse demonstrado por esse Presidente pelo ensino e pela formação do professorado havia levado à instalação, no ano anterior, da Associação Propagadora do Ensino, com a finalidade de se criar uma Escola Normal, além de cursos periódicos. Essa associação que, no início de 1876, contava com 62 associados, pretendeu instituir conferências literárias visando à atualização dos professores e à publicação de diversos artigos no jornal oficial.²⁷

De forma econômica e à exemplo dos bons resultados em algumas Províncias, esse Presidente propôs a criação da Escola, anexa ao Instituto de Preparatórios, então denominado Instituto Paranaense, com aproveitamento de professores para ambos os cursos e atendendo às necessidades dos que aspiravam a carreiras superiores e ao magistério.

A freqüência à Escola Normal era incentivada pela licença anual, concedida a dez professores para realizarem o curso e pela determinação, aos formados, de maiores vantagens de vencimentos, sem, entretanto, proporcionar condições aos candidatos, cabendo-lhes pagar seus substitutos. Condicionava-se também, a gratificação dos alunos-mestres à freqüência à Escola Normal, estando os não inscritos sujeitos à demissão.

Destinada somente ao sexo masculino, a Escola influiu na estratégia de preenchimento de vagas no magistério para escolas masculinas, que passava a ser feito por meio de contratos e exames de habilitação, enquanto para as escolas femininas permaneciam os concursos de seleção. As nomeações posteriores ao Regulamento seriam feitas mediante concurso, com direito à vitaliciedade, na tentativa de ser moralizada a admissão de professores, evitando-se nomeações diretas, por pedidos políticos.

A vitaliciedade seria adquirida pelos antigos professores, contados três anos de serviço e comprovação de curso secundário, enquanto os normalistas gozariam desse benefício

²⁷ LINS. Relatorio...no dia 15 de Fevereiro de 1876...
Op. cit. p. 54-5.

desde a data de seu provimento. Aqueles sem curso secundário e normal obteriam a vitaliciedade após cinco anos de exercício e comprovação de haver preparado pelo menos um quinto de seus alunos, cabendo-lhes contar esse tempo de serviço para efeito de aposentadoria, estando sujeitos, entretanto, durante esses cinco anos, a serem demitidos pelo Presidente da Província.

A aposentadoria, como nos demais Regulamentos, era requerida após 25 anos de exercício com direito ao ordenado integral, a não ser os aposentados antes do prazo, cujos vencimentos seriam proporcionais ao tempo de serviço. Poderiam continuar no magistério os aposentados no prazo regulamentar, percebendo a gratificação correspondente à 5ª parte dos vencimentos.

Permanecia no Regulamento o compromisso dos professores públicos e particulares, de manterem informada a Inspetoria Geral a respeito do andamento do ensino e do movimento escolar.

Diversas situações funcionais ocorriam devido à falta de professores formados, o que gerava uma série de alternativas tentando assegurar direitos ao professor antigo e, ao mesmo tempo, regularizar outras situações que divergiam daquela prevista para os diplomados pela Escola. Se, por um lado, o governo procurava solucionar essas situações, por outro facilitava a permanência das mesmas, quando da contratação de professores que, ao invés de cursarem a Escola Normal, aguardavam o tempo necessário para requerer o provimento vitalício, ficando garantidos tal como os normalistas.

Os artigos destinados a solucionar essas questões poderiam ter constituído lei especial de curta vigência, finda a qual seria exigido para a admissão de professores o certificado de conclusão da Escola Normal. Todavia, a impraticabilidade desta medida ligava-se às diversas dificuldades envolvendo o candidato e o governo, que iam desde despesas pessoais, problemas de locomoção, até mesmo ao pressionamento político quanto à sua execução.

A responsabilidade de fornecimento de vestuário e material escolar aos alunos pobres era transferida, nesse Regulamento,

para as Câmaras Municipais, bem como a promoção e fiscalização do cumprimento da obrigatoriedade do ensino, objetivando o aumento de freqüência às escolas.

A regulamentação desse dispositivo foi expedida pelo governo²⁸ no ano seguinte, isentando das aulas oficiais as crianças que freqüentassem escolas particulares ou recebessem instrução na família, sob comprovação do Inspetor Paroquial. As disposições eram aplicáveis tanto às escolas públicas como particulares.

O controle da freqüência seria feito pelo professor que comunicaria ao Inspetor o nome da criança faltosa e de responsável, sendo as faltas registradas a cada mês, estabelecendo-se, então, os procedimentos a serem tomados, conforme a gravidade do caso. Além desses aspectos, o Regulamento abordava aqueles relacionados aos exames, fornecimento de material escolar e determinava a isenção de trabalho às crianças que freqüentassem escola. Com essa determinação, protegia-se o menor, e eliminava-se um dos impedimentos de freqüência às aulas; ao mesmo tempo, ela se constituía em mais uma forma de pressionamento, visando à elevação das freqüências escolares.

Embora o assunto fosse abordado insistentemente pelas autoridades, diversos problemas impediram a execução desse Regulamento. Recaía-se no argumento da falta de escolas ou de elementos habilitados ou não. O governo, sem oferecer os meios necessários para a freqüência à escola, ficava sem condições de exigir o cumprimento de tal medida. A tentativa de criar mais escolas para facilitar o acesso dos alunos, foi infrutífera, visto a reduzida freqüência a algumas tornar o ensino oneroso e sem grandes resultados. Permanecia, pois, o impasse.

A tentativa de solução desse problema poderia ser a criação de escolas mistas, congregando num só ambiente meninos e meninas, recebendo aulas de um só professor, o que seria economicamente vantajoso para a Província.

²⁸ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos da Província do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1877. t.24, p. 168-72.

A criação dessas escolas, a partir de 1874, a exemplo de três aulas particulares mistas existentes na Capital, constituiu-se em nova experiência feita pelo governo, sugerindo-se a designação de professoras que ensinariam as disciplinas curriculares e os trabalhos de agulha para as meninas.²⁹

Nesse sentido, manifestava-se o Presidente Dantas Filho, em 1879:

O aumento das escolas mistas será também de grande vantagem, porquanto, além de determinar considerável economia, tem dado em alguns países, e especialmente nos Estados Unidos, (...) excelentes resultados, crescendo que as sobras que se apuraram poderão ser aplicadas a outras necessidades do ensino.

*Também segundo a opinião dos melhores escritores que se têm ocupado do assunto, são as professoras as mais idôneas, para o magistério, nas escolas mistas e seria acertada a criação de uma escola normal desta espécie, onde elas se habilitassem.*³⁰

Surgia daí a necessidade da criação de uma Escola Normal para meninas e a separação dos cursos de preparatórios e da Escola Normal, pois não era conveniente o mesmo programa de ensino para os dois cursos, além do prédio onde funcionavam, abrigar maior número de rapazes.³¹

Por volta de 1880, pensou-se na reestruturação do Regulamento de 1876 em virtude das alterações em alguns de seus artigos, limitando-se, porém, o governo ao sancionamento de uns poucos regulamentos, específicos à determinados aspectos do ensino, entre os quais o Regulamento do Instituto Paranaense e da Escola Normal, em 1882, e o referente à escola da

²⁹ ABRANCHES. Relatorio...no dia 15 de Fevereiro de 1874
Op. cit. p. 25.

³⁰ DANTAS Filho, Manuel Pinto de Souza. Relatorio apresentado à Assemblêa Legislativa do Paraná no dia 4 de junho de 1879 pelo Exmo. Presidente da Provincia... Curityba, Typographia Perseverança, 1879. p.20.

³¹ Ibid. p. 20

cadeia que, criada em setembro de 1879, visava a atender um setor administrativo e a proporcionar ensinamento àqueles que não os haviam recebido na infância por falta de oportunidades, ocupando-os em atividades que lhes permitiriam recuperar a dignidade humana.³²

A Escola Normal, criada em 1876, apresentara nesses quatro anos reduzido número de matrículas, ficando praticamente sem efeito alguns artigos do Regulamento, elaborados com a finalidade de garantia funcional aos futuros normalistas e aos antigos professores. Mais uma vez o governo acomodava funcionalmente os professores contratados, concedendo a vitaliciedade àqueles em exercício por mais de cinco anos, sem exigir o cumprimento de uma das cláusulas do Regulamento, que era preparar para os exames finais ao menos um quinto dos alunos.³³ A facilidade concedida pelas leis, dando garantias funcionais, eximia os professores de freqüentarem a Escola Normal.

A renovação do quadro do magistério com novos elementos tornava-se possível pelas prováveis vagas resultantes de aposentadoria concedida aos professores com mais de 60 anos, contados vinte anos de serviço.³⁴ A perspectiva desses novos elementos contribuiria para melhorar o estado da instrução pública que apresentava maior número de escolas, sem, contudo, corresponder às expectativas das autoridades quanto aos índices de freqüência. A obrigatoriedade, regulamentada em 1877, não resolvera esse problema e os incentivos governamentais para a criação de escolas particulares não despertaram, suficientemente,

³² Acta da installação da aula primaria do sexo masculino da cadêa de Curityba e Regulamento provisorio para a escola da cadêa d'esta Capital. In: MENEZES, Luiz Barreto Correa de. - Relatorio apresentado ao...Doutor Manuel Pinto de Souza Dantas Filho Presidente da Provincia do Paraná em 31 de Janeiro de 1880 pelo...Chefe de Policia... Curityba, Typ. da Viuva Lopes, 1880. p. 52-5.

³³ DANTAS, Filho. Relatorio...no dia 16 de Fevereiro de 1880. Op. cit. p. 37

³⁴ PARANÁ, Leis Decretos, etc. Leis e Decretos da Provincia do Paraná. Curityba, Typ. Perseverança, 1880. t. 27, p. 18.

o interêsse da iniciativa privada, permanecendo a falta de escolas, não obstante se destinarem às camadas mais abastadas da população. Lançando mão dos poucos recursos da receita provincial, o governo subvencionava e contratava professores particulares para ministrarem aulas à população infantil carente.

A reforma de ensino, a execução do ensino obrigatório e a centralização da Inspeção do ensino, pela atuação direta dos Inspectores de distrito nas localidades, eram medidas apontadas pelo Inspetor Moisés Marcondes, em 1882, que poderiam solucionar a maior parte dos problemas do ensino. A vitalidade era também um dos obstáculos para a melhoria do corpo docente, que se acomodava na rotina de suas aulas, sem o estímulo de maiores aspirações na carreira do magistério, impedindo a ação das autoridades na exigência de ensino mais aprimorado. Os interesses políticos, imiscuindo-se no magistério, sem respeitar o mérito e o desempenho profissional de alguns, provocavam remoções, exonerações e nomeações de elementos não habilitados.³⁵ A classificação dos professores em entrâncias, segundo sua capacidade, não procedia, pois:

A escola é a mesma na cidade, na vila, como no povoado; o trabalho do professor é igual em toda parte; o direito que têm os alunos a um bom mestre não pode ser determinado pelo lugar em que eles habitam e o fato de ser professor de uma cadeira de 3ª entrância não prova que o professor de cidade tenha habilitações mais vastas do que o professor de aldeia. ³⁶

As diferenças de vencimentos se regulariam pelo mérito de cada professor, aspecto aliás subjetivo para a avaliação do desempenho de cada um, a não ser que fossem estabelecidos

³⁵ MARCONDES, Moyses. Relatorio que ao...Dr. Carlos Augusto de Carvalho Presidente da Provincia do Paraná apresentou o Director Geral da Instrucção Publica... Curityba, Typ. Dezenove de Dezembro, 1882. p. 3.

³⁶ Ibid. p. 6

critérios nesse sentido. Para a reativação da Escola Normal que não contava, naquele ano, com aluno matriculado, a Inspeção de ensino sugeria o estabelecimento de prazo para todos os professores cursarem-na, findo o qual ou perderiam seus direitos ou sofreriam alguma penalidade. Propunha-se o ingresso de mulheres no curso e a criação, na Capital, de um pensionato para meninas pobres que quisessem se dedicar ao magistério. A Província forneceria os meios, e as candidatas se comprometeriam a ensinar durante certo período de tempo ou concordariam com descontos a serem feitos em seus futuros ordenados.³⁷ Pessoas carentes eram incentivadas ao estudo com conotações de valorização da mulher, por ser elemento mais acomodado e menos reivindicador. O atendimento a essa proposição se faria de imediato, segundo leis que tratariam da admissão do elemento feminino por meio de contratos ou exames de seleção.

A obrigatoriedade do ensino, apontada pela Inspeção como um dos recursos eficazes para a elevação do índice da frequência escolar, permanecera no plano teórico desde sua regulamentação, em 1877. Novas medidas deveriam ser tomadas para sua execução que, todavia, encontravam resistência por parte de muitos que consideravam a obrigatoriedade um instrumento pressionador e hostil ao princípio de liberdade individual.³⁸

Acreditando ser o ensino compulsório a solução para a baixa frequência às escolas, foi assinado pelo Presidente Oliveira Bello, o "Regulamento do Ensino Obrigatório"³⁹, em 3 de dezembro de 1883. Justificando tal medida, por meio de imperativo legal, citava as palavras do filósofo e pedagogo Cousin, referindo-se ao ensino na França e que apresentava como exemplo o ensino desenvolvido na Alemanha. Observava Cousin:

³⁷ MARCONDES. Relatório...do Director Geral da Instrução Publica... 1882. Op. cit. p. 7

³⁸ Ibid. p. 4.

³⁹ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis, Decretos e Regulamentos da Província do Paraná. Curityba, Typ. Perseverança, 1883. t. 30, p. 16-27.

... é contraditório proclamar a necessidade da instrução primária, e não querer o único meio eficaz de realizá-la — o ensino obrigatório.⁴⁰

Com base nessa assertiva, Oliveira Bello empreendeu a aplicação do regulamento do ensino obrigatório, contestada como inexecutável por aqueles que se fundamentavam no argumento empírico de que os cofres provinciais não poderiam sustentar esse tipo de despesas, altamente oneroso.

Refutando tal argumento, o Presidente apoiava-se na legislação do país, em que a medida da frequência obrigatória era imperativa e que, devido ao seu não cumprimento, permanecia como compromisso a ser assumido. Apontava a presença dessa medida nos diversos projetos apresentados à Câmara dos Deputados, na Corte.

O regulamento de 17 de fevereiro de 1854, na Corte a consagrar; os conselheiros Euzébio de Queiroz, em 1863, Paulino de Souza, em 1870, João Alfredo, em 1871, e a comissão parlamentar, em 1882, insistiram sobre a urgência de adotá-la e ofereceram idéias e projetos, quase todas as províncias, inclusive esta, têm em suas coleções legislativas decretos, regulamentos; no entanto, o ensino obrigatório continuava uma aspiração platônica e uma reforma de interesse palpitante.⁴¹

Pretendia-se a dinamização da matrícula às escolas, o que, de outra forma, iria minimizar a evasão escolar. O regulamento do ensino obrigatório não resolveu somente o problema da matrícula e da frequência, mas, indiretamente, influenciou na inspeção escolar, porquanto cabia aos superintendentes das escolas fiscalizar assiduamente essas frequências.⁴²

⁴⁰ BELLO, Luiz Alves Leite de Oliveira. Relatório que ao ...Dr. Brazílio Augusto Machado de Oliveira apresentou... ao passar-lhe a administração em 22 de agosto de 1884. Curityba, Typ. Perseverança, 1884. p. 38.

⁴¹ BELLO. Relatório...de 22 de Agosto de 1884. Op.cit.p.41

⁴² Ibid. p. 41.

Após a obrigatoriedade do ensino, os índices de frequência escolar elevaram-se significativamente, constatando-se diferenças mínimas entre matrícula e frequência. A fiscalização dos superintendentes junto às escolas, controlando o movimento escolar, fora eficiente e dera bons resultados. A idade estabelecida para o ingresso à escola fora distendida a 14 anos, aceitando-se inclusive alunos com até 15 anos que não tivessem cursado o ensino elementar. Essa determinação assemelhava-se àquela de 1857, que admitia o ingresso de alunos com até 15 anos. Os demais Regulamentos haviam reduzido para 12 o limite máximo para o ingresso às escolas, deixando a faixa dos adolescentes sem perspectivas de estudo.

A inclusão dessa faixa etária não deixou de contribuir para o aumento das matrículas e da frequência escolar, mas um dos méritos da nova forma de fiscalização foi a redução da evasão escolar, que ocorria acentuadamente, chegando-se ao extremo de se fechar escolas por contarem apenas com 3 a 5 alunos. O fundo escolar, sugerido em 1882, fora implantado juntamente com o Regulamento, concorrendo para o fornecimento de vestuário às crianças pobres, impedidas até então de frequentarem a escola. Procurou-se aliar à imposição legal de frequência à escola os meios para sua efetivação. Para o êxito desse Regulamento, deve ser considerada a criação intensificada de escolas mistas nessa década, que garantiram as frequências tanto de meninos como de meninas, e também o aumento do contingente populacional da Província, principalmente a partir da década de 70, com a entrada de imigrantes o que iria repercutir na elevação do contingente escolar pelo aumento da população infantil.

Os resultados, após a implementação desse Regulamento, evidenciaram a inconsistência dos argumentos daqueles que atribuíam o baixo índice das frequências à falta de habilitação de vários professores. A incapacitação de alguns poderia concorrer para a menor motivação à frequência escolar, mas não constituía a razão primordial, porquanto o problema da frequência implicava em diversos fatores. Contudo, a formação dos professores continuou sendo uma das grandes preocupações

do governo não só quanto ao nível cultural, como também em relação à manutenção de escolas secundárias que garantiam ao Paraná certo prestígio, no setor da educação, ante as demais Províncias.

Porém, a habilitação de professores por meio de curso regular não se concretizava e o governo via baldados os esforços para criação da Escola Normal, em face do reduzido número de alunos.

Novas alterações se fizeram na organização da Escola Normal, atendendo ao modelo proposto pelo Decreto nº 7.247, de 1879, enviado pelo Ministro do Império a todos os Presidentes de Província com o fim precípua de promoverem a criação de Escolas Normais. Para cumprimento das novas determinações, o governo da Província do Paraná solicitou auxílio ao governo geral, em vista do estado das finanças provinciais. Dependia a permanência das bancas de exames gerais de preparatórios, da organização do curso da Escola em 7 séries (Anexo 28), justificando, assim, as despesas para conservação desse privilégio.⁴³ Essas bancas de exames garantiam, por outro lado, a permanência de bom número de alunos cursando aulas na Província, encaminhando-se mais tarde para os cursos superiores ou para a carreira do magistério. Dessa maneira também garantir-se-ia a freqüência à Escola Normal.

Em novembro de 1882, o governo estabelecia maiores vantagens salariais para os normalistas, dando garantias, entretanto, aos concursados. Essa concessão resultava na acomodação funcional de elementos sem o curso Normal. Dava-se preferência também às professoras para a regência de escolas com alunos menores de 12 anos, introduzindo-se, assim, no corpo docente, maior número de elementos femininos.

Maiores vantagens deveriam ser dadas aos diplomados pela Escola, facilitando-se aos professores em exercício os meios

⁴³ PIMENTEL, Sancho de Barros. Relatorio com que... passou a administração da Província ao 1º Vice-Presidente Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá no dia 26 de Janeiro de 1882. Curitiba, Typ. Perseverança, 1881. p. 23-4.

de cursar as aulas ou impondo-se condições severas para o prazo das matrículas.⁴⁴ Procurando tornar a Escola Normal mais atrativa, o Presidente Oliveira Bello, em 1884, restaurava o Instituto Paranaense e anexava-lhe a Escola Normal,⁴⁵ cercan-do-a de vantagens, garantias e tornando o título de normalis-ta, até certo ponto, importante. Mas nem assim as matrículas foram mais elevadas que nos anos anteriores.

O Regulamento aprovado para o funcionamento dos dois cursos estabelecia o curso Normal em dois anos, com currículo simplificado nas disciplinas essenciais, evitando-se maiores despesas para a Província. Adotava-se, em parte, a conduta que orientara o Presidente Lamenha Lins quando da criação da Escola.

Outras instruções foram expedidas pela Inspeção do En-sino⁴⁶ quanto aos concursos para o provimento de cadeiras va-gas no magistério que seria efetuado por meio de provas es-critas e orais. As escritas constariam de ditado, um ponto de aritmética ou sistema métrico, com duração de meia hora, e as orais de perguntas sobre religião, princípios da moral cris-tã, elementos de aritmética e sistema métrico, noções de his-tória e geografia do Brasil e leitura de um trecho de obra clássica com duração não inferior a cinco minutos. Para as professoras, o exame incluiria prendas domésticas, efetuando-se alguns trabalhos de agulha.

O tempo estipulado para as provas fora tão reduzido que se poderia levantar dúvidas quanto à sua validade em termos de avaliação do nível cultural do candidato e mesmo para o pre-enchimento de vagas, que acabava se efetuando por meio de contratos ou subvenções, haja visto contar o ensino, em 1883⁴⁷.

⁴⁴ MARCONDES. Relatório que...apresentou o...Director Ge-ral da Instrução Publica... 1882. Op. cit. p. 6.

⁴⁵ BELLO. Relatório que...apresentou...em 22 de Agosto de 1884. Op. cit. p. 38

⁴⁶ Instruções para o provimento das Cadeiras Publicas de instrução primaria. In: PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis, Decretos e Regulamentos... 1883. Op. cit. t.30, p. 30-2.

⁴⁷ Ibid. p. 64.

com 25 professores e 12 contratados, elevando-se para 80, em 1887, o número de professores subvencionados.⁴⁸ O sistema de subvenções que vinha sendo adotado pelo governo foi largamente utilizado nessa década por ser menos oneroso e comprometedor para a Província, que não incluía os subvencionados nas vantagens concedidas por lei.

Voltava-se a admitir professores interinos no magistério, em lugar de contratados e sua efetivação dependia de exames de habilitação. Como já vinha ocorrendo, o provimento de escolas por meio de contratos e da nomeação de interinos, decorria, muitas vezes, de solicitações políticas, em favor de elementos desprovidos de conhecimentos pedagógicos e até mesmo dos conteúdos disciplinares, não garantindo, assim, um corpo docente capacitado.

Em 1887, a Província contava com o quadro do magistério público constituído de 28 professores vitalícios, 69 efetivos, 23 interinos e 3 contratados.⁴⁹ As diversas situações funcionais eram consequência das leis que, tentando regularizar a instabilidade funcional de alguns, atingiam apenas limitado número de professores.

O funcionamento irregular da Escola Normal e o seu reduzido número de alunos não permitiram ao governo prover as escolas provinciais com professores normalistas, exceto algumas poucas que contaram com esse privilégio. O provimento continuava por meio de exames de habilitação ou de contratos por tempo indeterminado.

A criação de escolas promíscuas, em 1874, apresentou vantagens e bons resultados tanto econômico como de freqüência, tomando aos poucos o lugar das escolas para um ou outro sexo e

⁴⁸ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Decretos da Província do Paraná em 1886. Curitiba, Typ. da Gazeta Paranaense, 1887. p. 40.

⁴⁹ FARIA Sobrinho, Joaquim d'Almeida. Relatório apresentado à Assemblêa Legislativa do Paraná no dia 17 de Fevereiro de 1887 pelo Presidente da Província... Curitiba, Typ. da Gazeta Paranaense, 1887. p. 76.

superando-as em número, em 1887. Essa tendência se acentuaria em 1888, com a Lei nº 917⁵⁰ que estabelecia a extinção da escola da cadeia na Capital e de escolas especiais para um e outro sexo nas vilas e freguesias, e a regência das escolas promíscuas preferentemente por professoras, embora os horários de funcionamento fossem diferentes para cada um dos sexos.

O provimento das escolas seria feito por normalistas ou professores vitalícios e, em último recurso, seriam nomeados ou contratados professores que se habilitassem em exames perante professores da Escola Normal.

A substituição de escolas masculinas e femininas por escolas promíscuas resultou na extinção de todas aquelas existentes em vilas e freguesias e daquelas classificadas como de 1ª entrância. Pretendia-se a transferência da manutenção das escolas criadas em caráter particular e lotadas por professores subvencionados para as Câmaras Municipais, que receberiam auxílio do governo provincial. Por conta da Província permaneceriam somente as subvenções que estivessem incluídas na lei orçamentária. Entretanto, os Municípios não apresentavam condições de suprir com recursos próprios as escolas extintas, originando-se diversos protestos, dirigidos ao Presidente da Província, por parte de professores, Inspetores de distrito e mesmo da própria sociedade paranaense. Essa medida fora resultado da política de contenção de despesas empreendida pelo governo para contornar seus problemas financeiros, contando com elevado saldo de dívidas. Os cortes de verbas foram gerais e, no setor da educação, recaíram nas subvenções. Diversas localidades ficaram privadas, por mais de um ano, de escolas e professores, pois somente em outubro de 1889 foi consignada na despesa provincial nova subvenção a 100 escolas particulares⁵¹, promíscuas ou não, para as quais se expediu

⁵⁰ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Colleção de Leis e Decretos da Provincia do Paraná em 1888. Curitiba, Typ. Penitenciária, 1912. p. 18-20.

⁵¹ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Colleção de Leis, Decretos e Regulamentos da ex-Provincia e do Estado do Paraná em 1889. Curitiba, Typ. Penitenciária, 1912. p. 32.

regulamento específico.⁵² O provimento das escolas seria feito independente das provas de habilitação, dando-se preferência aos subvencionados quando concorressem em exames às escolas, classificadas em entrâncias.

O restabelecimento de todas as escolas extintas não foi imediato, sendo criadas somente 15 escolas subvencionadas, percebendo anualmente cada professor 360\$000, conforme estabelecia o Regulamento.

A necessidade de reunir em único Regulamento as diversas medidas destinadas aos sub-setores do ensino público, já se fazia sentir a algum tempo, levando o governo a elaborar novo Regulamento, sancionado em janeiro de 1890.⁵³ A alteração para duas entrâncias, estabelecida na Lei de 1888, foi modificada nesse Regulamento, retornando à classificação das escolas em três entrâncias, conforme aquela apresentada em 1876, porém com nova forma classificatória, considerando como de 3ª entrância somente as escolas da Capital, de 2ª as de cidades importantes e de 1ª as de vilas e freguesias. As escolas dos diversos bairros, que anteriormente eram de 1ª entrância, passaram à categoria de contratadas, com os professores percebendo 480\$000. Seu provimento era feito mediante contratos e para regê-las dava-se preferência aos legalmente habilitados, os quais, todavia, não eram incluídos na ordem de acesso funcional no quadro do magistério, ficando sujeitos à habilitação em exame e por merecimento para, posteriormente, serem removidos para as escolas de 1ª entrância.

O escalonamento no quadro do magistério obedecia à classificação das escolas, sendo o nível funcional mais elevado o de professor em escolas de 3ª entrância.

Esse Regulamento manteve as disposições daquele de 1876,

⁵² PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Colleção de Leis, Decretos e Regulamentos da ex-Provincia e do Estado do Paraná em 1889. Curitiba, Typ. Penitenciária, 1912. p.80-1-

⁵³ Regulamento da Instrução Publica do Estado do Paraná. In: PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos e Regulamentos de 1890-1891. Curityba, Typ. d'A Republica, 1929. p. 39-50.

salvo as alterações na divisão do ensino primário, que retornava àquela estabelecida no primeiro Regulamento, o de 1857, em dois graus de ensino, o elementar e o complementar, e a inclusão de algumas disciplinas no programa de ensino primário complementar, já previstas em atos governamentais de 1886 e inclusive referidas pelo primeiro Presidente da Província, Zacarias de Goes e Vasconcellos, em 1854.

O restabelecimento do ensino complementar, anteriormente denominado superior, visava a proporcionar melhor embasamento nos estudos aos alunos do curso primário, principalmente àqueles com pretensões a cursos secundários e superiores.

A alteração no corpo do magistério e na rede escolar pública praticamente não afetou o número de escolas e de professores, em virtude de sua recriação e readmissão após um ano. Essa alteração era referente ao professorado de 1ª entrada que passava a ser contratado sem vínculo funcional, concorrendo para a redução das despesas provinciais.

Em face das dificuldades em recrutar professores formados ou habilitados determinou-se como estabelecera a Lei de 1888, que as escolas criadas poderiam ser, ou não, promíscuas, vindo essa medida a complementar a política de contenção de despesas. A necessidade de substituir as escolas extintas por novas escolas tivera bons resultados com a subvenção a professores particulares, o que levou o governo a aplicar o mesmo sistema na rede escolar oficial, classificando-as na categoria de contratadas.

A admissão de professores, segundo o Regulamento, era feita, além dos contratos, por exames de habilitação a serem realizados em fevereiro e em julho de cada ano, sendo separados da lista dos aprovados os nomes dos professores que regeriam as escolas masculinas em caráter interino para apresentarem, posteriormente, comprovação do curso da Escola Normal, enquanto os demais eram lotados nas escolas, em caráter definitivo. Para as escolas femininas eram admitidas professoras contratadas por um ano, findo o qual deveriam habilitar-se em exames, salvo aquelas habilitadas ou diplomadas por Escolas Normais de outras Províncias. As professoras não formadas

obteriam a vitaliciedade após cinco anos de exercício, desde que habilitadas no exame previsto em Lei e apresentassem a vigésima parte do total de alunos aptos em todas as matérias do programa escolar. Os professores não habilitados em exames não teriam direito à vitaliciedade. Os professores e professoras normalistas teriam direito a mais um terço dos vencimentos após quinze anos de exercício. Os direitos adquiridos ficavam assegurados pelo novo Regulamento e pelos artigos não revogados dos Regulamentos de 1876 e de 1884.

A nova organização da rede escolar e do magistério ficou estabelecida em novo quadro⁵⁴ (Anexo 34) que os apresentava classificados em três entrâncias. Na classificação de 3ª entrância fora incluída a escola de deficientes surdos-mudos, regida pela professora Elvira de Loyola Pinho, que se habilitara nos métodos especiais no Instituto da Corte. Essa escola funcionava anexa à escola promíscua regida pela mesma professora.⁵⁵ Incluía-se também, mas na categoria de escolas contratadas, um curso prático de agricultura anexo à escola promíscua sob a regência do Professor Jeronymo Durski, localizada na Colônia Nova Orleans. A idéia da criação dessa escola remonta à época do governo do Presidente Lamenha Lins, quando se instalaram diversas colônias de imigrantes no Paraná. Embora concretizada em setembro de 1888, nunca entrou em funcionamento. Por meio dela pretendia-se a integração do colono estrangeiro ao trabalho da nova terra, orientando-o a respeito do clima, tipo de terra e produção mais adequada para a região.

Embora esse Regulamento fosse aprovado em nova conjuntura política, recebera a influência das idéias provinciais.

⁵⁴Quadro do pessoal da Instrução Publica do Estado do Paraná e Respectiva Despesa. In: PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos e Regulamentos de 1890-1891. Op. cit. p. 64-81.

⁵⁵Pode-se afirmar com segurança que essa tenha sido a primeira professora oficial no Paraná a se especializar no ensino para deficientes surdos-mudos, pelo método Braille, em 1884, quando foi instituída a escola que recebeu o apoio no governo do Presidente Oliveira Bello. O autor.

Assim, nem chegou a ser executado, tendo sido revogado três meses depois devido não só à inadequação de suas determinações às necessidades do ensino como também às despesas que sobrecarregariam esse setor administrativo, respeitando-se, porém, os contratos firmados.⁵⁶

Novamente, outro Regulamento foi aprovado, desta feita em 1891⁵⁷, reiterando diversas disposições do anterior e incluindo os graus de ensino, além de determinações quanto aos ensinos normal e industrial e sobre a Inspeção do Ensino. As alterações referiram-se ao provimento das escolas, as quais, tanto masculinas como femininas, seriam lotadas por professores normalistas ou concursados, salvo aquelas que fossem vagando e que seriam preenchidas interinamente. Dava-se preferência, porém, aos normalistas, aos quais seriam conferidas vantagens nos vencimentos e garantia de vitaliciedade.

As promoções obedeceriam à ordem de classificação das escolas que fora estabelecida em 1876, mesmo para as da Capital, que passariam a constituir entrância especial e única. A lotação de normalistas se faria independente dessa classificação, partindo-se do princípio da necessidade de preenchimento das vagas existentes.

O ensino particular permanecia livre, com obrigações de manter a Inspetoria de ensino informada quanto ao movimento escolar, andamento do ensino e adiantamento dos alunos.

A obrigatoriedade, como no Regulamento anterior, era abordada nos primeiros artigos, estipulando-se o cumprimento daquele de 1883. Em maio de 1891 foi aprovado novo Regulamento sobre a obrigatoriedade do ensino⁵⁸, no qual constavam as

⁵⁶ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos e Regulamentos de 1890-1891 Op. cit. p.103-4.

⁵⁷ Regulamento da Instrução Publica deste Estado. In: PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Collecção de Leis, Decretos e Regulamentos do Estado do Paraná. 1891. Curitiba, Typ. da Penitenciaria, 1912. p. 320-55.

⁵⁸ Regulamento do Ensino Obrigatorio. In: PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Collecção de Leis,... 1891. Op. cit. p.369-76.

matérias obrigatórias do ensino elementar.

Esse Regulamento foi melhor elaborado, com a divisão em capítulos dos diversos tópicos abordados. Com ele, foi aprovado o quadro do pessoal⁵⁹ que tratava da lotação dos professores segundo a classificação das escolas ou, quando contratados, na categoria de subvencionados. Verificou-se o restabelecimento das escolas citadas no quadro anterior, além de outras que foram criadas. Praticamente, retornava-se àquilo que fora proposto no ano anterior.

⁵⁹Quadro do pessoal da Instrução Pública. In: PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Collecção de Leis... 1891. Op. cit. p. 356-69.

4.2 CURRÍCULOS DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS

O termo currículo, modernamente empregado na pedagogia, tinha, naquela conjuntura, a conotação de programa, esse entendido como especificação do conjunto de matérias e respectivos conteúdos a serem ministrados num grau de ensino.

O currículo para as escolas primárias no Paraná foi estabelecido pela Lei nº 34, de 1846, com vigência até a regulamentação do ensino, em 1857, pela nova Província. Esse currículo não se diferenciava daquele proposto no plano de Guizot, guardando em linhas gerais as disposições curriculares propostas, em 15 de outubro de 1827, por Januário da Cunha Barbosa, estabelecendo aos professores que ensinassem:

*... a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica, apostólica, romana, proporcionados à compreensão dos meninos, e preferindo para o ensino da leitura a Constituição do Império e a História do Brasil.*¹

Para as meninas, além das matérias descritas, com exclusão das noções de geometria e limitação da aritmética às quatro operações, seriam ensinadas as prendas domésticas. Não havia distinção entre classes de meninos e meninas, a não ser pelo conteúdo do ensino, verificando-se as mesmas vantagens e direitos para os professores de ambos os sexos.²

A Lei nº 34 adotava o currículo e a divisão do ensino primário proposto por Guizot, em 1833, como confirmam as palavras do Presidente Zacarias, no relatório de 1854:

¹ BRASIL. INEP. Campanha de Inquérito ... Introdução ao estudo do currículo ... Op. cit. p. 23.

² Ibid. p. 23.

... a lei paulistana, imitando a lei francesa de 1833, divide o ensino primário em dois graus - elementar e superior - mas mutilando por tal modo o pensamento de Guizot que dificilmente o reconhecemos na cópia.³

Além dessa divisão, o plano de Guizot determinava o currículo da escola elementar:

A instrução primária elementar - diz o decreto de Guizot - compreenderá necessariamente a instrução moral e religiosa, leitura, escrita, os elementos da língua francesa e do cálculo, o sistema legal de pesos e medidas. A instrução superior compreende necessariamente, entre outros, os elementos da geometria e suas aplicações usuais, especialmente o desenho linear e nivelamento, noções de ciências físicas e de história natural, aplicáveis aos usos da vida; o canto, os elementos de história e geografia da França.⁴

O currículo adotado segundo o plano de Guizot prevaleceu na escola primária brasileira seguindo, inclusive, a divisão em dois ciclos, elementar e superior.

As disposições curriculares da lei paulista eram as mesmas da lei francesa, omitindo, porém:

... - o sistema de pesos e medidas - que o regulamento geral de 19 de fevereiro do corrente ano inclui, a meu ver muito judiciosamente, nas matérias do ensino das escolas do 1º grau, com a restrição - pesos e medidas do município. — Em compensação poderíeis eliminar do 1º grau a geometria prática, de que a lei manda dar noções.

O objeto do ensino primário superior, nos termos do art. 4º da lei de S. Paulo, consiste em acrescentar ao ensino elementar, para o sexo masculino, as seguintes matérias — noções das ciências físicas aplicáveis aos usos da vida — e

³ VASCONCELLOS. Relatorio ... de 15 de Julho de 1854.
Op. cit. p. 14-5.

⁴ BRASIL. INEP. Campanha de Inquéritos ... Introdução ao estudo do currículo ... Op. cit. p. 34.

*para o sexo feminino — noções gerais de história e geografia, e música.*⁵

No parecer do Presidente da Província as matérias propostas deveriam ser respeitadas na proporção em que atendessem às necessidades e recursos locais. Considerava, também, o caráter restrito das matérias destinadas ao ensino elementar superior, devendo ser mais abrangentes⁶, e sugeria a inclusão da maior parte das seguintes matérias:

O desenvolvimento da aritmética em suas aplicações práticas.

A leitura explicada dos evangelhos e a notícia da história sagrada.

Os elementos da história e geografia, principalmente do Brasil.

Os princípios das ciências físicas e da história natural, aplicáveis aos usos da vida.

*A geometria elementar, agrimensura, desenho linear, noções de música e exercícios de canto, ginástica, e um estudo mais desenvolvido do sistema de pesos e medidas do império e das nações com que o Brasil tem mais relações comerciais.*⁷

As disciplinas apontadas pelo Presidente para o ensino primário superior apresentavam-se com características avançadas para a conjuntura paranaense dos meados do século XIX. As ciências físicas e naturais, a ginástica e outras disciplinas seriam introduzidas no currículo da escola primária em fins da conjuntura provincial.

Em 1855, nomeou esse Presidente uma comissão encarregada de apresentar o projeto para o regulamento do ensino, aprovado dois anos mais tarde. Nesse Regulamento⁸ foram

⁵ VASCONCELLOS. Relatorio ... em 15 de Julho de 1854. Op. cit. p. 15.

⁶ Ibid. p. 15-6.

⁷ Ibid. p. 15.

⁸ Regulamento de Ordem Geral para as Escolas de Instrução Primária, ... In: PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1857. Op. cit. t. 4, p. 61-93.

respeitadas algumas disposições da Lei de 1846 e as orientações da Reforma Couto Ferraz, de 1854, ambas inspiradas nos planos de ensino francês de 1833, as últimas também na Lei Fallaux, promulgada em 1848, e que reorganizara o ensino primário na França.

As leis francesas desempenharam papel importante na organização do ensino primário brasileiro, servindo de modelo à Reforma Couto Ferraz para a Corte, a qual, por sua vez, foi fonte inspiradora para as Províncias na elaboração dos regulamentos de ensino.

Estabelecendo um paralelo entre os currículos do plano francês, aqueles da Reforma Couto Ferraz e os Regulamentos da Província do Paraná, em 1857, verificou-se identificação no elenco de disciplinas (ver Quadro comparativo dos currículos para as escolas primárias da França, da Corte e do Paraná).

QUADRO 1

QUADRO COMPARATIVO DOS CURRÍCULOS DAS ESCOLAS
PRIMÁRIAS DA FRANÇA, DA CORTE E DO PARANÁ

FRANÇA ⁹	MUNICÍPIO DA CORTE ¹⁰	PARANÁ ¹¹
A instrução primária compreende:	O ensino primário compreende:	O ensino primário compreende:
- instrução moral e religiosa.	a) instrução moral e religiosa.	1) princípios de moral cristã e doutrina.
- a leitura; a escrita.	b) a leitura e a escrita.	2) leitura e caligrafia.
- elementos da língua francesa.	c) noções essenciais da gramática.	3) gramática da língua nacional.
- o cálculo.	d) princípios elementares da aritmética.	4) teoria e prática da aritmética até regra de três.
- o sistema legal de pesos e medidas.	e) sistema de pesos e medidas do município.	5) sistema de pesos e medidas do Império.
Pode compreender também:	Pode compreender também:	Compreende mais o ensino:
- aritmética aplicada às operações práticas.	a) desenvolvimento da aritmética em suas aplicações práticas.	1) noções gerais de história e geografia, especialmente do Brasil.
- elementos de história e geografia.	b) elementos de história e geografia, principalmente do Brasil.	2) noções de ciências físicas aplicáveis aos usos da vida.
- noções das ciências físicas e de história natural, aplicáveis aos usos da vida	c) leitura explicada dos Evangelhos e notícia da história sagrada.	3) exigência quanto à limpeza de corpo e vestuário.
- instruções elementares sobre a agricultura, indústria e higiene.	d) princípios das ciências físicas e de história natural aplicáveis aos usos da vida.	4) noções gerais de geometria.
- agrimensura.	e) agrimensura.	5) canto.
- nivelamento.	f) geometria elementar.	
- desenho linear.	g) desenho linear.	
- canto.	h) noções de música e exercícios de canto.	
- ginástica	i) ginástica	
	j) um estudo desenvolvido do sistema de pesos e medidas, não só do Município da Corte, como das Províncias do Império, e das Nações com que o Brasil tem mais relações comerciais.	6) língua francesa.

⁹ BUISSON, Ferdinand. Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire, I, I, "France", p. 1.639. Citado por CHIZZOTTI. As origens da instrução... Op.cit. p. 65-6.

¹⁰ FERAZ, Luiz Pedreira do Couto. Instrução primária e secundária. In: ——. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa pelo Ministro e Secretário dos Negócios do Império... Rio de Janeiro, Tip. do Diário, 1854. p. 9. Citado por CHIZZOTTI. As origens da instrução... Op.cit. p. 65-6.

¹¹ Regulamento de Ordem Geral para as Escolas de Instrução Primária, preparação, organização do professorado, condições e normas para o ensino particular primário e secundário. In: PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos... 1857. Op.cit. t.4, p.62-3. Artigos 3º, 4º e 12º.

As disciplinas mencionadas na primeira parte destinavam-se às escolas elementares e, basicamente, eram idênticas nos três currículos, alterando-se o estudo da língua francesa para o da língua nacional. Na segunda parte, as disciplinas destinadas às escolas primárias superiores complementavam aquelas já citadas e eram as mesmas da Corte e da Lei francesa, havendo alguns itens sem especificação disciplinar, dois já incluídos na primeira parte e três incorporados por regulamentos posteriores ou por Atos governamentais isolados, estando presente, inclusive, nos currículos para a Escola Normal.

Excluía-se para o sexo feminino o ensino da gramática e limitava-se o da aritmética às quatro operações de números inteiros, complementado o plano de ensino pelos trabalhos de agulha.

Para as escolas de 2ª ordem do sexo masculino, eram acrescentadas noções gerais de história e geografia, especialmente do Brasil, e noções de ciências físicas aplicadas à vida, e para o sexo feminino, noções de história, geografia, música e língua francesa.

Para as escolas particulares estabelecia-se a apresentação do programa de estudos e projeto de regulamento interno pelo diretor do estabelecimento.

O andamento do ensino nas escolas primárias preocupava as autoridades administrativas, visto o atraso de muitos alunos. A população escolarizada apresentava-se aquém dos mínimos desejados e os resultados não eram significativos, porquanto muitos alunos não prestavam exames, permanecendo nas mesmas classes, repetindo as lições, sem grandes progressos.

As escolas de 1ª ordem eram divididas em 3 classes, a elas correspondendo as filas de bancos dispostas em frente à mesa do professor. O 1º banco era destinado aos alunos da 1ª classe, o 2º banco aos da 2ª classe e o 3º banco aos da 3ª classe, dizendo respeito essa divisão tanto a classes

masculinas como a classes femininas.¹²

Essa disposição, observava o Inspetor Geral, Joaquim Mota, tornava difícil a colocação dos alunos nas classes, pois que muitas vezes os professores colocavam no 2º banco da 2ª classe alunos sem condições de acompanhar o ensino, de que resultavam decepções, somente progredindo os mais estudiosos.¹³

Na divisão das classes, a primeira classe teria dois bancos, sendo que ao primeiro banco ensinar-se-ia letras, junção e formação de sílabas e ao segundo a soletrar, decompor palavras em sílabas, números, traçar linhas retas e curvas no quadro-negro e noções elementares de um e outro assunto.

A segunda classe também constaria de primeiro e segundo banco. Ao primeiro ensinar-se-ia: leitura de impressos e manuscritos; exercícios de memória; tabuada de Pitágoras, cálculos de soma de números dígitos; diminuição e multiplicação; no segundo, leitura; aritmética, compreendendo noções de quantidade e unidade, regra de numeração, teoria e prática das quatro operações; ditado de letras grandes e pequenas; catecismo de moral cristã, e doutrina da religião do Estado, duas vezes por semana, como no banco precedente. Aos dois bancos seriam dadas explicações no quadro-negro a respeito de pontuação, conjugação de verbos e aritmética.

Na terceira classe, constando de um banco, ensinar-se-ia: leitura metódica de prosa e verso; escrita ad libitum¹⁴ tirada do livro de aula; exercícios de ortografia, análise das partes da oração; aritmética, teoria prática e de quebrados

¹²CARVALHAES, Jose Antonio Vaz de. Instruções contendo o plano e divisão do ensino nas escolas de primeiras ordem em 27 de Dezembro de 1856. In: PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1857. Op. cit. t. 4, p. 127-8.

¹³MOTA, Joaquim da Silveira. Relatorio que ao ... Presidente da Provincia do Paraná Dr. Francisco Liberato de Mattos apresenta o ... Inspector Geral da Instrução Publica ... Curitiba, Typ. Paranaense de Candido Martins, 1859. p. 13.

¹⁴Grifo do original.

até a regra de três, inclusive; gramática, análise, leitura de poesias e noções de geometria. As explicações de ortografia, aritmética e geometria seriam dadas pelo professor no quadro-negro. Ao começar as lições da terceira classe, os alunos da primeira e segunda seriam dispensados.

Nas escolas femininas a divisão seria a mesma, omitindo-se, porém, as noções de linha na 1ª classe e as noções de geometria na 3ª classe, sendo ensinadas na 2ª classe somente teoria e prática de somar e diminuir, e na 3ª classe multiplicação e divisão. O tempo de ensino para cada banco seria de 20 minutos, menos o da 3ª classe com 30 minutos, sendo complementados os 40 minutos com trabalhos de agulha. As aulas dos bancos do sexo masculino teriam duração de meia hora.

Para as escolas de 2ª ordem do sexo feminino, seriam respeitadas as disposições propostas para as de 1ª ordem, acrescentando-se a 4ª classe. Junto à professora colocava-se um banco para os alunos da 1ª classe que não escrevessem no papel e o último banco ficava destinado a essa outra classe. O programa para essas escolas seria aquele para as de 1ª ordem, acrescido do ensino de música, língua francesa, geografia, noções elementares de geografia, matemática, física, política do Brasil, noções preliminares de história, os grandes períodos, datas notáveis, história santa e história do Brasil.

A música seria iniciada na 2ª classe, pelas noções de arte, exercícios de tons para formação da gama; na 3ª classe, música vocal e instrumental com solfejo, vocalização e canto; nas classes superiores, ou 4ª classe, exercícios com transposições. Na 3ª classe, o estudo da língua francesa, gramática, versão de prosa, com uma lição por dia. Na 4ª classe, tradução do francês, prosa e verso, geografia física e política, especialmente a do Brasil, e história do Brasil.

Os exames para as classes elementares seriam marcados em datas diferentes, segundo as instruções do Inspetor Geral.

Os exames para os alunos da 3ª classe nas escolas primárias iniciavam-se em 1º de dezembro ou antes, se fossem requeridos pelo professor. Uma comissão, composta pelo professor,

por outro elemento designado pela Inspetoria Geral e presidida pelo Inspetor do distrito ou sub-Inspetor da escola, daria início às provas de escrita, ortografia, pontuação, alguma leitura de períodos de História do Brasil ou das Cartas Seletas do Padre Antônio Vieira, perguntas de sintaxe e conjugação de verbos. No quadro-negro, exercícios de aritmética, teóricos e práticos, além de perguntas elementares de geometria, catecismo e doutrina histórica e moral. As provas para cada uma das matérias teria duração de dez minutos.¹⁵

Para a 1ª e 2ª classes foram expedidas outras instruções, cabendo aos alunos da 1ª exames no final de cada mês e aos da 2ª, no dia 15 dos meses de abril, julho e outubro. Para os da 1ª classe, os exames consistiam em soletrar palavras, decompor sílabas, leitura de números e traçado de linhas retas e curvas no quadro-negro. Para os da 2ª classe, cópia de palavras, pontuação e acentuação em períodos, leitura do Compendio Moral e conjugação de verbos. De aritmética, perguntas a respeito de definições, unidade, número, numeração, exercício das quatro operações, além do catecismo, orações, doutrina histórica e dogmática.¹⁶

Terminado o exame, o professor encaminharia ao Inspetor Geral a relação dos aprovados com a finalidade de premiar os primeiros colocados. Ao primeiro colocado caberia um livro a ser escolhido; ao segundo, uma medalha de prata, tendo de um lado a efígie de S.M. o Imperador, com a legenda - "Tributo ao mérito" - e de outro - "Instrução Primária da Província do Paraná" -; ao terceiro caberia uma medalha

¹⁵ MOTA, Joaquim Ignacio da Silveira. Instruções para o exame de que trata o Artigo 18 do Regulamento de 8 de Abril de 1857. In: PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Colleção das Leis da Província do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1860. t.7, p. 42-3.

¹⁶ _____. Instruções para os exames de classes das escolas primarias expedidas de conformidade com o Art. 16 do Regulamento de 8 de Abril de 1857. In: PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Colleção de Leis... 1860. Op. cit. t. 7, p. 45-6.

constando de uma ou outra inscrição. Os resultados dos exames seriam publicados pela imprensa da Província.¹⁷

Segundo as instruções da Inspetoria de Ensino para as escolas de 2ª ordem do sexo feminino¹⁸, em 1858, indicava-se o método de piano de Hunten para as aulas de música; a gramática de Sevene, tradução de prosa e leitura de "Morceaux choisis", de Fénelon, ou do "Petit Carême", de Massilion, de versos-"Art. poetique", de Boileau para a língua francesa; Manual do ensino primário de Semel para a geografia e história geral; as obras do Coruja e do Padre Pompeo para a geografia e história do Brasil.

O funcionamento da escola de 2ª ordem seria efetivado juntamente com o da escola de 1ª ordem, compondo as duas uma só escola, constituindo a de 2ª ordem a 4ª classe, como a nominou, em suas Instruções, o Inspetor Bento de Barros.¹⁹

Além dos livros citados, havia aqueles destinados às escolas de 1ª ordem, relacionados em catálogo, aos quais fora acrescentado um pequeno Compêndio de Moral Religiosa, traduzido do Manual de Instrução Primária, de Lunel, pelo professor do Liceu, José Antônio Galvão. Evitando-se as encomendas para fora da Província, fora adotada a gramática do Sr. Cavalcanti que parecia não ser inferior à do Coruja.²⁰

Esses livros, indicados pela Inspetoria Geral, eram utilizados geralmente nas escolas de centros maiores, ficando as escolas de pequenas localidades sem esses recursos, em virtude das grandes dificuldades de comunicação que impediam,

¹⁷ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos... 1857. Op. cit. t. 4, p. 66.

¹⁸ BARROS, Bento Fernandes. Instruções sobre o plano e divisão do ensino nas cadeiras de instrução primaria de 2ª ordem para o sexo feminino. In: PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1857. Op. cit. t. 4, p. 136-7.

¹⁹ Ibid. p. 136.

²⁰ MOTA. Relatorio que ... apresenta o ... Inspector Geral da Instrução Publica ... 1859. Op. cit. p. 12.

muitas vezes, o intercâmbio com as localidades, originando reclamações de diversos professores.

As medidas adotadas, visando a organizar e aparelhar as escolas, não garantiam o seu bom funcionamento e a irregularidade da frequência dos alunos foi apontada como uma das razões da má situação do ensino, uma vez que a necessidade da repetição de lições para os faltosos impedia o progresso de outros.²¹

A forma de classificação das escolas, a falta de habilitação de alguns professores e a carência de material bibliográfico contribuíam para o mal andamento do ensino.

A divisão das escolas em 1ª e 2ª ordem não atendia às finalidades curriculares determinadas pelo Regulamento de 1857. As de 1ª ordem, destinadas aos ensinamentos de leitura, escrita, cálculo simples e religião, e as de 2ª ordem, de currículo mais abrangente, não contavam com professores devidamente habilitados para atingir os objetivos a que se propunham. Algumas das matérias do currículo, como língua francesa, geografia, matemática e outras, faziam parte das aulas secundárias, sendo lecionadas, também, no Liceu da Capital. Tais matérias eram consideradas como dispensáveis do currículo da escola primária e tornavam esse nível de ensino oneroso aos cofres da Província.

Propôs o Presidente Burlamaque, em 1867, reduzir as escolas de 2ª ordem ao nível de 1ª ordem, poupando-se despesas desnecessárias²², além de se pretender criar nesse ano uma aula de Pedagogia na Capital, para proporcionar aos professores os conhecimentos metodológicos imprescindíveis ao bom andamento do ensino. Com o insucesso dessa medida, o corpo

²¹ SILVA, Sebastião Gonçalves. Relatorio ... à Assemblêa Legislativa da Província do Paraná pelo 1º Vice-Presidente... na abertura da 1ª sessão da 6ª Legislatura em 21 de Fevereiro de 1864. Curitiba, Typ. de Candido Martins, 1864. p. 19.

²² BURLAMAQUE. Relatorio ... no dia 15 de Março de 1867... Op. cit. p. 32-3.

docente permaneceu nas mesmas condições, levantando-se a idéia da criação da Escola Normal, assunto que vinha sendo debatido desde a instalação da Província e que recebeu atenção no governo do Presidente Affonso de Carvalho, em 1870²³, acreditando que essa seria uma das soluções para o mal andamento do ensino, em vista da falta de formação do professorado. As despesas que sobrecarregariam a Província com a instalação desta Escola, contratando professores de fora, além da inconsistência de seu currículo, não permitiram o seu funcionamento e levaram à inclusão do seu programa de ensino naquele organizado para o Liceu, bem como adoção de outro sistema que se impunha para a formação prática de professores.

O novo Regulamento²⁴, aprovado em 1871, reuniu as diversas disposições existentes no tocante à situação funcional do professorado, à inspeção e pequenas alterações curriculares, em função da Lei nº 1.157, aprovada em 26 de janeiro de 1862, que estabeleceria o ensino do sistema métrico nas escolas primárias da Corte.²⁵

No currículo, incluía-se o ensino do sistema métrico e especificava-se o ensino religioso, estudos do catecismo e da história sagrada, relativa ao Antigo e Novo Testamento. Continuavam compondo o currículo as matérias indicadas no Regulamento de 1857, exceto noções de geometria e música.

As escolas particulares estavam sujeitas somente à inspeção pelas autoridades da Inspeção e a prestarem informações a respeito do movimento escolar, ficando dispensadas da prévia aprovação de seus regulamentos internos e programas

²³ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ...
1870. Op. cit. t. 17, p. 47-9.

²⁴ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ...
1871. Op. cit. t. 18, p. 122-43.

²⁵ FONSECA, Antônio Augusto da. Relatorio com que o Exmo. Sr. Presidente da Provincia Dr. ... abriu a 2ª sessão da 8ª Legislatura da Assembléa Legislativa do Paraná no dia 6 de Abril de 1869. Curitiba, Typographia de Candido Martins, 1869. p. 11.

de ensino.

A utilização de material bibliográfico nas escolas públicas dependeria da aprovação do Presidente da Província; os exames, marcados no final do ano, de 1º a 8 de dezembro, seriam presididos por uma comissão composta por inspetores e pessoas de sua indicação e realizados pelos alunos devidamente preparados.

A inclusão de alguns dispositivos importantes resultaram na elaboração do Regulamento de 1874²⁶, não havendo, porém, alterações no currículo, que permanecia limitado ao ensino de leitura, caligrafia, gramática nacional, aritmética até proporções, inclusive o sistema métrico, e mais o ensino religioso que, como no Regulamento anterior, era confiado aos párocos. Quanto aos exames, prescrevia esse Regulamento a sua realização por todos os alunos, para ser avaliado, também, o grau de adiantamento dos que não haviam sido preparados para os exames.

As diversas medidas tomadas por meio de leis especiais alteraram dispositivos regulamentares que exigiam a reforma do ensino, sendo aprovado outro Regulamento²⁷ pelo Presidente Lamenha Lins, em 1876. Nesse Regulamento o currículo incluía as disciplinas indicadas nos dois currículos anteriores, o desenho linear fazendo parte da aritmética, geografia e história relativas à Província. Introduziam-se disciplinas que já constavam nos currículos para as escolas primárias da Corte, em 1854.

O ensino particular ficava sujeito às determinações regulamentares, incorrendo em multa a ser imposta pelo Diretor Geral, com o consentimento do Conselho Literário, caso transgredissem as leis e regulamentos do ensino.

Os livros escolares seriam adquiridos pelo governo,

²⁶ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ...
1874. Op. cit. t. 21, p. 198-222.

²⁷ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ...
1876. Op. cit. t. 23, p. 3-37.

salvo as doações provenientes da Corte e da Província, como a de 200 exemplares efetuada pelo Dr. Menezes Vieira, diretor do colégio da Corte.²⁸

Os exames seriam anuais, no mês de novembro, devendo os professores remeterem, com um mês de antecedência, a relação nominal dos alunos, para serem marcados o dia e a hora das provas que se realizariam perante uma comissão composta pelo professor, pelo Inspetor e outro examinador.

A escola da cadeia, criada em 1879, na Capital, contava com regulamento específico²⁹ e seu programa de ensino assemelhava-se basicamente ao da escola primária elementar, constando de leitura, escrita, gramática nacional, aritmética e doutrina cristã. Os ensinamentos objetivavam o aprendizado dos elementos essenciais de cada disciplina, em virtude do nível da clientela que não apresentava condições de assimilar noções mais elevadas.

O mesmo ocorreu com o currículo das aulas no quartel do corpo policial, criadas em abril de 1882³⁰, sob a fiscalização do Chefe de Polícia. Embora fosse basicamente igual ao currículo das escolas públicas, os ensinamentos nessas aulas eram mais elevados que o da escola da cadeia. O programa constava de leitura, caligrafia, as quatro operações sobre números inteiros e frações, tanto ordinárias como decimais, metrologia, geografia, história da pátria e as principais disposições da legislação sobre o serviço policial. O nível da clientela permitia o aprofundamento no ensino das diversas disciplinas, procurando-se proporcionar aos alunos maiores conhecimentos a respeito do seu próprio trabalho.

²⁸ MENEZES, Rodrigo Octavio de Oliveira. Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa do Paraná pelo Presidente da Província ... no dia 9 de Abril de 1878. Curityba, Typ. da Viuva Lopes, 1878. p. 4.

²⁹ _____. Relatorio ... em 31 de Janeiro de 1880 ... Op. cit. p. 55.

³⁰ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Decretos da Província do Paraná. Curityba, Typ. Perseverança, 1882. t.29, p.3.

Comparando-se esses dois currículos àqueles propostos nas instruções do Inspetor Geral em 1857, verifica-se a equivalência de disciplinas e conteúdos destinados a alunos da 1ª classe da escola de 1ª ordem, enquanto aquele do quartel condizia com o da 3ª classe desse mesmo grau de ensino.

Foi ainda em 1882 que o Presidente Carlos de Carvalho introduziu no currículo das escolas primárias, para alunos do sexo masculino, a obrigatoriedade das aulas de educação física, três vezes por semana, com a duração de uma hora.³¹ Essas aulas eram baseadas na obra do professor Schreber, de Leipzig, "Ginástica doméstica, médica, e higiênica", traduzida por Júlio de Magalhaães.³²

As demais disciplinas contavam ainda com obras, em geral, remetidas da Corte, por compra ou oferta, como os livros ofertados pelos Srs. Alves & Cª, "Introdução ao livro da infância", "Infância", compêndio de aritmética, de Ottoni, geografia, de E. Zaluar, "Rudimentos de arithmetica", por Barker e tabuadas publicadas por José João de Povoas Pinheiro, professor na Corte.³³

As inovações no setor do ensino e mais as alterações no Regulamento de 1876 estavam a exigir uma revisão que, em princípio, reestruturaria os dispositivos concernentes à situação funcional do professorado, à inspeção e à obrigatoriedade do ensino e não, propriamente, às determinações curriculares.

Em 1866, o Presidente Faria Sobrinho fazia considerações quanto à divisão do ensino em dois graus, sugerindo que o primeiro fosse comum a todas as localidades da Província,

³¹ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Decretos...1882. Op. cit. t. 29, p. 5.

³² OLIVEIRA e Sá, Jesuíno Marcondes de. Relatório do Vice-Presidente ... ao entregar a administração da Província ao Dr. Carlos Augusto de Carvalho em 6 de Março de 1882. Curitiba, Typ. Dezenove de Dezembro, 1882. p. 91.

³³ Ibid. p. 92.

compreendendo a aprendizagem elementar e média, de acordo com as necessidades do lugar, e o segundo, com disciplinas mais complexas, instituído em centros de maior densidade populacional. Embora essa divisão não correspondesse à ideal, era, porém, a mais condizente com as necessidades e recursos da Província do que o sistema de graduação das escolas, segundo os "diferentes estados mentais" das crianças, altamente dispendioso. Além dessa divisão, propunha a inclusão, no nível mais elevado do ensino, das ciências físicas e naturais, justificando que a Província, de economia agrícola e pecuarista, não prescindia desses ensinamentos no nível elementar, por serem essas atividades quase exclusivas das diferentes classes sociais.³⁴ As idéias lançadas por esse Presidente e por outros nessa década só iriam ser incorporadas aos ensino alguns anos depois.

Em 1889, o Presidente Jesuíno Marcondes expedia "Regulamento"³⁵ específico para as escolas primárias subvencionadas, criadas nesse ano, determinando programa de ensino semelhante àquele das escolas elementares, no qual era limitado o ensino da aritmética e liberado o da gramática portuguesa, bem como as noções de geografia do Brasil. Praticamente, o ensino se reduziria à leitura, à escrita, às quatro operações elementares de aritmética e à religião, resultando num processo de ensino-aprendizagem voltado apenas para os conhecimentos essenciais.

A divisão de ensino proposta em 1886 voltava a ser enfatizada no primeiro Regulamento do Estado do Paraná³⁶, sancionado em janeiro de 1890, que estabelecia o currículo para

³⁴ FARIA Sobrinho, Joaquim d'Almeida. Relatório apresentado à Assemblêa Legislativa do Paraná no dia 30 de Outubro de 1886 pelo ... Presidente da Província ... Curitiba, Typ. da Gazeta Paranaense, 1886. p. 83.

³⁵ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Collecção de Leis ... em 1889. Op. cit. p. 80-1.

³⁶ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos e Regulamentos de 1890-1891. Op. cit. p. 39-50.

os dois graus do ensino primário. Para o elementar especificava que nas escolas era obrigatório o ensino:

- 1º De instrução moral e cívica.
- 2º De leitura e escrita.
- 3º De noções gerais e práticas de gramática portuguesa.
- 4º De elementos de aritmética compreendendo o sistema métrico.
- 5º De desenho, com aplicação à indústria e às artes.
- 6º De prendas domésticas, nas escolas de meninas.³⁷

Para o complementar, além das disciplinas mencionadas, era exigido:

- §1º - Aritmética aplicada.
- §2º - Os elementos do cálculo algébrico e da geometria.
- §3º - As regras de contabilidade usual e escrituração mercantil.
- §4º - As noções de ciências físicas e naturais com aplicação à agricultura, às artes e à indústria.
- §5º - O desenho geométrico e de ornamento.
- §6º - A geografia industrial e comercial.³⁸

Eram reafirmadas as matérias do currículo de 1876 para o ensino elementar e acrescentadas aquelas para escolas complementares que equivaliam as das escolas de 2ª ordem, estabelecido em 1857, incorporando-se-lhes, todavia, novas disciplinas.

As novas disciplinas, além daquelas relativas às ciências físicas e naturais, proporcionavam outros conhecimentos, ligado às atividades industriais e mercantis, em vista das escolas de ensino médio que começavam a ser criadas no Paraná,

³⁷ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos e Regulamentos de 1890-1891. Op. cit. p. 42.

³⁸ Ibid. p. 40.

considerando-se a situação econômica do Estado que começava a se desenvolver neste sentido. Objetivava-se melhor embasamento para o aluno prosseguir estudos em curso de nível mais elevado. Esse Regulamento, porém, não chegou a ser posto em prática, sendo revogado pelo Decreto nº 64, de abril do mesmo ano. Impunha-se outro Regulamento³⁹, que foi aprovado em 1891, sem sofrer, contudo, alterações na parte curricular, salvo o ensino religioso que, desde o Regulamento de 1876, deixara de ser obrigatório, passando a dar-se maior ênfase aos ensinamentos morais. Nos dois últimos Regulamentos, a religião não consta no elenco de disciplinas, atendendo às tendências da nova ordem republicana. Acentuava-se o ensino moral e cívico, de caráter prático, a fim de inculcar as noções essenciais da moralidade humana, comum a todas as civilizações. Essa determinação vinha de encontro aos variados preceitos religiosos existentes no Paraná e que retratava a situação existente no Brasil.

Fundamentalmente, o ensino de grau elementar não sofreu alterações em toda a conjuntura provincial. Os regulamentos específicos para as escolas da cadeia e do quartel também contaram com programas que pouco se diferenciaram daqueles das escolas públicas.

As disciplinas propostas, em 1854, pelo Presidente Zacarias evidenciavam idéias avançadas, das quais somente algumas foram incluídas no Regulamento de 1876; outras, como ginástica, figuraram no Regulamento de 1890 que não entrou em vigor, mas permaneceu pelo Ato isolado que havia instituído em 1882.

As novas disciplinas: álgebra, contabilidade, escrituração mercantil, ciências físicas e naturais aplicadas à agricultura, às artes e à indústria, desenho geométrico e de ornamento, geografia industrial e comercial, incluídas no currículo em 1890, atendiam às necessidades que se faziam notar no setor do ensino, oportunizando conhecimentos à população

³⁹ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Collecção de Leis ...
[1891] Op. cit. p. 320-55.

escolar cada vez mais diferenciada. As disciplinas voltadas para a indústria e o comércio eram devidas ao progresso que vinha se processando nessas duas áreas econômicas e que ganhara impulso em meados da conjuntura provincial. Essas disciplinas concordavam com o plano de Guizot e com Reforma Couto Ferraz, conforme se pode observar no "Quadro comparativo dos currículos das escolas primárias da França, da Corte e do Paraná", p.114 desta pesquisa.

O currículo inicial, proposto pelo Regulamento de 1857 e composto de disciplinas básicas, estava de acordo com as necessidades e recursos locais, incluindo-se o grau primário superior, voltado para a preparação prática de professores, o qual, excluída essa finalidade, pouca atuação teve no meio da população escolarizada. A extinção desse grau, que se vinculou à criação da Escola Normal, reduziu o ensino primário ao grau elementar, de programa pobre no conteúdo, favorecendo mais a alfabetização que a transmissão de conhecimentos práticos e mais elevados.

A reimplantação do grau superior, ou complementar, nos Regulamentos de 1890 e 1891 foi independente da necessidade de formar professores pela prática, porquanto esse sistema fora abandonado pela tendência de se admitir professores normalistas no magistério. O currículo deste grau foi composto por disciplinas que já faziam parte dos currículos do Instituto Paranaense e da Escola Normal em 1876, 1880, 1882 e em 1884. O leque de disciplinas alargou-se, favorecendo maior aprimoramento na formação educacional, em nível primário numa comprovação de que o nível intelectual da população em geral, começava a se elevar e a exigir ensino mais sofisticado, fugindo aos padrões comuns.

4.3 O CURRÍCULO DA ESCOLA NORMAL

A criação da Escola Normal ligava-se à necessidade de renovação no ensino, na conjuntura em estudo, idéia que vinha germinando desde a emancipação política do Paraná.

Diversos problemas envolviam a criação da Escola, entre eles as condições financeiras da Província e as dificuldades no recrutamento de professores.

Para as Províncias que não dispunham de Escola Normal ou de meios para sua criação, a Reforma Couto Ferraz (1854), indicava o sistema holandês para formar mestres de maneira prática e econômica. Esse sistema, adotado com restrições na Corte e na Província do Paraná, consistia em utilizar os alunos como alunos-mestres, que passariam depois a ajudantes. Complementando essa formação prática, era prevista a frequência às escolas primárias de 2ª ordem, cujo currículo, entretanto, não continha as matérias pedagógicas necessárias à formação do professor.

No lugar de escolas de 2ª ordem, propunha o Presidente Burlamaque, em 1867, a criação de uma escola de pedagogia, por ele instituída com a Lei nº 150, de 10 de maio daquele ano.¹ Essa escola não chegou a funcionar em virtude da morosidade na elaboração de seu regulamento, permanecendo, assim, as escolas de 2ª ordem. Essa idéia, porém, concretizou-se por meio da Lei nº 238, de 19 de abril de 1870, que determinava em seu art. 1º a criação da Escola Normal, na Capital, para pessoas de ambos os sexos. Seu currículo constituía-se das seguintes matérias:

Caligrafia.
Gramática filosófica.
Doutrina da religião cristã.
Aritmética.

¹ BURLAMAQUE. Relatorio ... no dia 15 de Março de 1867 ...
 Op. cit. p. 31-2.

Sistema métrico.
Noções de geografia e especialmente a do Bra-
sil.
*Noções de história do Brasil.*²

A disciplina Pedagogia não constava do currículo, impossibilitando aos professores o conhecimento dos métodos preconizados para o ensino.

A duração do curso seria de dois anos e, para o sexo feminino, havia modificações no conteúdo de algumas matérias, acrescentando-se também aulas de trabalho de agulha.³

Enquanto não houvesse professores formados pela Escola, o governo promoveria exames de habilitação nas matérias a serem lecionadas.⁴ Entretanto, a Escola não chegou ser implantada, por motivos financeiros e dificuldades na composição de seu corpo docente.

No governo do Presidente Lamenha Lins, foi novamente levantado o problema da criação da Escola, efetivada pela Lei nº 456, de 12 de abril de 1876. Seu funcionamento se daria anexo ao Instituto Paranaense, no qual seria realizado o curso de preparatórios.

O currículo da Escola Normal era composto das disciplinas de:

*... pedagogia e metrologia, gramática nacional, aritmética e geometria, compreendendo desenho linear, geografia e história, principalmente a do Brasil.*⁵

² PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ...
 1870. Op. cit. t. 17, p. 47-8.

³ Ibid. p. 48.

⁴ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ...
 1871. Op. cit. t. 18, p. 56-63.

⁵ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ...
 1876. Op. cit. t. 23, p. 20-1.

O ensino seria ministrado aos dois cursos, com aproveitamento dos professores do Instituto.

Segundo o Regulamento de ensino⁶ desse ano, o currículo apresentava-se dividido em dois anos de curso:

1º ano: gramática nacional, pedagogia e metrologia, instrução moral e religiosa.

2º ano: aritmética, geometria, geografia, história do Brasil e direito público.⁷

Foi criada também, anexa ao Instituto Paranaense, uma escola primária destinada ao ensino prático dos alunos da Escola Normal⁸, associando-se, assim, o ensino teórico ao prático.

Para atender às necessidades que se faziam sentir no setor do ensino, foram sugeridas, em 1880, modificações no plano de ensino da Escola Normal pelo Presidente Dantas Filho, visando ao melhor embasamento teórico na formação dos professores, pela alteração na distribuição das cadeiras e incluindo-se estudos de cunho filosófico. Os dois anos seriam compostos da seguinte maneira:

1º ano

1º Gramática geral e caligrafia.

2º Aritmética e sistema métrico.

3º Geografia e história do Brasil.

2º ano

1º Gramática filosófica, leitura e análise de clássicos.

2º Direito público e análise da Constituição.

3º Moral, religião, pedagogia.

4º Geografia e história do Brasil.

⁶Regulamento Organico ... In: PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1876. Op. cit. t. 23, p. 3-35.

⁷Ibid. p. 5.

⁸Ibid. p. 5.

*Aula prática.*⁹

Seriam cinco as cadeiras, das quais Gramática e Geografia, constariam nos dois anos de curso.

O ensino nesta Escola destinava-se ao sexo masculino, propondo-se a criação de uma semelhante para o sexo feminino, em virtude da tendência em se adotar escolas mistas cujo ensino seria confiado às professoras, que ficariam encarregadas de administrar aulas de trabalhos manuais às meninas.¹⁰ Algumas dessas idéias foram incorporadas ao Regulamento da Escola Normal, em 1882, determinando-se um currículo para professores, extensivo às professoras do nível primário e, inclusive, do secundário.

O novo Regulamento, de 1882, esclarecia que a Escola Normal, anexa ao Instituto Paranaense, passaria a ter a denominação comum de Instituto Normal e de Preparatórios da Província do Paraná.¹¹ A divisão das matérias para o curso Normal apresentava-se com o mesmo elenco de disciplinas dado pelo Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. O currículo ficava assim formado:

1º *Português e religião (livre).*
Aritmética, álgebra e escrituração mercantil.
Geometria e desenho linear.
Cosmografia, geografia geral e do Brasil.
História universal e do Brasil.
Elementos de ciências físicas e naturais, de fisiologia e higiene.
Princípios da lavoura e horticultura.
Filosofia, princípios de direito natural, público e constitucional.

⁹ DANTAS Filho. Relatório ... no dia 16 de Fevereiro de 1880 ... Op. cit. p. 37-8.

¹⁰ Ibid. p. 38.

¹¹ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Decretos ... 1882. Op. cit. t. 29, p. 3-17,

Princípios de economia social e doméstica.
Francês.
Italiano.
Latim.
Inglês.
Alemão.
Retórica.
Pedagogia: — teoria e prática aplicadas
às matérias do curso, e do ensino intuitivo ou
lições de coisas.
 2º *Caligrafia.*
Música vocal.
Ginástica.
Ofícios manuais para os alunos.
*Prendas domésticas para as alunas.*¹²

As matérias relacionadas no primeiro conjunto seriam ministradas por um professor aos alunos de ambos os sexos e as do segundo conjunto, confiadas a professores e professoras e atenderiam, no seu conteúdo, as sexo dos alunos. O ensino religioso tornava-se facultativo, em virtude da liberdade religiosa que aos poucos se firmava e que já tivera reflexos no Regulamento de 1876, quanto à liberação desse ensino. Consignavam-se as disciplinas e conteúdos a serem ministrados nas sete séries que compunham simultaneamente os dois cursos¹³ (Anexo 28) e a forma como poderiam ser associados ou isoladas essas disciplinas:

1º — *Cadeira de Português e Religião associada à de Pedagogia.*
 2º — *Dita de Aritmética, Álgebra e escrituração mercantil à de Geometria e Desenho linear.*
 3º — *Dita de Cosmografia, Geografia Geral e do Brasil à de História Universal e do Brasil.*
 4º — *Dita de Elementos de ciências físicas e naturais à de fisiologia e higiene, lavoura e horticultura.*
 5º — *Dita de Filosofia, Direito natural, público e constitucional à de Princípios de economia social e doméstica.*

¹² PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Decretos ... 1882.
 Op. cit. t. 29, p. 3-4.

¹³ Ibid. p. 3-4.

- 6º — *Dita de Francês à de Retórica.*
 7º — *Dita de Inglês à de Alemão.*
 8º — *Dita de Latim, isolada.*
 9º — *Dita de Italiano, isolada.*¹⁴

O sistema de ensino, com matrículas nas matérias das diferentes séries, criou dificuldades para o bom andamento da Escola, funcionando irregularmente.

A ampliação do currículo da Escola Normal e do Instituto Paranaense teve como objetivo oferecer melhores condições aos filhos das famílias de maiores recursos que continuavam indo a São Paulo, à Corte e mesmo ao exterior, para prosseguirem estudos que favoreciam a entrada nos cursos superiores do Império e do exterior. De certa maneira, foi uma tentativa para atrair esse tipo de clientela, oferecendo melhores condições e oportunidades de educação. No entanto, frustraram-se as pretensões quanto à elevação da freqüência à Escola Normal. As atenções se voltavam para o Instituto Paranaense com freqüência mais significativa, pelo fato de seu currículo oferecer melhor embasamento para os cursos superiores.

O currículo da Escola Normal e mesmo do Instituto Paranaense foram reestruturados, tanto as matérias como seus conteúdos, em bases mais concretas, de acordo com a realidade paranaense, conforme propunha o Presidente Oliveira Bello. Dispondo a respeito dos dois cursos de grau secundário, o "Regulamento do Instituto Paranaense e Escola Normal anexa"¹⁵, de 16 de janeiro de 1884, determinava à Escola Normal o seguinte currículo:

... língua portuguesa; matemáticas elementares; cosmografia e geografia; história geral e particularmente a do Brasil; pedagogia, metodologia,

¹⁴ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Decretos ... 1882. Op. cit. t. 29, p. 16.

¹⁵ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis, Decretos e Regulamentos ... 1883. Op. cit. t. 30, p. 1-14.

*compreendendo a instrução moral e cívica e a administração escolar.*¹⁶

As matérias estavam distribuídas nos dois anos do curso e se apresentavam como segue:

1º ano: — português, aritmética e álgebra; cosmografia e geografia; história e pedagogia.

*2º ano: — português, geometria e trigonometria; geografia; história; pedagogia.*¹⁷

Esse currículo destinava-se somente à Escola Normal, enquanto que o do Regulamento anterior abrangia os dois cursos, sem especificar as matérias de um e outro.

Nesse Regulamento, o calendário escolar estabelecia o período letivo de 3 de fevereiro a 15 de novembro e os exames seriam marcados pelo Diretor ainda no mês de novembro, consistindo de prova oral e escrita.

A restrição de elenco de matérias no currículo visava a atender à situação financeira da Província, impedida de contratar novos professores.¹⁸ Procurava-se oferecer perspectivas profissionais mais vantajosas aos formados, a fim de despertar seu interesse pelo magistério.

Contando sempre com baixo número de alunos, verificava-se a pouca atração que o magistério exercia em termos de carreira, na comunidade masculina, em muitos casos funcionando apenas como segunda opção profissional.

Os debates em torno da criação dessa Escola forma até certo ponto infrutíferos, pois, além do reduzido número de alunos, diversos regulamentos marcaram sua existência, na tentativa do governo adaptar o seu funcionamento à realidade

¹⁶ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis, Decretos e Regulamentos ... 1883. Op. cit. t. 30, p. 3.

¹⁷ Ibid. p. 3-4.

¹⁸ BELLO. Relatorio ... 22 de Agosto de 1884. Op. cit. p. 46.

paranaense. Apesar desse empenho, a Escola não chegou a cumprir suas finalidades junto ao professorado, predominantemente masculino, levando as autoridades a canalizarem suas atenções para o elemento feminino, abrindo-lhe perspectivas de continuidade nos estudos e de trabalho.

4.4 OS MÉTODOS DE ENSINO NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS

Método é o conjunto de normas visando a atingir objetivos. Etmologicamente, quer dizer: "caminho para se chegar a um fim, para se alcançar um objetivo".¹

Na conjuntura em estudo, o método aplicado era formal e verbalista, exigindo do aluno o desenvolvimento da memória auditiva.

A Lei de 15 de outubro de 1827 indicava, no art. 4º, o método de Lancaster², ou mútuo, para ser aplicado nas escolas primárias das capitais das Províncias, cidades, vilas e lugares, havendo referência nos artigos 5º e 15º quanto ao seu emprego.

Destinado ao ensino de grande número de crianças, o método de Lancaster não correspondia à realidade educacional brasileira, em virtude do baixo número de alunos nas escolas e das irregularidades na sua frequência, como atestam diversos

¹ NÉRICI, Imídio Giuseppe. Didática geral dinâmica. 4.ed. São Paulo, Científica, 1973. p. 247.

² O método de Lancaster era um sistema monitorial que pretendia resolver a educação das massas infantis. Concebido, pela primeira vez, pelo Rev. Andrew Bell e, mais tarde, independentemente, por Joseph Lancaster. O plano era para o professor principal ensinar a lição a um grupo de meninos mais amadurecidos e inteligentes. Então, todo o corpo de alunos era dividido em pequenos grupos e estes aprendiam a lição através daqueles a quem o mestre havia ensinado. Um professor chefe poderia, desse modo, instruir muitas centenas de crianças. A instrução mútua resolveu o problema de despesas, pois era barata. Demonstrou que se poderia lidar com um grande número de crianças no mesmo edifício escolar, o que representava uma contribuição importante para o conhecimento pedagógico. A utilização de um aluno inteligente para ensinar um grupo de discípulos não provou ser muito eficaz. A questão da contribuição de um aluno para induzir seus colegas a aprender é de grande importância para a teoria pedagógica, mas ainda permanece sem solução prática. O método de Bell e Lancaster não teve o êxito em produzir um substituto para professores formados. Adaptado de EBY, Frederick. História da educação moderna, ... Op. cit. p. 325.

Relatórios de Presidentes de Província.³ A receptividade do método pelos governos provinciais não atendia ao ensino em sua extensão prática, apesar de muitos Presidentes lamentarem a sua não aplicação, certos que, com ele, resolveriam os problemas da instrução pública. Em 1833, Campos Vergueiro, Ministro do Império, reconhecia que o método não estava apresentando os resultados esperados.⁴

Na Província do Paraná, até a regulamentação do ensino em 1857, a lei paulista de 1846 determinou as diretrizes para o ensino, sem estabelecer, porém, qual o método a ser aplicado. Na Província de São Paulo, o conhecimento dos métodos e processos de ensino ficavam a cargo da Escola Normal, criada em 1846, para explicá-los e mostrar sua aplicação e vantagens. A inexistência dessa orientação metodológica no Paraná foi confirmada pelo Presidente Zacarias, ponderando o acerto dessa medida, pois o emprego de um e outro método dependeria do número de alunos. Havendo alguns métodos em uso, outros poderiam surgir, como "o de Castilho, chamado — método português".⁵ Esse método, atribuído a Antônio Feliciano de Castilho, consistia na aprendizagem rápida da leitura, de que resultou ser chamado de "repentino".

*Tratava-se (...) de um processo de silabação, em que se tinha em vista o partir da aprendizagem das sílabas mais frequentes; era um "be-a-ba" racionalizado, isto é, um processo lógico-elementarista.*⁶

Outros métodos eram assinalados pelo Presidente, como o "individual, simultâneo, mútuo, ou lancasteriano, misto ou

³MOACYR. A instrução e as províncias... Op. cit. 3 v. [v. 1 e 2, 1939; v. 3, 1940].

⁴LARROYO. História geral ... Op. cit. p. 898.

⁵VASCONCELLOS. Relatório ... em 15 de Julho de 1854. Op. cit. p. 18.

⁶BRASIL. INEP. Campanha de Inquéritos... Introdução ao estudo do currículo... Op. cit. p. 31-2.

simultâneo-mútuo, e outros".⁷

O Regulamento de 1857 determinava que o método a ser aplicado nas escolas primárias seria o "simultâneo por classes", reservando-se o direito do professor de empregar outro método com a aprovação do Inspetor Geral.⁸

O método simultâneo, semelhante ao de Lancaster, predominou nos regulamentos da Província, visto propiciar o ensino, ao mesmo tempo, a diferentes estágios de aprendizagem de grupos de alunos. Contaria o professor, para a aplicação do método, com o auxílio de monitores, selecionados entre os alunos mais adiantados que iriam ensinar os colegas e lhes tomariam as lições. Nesse caso, o monitor devia saber perfeitamente o que o professor lhe ensinara.⁹

A aplicação desse método nas escolas primárias da Província atendia às suas necessidades educacionais por contarem as escolas, além de baixa frequência de alunos, com diversos níveis de adiantamento.

Conforme as instruções elaboradas pelo Inspetor Geral, Joaquim da Silveira Mota, em 1856¹⁰, a escola seria dividida em 3 classes, cada classe constando de dois bancos, um à esquerda e outro à direita, em frente à cadeira do professor.

Segundo a disposição dos bancos, os alunos seriam distribuídos pelo grau de adiantamento que apresentassem. O professor ensinaria, separadamente, cada classe pelo prazo de meia hora. A terceira classe receberia os ensinamentos, após o professor haver dispensado a primeira.

Para as escolas de 2ª ordem, dispunha o Inspetor Bento de Barros, em outras instruções, que seria acrescentada nas

⁷VASCONCELLOS. Relatório ... em 15 de Julho de 1854. Op. cit. p. 18.

⁸PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos... 1857. Op. cit. t. 4, p. 63.

⁹BRASIL. INEP. Campanha de Inquéritos ... Introdução ao estudo do currículo ... Op. cit. p. 25.

¹⁰CARVALHAES. Instruções contendo o plano e divisão ... 1856. In: PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos... 1857. Op. cit. t. 4, p. 127-8.

classes de 1ª ordem uma bancada em frente ou próxima à cadeira do professor, destinada àqueles que não escreviam no papel, ficando os bancos seguintes para a 2ª e 3ª classe e, no fundo da sala, o da 4ª classe.¹¹

Em 1859, o Inspetor Geral, Joaquim Mota, advertia os professores quanto ao emprego do método simultâneo, no sentido de que houvesse critério na divisão das classes e não passassem os alunos de uma classe para outra, sem estarem eles devidamente preparados.

A aplicação de outros métodos de ensino, como o de Castilho, era visto com certo receio pelo Inspetor, para o que recomendava o estudo e a experimentação do método antes de sua adoção. Professores de Curitiba e Paranaguá propuseram-se a experimentá-lo, caso lhes fosse concedida licença. A apreensão quanto aos resultados da aprendizagem da leitura não animaram o Inspetor Geral a conceder tal licença. O método exigia o uso da memória e impedia o desenvolvimento da reflexão. Além desse aspecto, poderia haver a incompatibilidade com o método de ensino simultâneo por classes ou grupos.¹²

O método simultâneo, indicado no Regulamento 1857, era aplicado por poucos professores, sendo uma das razões apontadas pelo Inspetor Geral, em 1867, para a criação da Escola Normal que contaria com a cadeira de pedagogia para o conhecimento e a aplicação de métodos.¹³

Os Regulamentos de 1871 e 1874 determinavam também a adoção do método simultâneo, com a possibilidade, porém, de ser aplicado outro método, com a aprovação do Inspetor Geral

¹¹ BARROS. Instruções sobre o plano e divisão ... In: PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1857. Op. cit. t. 4, p. 136-7.

¹² MOTA. Relatório que ... apresenta o ... Inspetor Geral da Instrução Pública ... 1859. Op. cit. p. 11-2.

¹³ SANTOS. Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública. In: BURLAMAQUE. Relatório ... no dia 15 de Março de 1867 ... Op. cit. p. 4.

e ordem da Presidência.^{14,15}

No Regulamento de 1876 permanecia a indicação desse método, cabendo ao Conselho Literário, todavia, estabelecer a divisão das classes, o programa de ensino e o regimento interno das escolas. As escolas particulares também ficavam sujeitas às determinações desse Regulamento.¹⁶

A aplicação de novos métodos de ensino era do conhecimento das autoridades da Província que, na década de 80, começaram a enfatizar a importância do método intuitivo, preconizado por Pestalozzi, Herbart e Froebel.

Em 1866, o Presidente Taunay ressaltava que o método intuitivo proporcionava melhor aprendizagem aos alunos, não devendo o professor empregar o processo de soletração, mas ir adequando os conhecimentos e explicações ao nível de desenvolvimento do educando, incentivando-o à aprendizagem. As escolas deveriam aplicar, em linhas gerais, os princípios da ciência moderna.¹⁷

A importância do método intuitivo em substituição ao método verbal e de memorização fora levada em consideração quando da elaboração do novo Regulamento do ensino em 1890. Estabelecia o Regulamento que o ensino, nas escolas primárias elementares, seria misto ou simultâneo-mútuo, e adotar-se-ia o método intuitivo, apoiado no conhecimento direto das coisas. Os professores organizariam museus escolares com as plantas e minerais da região, para o que contribuiriam

¹⁴ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos...
1871. Op. cit. t. 18, p. 122.

¹⁵ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ...
1874. Op. cit. t. 21, p. 198.

¹⁶ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ...
1876. Op. cit. t. 23, p. 7.

¹⁷ TAUNAY, Alfredo d'Escragnole. Exposição com que ... passou a administração da Província do Paraná ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho 1º Vice-Presidente a 3 de Maio de 1886. [s.n.t.] p. 8-9.

a curiosidade e a diligência das crianças.¹⁸

Com a revogação desse Regulamento, permaneceu a indicação do Regulamento de 1876 até 1891, quando novo Regulamento restabeleceu as determinações do anterior.

Assim, a indicação do método simultâneo permaneceu nos quatro Regulamentos de ensino, de 1857, 1871, 1874 e 1876, para as escolas primárias da Província.

¹⁸ Regulamento da Instrução Pública do Paraná. IN: PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos e Regulamentos de 1890-1891. Op. cit. p. 48.

4.5 OS MÉTODOS DE ENSINO NA ESCOLA NORMAL

O Regulamento de 1876 não fazia referências aos métodos de ensino a serem aplicados na Escola Normal, e nem aos Regulamentos de 1871 e 1874, visto a Escola não ter entrado em funcionamento, embora criada em 1870. Todavia, o Regulamento de 1882, nos arts. 37 e 44, prescrevia o procedimento do professor em relação às aulas. Assim, determinava o art. 37:

Os professores deverão em suas lições ser metódicos e corretos, quanto convém que o seja o aluno na reprodução verbal ou por escrito do mesmo assunto, de modo que o ensino possa servir de modelo àqueles que mais tarde o devem dar como professores.¹

O art. 44 estabelecia que a escolha do método dependia da matéria a ser ensinada e os professores eram obrigados:

§3º A seguir nas lições o método mais conducente à perfeita compreensão da matéria, usando de linguagem ao alcance da inteligência e conforme o grau de adiantamento dos alunos.²

No Regulamento de 16 de janeiro de 1884, no capítulo destinado à Pedagogia, o art. 19, §1º, estabelecia:

O curso deve ser essencialmente prático, evitando, quanto possível, a feição teórica e verbalista, procurando desenvolver as faculdades de observação, apreciação, enunciação e execução.³

As características de renovação do ensino na Escola Normal demonstravam o empenho do governo em sua modernização,

¹ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Decretos ... 1882. Op. cit. t. 29, p. 6.

² Ibid. p. 7.

³ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis, Decretos, e Regulamentos ... 1883. Op. cit. t. 30, p.4.

sem, contudo, atingir aos professores, pois poucos foram os que frequentaram a Escola.

Na conjuntura provincial, o último Regulamento para a Escola Normal, de tendências modernizadoras, leva a crer que, se as determinações fossem cumpridas, o método intuitivo começaria a ser adotado, transferindo-se aos poucos esse tipo de aprendizagem para as escolas primárias, principalmente dos centros maiores, evidenciando as idéias renovadoras que apareciam no sistema de ensino do Paraná.

4.6 A INSPEÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO

A fiscalização do ensino primário na Província do Paraná, na época de sua emancipação, era exercida por uma comissão composta de três membros: um, nomeado pelo governo da Província; dois, pelas Câmaras Municipais, segundo a Lei nº34 de 1846. No entanto, o Presidente da Província ressaltava a importância de sua alteração, reduzindo-se o número de seus elementos em cada localidade, passando a ser efetivada por um inspetor geral e pelos inspetores de distrito, todos nomeados pela presidência.¹

Para auxiliar a inspeção do ensino, propunha o Presidente a criação de conselhos de instrução, a exemplo da Corte e da Capital da Província de São Paulo, necessitando para isso de pessoas com certo nível cultural que, em Curitiba, era bem reduzido.

Em 14 de setembro de 1854, o Presidente sancionava a Lei nº 17², dispondo a respeito da inspetoria do ensino a ser exercida pelo Inspetor Geral e por Inspetores de Distrito, de sua nomeação. As atribuições deles seriam estabelecidas no regulamento a ser aprovado pelo Governo, ficando estipulada a gratificação de 1.200\$000 anuais ao Inspetor Geral.

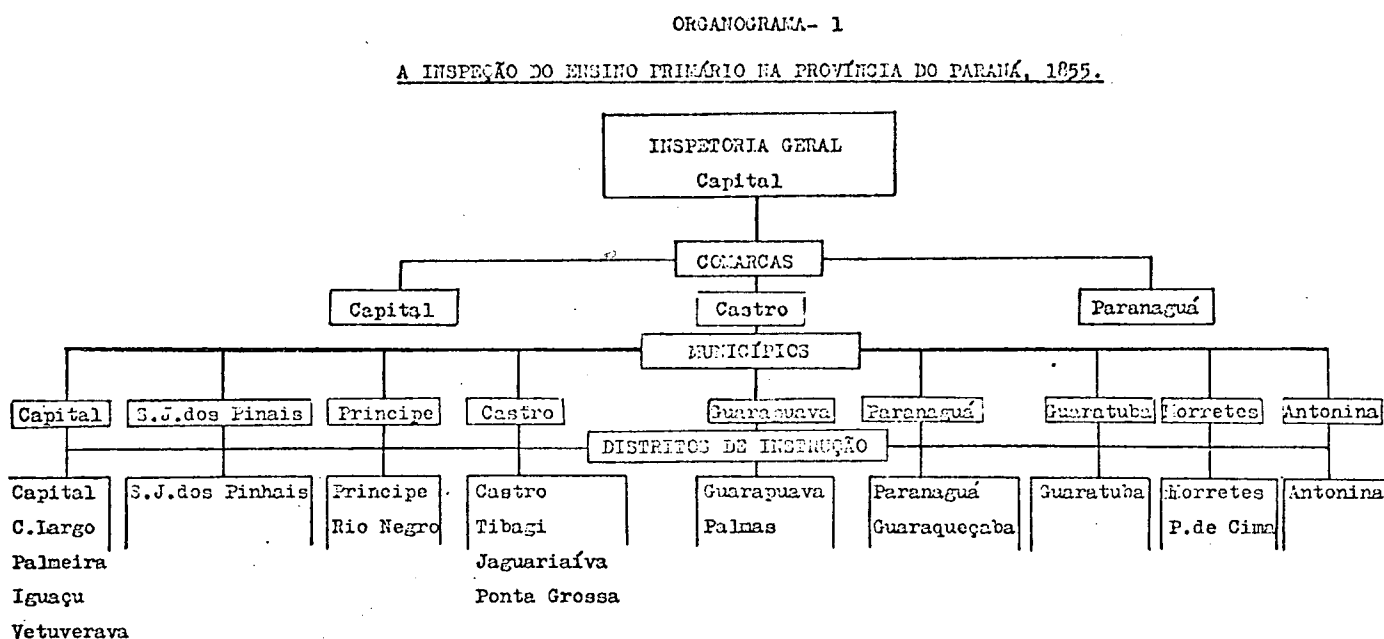
Sob proposta do Inspetor Geral, o Governo estabeleceu, em 1854, 20 distritos de instrução na Província: Capital, Votuverava, Castro, Jaguariaíva, Tibagi, Ponta Grossa, Guaraçuva, Palmas, Rio Negro, Príncipe, Palmeira, Campo-Largo, Iguacu, S. José dos Pinhais, Porto de Cima, Morretes, Antonina, Guaraqueçaba, Paranaguá e Guaratuba.³

¹VASCONCELLOS. Relatório ... em 15 de Julho de 1854.
Op. cit. p. 14.

²PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Decretos, Regulamentos e Deliberações do Governo da Província do Paraná, 1854.
Curitiba, Typ. Paranaenses, 1855. p.50-3.

³PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Decretos, ...1854.
Op. cit. t. 1, p. 11-2.

Esses distritos estavam distribuídos pelas Comarcas e Municípios, segundo a relação apresentada pelo Secretário do Governo, Augusto Fraderico Colin, em 1º de fevereiro de 1855⁴ (Anexo 3), constituindo o seguinte organograma:



Fonte: Relação das Cadeiras de Primeiras Letras da Província do Paraná. In: VASCONCELLOS. Relatorio ... em 8 de Fevereiro de 1855. op.cit. Anexos.

Em 1857, o Presidente Carvalhaes sancionava a Lei nº 21⁵, dispoendo a respeito da inspeção do ensino e determinando as funções do secretário da repartição, com vencimentos de 600\$000 anuais. Estabelecia três inspetorias de distrito, cu-

⁴ VASCONCELLOS. Relatorio do Presidente da Província do Paraná o Conselheiro ... na abertura da Assenblêa Legislativa Provincial em 8 de Fevereiro de 1855. s.n.t. Anexos.

⁵ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1857. Op. cit. t. 4, p. 14.

jos Inspectores perceberiam anualmente 360\$000 e junto aos quais funcionariam os Conselhos Literários, estando-lhes subordinadas tantas sub-inspetorias quantas fossem as localidades com escolas, não sendo previstas remunerações para os seus responsáveis.

Em 24 de abril desse ano, era sancionado o Regulamento da Inspeção do Ensino⁶, dispondo a respeito dos diferentes níveis de inspeção e do Conselho Literário. Ficavam sujeitos à inspeção os estabelecimentos primários, públicos e particulares, e a chefia desta repartição era entregue ao Inspetor Geral que atuaria como intermediário entre ela e o governo. A inspeção e a administração da instrução em toda a Província competia ao seu Presidente, ao Inspetor Geral, aos Inspectores de Distrito, aos Conselhos Literários e aos sub-Inspectores.

Ao Inspetor Geral competia inspecionar, instruir e dirigir todos os empregados da instrução pública, assim como os estabelecimentos públicos e particulares, e apresentar ao Presidente da Província relatório a respeito do estado da instrução em geral, indicando as mudanças e melhoramentos que deveriam ser realizados, acompanhando-o de mapas das escolas primárias e secundárias, públicas e particulares, de ambos os sexos, contendo o número de alunos e o nome dos professores, mapas do material escolar e o orçamento das despesas com o pessoal e material necessários para o ano seguinte. Seus vencimentos permaneciam iguais aos de 1854, além da ajuda de custas para as viagens de inspeção.

Os Inspectores de Distrito seriam escolhidos entre as pessoas com graus acadêmicos ou de reconhecida "ilustração", havendo um em cada Comarca, cabendo-lhes, entre outras obrigações, exigir dos sub-Inspectores as informações sobre as escolas e a apresentação de mapas trimestrais, fornecidos pelos professores, com base nos quais informaria a frequência e o comportamento dos alunos à Inspeção.

⁶ Regulamento da Inspeção da Instrução da Província do Paraná, alterando e conformando as disposições da Lei nº 34, de 16 de Março de 1846, com a Lei nº 21, de 2 de Março de 1857. In: PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1857. Op. cit. t. 4, p. 83-93.

Os Conselhos Literários seriam compostos pelo Presidente da Câmara e pelo sub-Inspetor, sob a presidência do Inspetor de Distrito, cabendo aos sub-Inspetores convocá-los uma vez por ano para tratar de assuntos relativos à instrução e aos Conselhos, verificar o estado da instrução primária e secundária do respectivo distrito, plano geral de estudo, regime, livros, economia, habilitação do pessoal e prestar informações ao Inspetor Geral e ao Inspetor de Distrito.

Em todos os locais que não fossem residência do Inspetor de Distrito e com escolas, haveria um sub-Inspetor para fiscalizar escolas públicas e particulares, a fim de observar se eram cumpridas as determinações regulamentares e exigir dos professores, no último dia dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, os mapas trimestrais, encaminhá-los aos Inspetores de Distrito, onde o inspetor devia, ainda, inventariar os móveis e utensílios da escola.

As atribuições conferidas aos Conselhos Literários junto às escolas e aos professores revestiam-se de maior autoridade que a dos sub-Inspetores, principalmente no tocante ao andamento do ensino, sendo os problemas levados às reuniões a fim de serem debatidos e comunicados, posteriormente, ao Inspetor Geral. A participação dos Conselhos nos negócios da instrução fora aventada na Reforma Couto Ferraz, que propunha a fiscalização do ensino exercida por um inspetor geral, um conselho diretor e delegados de distrito. A função do inspetor se ligaria a assuntos técnicos do ensino. Dessa maneira, a idéia foi incorporada ao sistema de ensino paranaense, acompanhando a legislação maior das Reformas na Corte.

A Secretaria da Inspeção Geral da Instrução Pública contou também com regulamento específico⁷ para seu funcionamento, aprovado em outubro de 1857, pelo qual lhe eram delegados poderes para tratar de todos os assuntos ligados à educação, envolvendo escola, professor e aluno, quer no âmbito público, quer no âmbito particular.

⁷Regulamento para a Secretaria da Inspeção Geral da Instrução Pública do Paraná. In: PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1857. Op. cit. t. 4, p. 129-32.

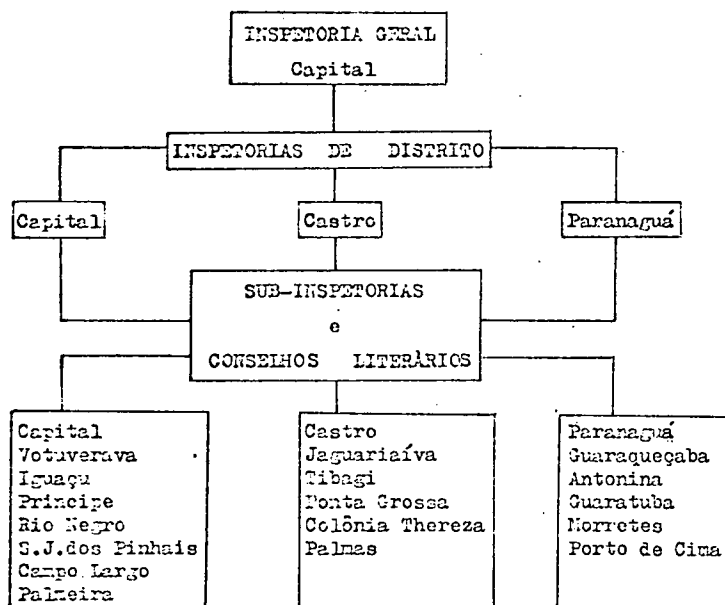
No ano seguinte, o Inspetor Geral⁸ ressaltava a criação dos Conselhos Literários como de grande importância para a solução de problemas do ensino em cada localidade e pelo trabalho de conscientização, ante a população, do valor da educação da infância e da juventude. A avaliação dos resultados da participação desses Conselhos na fiscalização do ensino era precoce, havendo sido convocados somente os da Capital e de Castro. O Conselho da Capital, como resultado de suas reuniões, apontava a necessidade de escolas de 2ª ordem para ambos os sexos, o cumprimento da lei do ensino obrigatório em toda Província e a criação de casas de asilo para atender às crianças carentes.

Ao Inspetor era enfatizada a importância da participação efetiva dos párocos no processo do ensino religioso, instando junto aos pais a enviar os filhos à escola e ao atendimento às aulas de religião, dever conferido pelo Regulamento da Inspeção do Ensino. Contudo, apresentara-se até o momento como omissos.

A Inspeção do Ensino, segundo as informações do Inspetor, estava assim organizada:

⁸MOTA. Relatório que ... apresenta o ... Inspetor Geral da Instrução Pública ... 1859. Op. cit. p. 4-5.

ORGANOGRAMA - 2

A INSPEÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NA PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1858.

Fonte: N.4 - Mapa das Escolas Primárias desde 1858, e alunos que as frequentam. In: MOTA. Relatório ... que ... apresenta o ... Inspector Geral da Instrução Pública ... 1859, op.cit. p. 44.

Atendendo às Inspetorias de distrito estavam o Dr. Bento Fernandes de Barros, na Capital, o Dr. Antônio Vespasiano de Albuquerque, em Castro, e o Dr. Francisco Ferreira Corrêa, em Paranaguá.⁹ Os sub-Inspetores eram escolhidos entre as pessoas de melhor nível intelectual das localidades, havendo 14 em exercício (Anexo 7).

Para esses Inspetores foram baixadas instruções¹⁰

⁹ NOGUEIRA, Porfirio Aurelio de Mariz. Quadro demonstrativo dos empregados na inspeção do ensino da Província do Paraná. In: MOTA. Relatório ... que ... apresenta o ... Inspector Geral da Instrução Pública ... 1859. Op. cit. p.41.

¹⁰ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Collecção de leis... 1860. Op. cit. t. 7, p. 47-8.

referentes ao ensino obrigatório. Seria requisitado aos sub-Delegados, no mês de janeiro, o arrolamento dos meninos de 7 a 15 anos, moradores num raio de um quarto de légua da escola, confrontando-o com a relação dos matriculados para exigir-se dos pais a matrícula dos não inscritos, no prazo de seis meses, após o qual seriam relacionados os nomes dos reincidentes e comunicados à Inspetoria Geral para aplicação de multas. A ineficácia da medida levaria os professores a confeccionarem mapas das freqüência, confrontando-os com os das matrículas, para posterior comunicação dos faltosos à Inspetoria Geral. A sistemática adotada forneceria com segurança o nome dos não matriculados, embora fosse trabalhosa. As medidas preventivas quanto ao baixo índice de freqüência, porém, não chegaram a ser executadas devido a vários fatores, entre esses a falta de cumprimento às determinações pelos funcionários da Inspetoria e a própria situação sócio-econômica das famílias que impedia, muitas vezes, a freqüência regular das crianças às escolas.

O Conselho Literário constituía-se da 1ª e 2ª seções, funcionando nos distritos da Capital, de Castro e Paranaguá; era composto por elementos que pertenciam a localidades constantes no Organograma 2, visto algumas, não contarem com representantes para essa finalidade (Anexo 8).

Em 1860, o Presidente Francisco Cardoso¹¹ propunha a redução do quadro dos funcionários, em virtude do número de elementos compondo instituições locais ser superior ao de suas reais necessidades, como no caso da Inspeção do ensino, resultando em gastos dispensáveis ao cofres provinciais. Pretendia-se a eliminação dos cargos de Inspetores de Distrito e do Conselho Literário, ficando os Inspetores Paroquiais sob a imediata direção do Inspetor Geral. Permaneceria somente o Conselho da Capital, do qual participariam o Inspetor Geral,

¹¹ CARDOSO, José Francisco. Relatório apresentado à Assemblêa Legislativa da Província do Paraná na abertura da 1ª sessão da 4ª Legislatura pelo Presidente ... no dia 1º de Março de 1860. Curityba, Typ. de Candido Martins, 1860. p.43-4.

dois cidadãos e dois professores.

Procurando reduzir as despesas com a Instrução Pública, o governo suprimiria também, no ano seguinte, o cargo de Inspetor do distrito da Capital¹², justificando ser nessa cidade a residência do Inspetor Geral.

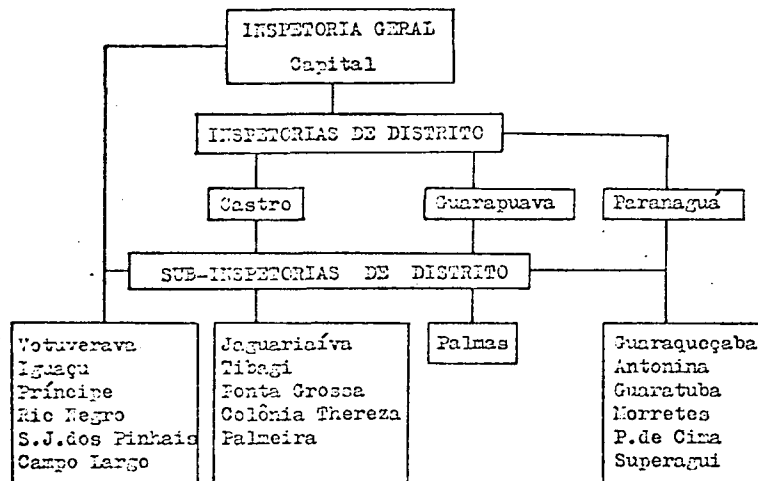
Guarapuava, que passara à condição de Comarca, teve instalada a Inspetoria de Distrito para a qual fora nomeado o Juiz de Direito que já se demitira do cargo, estando no momento apenas ocupados os cargos de Inspetor dos Distritos de Castro, por Victor de Azambuja Cidade, e de Paranaguá, onde permanecia o Dr. Francisco Ferreira Corrêa.¹³

A Inspeção do Ensino apresentava-se, conforme o Anexo 10, da seguinte maneira:

¹² PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Decretos da Província do Paraná. Curitiba, Typographia do Correio Official, 1861. t. 8, p. 15.

¹³ NOGUEIRA, Antonio Barbosa Gomes. Relatorio apresentado à Assemblêa Legislativa da Província do Paraná na abertura da primeira sessão da quinta Legislatura pelo ... no dia 15 de Fevereiro de 1862. Curitiba, Typographia do Correio Official, 1862. p. 24.

ORGANOGRAMA - 3

A INSPEÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NA PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1861.

Fonte: N.1. Quadro demonstrativo dos empregados da Inspeção do ensino da Província do Paraná. In: NOGUEIRA. Relatório ... no dia 15 de Fevereiro de 1862. op.cit. p. 53.

As desfavoráveis condições financeiras da Província provocaram a redução das despesas no setor da Instrução Pública, extinguindo-se cargos considerados desnecessários, como os de Inspetores de Distrito, suprimidos em 1863. Essa medida provocou certo pressionamento junto ao Inspetor Geral que, em 1864, solicitava ao Presidente da Província a sua reimplantação, alegando maior eficiência para a fiscalização do ensino.¹⁴ Apesar da viabilidade da reativação dos cargos, a Inspeção do Ensino permaneceu constituída de sub-Inspetores, atuando diretamente nas escolas, sob a direção do Inspetor Geral. Em 1867, estava composta de 20 sub-Inspetores e do

¹⁴ SILVA. Relatório ... em 21 de Fevereiro de 1864. Op. cit. p. 19.

Inspetor Geral, Ernesto Francisco de Lima Santos.¹⁵

Em 1870, o Inspetor Bento de Barros¹⁶ voltava a advogar a recriação dos cargos, justificados pela necessidade de elementos que, por suas atribuições e posição social, pudessem continuar o trabalho desenvolvido pelo Inspetor Geral e estarem à altura de servir aos interesses da instrução. Competia-lhes a apreciação científica, moral e religiosa e a administração das escolas, limitando a atuação dos sub-Inspetores ao nível administrativo, salvo quando párocos, aos quais caberia também a direção do ensino religioso. As inspetorias deveriam abranger a mesma área estabelecida para as Comarcas, exceto Paranaguá, com elevado número de escolas, precisando ser dividida em dois distritos. Assim, ficaria a Inspeção com 6 distritos: 2 no litoral e 4 no planalto.

As alterações no Regulamento de 1857 estavam a exigir nova regulamentação do ensino e da inspeção que começava a expandir-se, em vista da criação de novas escolas.

O novo Regulamento de 1871¹⁷ estabelecia a direção e a inspeção do ensino de competência do Presidente da Província, do Inspetor Geral, dos Inspetores de Distrito e dos Inspetores Paroquiais. A direção intelectual ficava a cargo dos Inspetores Paroquiais, bem como a religiosa. Os Inspetores de Distrito ficavam encarregados de apresentar relatório ao Inspetor Geral a respeito do estado do ensino, acompanhado da estatística escolar de seu distrito, conforme as informações dos Inspetores Paroquiais. A atuação desses Inspetores permanecia em nível de escola, fiscalizando diretamente o professor, a frequência dos alunos e assistindo aos exames mensais e finais. Ao Inspetor Geral cabia a direção do ensino primário e secundário, inclusive do Liceu, com honorários de

¹⁵ SANTOS. Relatório do Inspector Geral da Instrução Pública. In: BURLAMAQUE. Relatório ... no dia 15 de Março de 1867 ... Op. cit. p.2.

¹⁶ BARROS. Relatório ... pelo Inspector Geral da Instrução Pública ... 1871. Op. cit. p. 21-2.

¹⁷ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1871. Op. cit. t. 18, p. 122-43.

2.400\$000 anuais, enquanto os Inspetores de Distrito receberiam 480\$000.

A Inspeção do Ensino ficava dividida em seis distritos, conforme havia sugerido o Inspetor Bento de Barros, e compreendia as Comarcas da Capital, da Lapa, de Castro, de Guarapuava, os Municípios de Paranaguá, Guaratuba, Morretes e Antonina, dando-se preferência aos Promotores Públicos para os cargos de Inspetores. Em cada localidade haveria tantos Inspetores Paroquiais quantas fossem as sedes das escolas.

Foram reiteradas algumas determinações do Regulamento de 1857 e eliminados os Conselhos Literários, cujas atividades passaram a ser desempenhadas em parte pelos Inspetores de Distrito e em parte pelos Inspetores Paroquiais. A atuação do Inspetor Geral na admissão de professores tornava-se necessária, em face da inoperância da Escola Normal que fora criada no ano anterior, ficando também ao seu critério a indicação de nomes para ocuparem as vagas nas escolas, assim como a proposta de demissões.

O ensino particular estava sujeito à fiscalização pelos Inspetores, no sentido de observarem e compararem esse ensino com o das escolas públicas, bem como lhes cabia admoestar aqueles que fossem contrários aos princípios da moral pública e religiosa. Por esse Regulamento, revogava-se a Lei nº 174, de 1868¹⁸, que isentara de qualquer intervenção e fiscalização as escolas particulares de níveis primário e secundário. Essa medida criara obstáculos à Inspetoria, quanto à avaliação do processo de ensino e ao levantamento estatístico para apurar-se o movimento escolar, sugerindo-se, então, que o controle deveria efetuar-se com a finalidade de coletar dados para o conhecimento da situação do ensino¹⁹ em geral.

Novas reformulações foram feitas na Inspeção, as quais

¹⁸ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Decretos... 1868. Op. cit. t. 15, p. 26-7.

¹⁹ FONSECA. Relatorio ... no dia 6 de Abril de 1869. Op. cit. p. 6.

ficariam estabelecidas em outro Regulamento, aprovado em 1874.²⁰

A direção e a fiscalização do ensino passavam a ser exercida, além do Presidente da Província, do Inspetor Geral e dos Inspetores Paroquiais, pelos Conselhos de Instrução e pelas Câmaras Municipais. Eram extintos os cargos de Inspetores de Distrito e novamente aceita a atuação dos Conselhos, voltados agora, e principalmente, para a execução da obrigatoriedade do ensino, atividade da qual participavam também as Câmaras Municipais, estabelecendo os limites de ação de cada Conselho. O ensino obrigatório era novamente restabelecido por esse Regulamento que, como o de 1857, delegava poderes para cumprimento da sua execução ao sistema de fiscalização do ensino na Província.

Os Conselhos seriam compostos de Inspetores Paroquiais, dos coletores das rendas da Província e dos párocos, todos sem qualquer remuneração. Atuariam em nível de escola, junto ao professor, inspecionando e promovendo por todos os meios o desenvolvimento do ensino. Suas funções confundiam-se com as dos Inspetores Paroquiais como a constatação de pobreza dos alunos, imposição de multas aos professores e outras, sendo, porém, a principal a execução do preceito do ensino obrigatório, apontado como solução para o grave problema da frequência escolar.

A situação do ensino não condizia, entretanto, com os padrões almejados pelas autoridades, considerando-se uma das chaves para o seu melhor andamento a eficiência na fiscalização, além da promoção de conferências para a atualização do professorado. Medidas nesse sentido foram tomadas no Governo de Lamenha Lins, em 1876, promovendo-se a fundação de vários Clubes Literários²¹ com a finalidade de proporcionar instrução, lazer e outros meios de distração aos associados, que

²⁰ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1874. Op. cit. t. 21, p. 198-222.

²¹ LINS. Relatorio ... no dia 15 de Fevereiro de 1876. Op. cit. p. 55-8.

contariam com uma biblioteca constituída por donativos particulares, além de se pretender realizar conferências literárias a serem proferidas por aqueles dedicados às letras no Paraná.

Foi desse governo a aprovação de novo Regulamento²² que determinou alterações no sistema de inspeção, atribuindo a direção e fiscalização do Presidente da Província, ao Diretor Geral, ao Conselho Literário e aos Inspectores Paroquiais.

Alterava-se a denominação de Inspetor Geral para a de Diretor Geral e retornava o Conselho Literário, denominação dada no Regulamento de 1857, constituindo, porém, uma única corporação. Permanecia o Diretor Geral como chefe da repartição e intermediário entre ela e o governo, sendo de sua responsabilidade o ensino público e particular, primário e secundário e, ainda, o funcionamento da Escola Normal, criada novamente em abril desse ano. Escolhido entre os professores do Instituto Paranaense, em cujo prédio funcionaria a diretoria da Instrução Pública, suas atribuições relacionavam-se mais com aquelas de caráter administrativo. As decisões de caráter pedagógico eram, porém, de sua alçada, bem como os concursos e alterações regulamentares que, entretanto, contariam com a participação do Conselho Literário.

O Conselho Literário seria composto pelos professores do Instituto e da Escola Normal, considerados como membros natos e indemitíveis. Suas atribuições diziam respeito às atividades ligadas ao ensino primário e secundário, em geral, incluídas as de aspecto pedagógico, certo controle relacionado com os professores públicos e mais aquelas ligadas ao Instituto e à Escola Normal.

Os Inspectores Paroquiais, ou Municipais, seriam nomeados pelo Presidente da Província, sob proposta do Diretor Geral, havendo um em cada Município, cabendo-lhes zelar pelo cumprimento das leis e regulamentos. Suas atribuições relacionavam-se com a prestação de todos os esclarecimentos ao

²² PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1876. Op. cit. t. 23, p. 2-37.

Conselho Literário, ao Diretor Geral ou ao Governo, incluindo-se informações, mapas, ordens e despachos. Sua atuação seria mais direta, no contato com professores e alunos, caracterizada por aspectos mais administrativos que pedagógicos. Até 1º de dezembro deveriam apresentar relatório do estado do ensino em seu Município.

O Inspetor Paroquial da Capital seria o professor de pedagogia da Escola Normal e todos os ofícios de professores seriam encaminhados por ele ao Diretor Geral, salvo queixas contra ele, que iriam ter diretamente ao Diretor Geral.

A Diretoria contaria com um secretário que, além de atender e arquivar a correspondência dessa repartição, seria encarregado da biblioteca pública, do Instituto, da Escola Normal e auxiliaria, se solicitado, o secretário do Conselho, havendo ainda um escrevente, um bedel e um porteiro.

As informações prestadas pelos professores eram de grande importância, pois que a fidelidade delas dependeria a reconstituição do quadro geral do ensino na Província.

A frequência escolar impunha medidas severas pelo Governo que aprovou, em 6 de julho de 1877, regulamento específico para o Ensino Obrigatório²³, devendo ser executado pela Inspeção da Instrução Pública, ficando os Inspectores Paroquiais responsáveis pelo arrolamento das crianças que não frequentassem as escolas e pela imposição das multas aos responsáveis, sendo cobradas do mesmo modo que as contribuições municipais.

A execução do Regulamento seria fiscalizada pelo Diretor Geral e as solicitações de isenção de multas seriam encaminhadas ao Conselho Literário e, em última instância, ao Presidente da Província. O produto das multas seria revertido para o atendimento de vestuário dos meninos indigentes.

As disposições relativas à frequência nas escolas seriam aplicáveis tanto às escolas públicas como às particulares.

²³ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1877. Op. cit. t. 24, p. 168-72.

A organização da Inspeção aos poucos tornava-se mais complexa, com a distribuição de funções entre os três níveis de atuação.

Todas as localidades da Província contavam com escolas, apesar da extinção de 45 delas, aumentando o campo de atuação das autoridades do ensino.²⁴

Em 1880, o Presidente da Província ressaltava a incompatibilidade do cargo de Diretor Geral com o do magistério, que impedia o cumprimento de suas obrigações, entre essas as visitas às escolas. Sugeria a desvinculação dos dois cargos e a elevação dos vencimentos do Diretor Geral, advogando remuneração também para os Inspetores Paroquiais, acreditando ser um estímulo para o desempenho de suas funções.²⁵

Em 1882, no quadro demonstrativo das escolas públicas (Anexo 29), apresentado pelo Diretor Geral, Moysés Marcondes²⁶, o Paraná contava com 24 municípios, havendo, portanto, 24 Inspetores Paroquiais, conforme se constata pelo seguinte organograma:

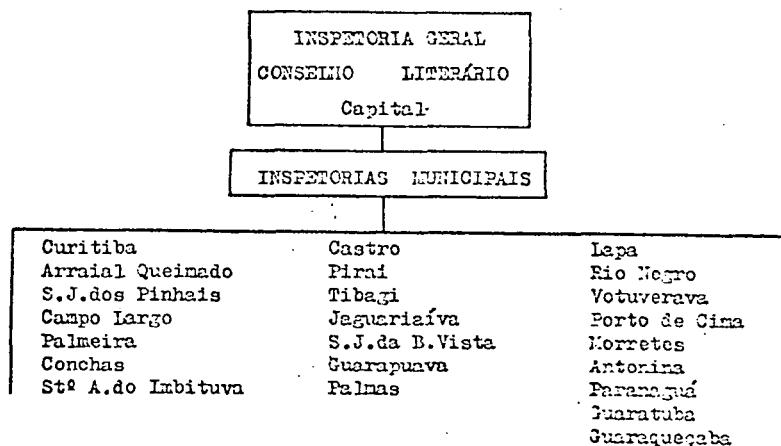
²⁴ OLIVEIRA Junior, Joaquim Bento de. Relatorio com que ... passou a administração da Província do Paraná ao 1º Vice-Presidente ... Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá em 7 de Fevereiro de 1878. Curitiba, Typ. da Viuva Lopes, 1878. p. 37.

²⁵ DANTAS Filho. Relatorio ... no dia 16 de Fevereiro de 1880 ... Op. cit. p. 36.

²⁶ MARCONDES. Relatorio que ... apresentou o ... Diretor Geral da Instrução Pública ... 1882. Op. cit. p. 19.

ORGANOGRAMA - 4

A INSPEÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NA PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1882.



Fonte: Quadro demonstrativo das escolas públicas. In: MARCONDES. Relatório que ... apresentou o ... Director Geral da Instrução Publica ... 1882. op.cit. p. 19.

Por Ato de 2 de maio do mesmo ano²⁷, o Presidente Sancho Pimentel alterava algumas disposições do Regulamento de 1876, enquanto não se publicasse nova reforma da instrução pública, estabelecendo que o Diretor Geral em todos os seus impedimentos seria substituído por pessoa indicada pelo Presidente, que o Inspetor Paroquial da Capital seria escolhido pelo Presidente e que os demais Inspetores Paroquiais deveriam efetuar suas visitas às escolas uma vez ao mês, anotando a visita em livro específico para esse fim e informando ao Diretor Geral suas impressões; caso contrário, os professores deveriam comunicar ao Diretor Geral a falta da visita.

²⁷ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1882. Op. cit. p. 3-4.

Com a aprovação do Regulamento do Ensino Obrigatório²⁸ em 1833, ficava instituída a Superintendência do Ensino Obrigatório, que contaria, em cada cidade, vila ou povoação, com uma comissão de superintendentes, em número maior ou menor, conforme as conveniências.

Cada cidade, vila ou povoado constituiria uma circunscrição escolar, num raio de 2 quilômetros da sede das escolas. Essa área seria dividida em tantos distritos quantos fossem necessários, sendo cada distrito numerado e tendo um superintendente do ensino obrigatório.

Quando o número de superintendentes fosse menor que quatro (4), um deles seria o chefe; se fosse maior, o chefe não acumularia esse cargo com o de superintendente.

Os superintendentes não teriam remuneração e seriam nomeados pelo Presidente. Suas incumbências diziam respeito à promoção da frequência escolar junto às famílias e responsáveis por menores, visitas frequentes às escolas, comunicação ao Inspetor Paroquial de qualquer irregularidade, solicitação de vestuário para as crianças indigentes de seu distrito e apresentação de relatório trimestral ao chefe.

Aos chefes da superintendência competia, em sua circunscrição: organizar a propaganda e efetivar o regulamento, fiscalizar e ajudar o serviço dos superintendentes, visitar e informar ao Inspetor da Paróquia e ao Diretor Geral das necessidades das escolas, reunir com os superintendentes, enviar relatório trimestral ao Presidente da Província por intermédio do Diretor Geral, determinar a respeito das roupas para as crianças indigentes, angariar donativos e subscrições para os vestuários, propor o nome de senhoras para auxiliar no cumprimento do ensino obrigatório e assistir os exames gerais nas escolas públicas e particulares.

O arrolamento escolar seria efetuado pelos superintendentes no distrito de sua jurisdição, ficando criado também o fundo escolar para aquisição de vestuário para as crianças.

²⁸ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1883. Op. cit. p. 16-27.

À respeito das sanções aos pais ou reponsáveis, a sua execução variaria conforme a gravidade do ato.

Os serviços prestados por esses funcionários seriam considerados como relevantes ao Estado e ficava estabelecido que o ensino obrigatório na Capital seria denominado *circunscrição primária do ensino obrigatório*.

O Relatório do Presidente Oliveira Bello, em 1884, assinalava a existência de 17 circunscrições escolares, a saber:

1ª Capital	10ª S. José dos Pinhais
2ª Palmeira	11ª Guarapuava
3ª Lapa	12ª Castro
4ª Antonina	13ª Anhaia
5ª Campo Largo	14ª Assungui
6ª Ponta Grossa	15ª Porto de Cima
7ª Palmas	16ª Tibagi
8ª Morretes	17ª Arraial Queimado ²⁹
9ª Rio Negro	

Todas as circunscrições constituiriam o fundo escolar, que já fora criada em Curitiba com a verba inicial de 2.000\$000, consignada no orçamento municipal. As contribuições e donativos para esse fim seriam ofertados, com boa vontade, pela população e a campanha pela obrigatoriedade do ensino resultara, aliás, em corrente de simpatia em torno do movimento.³⁰

Em 1885, o Presidente Taunay designava como chefe do Ensino Obrigatório em toda a Província o Diretor Geral da Instrução Pública.³¹

Em 1889, o Presidente Jesuíno Marcondes alterava a de-

²⁹ BELLO. Relatorio ... em 22 de Agosto de 1884. Op. cit. p. 40.

³⁰ Ibid. p. 40-1.

³¹ TAUNAY. Exposição ... a 3 de Maio de 1886. Op. cit. p. 3.

nomeação de Superintendentes para a de Inspectores Paroquiais.³²

As diversas alterações no Regulamento de 1876, por decretos, atos e regulamentações de determinados artigos, estavam a exigir ordenação sob a forma de novo Regulamento. A necessidade desse Regulamento era apontada por vários Presidentes, sendo aprovado em janeiro de 1890 o Regulamento do Ensino³³, o qual determinava ser a fiscalização da competência do Governador do Estado do Paraná, do Diretor Geral da Instrução Pública, da Escola Normal, dos Inspectores Literários e dos Delegados especiais que exerceriam, eventualmente, a inspeção quando designados pelo Governador do Estado.

À Escola Normal competia exercer as funções conferidas ao Conselho Literário pelo Regulamento de 1876, e dar pareceres em assuntos relativos à instrução.

O Governador do Estado poderia comissionar o professor de Pedagogia da Escola Normal ou delegados para visitar e fiscalizar as escolas, indicando métodos e programas mais convenientes. Essa disposição não excluía a obrigação do Diretor Geral e dos Inspectores Literários de exercerem, também, essa função..

Segundo o quadro do magistério³⁴, em 1890 (Anexo 33), havia escolas públicas em 130 localidades e não havendo informações de outras localidades com escolas, o Estado contaria, portanto, com 130 Inspectores Literários.

A revogação desse Regulamento e do quadro do magistério, embora mantidos os contratos, fez com que permanecessem as disposições do Regulamento de 1876 e as respectivas alterações legais e regulamentadoras, aprovadas no decorrer de anos.

Em maio de 1890, o Governador Américo Pereira sancionava

³² PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Colleção de Leis ... 1889. Op. cit. p. 47.

³³ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos e Regulamentos de 1890-1891. Op. cit. p. 48-9.

³⁴ Ibid. p. 64-81.

o Decreto nº 85, determinando a criação do cargo de Superintendente Geral do Ensino Público, ao qual competia a inspeção superior de instrução e a fiscalização de todos os atos ligados a esse setor. Ficaria o Superintendente encarregado de apresentar um regulamento completo para o ensino primário e secundário. Seus honorários seriam de 6:000\$000 anuais, sem ajuda de custo. O funcionário com o cargo de Secretário da Instrução Pública passava a exercer a função de Diretor do Instituto Paranaense e da Escola Normal e a servir perante a Superintendência Geral do Ensino, com a gratificação de 400\$000.³⁵

A administração do ensino no Estado do Paraná passava a ser controlada pela Superintendência Geral do Ensino Público, sem indicar, porém, alterações nos demais elementos que compunham esse órgão de inspeção e fiscalização. Com o Regulamento de 1891³⁶ foram restabelecidas as disposições do Regulamento anterior, reiterando as determinações quanto à Inspeção do Ensino que ficava a cargo do Governador do Estado, do Diretor Geral, da Escola Normal e dos Inspectores Literários, aos quais competia também a direção e fiscalização do ensino obrigatório, que contou com novo Regulamento.³⁷ A obrigatoriedade envolvia compromissos a serem assumidos pelo governo e pelas Câmaras Municipais, relativos ao fornecimento de material escolar e vestuário às crianças pobres. A execução do Regulamento era coordenada pelos Inspectores Literários que, dentre suas atividades, se responsabilizariam pela organização da estatística escolar.

A administração do ensino apresentou diversas alterações na conjuntura provincial, como coloca Erasmo Pilotto, em que a idéia dos Conselhos sofreu várias reformas, passando

³⁵ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos e Regulamentos de 1890-1891. Op. cit. p. 118-9.

³⁶ PARANÁ, Leis, Decretos, et. Collecção de Leis ... 1891. Op. cit. p. 320-55.

³⁷ PARANÁ, Leis, Decretos, et. Collecção de Leis ... 1891. Op. cit. p. 369-76.

para a do Inspetor de Distrito e retornando à original, cujas atividades diferenciavam-se daquelas atribuídas ao Diretor Geral³⁸, de aspecto mais administrativo, enquanto as dos Conselhos eram de caráter mais pedagógico. A tendência na direção administrativo-pedagógica do ensino foi a de criar entidades competentes, dedicadas a assuntos de ordem administrativa e pedagógica, separadamente. As modificações visaram a adequar a teoria à prática e os recursos às necessidades locais, objetivando atender à realidade educacional paranaense.

³⁸PILOTTO. A educação no Paraná, ... Op. cit. p.108-12.

4.7 O FINANCIAMENTO DA INSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DO PARANÁ

O quadro econômico do Paraná, no ano de sua emancipação, era pouco promissor em virtude dos encargos a serem assumidos pelo Governo da nova Província. A Instrução Pública ocupava lugar de destaque nas previsões orçamentárias, embora a principal preocupação fosse com os empreendimentos de obras públicas que consumiam 20% da receita provincial, enquanto se dispndia apenas 6,5% com o ensino.

Os vencimentos consignados em lei aos professores¹, em 1854, eram de 6.600\$000 para 19 professores e 3.160\$000 para 9 professoras, aos quais se somavam ainda as gratificações de 280\$000 aos de Curitiba e Morretes, e de 4\$000, por aluno, àqueles com mais de 25 alunos. Os professores de escola de 2ª ordem percebiam 2.000\$000², enquanto para os demais o salário variava de acordo com a localidade em que estavam lotados.

Esses vencimentos, considerados inadequados pelo Presidente Zacarias, não favoreciam a ação do governo no intuito de prover as escolas com elementos habilitados, porquanto aqueles com boa formação julgavam-se mal remunerados e procuravam fontes mais rendosas. O aumento dos vencimentos, por outro lado, tornava-se demais oneroso para a Província, sem a certeza de obter de imediato bons professores³. Esse, aliás, foi o impasse enfrentado pelo governo em toda a conjuntura.

Na Lei de 1846 fora estabelecida aos alunos a contribuição de 20\$000 para as despesas com o estabelecimento, bem como para a gratificação anual aos professores, na porporção de 8\$000 para os de 2ª classe, 5\$000 para os de 1ª e 3ª e 4\$000 para os de 4ª⁴, visando a melhorar o ordenado do

¹ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Decretos ... 1854
Op. cit. t. 1, p. 79.

² Ibid. p. 98.

³ VASCONCELLOS. Relatório ... em 8 de Fevereiro de 1855.
Op. cit. p.58-9

⁴ ———. Relatório... em 15 de Julho de 1854. Op.cit. p. 24.

professor, sem prever as dificuldades do estudante pobre, impedindo-o de estudar.

A necessidade do governo providenciar prédios escolares era apontada pelo Presidente Zacarias ou ao menos fornecer quantias suficientes para os aluguéis de casas.⁵ Providências nesse sentido foram tomadas por ocasião do orçamento das despesas no ano financeiro de 1856 - 57, destinando-se 622\$000⁶ para aluguéis de casas escolares.

A emancipação política permitiu a constatação das deficiências no setor do ensino, procurando o governo saná-las consoante os recursos financeiros da nova Província. Aos poucos foram atendidas as necessidades mais prementes, na tentativa de contornar os diversos problemas que envolviam o setor.

O ensino particular, embora não estivesse sujeito às determinações do governo, devia prestar-lhe contas de seu movimento escolar, sendo prevista a gratificação anual de 120\$000 a um professor particular para ensinar meninos pobres na povoação ou bairro onde o número de meninos não justificasse a criação de escola pública⁷. A idéia de subsidiar professores fora sugerida, em 1852, pelo Inspetor Geral da Instrução Pública de São Paulo, Diogo Mendonça Pinto, como solução para a falta de escolas do governo e de professores para elas⁸. Essa sistemática, por contornar o problema, foi adotada pelo governo da Província do Paraná.

A assistência educacional à população carente mereceu, portanto, as atenções do governo, resultando, em 1857, na determinação legal da criação de asilos de indigentes e na previsão de fornecimento de material escolar aos meninos pobres.

⁵ VASCONCELLOS. Relatorio ... em 15 de Julho de 1854.
Op. cit. p. 13.

⁶ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Decretos ... 1856.
Op. Cit. t. 3, p. 36.

⁷ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Decretos... 1854.
Pp. cit. t. 1, p.51-2.

⁸ VASCONCELLOS. Relatorio ... em 15 de Julho de 1854. Op. cit. p. 18-9.

No ano seguinte, o Inspetor Joaquim da Mota⁹ propunha a instalação de casas de asilo. Citando o caso da Holanda, onde esse tipo de instituição trouxera benefícios ao povo, foi criada a sociedade "Amante do Bem Público, com o objetivo de arrecadar fundos para a instituição, que assumiria caráter educativo e assistencial.

O orçamento apresentado por aquele Inspetor era de 5.900\$000, destinando-se 2.000\$000 ao material do asilo, 1.500\$000 ao serviço e administração e 2.400\$000 aos professores.¹⁰ Havia, também, o auxílio financeiro da sociedade, cujas inscrições eram de "quatro contos de réis", e as anuidades dos cem sócios de "um conto e tanto".¹¹

Em 1856, fora estabelecida em lei a subvenção aos professores particulares que variava de 100 a 300\$000, conforme o número de alunos e a localidade, e aposentando também os professores primários sem as habilitações exigidas pela Lei de 1846 e declarando a obtenção da efetividade mediante exames de acordo com essa mesma Lei.¹²

Foram essas e outras medidas, como a inclusão de gratificações por serviços prestados com o fim de estimular os professores¹³, que elevaram as despesas com o ensino, principalmente no tocante aos vencimentos que, em 1854, correspondiam a 78% das despesas da Instrução Pública.

Em março de 1857, novos níveis salariais foram estabelecidos aos professores vitalícios legalmente habilitados, correspondendo 800\$000 aos lotados em escolas de cidades e

⁹ MOTA. Relatório que... apresenta o ... Inspector Geral da Instrução Pública... 1859. Op. cit. p. 38-9.

¹⁰ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Collecção das Leis da Província do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1859. t. 6, p. 47.

¹¹ MOTA. Relatorio que... apresenta o ... Inspector Geral da Instrução Pública... 1859. Op. cit. p. 38-9.

¹² PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Decretos da Província do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1856. t. 3, p. 45-6.

¹³ Ibid. p. 37.

600\$000 aos em vilas e povoados, além da gratificação de 200\$000 aos dois níveis.¹⁴ Entretanto, foi o Regulamento de 1857 que instituiu as variações de vencimentos, permanecendo os professores antigos com os mesmos vencimentos, enquanto os providos recentemente e habilitados em exame, receberiam:

Os professores de escola de 2ª ordem 1.000\$000 réis de ordenado e 400\$000 réis de gratificação.

Os professores de escola de 1ª ordem para as cidades 800\$000 réis de ordenado e 200\$000 réis de gratificação

Para as vilas, freguesias e quaisquer outros lugares 600\$000 réis de ordenado de gratificação.¹⁵

Estabelecia-se diferenciação nos ordenados de acordo com a localização da escola, e reduzia-se aqueles de professores de escolas de 2ª ordem em 600\$000, mesmo considerando a gratificação de 400\$000 que elevava o nível do vencimento.

Com relação à aposentadoria, reiteravam-se as disposições da Lei de 1856, com a contagem de 25 anos ininterruptos, cabendo aos professores os vencimentos integrais e mais a gratificação correspondente à terça parte dos vencimentos, àqueles que quisessem continuar lecionando.

Por esse Regulamento, os alunos ficaram isentos da contribuição prevista na Lei de 1846, porquanto o Governo, atendendo às diretrizes constitucionais, garantia o ensino gratuito nas escolas públicas da Província. Após a emancipação, as gratificações que já vinham constando nos orçamentos provinciais permaneceram a cargo do Governo.

O Regulamento determinava ser da obrigação das municipalidades o fornecimento de casas para escolas públicas, o que, todavia, estava acima de suas disponibilidades devido às

¹⁴ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1857. Op. cit. t. 4, p. 14-5.

¹⁵ Ibid. p. 75.

restrições orçamentárias.

Os aluguéis que, anteriormente à emancipação, corriam em alguns casos por conta do professor, passaram a constar nos orçamentos provinciais a partir de 1856, elevando, assim, as despesas da Instrução Pública, como se pode verificar, a seguir, no Quadro 2.

Na tabela de aluguéis apresentada pelo Inspetor Geral¹⁶ naquele ano, estavam relacionadas 20 localidades, das quais 4 eram cidades e as demais, vilas, freguesias e bairros, correspondendo-lhes o valor mensal de 146\$000, sendo 48\$160 destinados às escolas em casa de moradia.

À Capital e Morretes destinavam-se 12\$000 e mais 4\$000 às escolas com moradia para o professor; a Castro e Paranaguá, 10\$000 e 3\$330; à Lapa, Ponta Grossa e Guarapuava, 8\$000, e 2\$500; às outras 13 localidades, 6\$000 e 2\$000. Essa despesa estava prevista, no orçamento para 1858-59, em 1.120\$000, o dobro do ano anterior em virtude do aumento da rede escolar.

A gratificação de 4\$000 por aluno como auxílio ao excedente de 25 alunos, visara a estimular os professores a recrutarem maior número de alunos, em vista do problema da frequência escolar. Essa gratificação concorreu, porém, para que alguns professores, pouco escrupulosos, alterassem os mapas trimestrais, relacionando número de alunos superior à realidade. Essa atitude provocou a suspensão da gratificação que prejudicara a fidedignidade da estatística escolar.¹⁷

A reduzida frequência às escolas agravava-se por sua irregularidade devida, em grande parte, à má distribuição da população, dispensa no território paranaense.¹⁸

Pretendendo levar o ensino à população carente, o governo estabelecera alguns contratos com professores

¹⁶ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1857. Op. cit. t. 4, p. 134.

¹⁷ MATTOS. Relatorio ... em 7 de Janeiro de 1858. Op. cit. p. 30.

¹⁸ SILVA. Relatorio... em 21 de Fevereiro de 1864. Op. cit. p. 19.

QUADRO 2
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Exercícios	Receita	Desp. Geral	Inst. Pública	% da Receita	% da Despesa
1854-55	202.400	123.650	13.240	6,5	10,7
1855-56	220.000	165.630	17.920	8,2	10,8
1856-57	284.250	254.250	26.090	9,2	10,3
1857-58	426.350	400.260	43.980	10,3	11,0
1858-59	327.000	415.160	54.240	16,6	13,0
1859-60	294.500	268.189	53.900	18,3	20,0
1860-61	263.800	262.770	48.780	18,5	18,5
1861-62	295.000	331.980	49.070	16,6	14,8
1862-63	329.000	329.390	48.150	12,3	14,6
1863-64	260.000	260.600	43.340	16,6	16,6
1864-65	308.000	307.960	42.590	13,8	13,8
1865-66	248.000	247.930	48.440	19,5	19,5
1866-67	234.000	234.060	44.360	19,0	19,0
1867-68	225.000	225.220	39.100	13,4	13,3
1868-69	278.130	278.130	46.730	16,8	16,8
1869-70	498.000	497.660	46.400	9,3	9,3
1870-71	623.000	622.560	65.800	10,6	10,6
1871-72	714.000	713.400	80.000	11,2	11,2
1872-73	622.000	622.000	92.500	14,8	14,8
1873-74	585.000	662.000	75.620	13,0	11,4
1874-75	727.990	727.990	55.520	7,6	7,6
1875-76	627.240	627.240	84.760	13,5	13,5
1876-77	531.630	531.630	100.180	18,8	18,8
1877-78	765.220	598.720	125.150	16,3	30,0
1878-79	592.320	592.320	96.600	16,3	16,3
1879-80	656.720	656.720	100.860	15,4	15,4
1880-81	675.000	675.000	130.200	19,3	19,3
1881-82	747.370	747.370	112.380	15,3	15,3
1883	799.570	636.380	131.100	16,4	20,6
1884	299.570	799.570	131.110	43,7	16,4
1885	828.000	827.840	134.320	16,2	16,2
1886	837.000	837.000	124.000	14,8	14,8
1887	969.000	969.019	188.050	19,4	19,4
1888	922.600	922.600	176.310	19,1	19,1
1889	754.850	754.850	68.240	9,0	9,0
1890	...	596.227	152.100	...	25,5

FONTE: Leis Orçamentárias Provinciais. In: PARANÁ. Presidentes, 1854-1889. Relatórios de Presidentes da Província do Paraná; PARANÁ, Leis Decretos, etc. Leis e Regulamentos da Província do Paraná, 1854-1889, e Leis e Decretos de 1890-1891.

particulares, como os firmados com Amélia Isolina de Carvalho Borges, em Palmeira, e com José Pinto Ribeiro Nunes, em Campo Largo, ambos percebendo a gratificação de 300\$000.¹⁹

Era a forma de prover o ensino e elevar o índice da freqüência escolar sem grandes despesas para a Província, pois esses professores, apesar da gratificação, não apresentavam vínculo funcional com o governo, permanecendo como particulares, inclusive sem subvenção para o aluguel de casa escolar.

A contratação por meio de gratificações ou subvenções foi o recurso para o provimento de escolas nas localidades que não poderiam lançar mão do professor adjunto. Daí o crescente aumento das despesas com vencimentos de professores, a partir de 1858. (Ver Quadro 2).

Em face do número de contratos e da necessidade de sua regularização, o governo estabeleceu, em 1865, a efetividade aos professores com 5 ou mais anos de serviço.²⁰ Ficavam garantidos os professores contratados, e a Província, de certa maneira, resguardada quanto às despesas, de vez que somente depois de 5 anos esses professores poderiam ser remunerados, de acordo com os vencimentos propostos no Regulamento de 1857.

Contudo, a tentativa de minimizar a falta de professores e de elevar a freqüência escolar, era frustrada pela dificuldade de se encontrar, em certas localidades, elementos habilitados e que quisessem ensinar. Não sendo resolvido totalmente o problema, em 1866 foram fechadas escolas por falta de candidatos²¹ e reduzidas, assim, as despesas com a Instrução Pública para o ano seguinte.

¹⁹ CARMO, José Joaquim do. Relatorio com que...passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. Andre Augusto da Padua Fleury no dia 18 de Novembro de 1864. Curityba, Typographia de Candido Martins, 1864, p. 9

²⁰ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos da Província do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1865. t.12 p. 33-4.

²¹ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos da Província do Paraná. Curityba. Typ. Paranaense, 1866. t. 13, p. 44.

Essa seria uma das razões de estarem as escolas, relacionadas em 1866, totalmente providas de alunos, além de se considerar o empenho do Inspetor Lima Santos²² na obtenção dos mapas trimestrais, com as informações devidamente preenchidas (Anexos 11 e 12).

Nesse ano, estabeleceu-se que os professores primários receberiam seus vencimentos integrais, no caso de suas escolas serem freqüentadas ao menos por 25 alunos nas cidades, 16 nas vilas, 12 nas freguesias e 10 em qualquer outro lugar. Os professores com número inferior de alunos perceberiam proporcionalmente à freqüência às aulas, embora os vencimentos nunca fossem inferiores a dois terços daquele estipulado. O pagamento ficava condicionado à apresentação do mapa da freqüência dos alunos.²³

Essa determinação explica também a razão dos quadros demonstrativos de escolas públicas desse ano apresentarem, em lugar das freqüências, o número de alunos matriculados, visto a primeira ser sempre inferior à segunda e a indicação das freqüências implicar na redução dos vencimentos.

Indiretamente, os professores eram pressionados no sentido de manter a freqüência regular dos alunos e, até mesmo, instarem junto aos responsáveis quanto à presença das crianças nas escolas.

Além disso, o Inspetor Lima Santos salientava o baixo nível de aprendizagem nas escolas, pois que poucos eram os alunos preparados para os exames finais, apesar do governo dispender "anualmente uma verba não pequena para estas despesas".²⁴ Essas e outras despesas eram, até certo ponto,

²² SANTOS. Relatório do Inspector... In: BURLAMAQUE. Relatório...no dia 15 de Março de 1867... Op.cit. p. 3.

²³ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1866. Op.cit. t.13, p. 46.

²⁴ SANTOS. Relatório do Inspector... In: BURLAMAQUE. Relatório...no dia 15 de Março de 1867... Op.cit. p. 11.

expressivas na conjuntura paranaense, podendo ser comparadas às de algumas Províncias e mesmo às da Corte²⁵ (Anexo 13). Tanto é assim que, enquanto na Corte dispndia-se 119.896\$121 com a instrução primária e 34\$433 por aluno, no Paraná o total das despesas com a instrução era de 38.142\$000 e de 23\$228 por aluno. Embora se considere as diferenças, há de se convir que o Paraná investia relativamente bem no seu corpo discente, porém sem grandes resultados, que se traduziam nos baixos índices de escolaridade.

Como a verba de 400\$000 para aquisição de material escolar destinado aos meninos pobres não permitisse a ampliação desse benefício, o Presidente Burlamaque propôs o aumento desse auxílio. Também o Inspetor Geral se referia à ausência de recurso material nas escolas:

*Raríssima é a escola que não tem necessidade urgente dos móveis e utensílios que lhes são indispensáveis, o que constantemente tem dado lugar a justas e reiteradas reclamações da parte dos professores.*²⁶

A receita provincial prevista para 1870-71 permitiu maiores investimentos nos diferentes setores administrativos. Para a Instrução Pública coube 10,6% da arrecadação, o que favoreceu a elevação dos vencimentos anuais do professorado em três níveis salariais, correspondentes à classificação das escolas em 3 entrâncias.²⁷

Aos de 3ª entrância caberia 1.000\$000, aos de 2ª, 800\$000 e aos de 1ª, de 400 a 600\$000, conforme a localidade em que estivessem lotados.

²⁵BURLAMAQUE. Relatorio...no dia 15 de Março de 1867...
Op. cit. p. 26

²⁶SANTOS. Relatorio do Inspector... In: BURLAMAQUE.
Relatorio...no dia 15 de Março de 1867... Op. cit. p. 6.

²⁷PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ...
1870. Op. cit. t.17, p.22.

Os vencimentos dos professores de 1ª entrância eram regulados por uma tabela²⁸ que estabelecia, anualmente, aos de Porto de Cima e Votuverava a permanência dos antigos vencimentos, ou seja, de 700\$000, aos de Arraial Queimado, Tibagi, Guaraqueçaba, Superagui e Palmas, 480\$000 e aos de 15 localidades, 400\$000. Todavia, os antigos vencimentos de 800\$000 aos professores de escolas de 1ª ordem, nas cidades, e de 700\$000 aos de vilas e freguesias permaneceram como fora estabelecido em 1867 pelo Presidente Burlamaque.²⁹ Nessa determinação fora fixada também a gratificação de 100\$000, além dos vencimentos aos professores com mais de 70 alunos, e garantidos os direitos para efeito de aposentadoria, respeitadas as disposições de 1865³⁰, que permitiam àqueles com mais de 60 anos se aposentarem, contados 12 anos de efetivo exercício. Determinações como essas representavam ônus para o governo, que tinha de destinar à Instrução Pública parcela mais elevada da receita para a contratação de novos professores nas vagas deixadas pelos aposentados. O pagamento aos aposentados não fazia parte das despesas da Instrução Pública, pois eram incorporados nas despesas do governo com os inativos.

Em 1869, as restrições com as despesas da Província, levaram à redução de 10% nos vencimentos de professores na previsão orçamentária para 1870³¹, do que decorreu alteração

²⁸ CASTRO, Gustavo Augusto. Tabella dos vencimentos dos professores das escolas de instrução primaria de 1ª classe Organizada conforme a Lei N. 226 de 6 de Abril de 1870. In: PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos...1870. Op. cit. t.17, p. 22.

²⁹ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Decretos... 1867. Op. cit. t. 14, p. 15.

³⁰ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1865. Op. cit. t.12, p.31-2.

³¹ FONSECA. Relatorio... no dia 6 de Abril de 1869. Op. cit. p. 8

no novo Regulamento³², de 1871, que reconsiderou o nível salarial, e estabeleceu anualmente aos professores de 1ª entrância 720\$000, aos de 2ª, 900\$000 e aos de 3ª, 1.200\$000. Elevavam-se os salários e tentava-se estabelecer um denominador comum para os ordenados de professores de 1ª entrância.

As diferenças salariais visavam a estimular os professores a cursarem a Escola Normal ou prestarem exames de habilitação, possibilitando-lhes ascender na carreira funcional.

Esse Regulamento estabelecia também nova tabela de aluguéis para 80 escolas, situadas em 49 localidades (Anexo 17).

A Curitiba caberiam 12\$000 para as escolas masculinas e 8\$000 para as femininas; A Paranaguá, 8\$000 e 6\$000 respectivamente; A Antonina, Morretes e Castro, a quantia de 6\$000 para as escolas masculinas e femininas e, nas demais localidades, variando de 5 a 2\$000. No total eram 54 escolas para meninos e 26 para meninas. Novos valores de aluguéis eram fixados, havendo divergência inclusive entre os de escola para meninos e meninas, devido ao maior ou menor número de alunos em sala de aula, o que determinaria o espaço necessário, porquanto não seria a diferença de sexo que iria determinar o valor do imóvel.

Nem sempre o número de escolas relacionado nas tabelas correspondia ao das que estavam em funcionamento, por ser frequente a sua extinção e criação de um ano para outro o que ocorria mais pela falta de professores que por motivos financeiros, de vez que as despesas com a Instrução Pública, calculadas e previstas nos orçamentos da Província, garantiam a manutenção das escolas criadas.

As despesas da Instrução Pública, que se elevaram no ano de 1872-73 devido à implantação da Lei e do Regulamento de 1871, foram reduzidas nos dois anos seguintes em virtude da

³² PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ...
1871. Op. cit. t. 18, p. 122-44.

extinção de algumas escolas.

O governo procurava manter o equilíbrio entre receitas e despesas para evitar grandes déficits e endividamentos bancários. Todavia, os empréstimos eram realizados, e o controle das despesas nos setores administrativos que se refletia no ensino impedia maiores investimentos nessa área.

Contudo, em 1874, nova Lei³³ alterava a classificação das escolas e os níveis de salário dos professores, que correspondiam:

1º - Professores de cidade	1.200\$000
2º - Professores de vila	1.000\$000
3º - Professores de freguesia	800\$000
4º - Professores de bairro	600\$000

Estabelecia, ainda, para aqueles com mais de 10 anos de serviço a gratificação de 200\$000.

A distribuição dos salários nos três últimos níveis possibilitou a contratação de novos professores para escolas de bairros, instaladas de forma geral nas colônias que se formavam próximas aos centros urbanos. Elevou-se a verba destinada ao ensino primário que passou de 40.000\$000, em 1874-75³⁴, a 84.756\$000, no ano de 1875-76.

A distribuição de salários se, por um lado, favoreceu o governo quanto às despesas com professores de bairros, por outro, avolumou os gastos com os vencimentos dos dois primeiros níveis.

Essas despesas eram acrescidas, ainda, com os aluguéis para 89 escolas em 51 localidades (Anexo 20), que variavam de acordo com a valorização do imóvel, totalizando mensalmente 337\$000, o que correspondia à despesa anual de 4.044\$000, destinando-se 35.956\$000 para vencimentos de professores.

³³ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos...
1874. Op. cit. t. 21, p. 22-5.

³⁴ Ibid. p. 67

Em 1876, outra Lei estabelecia novas bases salariais aos professores³⁵, conforme Anexo 22, bem como apresentava nova relação de aluguel de casas escolares³⁶ (Anexo 21).

Os vencimentos foram estipulados de acordo com a classificação em 3 entrâncias, da seguinte forma:

Entrância	Ordenado	Gratificação	Total
1ª	533\$332	266\$668	800\$000
2ª	666\$666	333\$334	1.000\$000
3ª	800\$000	400\$000	1.200\$000

Os aluguéis eram relativos às escolas de 67 localidades, não constando Curitiba, cuja despesa passou a ser efetuada pelo próprio Município.

Os aluguéis mensais estipulados para Paranaguá, Antonina, Morretes, Ponta Grossa, Castro e Lapa variavam entre 8\$000, 6\$000 e 5\$000, enquanto os de freguesias e bairros eram de 3\$000 ou 2\$000. Na tabela de aluguéis não eram relacionadas algumas colônias providas com escolas públicas, uma vez que essas funcionavam em casas construídas pelos colonos, que recebiam auxílio financeiro, proveniente de verba destinada à Imigração e Colonização.

Os orçamentos da Instrução Pública para os anos seguintes elevaram-se em face do provimento nas escolas, criadas em diversos lugares, embora a Província enfrentasse dificuldades econômicas.

Devido à situação financeira, em 1878 foram extintas 45 escolas³⁷, das quais algumas se apresentavam com baixa frequência e, outras, sem professores. A extinção dessas escolas

³⁵ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos...
1876. Op. cit. t. 23, p. 36.

³⁶ Ibid. p. 37.

³⁷ OLIVEIRA Junior. Relatorio... em 7 de Fevereiro de 1878. Op. cit. p. 37

contribuiu para a redução das despesas, no período 1878-79, em 28.550\$000 em relação à verba do ano anterior, de 125.150\$000. Essa redução envolvia vencimentos, aluguéis e distribuição de material escolar.

Entretanto, muitas dessas escolas foram reabertas em 1880, apesar da previsão orçamentária para o ano seguinte apresentar cortes de verbas em diversos setores administrativos, inclusive na Instrução Pública, calculados em 15.420\$000.³⁸

A construção de casas escolares provocou, por diversas vezes, debates na Assembléia Legislativa, sem condições de aprovar empreendimentos nesse sentido, pois os recursos da Província permitiam somente subvenções para aluguéis.

Com a visita do Imperador D. Pedro II ao Paraná, em maio de 1880, dois acontecimentos foram dignos de registro: início da construção da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá e criação de casas escolares nas mais importantes localidades de Província. A idéia da fundação de casas escolares deveu-se à iniciativa do Imperador, que fez os primeiros donativos para tal fim³⁹, cabendo 300\$000 a Morretes e 500\$000 às demais localidades. Com essas importâncias e mais as que pretendiam arrecadar, organizaram-se comissões das obras a serem executadas na Capital, Antonina, Ponta Grossa, Morretes, Castro, Palmeira e Lapa, conforme aviso do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, enviado em 22 de julho do mesmo ano (1880)⁴⁰.

Iniciaram-se as campanhas para a construção das casas escolares, as quais, em 1882, alcançavam a importância de 7.550\$000, com contribuições de pessoas notáveis da Província.⁴¹

³⁸ DANTAS Filho. Relatorio ... no dia 16 de Fevereiro de 1880. Op. cit. p. 77.

³⁹ DANTAS Filho, Manuel Pinto de Souza. Relatorio com que ... passou ao Exmo. Sr. Dr. João José Pedrosa a administração da Província em 4 de Agosto de 1880. Curitiba, Typographia Perseverança, 1880. p. 2, 12-3.

⁴⁰ Ibid. p. 13.

⁴¹ CARVALHO, Carlos Augusto. Relatorio apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná por ocasião da installação da 1ª sessão da 15ª Legislatura no dia 19 de Outubro de 1882 pelo Presidente da Província... Curitiba, Typ. Perseverança, 1882. p. 89.

Ainda nesse ano o Inspetor Moysés Marcondes declarava-se contrário às diferenças de vencimentos dos professores, segundo a classificação das escolas, advogando remunerações de acordo com a capacidade profissional de cada um.⁴²

A distribuição das escolas ficou estabelecida em outras bases⁴³ e o provimento daquelas vagas foi feito por professores contratados por tempo limitado, garantindo aos normalistas, com grau de distinção no curso, a regência das dez cadeiras de instrução primária criadas, com vencimentos anuais de 2.000\$000 e contrato por dez anos, ou o provimento das mesmas por concurso, com contrato por 5 anos.

Os professores normalistas perceberiam o mesmo vencimento que fora estabelecido para aqueles de escolas de 2ª ordem, em 1854, havendo, porém, a diferença de que esses cursavam escolas de formação para o magistério, enquanto os outros, nem sempre formados, não apresentavam as condições culturais necessárias para lecionarem nesse grau de ensino. As alterações de salários ocorriam, comumente, para os professores de escolas elementares, vilas, freguesias e bairros, permanecendo inalterados como ocorrera em 1867, 1871 e 1874, os ordenados para professores habilitados ou mesmo para os de ensino mais elevado.

Os vencimentos dos professores, em 1882, eram iguais aos estabelecidos em 1876, dispendendo-se 89.800\$000 com professores⁴⁴, da seguinte forma:

31 de 3ª entrância	37.200\$000
31 de 2ª entrância	31.000\$000
27 de 1ª entrância	21.600\$000

⁴²MARCONDES. Relatorio que...apresentou o...Director General da Instrucção Publica... 1882. Op. cit. p. 6.

⁴³PARANÁ. Leis, Decretos, etc. Leis e Decretos... 1882. Op. cit. t. 29, p. 49-50.

⁴⁴MARCONDES. Relatorio que...apresentou o...Director General da Instrucção Publica... 1882. Op. cit. p. 13.

As despesas incluíam, também, 800\$000 ao professor da escola da cadeia em Curitiba, 360\$000 ao da escola noturna em Castro e 6.400\$000 aos 16 professores de escolas subvencionadas.

Das 15 escolas noturnas criadas naquele ano, 11 eram mantidas pelas respectivas municipalidades, das quais 5 professores percebiam gratificações que variavam de 300\$000 a 600\$000 e 6 lecionavam gratuitamente. As 4 escolas restantes eram mantidas por particulares que também lecionavam gratuitamente (Anexo 32).

Dentre os professores de escolas públicas, os de Assunqui de Cima, Novo Tirol, São João da Graciosa, 2ª cadeira de Antonina, Anhaia, Borda do Campo, Ambrósios, Rio das Pedras, Tibagi e Serra Negra eram contratados, dispendendo o governo 8.300\$000⁴⁵ com eles.

Enquanto as subvenções aos professores funcionavam como gratificações, os contratos estabeleciam vínculo com o governo sem haver, no entanto, garantias funcionais. A esses professores apresentava-se ou a perspectiva de concurso ou a forma mais prática e econômica que era a da sua efetivação após cinco anos de serviço ininterruptos. Daí as diversas leis sancionadas nesse sentido, que dispensavam concursos e resolviam a situação dos contratados sem maiores despesas que a elevação dos gastos na folha de pagamento.

No ano de 1882, as despesas com a Instrução Pública atingiram um total de 181.680\$000, dos quais 74,2% destinavam-se aos vencimentos de professores, excedendo em 69.300\$000 às do ano anterior. Foi a criação de diversas escolas de ensino primário que resultaram no aumento dos gastos, envolvendo a contratação de novos professores e aluguéis de casas escolares.

⁴⁵Relação das cadeiras contractadas. In: MARCONDES. Relatório que...apresentou o... Director Geral da Instrucção Pública... 1882. Op. cit. p. 20

Das 85 escolas primárias com professores, em 1880⁴⁶, a Província passou a contar, em 1882, com 107 estabelecimentos lotados por professores públicos e subvencionados, com os quais dispndia 96.200\$000, além da previsão de 36.000\$000 para o provimento de 42 escolas que se encontravam vagas.

As previsões de despesas com a contratação de novos professores elevavam o orçamento da Instrução Pública, mas garantiam a verba para o provimento das escolas vagas. Entretanto, a redução das despesas de um ano para outro ocorria devido à extinção de escolas com baixa freqüência, à suspensão de subvenções e, sobretudo, à exclusão, no orçamento, da verba votada, visando ao provimento de escolas vagas. Essas ocorrências implicavam diretamente na diminuição de gastos com vencimentos de professores, numa tentativa de contribuir para o equilíbrio orçamentário da Província.

Os aluguéis de casas para escolas públicas foram estimados em 6.400\$000, correspondendo a 3,5% das despesas.

Os auxílios prestados à Instrução Pública nesse ano pelas municipalidades variavam com as suas rendas, sendo os mais elevados aqueles que contavam com escolas noturnas.

As doações para casas escolares continuavam. Em 3 de dezembro de 1882 era inaugurada a primeira casa escolar para meninos em Curitiba, situada à rua Aquidaban, em terreno oferecido pelo Comendador Antônio Franco, sem ônus para os cofres da Província. Os donativos alcançaram a importância de 15.064\$213, possibilitando o equipamento completo da escola, tornando-a praticamente uma escola-modelo.⁴⁷

Nessa mesma rua, em terreno oferecido pela senhora Escolatina Joaquinade Sá Ribas, estava em construção outra escola

⁴⁶ CARVALHO. Relatorio...em 26 de Maio de 1883. Op. cit. p. 94.

⁴⁷ PEDROSA, João José. Relatorio apresentado à Assemblêa Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 2ª sessão da 14ª Legislatura no dia 16 de Fevereiro de 1881 pelo Presidente da Província... Curityba, Typ. Perseverança, 1881. p. 111.

destinada às meninas, sendo levada a termo com os donativos e mais a parcela do imposto predial, destinado ao auxílio dessas obras.⁴⁸

Na Lapa, não tinham começado as obras da casa escolar projetada. Em Antonina, a comissão estava encarregada de angariar donativos e dirigir as obras e, em Paranaguá, o Visconde de Nacar ofertara um terreno, faltando angariar donativos para sua construção.⁴⁹

Em 1884, era sancionado o "Regulamento para construção de casas escolares"⁵⁰ que estabelecia aos Municípios o encargo dessas construções nas suas sedes. Deveriam ser construídas, ao menos, duas casas escolares em cada uma das localidades ou, no caso de escolas promíscuas, que as entradas fossem separadas e as partes incomunicáveis. O tamanho das escolas se regularia pela categoria do local, desenvolvimento da população e frequência escolar. O local preferido para a construção devia ser o centro da circunscrição, devendo cada sala de aula ter 1 m² por aluno, e não menos.

As quotas destinadas ao auxílio das construções correspondiam a uma parte do produto do imposto predial, de outros impostos criados, verbas consignadas nos orçamentos municipais ou provinciais, donativos espontâneos, inclusive o do Imperador e os angariados pelas comissões, bem como os empréstimos.

Em 1884, era concluída a construção de outra casa escolar para meninas, na Capital, devendo ser arrecadada e paga a quantia de 7.838\$841, proveniente de imposto predial, de donativo do Visconde de Guarapuava e de outros recursos.⁵¹ Era a segunda casa escolar a ser inaugurada na Província.

⁴⁸ CARVALHO. Relatorio...em 26 de Maio de 1883. Op. cit. p. 94.

⁴⁹ Ibid. p. 94

⁵⁰ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Decretos... 1883. Op. cit. t. 30, p. 33-8.

⁵¹ BELLO. Relatorio...em 22 de agosto de 1884. Op.cit.p.49

A maior parte dos Municípios não apresentava condições para assumir compromissos desse tipo, sendo poucos os que se lançaram a tal empreendimento, como Palmeira e Antonina. Todavia, Municípios mais prósperos se encarregariam gradativamente da construção de suas casas escolares.

Figuravam nos orçamentos das despesas das Câmaras Municipais⁵², para os anos de 1883 e 1884, diferentes quantias destinadas à construção de casas escolares, além de pequena verba de auxílio à instrução pública.

No ano de 1886⁵³, foi consignado para a Instrução Pública a verba de 187.850\$000, dos quais 154.840\$000 destinavam-se:

45.600\$000 a 38 professores de 3ª entrância, inclusive à comuna alemã.

41.000\$000 a 41 professores de 2ª entrância

35.200\$000 a 44 professores de 1ª entrância

33.040\$000 a 80 professores subvencionados.

Essas subvenções não eram superiores a 400\$000, salvo algumas especiais, como a de 1.000\$000 à professora de surdos-mudos.

O número elevado de subvenções contribuiu para o aumento das despesas da Instrução Pública que, naquele ano, atingiu o mais alto índice de toda conjuntura.

A Província continuava com sérios problemas financeiros e as despesas tinham que ser reduzidas ao máximo nos diversos setores.

Na Instrução Pública, como já havia um quadro do magistério composto de professores definitivos, interinos e

⁵² PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Decretos... 1883. t. 30, p.73-84, e Leis, Decretos e Regulamentos da Província do Paraná. Curityba, Typ. Perseverança, 1884. t. 31, p.107-118.

⁵³ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Collecção das Leis... em 1886. Op. cit. p. 39-40.

contratados assegurados legalmente, foi nas subvenções, que absorviam parcela significativa da verba, que as autoridades visaram a restringir as despesas. Assim, as subvenções aos professores particulares foram suspensas e as escolas públicas de 1ª entrância, extintas, sendo substituídas por 100 escolas particulares subvencionadas, cabendo, anualmente, a subvenção de 360\$000 a cada professor⁵⁴, o que correspondia ao montante de 36.000\$000. Essa resolução determinou a suspensão de todas as subvenções e a classificação das escolas em duas entrâncias.

As medidas tomadas pelo governo provocaram protestos, principalmente contra a suspensão das subvenções e a extinção das escolas de 1ª entrância⁵⁵, resultando no restabelecimento de algumas subvenções.

Em novembro de 1889, contava o quadro do magistério público com 29 professores de 2ª entrância, percebendo anualmente, cada um, 1.000\$000, e 28 de 1ª entrância, cabendo-lhes respectivamente 800\$000. As gratificações de 200\$000 eram atribuídas às duas entrâncias, percebendo, ainda, alguns professores de 2ª entrância, 1/5 dos vencimentos que correspondiam, individualmente, a 240\$000.⁵⁶

As subvenções restabelecidas diziam respeito a 15 professores, três lotados na Capital e os demais em vilas, colônias e bairros, cada um percebendo 360\$000 anuais. As despesas com professores de entrâncias eram da ordem de 63.960\$000 e com os subvencionados, de 5.400\$000.⁵⁷

⁵⁴ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Colleção de Leis... em 1888. Op. cit. p. 18-20

⁵⁵ Ibid. p. 18-20.

⁵⁶ THESOURO do Estado do Paraná. Relação dos professores de 1ª e 2ª entrância e dos vencimentos que percebem anualmente. In:—. Offício de 26 de Novembro de 1889 ao Secretário do Estado. OFFICIOS, 1889. 17:108

⁵⁷ THESOURO do Estado do Paraná. Relação dos professores nomeados com a subvenção annual de 360\$000 conforme o §7º do Artigo 1º da Lei 962, de 31 de Sbro. de 1889. In: Ibid. 17:108-9.

Os aluguéis alcançaram importância bem superiores àqueles de 1876, em virtude do aumento no valor dos imóveis nos últimos 13 anos. As variações, segundo a categoria das localidades, deram lugar ao nivelamento em três níveis, cabendo mensalmente à Capital 20\$000, às outras cidades e vilas, 10\$000, e às freguesias e bairros, 6\$000, o que correspondia à despesa anual de 5.664\$000. Tornavam a figurar nessas despesas os aluguéis de casas escolares em Curitiba.

As despesas da Instrução Pública, em fins de 1889, somavam a 93.024\$000, excedendo de 68.240\$000 a verba prevista no orçamento.

O orçamento de 1890 efetuou-se com base nas subvenções de 360\$000, correspondendo ao montante de 130.356\$000⁵⁸, o qual foi reformulado em vista do aumento das subvenções para 480\$000, alcançando a previsão orçamentária de 152.100\$000, dos quais 123.116\$000 destinavam-se aos vencimentos dos professores de entrâncias e subvencionados.⁵⁹ Esse segundo orçamento, aprovado ainda em dezembro de 1889, fundamentou-se no quadro do magistério público, elaborado conforme as determinações do recente Regulamento de ensino, ambos aprovados e implantados no ano seguinte.⁶⁰ De acordo com esse quadro, os professores lotados em escolas de 3ª e de 2ª entrância perceberiam anualmente 1.200\$000, os de 1ª entrância, 1.000\$000 e os contratados, 480\$000. As determinações desse Regulamento foram de curta vigência por não se adequarem à situação financeira do Estado.

As críticas ao quadro do pessoal do magistério, em 1890, foram de certa forma infundadas, visto que um ano depois era

⁵⁸ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Collecções de Leis... em 1889. Op. cit. p. 32-3. Inclui-se os auxílios relacionados na Tabela B deste orçamento.

⁵⁹ Ibid, p. 87.

⁶⁰ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos e Regulamentos de 1890-1891. Op. cit. p. 64-81; 39-50.

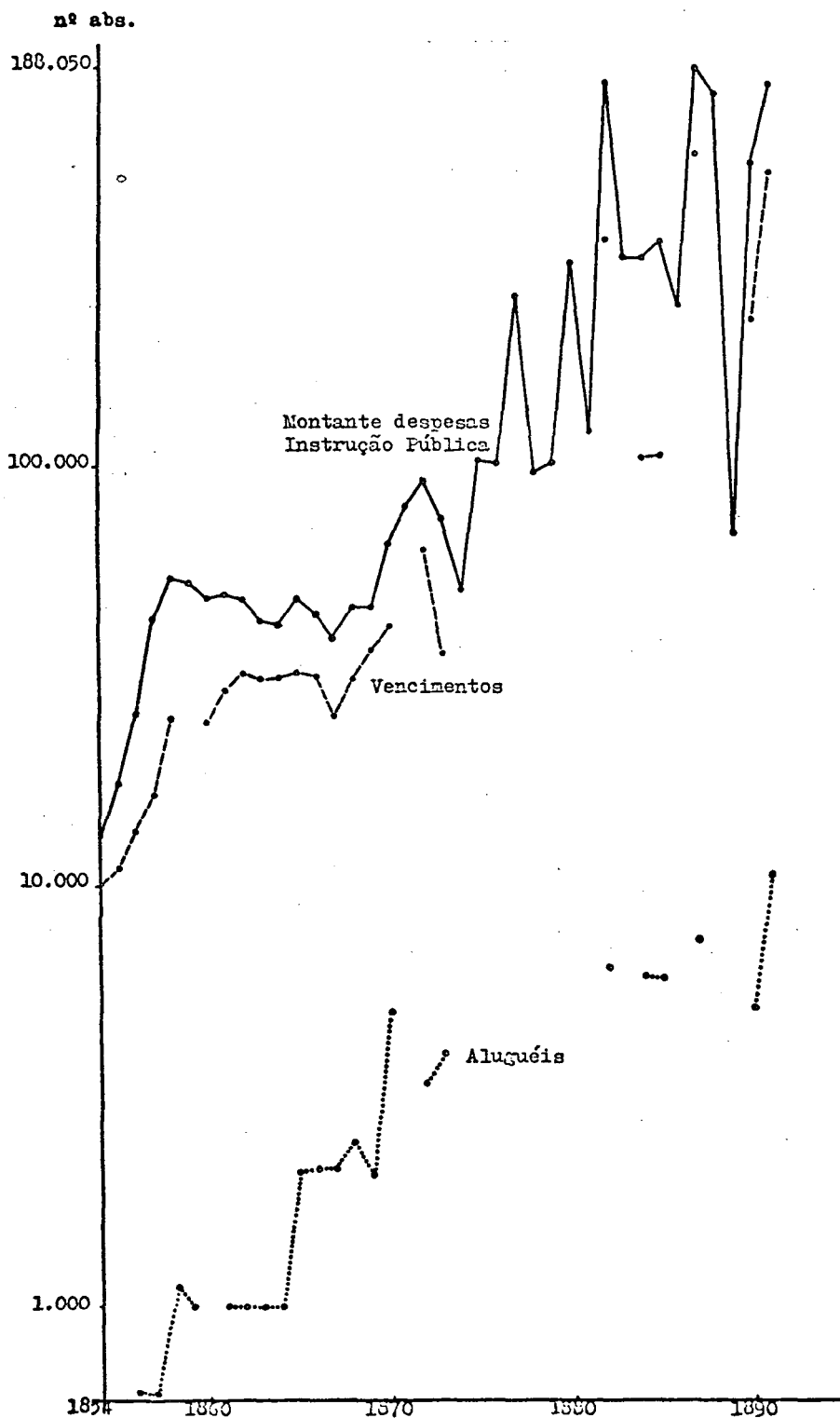
QUADRO 3

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DOS VENCIMENTOS DE PROFESSORES E DOS ALUGUEIS DE CASAS ESCOLARES

Exercício	Inal. Públ.	Vencimentos	%	Alugueis	%
1854-55	13.240	10.300	73,0	-	-
1855-56	17.920	11.040	62,0	-	-
1856-57	26.090	13.580	52,0	622	2,4
1857-58	43.930	16.680	38,0	620	1,4
1858-59	54.240	25.065	46,0	1.128	2,0
1859-60	53.900	24.681	45,8	1.000	1,8
1860-61	48.780
1861-62	49.670	29.321	60,0	1.000	2,0
1862-63	48.150	32.395	67,3	1.000	2,0
1863-64	43.340	31.114	71,8	1.000	2,3
1864-65	42.590	31.334	73,6	1.000	2,3
1865-66	48.440	32.100	66,3	2.100	4,3
1866-67	44.360	31.400	70,8	2.148	4,8
1867-68	39.100	25.400	65,0	2.148	5,5
1868-69	46.730	31.000	66,4	2.480	5,3
1869-70	46.400	36.700	79,0	2.094	4,5
1870-71	65.800	41.800	63,5	5.000	7,6
1871-72	80.000
1872-73	92.500	63.860	69,0	3.428	3,7
1873-74	75.620	35.956	64,7	4.044	7,3
1874-75	55.520
1875-76	100.276
1876-77	100.180
1877-78	125.150
1878-79	96.600
1879-80	100.860
1880-81	130.200
1881-82	112.380
1882	181.680	134.880	74,2	6.400	3,5
1883	131.100
1884	131.110	105.407	80,4	6.100	4,6
1885	134.320	105.520	78,6	6.000	4,5
1886	124.000
1887	188.050	154.840	82,3	7.490	4,0
1888	176.310
1889	63.240
1890	152.100	123.116	80,9	5.119	3,4
1891	180.000	149.896	83,3	10.600	5,9

FONTE: Leis Orçamentárias Provinciais. In: PARANÁ. Presidentes, 1854-1889. Relatórios de Presidentes da Província do Paraná; PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos da Província do Paraná, 1854-1889, e Leis e Decretos de 1890-1891.

GRÁFICO 1

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DOS VENCIMENTOS DE PROFESSORES E DOS
ALUGUÉIS DE CASAS ESCOLARES

FONTE: Leis Orçamentárias Provinciais. In: PARANÁ. Presidentes, 1854-1889. Relatórios de Presidentes da Província do Paraná; PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos da Província do Paraná, 1854-1889, e Leis e Decretos de 1890-1891.

aprovado novo quadro, cujos níveis salariais eram superiores aos do anterior. Nesse quadro, as despesas da Instrução Pública elevaram-se a 180.000\$000, sendo discriminados em cada entrada os vencimentos correspondentes aos professores normalistas e não normalistas e incluídos, também, os aluguéis para as escolas de professores subvencionados, que até então não constavam nas despesas provinciais.

As oscilações nos orçamentos das despesas da Instrução Pública foram ocasionadas pela maior ou menor disponibilidade da receita provincial, que implicava em restrições ou investimentos, com reflexos principalmente no ensino primário. A folha de pagamento dos professores desse nível foi, de certa maneira, a reguladora dessas oscilações.

Embora não fosse o ensino primário a única preocupação das autoridades, era ele, porém, que absorvia a maior parte da verba da Instrução Pública por meio da folha de pagamento.

O ensino secundário e a Inspetoria não constituíram financeiramente grandes encargos para a Instrução Pública, nem mesmo os gastos com material didático e aluguéis de casas escolares. Estes últimos somente em 1887 apresentaram a soma mais elevada de toda a conjuntura, correspondente a 4,0% das despesas gerais da Instrução Pública que, entretanto, era insignificante em relação àquela com vencimentos de professores, que equivalia a 82,3%.

Os índices orçamentários mais elevados relacionavam-se diretamente com a implantação dos Regulamentos, que estabeleciam novos níveis salariais aos professores primários, bem como a criação de novas escolas, notadamente a partir de 1870, que implicavam na contratação de professores por meio de subvenções. Todavia, embora os orçamentos indicassem o montante das despesas com vencimentos, estes nem sempre eram pagos em dia, advindo reclamações por parte do professorado.

O provimento de escolas por professores subvencionados alcançou o mais alto índice em 1887, elevando consideravelmente as despesas da folha de pagamento. Há de se considerar também a elevação de categoria das localidades, que passavam de freguesias a vilas, implicando em aumento de vencimentos e

reajustes de aluguéis que, mesmo não sendo expressivos, alteravam as despesas com o ensino e as previsões orçamentárias. Várias razões justificavam os aumentos e as reduções das despesas da Instrução Pública, inclusive as mudanças partidárias que, assumindo o controle governamental, faziam recair restrições econômicas, com corte nos vencimentos de professores.

As dificuldades financeiras da Província e os deficits orçamentários que se avolumaram no decorrer dos anos, levaram o governo, em 1888, a tomar medidas severas, restringindo despesas em todos os setores administrativos.

No setor da Instrução Pública o corte foi equivalente a 38,7% da verba de 176.310\$000, do exercício daquele ano.

A redução das despesas retratou a política de contenção empreendida pelo governo que suspendeu todas as subvenções e revogou contratos que totalizavam 80 em 1886.

O restabelecimento de escolas e a recontração de professores elevaram novamente as despesas da Instrução Pública, tendo em vista a estruturação do quadro do pessoal do magistério público em 1890, no qual os vencimentos de professores de entrâncias foram os mesmos estipulados no Regulamento de 1876, mediante nova distribuição, com exceção dos contratos, cujas gratificações foram niveladas em 480\$000.

O novo quadro, em 1891, estabelecendo novos níveis salariais, elevou ainda mais as despesas. A oferta de vantagens salariais aos normalistas evidenciou a tendência que, aos poucos, se firmaria quanto ao provimento de escolas por professores habilitados, em face do incentivo salarial que era dado aos formados pela Escola Normal.

5. DINÂMICA DO ENSINO PRIMÁRIO NA
PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1854-1889

5.1 EVOLUÇÃO DA REDE ESCOLAR DO ENSINO PRIMÁRIO

A Província do Paraná, na fase de sua emancipação política, contava com:

... 2 cidades, 7 vilas, 6 freguesias e 4 capelas curadas (...). As duas cidades são Paranaguá e Curitiba. São elas cabeças de termos judiciários e policiais, onde há um delegado. São vilas Guaratuba, Antonina, Morretes, São José dos Pinhais, Príncipe, Castro e Guarapuava. Há delegados nas vilas de Antonina, Morretes, Príncipe, Castro e agora Guarapuava.

As freguesias são Campo Largo, Palmeira, Rio Negro, Ponta Grossa, Jaguariaíva e Tibagi. São capelas curadas Guaraqueçaba, Iguacu, Votuverava e Palmas.¹

As divergências entre os moradores de Paranaguá e de Curitiba na determinação sobre qual das duas cidades seria a capital da Província estavam atenuadas pelo fato de, já em 1812, Curitiba ter sido escolhida para residência dos Ouvidores e cabeça da Comarca, perdendo Paranaguá a prerrogativa que até então mantinha.

As razões que levaram a essa determinação pelo Alvará de 19 de fevereiro de 1812, fundamentavam-se em que Curitiba era "mais central e bastante populosa".²

Em 1854, o Presidente Zacarias de Goes e Vasconcellos advogava de maneira prática e previdente a localização da capital em Curitiba, por estar na região "serra-acima" e apresentar maiores possibilidades de atender aos interesses e necessidades que se faziam sentir nessa parte da Província

¹ FERNANDES Junior, Antonio Manoel. Relatorio ... ao... Presidente da Provincia do Paraná o Snr. Conselheiro Zacarias de Goes e Vasconcellos pelo Chefe de Policia ... em Julho de 1854 contendo a estatistica da Provincia. Curitiba, Typ. Paranaense, 1854. p. 6.

² VASCONCELLOS. Relatorio ... em 15 de Julho de 1854. Op. cit. p. 9.

incluindo a vizinhança com outros países. A Lei nº 704, de 29 de agosto de 1853, determinava que a capital da nova Província seria Curitiba enquanto a Assembléia Provincial não resolvesse o contrário.

Decidida a Capital, nela se concentraram os órgãos administrativos do Governo. Apesar dessa decisão, Curitiba não apresentava grande desenvolvimento, quer no setor comercial, quer no setor cultural, cabendo a Paranaguá a primazia nesse sentido. Aos poucos foram envidados esforços para aparelhá-la, urbanística e culturalmente. Curitiba atuaria como centro das decisões políticas e de todas as iniciativas culturais, inclusive aquelas ligadas à instrução primária, desempenhando papel ativador e inovador em relação ao sistema de ensino que se estruturou paulatinamente.

O quadro geral da Instrução Pública encontrava-se em situação precária na fase da instalação da Província, deficiente em escolas, alunos e professores.³ O sistema escolar, regulamentado pela Lei nº 34/46, atendia às diretrizes constitucionais do Império, estabelecendo a criação de escolas primárias elementares, ou de 1ª ordem, em todas as povoações, e as de grau superior, ou de 2ª ordem, nos centros de maior população.⁴ A promoção do ensino a cargo das Províncias, outorgada pelo Ato Adicional de 1834, deixara o ensino público sujeito aos seus limitados recursos financeiros. A liberdade de ensino, também outorgada por esse Ato, propiciou o surgimento de escolas particulares, principalmente nas Províncias de maior população e de renda econômica mais elevada.

A escassez de escolas primárias na Província do Paraná, em 1854, retratava a incipiência do seu quadro econômico e mesmo social, levando o Presidente Zacarias a assinalar a necessidade de expandir a rede escolar primária.⁵

³VASCONCELLOS. Relatorio...em 15 de Julho de 1854. Op.cit. p. 12.

⁴Essa Lei não atendia ao dispositivo da gratuidade do ensino público, visto estabelecer taxas mínimas aos alunos, que variavam conforme o nível da classe a que se destinariam. Ibid. p.24.

⁵Ibid. p. 24-5.

REDE ESCOLAR DO ENSINO PRIMÁRIO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ

	1854								1855								1856								1870								1878								1882								1889							
	Masc.		Fem.		Prom.		Total		Masc.		Fem.		Prom.		Total		Masc.		Fem.		Prom.		Total		Masc.		Fem.		Prom.		Total		Masc.		Fem.		Prom.		Total																	
	Pb.	Pt.	Pb.	Pt.	Pb.	Pt.	Pb.	Pt.	Pb.	Pt.	Pb.	Pt.	Pb.	Pt.	Pb.	Pt.	Pb.	Pt.	Pb.	Pt.	Pb.	Pt.	Pb.	Pt.	Pb.	Pt.	Pb.	Pt.	Pb.	Pt.	Pb.	Pt.	Pb.	Pt.	Pb.	Pt.	Pb.	Pt.																		
1 Curitiba sede	10	20	30	10	20	30																																																		
interior	1	1	-	-	-	-	3	1	1	-	-	-	-	9	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	4	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5																		
2 Cerro Azul sede	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
3 Setevezera sede	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
4 Lapa sede	1	-	-	-	-	-	2	1	1	-	-	-	-	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
5 Arribal Queimado sede	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
6 Campina Grande sede	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
7 S. J. dos Pinhais sede	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
8 Campo Largo sede	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
9 Palmeira sede	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
10 Palmas sede	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
11 Guarapuava sede	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
12 S. J. de São Vitor sede	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
13 Jaguariaíva sede	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
14 Tibagi sede	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
15 Pirai sede	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
16 Castro sede	1	-	-	-	-	-	2	1	1	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
17 S. J. de Curitiba sede	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
18 Cambaia sede	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
19 Ponta Grossa sede	1	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	5	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
20 Rio Negro sede	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
21 Paranaguá sede	1	1	-	-	-	-	6	1	1	1	1	1	2	6	1	1	1	1	2	6	1	1	1	1	1	2	6	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1																			
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
22 Antonina sede	1	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
23 Morretes sede	1	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
24 Guaratuba sede	1	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																			
25 Quatrocentos e sedez	1	-	-	-	-	-	2	1	-																																															

Era necessário ampliar a rede escolar pública, favorecendo ao povo o ensino gratuito.⁶

O maior número de escolas concentrava-se em Paranaguá e Curitiba que contavam, respectivamente, com 4 e 3 escolas, sendo que uma para meninas em Paranaguá fora criada por aquele Presidente, recentemente.

As outras localidades ou tinham duas escolas, uma para cada sexo, ou somente uma escola para meninos.

O ensino público contava com 23 escolas para o sexo masculino, das quais as de Palmeira, Votuverava e Guarapuava encontravam-se vagas, e 8 para o sexo feminino, distribuídas em 18 localidades, totalizando 28 escolas de 1ª ordem⁷ (Anexo 1).

O ensino particular restringia-se a 3 escolas, sendo duas em Paranaguá, uma para cada sexo, e outra para ambos os sexos em Porto de Cima⁸, havendo referências a algumas aulas em outras localidades, como Guarapuava, onde se ministravam ensinamentos de música e língua francesa⁹, o que mostra a influência francesa mesmo em ambientes distantes da Corte.

A população da Província, que contava com 62.258 habitantes (Anexo 2), dispunha praticamente de 31 escolas primárias em funcionamento, na proporção de 2.008 habitantes para

⁶VASCONCELLOS. Relatorio... em 15 de julho de 1854. Op. cit. p. 24-5.

⁷COLIN, Augusto Frederico. Relação das Cadeiras de Primeiras Letras da Província do Paraná. In: DOCUMENTOS a que se refere o Relatorio do Presidente da Província do Paraná na abertura da Assemblêa Legislativa Provincial em 15 de Julho de 1854. Curitiba, Typ. Paranaense, 1854. [Documento Nº 1].

⁸MORIKOFER, Carlos. Relação dos alumnos da "Escola Especial do Porto de Cima em 2 de Julho de 1854". In: CORREIA Junior. Officio de 2 de Julho de 1854 ... Op. cit. OFFICIOS, 1854. 5:39-40. Não há indicação se as aulas eram ministradas conjunta ou separadamente aos dois sexos, considerando-se como promíscuas.

⁹VASCONCELLOS. Relatorio ... em 15 de Julho de 1854. Op. cit. p. 25-6. Das aulas primárias de ensino regular que se tem informações são as de Paranaguá e Porto de Cima.

cada estabelecimento. Constata-se, assim, a extensão do ensino à pequena faixa da população, que não correspondia, na verdade, à sua camada mais abastada, que se dirigia a centros mais desenvolvidos a fim de iniciar ou prosseguir os estudos.

A necessidade de atrair clientela procedente dos segmentos mais elevados da comunidade paranaense levou o governo a promover o ensino, público e particular. A promoção em âmbito público efetivou-se pela criação de maior número de escolas primárias nas mesmas localidades e em outras, como Palmas e Jaguariaíva; a nível particular, com incentivo do governo para criação de um colégio para meninas na Capital, porquanto para meninos já havia o Liceu, criado em 1846.

Em 1856, o governo convertia o Liceu em internato¹⁰, no qual funcionariam também uma cadeira de ensino primário elementar e outra superior. Tornava-se possível, dessa maneira, a permanência no colégio de crianças residentes em localidades próximas à Capital e mesmo no interior. Todavia, a concretização do projeto dependia de reforma nas dependências do edifício, pequeno para acomodar pensionistas.¹¹ O governo, além de procurar melhorar as condições de estudo, previa o ensino dos preparatórios para o ingresso nas academias do Império, como complementação dos estudos no Liceu.

O ensino particular, na Capital, contava com um estabelecimento para meninos, dirigido por Germano Laistein¹², e outro para meninas, no qual, além das disciplinas do ensino primário, seriam ensinadas línguas estrangeiras e prendas domésticas, sendo dirigido por Gabriela Taulois que receberia a

¹⁰ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Decretos ... 1856. Op, cit. p. 46.

¹¹ CARVALHAES, José Antonio Vaz de. Relatorio apresentado à Assemblêa Legislativa Provincial da Provincia do Paraná no dia 7 de Janeiro de 1857 pelo Vice-Presidente ... Curitiba, Typ. Paranaense, 1857. p. 133.

¹² CARNEIRO. Galeria de ontem ... Op. cit. t. 1, p.335.

subvenção anual de 1.200\$000.¹³

A promoção do ensino envolveu também, por parte do governo, a criação de estabelecimentos de caráter assistencial e educacional para atender à população indigente, principalmente a infantil. Essa medida figurou no Regulamento de 1854¹⁴ sem, entretanto, haver indicações posteriores de sua execução.

Com base nas disposições regulamentares e naquelas anteriores, o Governo, em 1858, concedia 14 licenças para instalação de escolas primárias particulares em diversas localidades, dentre as quais algumas dificilmente seriam inspecionadas, por não contarem com sub-inspetorias. Em Curitiba, criava-se uma escola de primeiras letras dirigida por Cândido José Pereira; em Paranaquá um colégio para meninas, dirigido por Mme. Cadiac e, em Castro, outro colégio, instalado pelo Dr. Antônio Maria de Chaves e Mello.¹⁵

Em decorrência também do Regulamento de 1854 foi criada uma escola de 2ª ordem em Castro, regida pela professora Emília Erichsen de Faria, onde os que quisessem ser professores fariam complementação de estudos, pelo sistema de formação prática.

Nesse ano elevavam-se a 43 as escolas de 1ª ordem, concentrando-se o maior número na Capital, em Castro, Paranaquá e Ponta Grossa. Do total de escolas, 26 destinavam-se a meninos e 17 a meninas, além daquela de 2ª ordem para o sexo feminino, em Castro (Anexo 5).

Sob a fiscalização da Inspeção, havia 12 escolas particulares, sendo 10 para meninos e 2 para meninas, perfazendo

¹³CARVALHAES. Relatorio ... no dia 7 de Janeiro de 1857. Op. cit. p. 67. O pagamento dessa subvenção não chegou a se efetivar, bem como o de outras, e quando se efetivavam, sofriam atraso.

¹⁴PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1857. Op. cit. t. 4, p. 61-82.

¹⁵MOTA. Relatorio que ... apresenta o ... Inspector Geral da Instrução Publica ... 1859. Op. cit. p. 36.

um total de 56 estabelecimentos. A rede escolar do ensino primário se expandira pela criação de mais 23 escolas em relação àquelas existentes em 1854.

O ensino, em 1854, concentrava-se em Paranaguá, que tinha 6 escolas em relação a 3 instaladas em Curitiba, passou a constar, em 1858, com o mesmo número de escolas em Paranaguá, passando para 9 em Curitiba que contava, ainda, com mais uma escola no interior do seu Município. O governo procurava concentrar o maior número de estabelecimentos escolares em Curitiba, com o objetivo de polarizar atenções que levariam a considerá-la como centro educacional e cultural da Província, pois Paranaguá apresentava até o momento melhor padrão de ensino e favoráveis condições culturais.

Apesar das duas cidades congregarem maior número de estabelecimento, atendendo parcela expressiva de sua população em idade escolar, os índices de freqüência nas demais escolas da Província apresentavam-se extremamente baixos, impondo-se soluções imediatas. Uma delas foi a inclusão, no Regulamento de 1857, da obrigatoriedade de freqüência à escola, o que implicava na criação de maior número de estabelecimentos, porquanto somente poderia ser executado tal dispositivo após a provisão de maior número de casas escolares que permitissem sua efetivação.

A pretendida criação de casas de asilo em diversas localidades da Província não se concretizara, permanecendo a população pobre sem acesso à escola. Foi visando a essa população que o governo começou a estabelecer gratificações, mediante contratos, a professores particulares que se propusessem a ensinar crianças pobres. Lançando mão desse recurso, o governo criou maior número de estabelecimentos para atender a essa faixa da população. Tanto é assim que, em 1866, a Província ampliara sua rede escolar, apesar da extinção de algumas que se encontravam sem professores, por falta de candidatos.¹⁶

¹⁶ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1866. Op. cit. t. 13, p. 44.

A criação e a extinção de escolas na conjuntura provincial foi uma constante, ligada diretamente à falta de professores ou ao baixo índice de frequência, acrescida ainda da falta de informações de aulas particulares em determinadas localidades, impedindo o conhecimento real da situação do ensino na Província.

As instruções baixadas em 1859¹⁷, para execução das disposições regulamentares da obrigatoriedade de frequência às escolas, repercutiram nos registros da Inspeção que acusavam, em 1861, a existência de 91 escolas, das quais 46 eram públicas e 45 particulares¹⁸ (Anexo 9).

Das escolas públicas, 39 estavam em funcionamento, sendo a de Assungui e a de São Pedro de Alcântara, mantidas por conta do Governo Geral, motivo pelo qual os professores consideravam-se desobrigados de qualquer entendimento com a Inspeção de Ensino da Província.

De um total de 18 escolas particulares, 14 concentravam-se na cidade de Curitiba, todas destinadas a meninos. Ponta Grossa, com 7 particulares, totalizava 9 escolas, eram de São José dos Pinhais com 5 escolas particulares, perfazendo também o total de 7. Paranaguá tinha 5 escolas públicas e 2 particulares, registrando-se nas demais localidades 3, 2 ou 1 escola particular em funcionamento.

O controle que vinha sendo efetuado pelo Inspetor Joaquim da Silveira Mota foi mantido com a mesma eficiência na administração do Inspetor Lourenço de Sá Ribas, que procurou levantar o mais fidedignamente possível o número de estabelecimentos, bem como exigiu o movimento escolar das escolas públicas e particulares, dessas últimas mais difíceis de se obter.

Nos anos posteriores, o governo continuava promovendo

¹⁷ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Colleção de Leis ... em 1866. Op. cit. t. 7, p. 47-8.

¹⁸ SÁ Ribas, José Lourenço de. Relatório do Inspector Geral da Instrução Pública. In: NOGUEIRA. Relatório ... no dia 15 de Fevereiro de 1862. Op. cit. p. 26-54.

o ensino por meio da criação de novas escolas, sem, contudo, conseguir de imediato professores para regê-las ou para substituir aqueles que se afastavam por motivos particulares ou por doença. Em 1863, das escolas criadas funcionavam 38 públicas e 68 particulares¹⁹, num total de 106 estabelecimentos que se elevaram a 143 no ano seguinte, em vista do aumento para 56 escolas públicas e 89 particulares. Essas últimas, aliás, aumentaram em 21 estabelecimentos.²⁰

O aumento do número de escolas não resultou no do contingente escolarizado, fato que levou o Presidente Pádua Freury a sugerir critérios que regulassem a instalação de escolas com a frequência mínima de 24 alunos, devendo ser extintas aquelas sem candidato e com frequência inferior. Nesses critérios deviam ser enquadradas as escolas particulares com baixa frequência de alunos, motivo pelo qual a maior parte deixou de constar na relação de escolas particulares de 1866. Os registros desse ano acusam a existência de números bem inferiores de escolas públicas e particulares em face das determinações do Presidente, as quais influíram principalmente na rede escolar privada, reduzindo-a a 17 escolas particulares. Deixavam de ser mencionadas 72 aulas particulares que, provavelmente, pelo reduzido número de alunos, não podiam ser consideradas como aulas regulares para se registrar como escolas, sendo muitas ministradas no meio familiar.

A rede escolar em 1866 apresentava-se, portanto, bem reduzida, constituindo-se de 64 estabelecimentos²¹, dos quais 47 pertenciam à rede oficial e os demais, à rede particular (Anexos 11 e 12). Das escolas de 2ª ordem permaneciam a de

¹⁹SILVA. Relatorio ... em 21 de Fevereiro de 1864. Op. cit. p. 20.

²⁰FREURY, Andre Augusto de Padua. Falla dirigida á Assemblêa Legislativa da Provincia do Paraná na primeira sessão da oitava Legislatura á 15 de Fevereiro de 1866 pelo Presidente ... Curityba, Typographia de candido Martins, 1866. p. 24-7.

²¹SANTOS. Relatorio do Inspector Geral da Instrucção Publica. Ins: BURLAMAQUE: Relatorio ... no dia 15 de Março de 1867 ... Op. cit. p. 11-2.

Castro e a de Paranaguá, verificando-se dificuldades para sua manutenção devido à falta de professores habilitados e de clientela suficiente para justificar sua existência, que sobrecarregava as despesas com a instrução pública.

A falta de professores qualificados levou o Presidente Burlamaque a propor a extinção desse grau de escola e a criação de uma aula de Pedagogia que, entretanto, não chegou a ser implantada, permanecendo as escolas de 2ª ordem. O limitado número dessas escolas reduzia o ensino na Província ao grau elementar, que se restringia, praticamente, a ensinar a ler, escrever, contar e a aulas de religião.

Os estabelecimentos oficiais que, na sua maioria, eram desse grau, encontravam-se distribuídos em 27 localidades, enquanto os particulares, em número de 17, somente em 9. Paranaguá e Campo Largo contavam com 3 escolas particulares e Ponta Grossa com 4, havendo uma escola nas demais localidades, as quais na sua maioria destinavam-se ao sexo masculino, como já ocorria tradicionalmente. Para as meninas, havia somente 4 escolas: uma em Ponta Grossa e Morretes e duas em Paranaguá. Em Curitiba, deixaram de funcionar as escolas particulares existentes anteriormente, lamentando-se anos depois a extinção do colégio de Mme. Taulois, que tantos benefícios trouxera à infância e à juventude feminina.

Nesse ano, a comunidade alemã evangélica instalava em Curitiba uma escola de caráter comunitário, não admitindo crianças que professassem outra religião, nem interferências do governo quanto ao seu funcionamento. Além dessa escola, funcionava também a do Sr. Raschendorfer²², que também atendia as crianças da comunidade alemã evangélica.

As escolas comunitárias, apesar de contarem com ensino

²² OS ALEMAËS nos Estados do Paraná e de Santa Catarina. Em comemoração ao 1º Centenário de sua entrada nesses Estados do sul do Brasil, 1829-1929. Curitiba, Oliveira, 1929. p. 74. As escolas criadas pelas comunidades estrangeiras se eximiam da fiscalização da Inspeção de Ensino, não havendo, por isso, indicações ou informações detalhadas a seu respeito, constando somente breves referências em alguns Relatórios de Presidentes.

elementar, não integravam a rede escolar da Província que se apresentava, em 1866, com mais 10 escolas, havendo aumento de 46% da rede escolar pública em relação à de 1854, bem como de 82% da particular em relação à daquele mesmo ano.

A idéia da criação de uma instituição para formar professores se fortaleceu entre os anos de 1866 e 1870, resultando na criação de uma Escola Normal que não chegou a funcionar, e na extinção do grau superior do ensino primário, nivelado ao grau de ensino elementar, sem grandes conseqüências, porquanto esse ensino não correspondia plenamente à programação estabelecida pelo Regulamento de 1857, em virtude da falta de conhecimentos mais profundos e de métodos adequados por parte dos professores. A extinção desse grau não alterou a maneira de se ordenar numericamente as escolas, à medida que iam sendo criadas numa localidade. Paranaguá, Curitiba e Castro tiveram suas escolas de 2ª ordem niveladas ao grau de ensino elementar.

O grau de ensino superior do ensino primário, que tinha o objetivo de complementar os estudos daqueles com pretensões à carreira do magistério, cumpria também a finalidade de ampliar a bagagem de conhecimento dos que não pretendiam prosseguir os estudos, porquanto a Província, até essa data, não contava com cursos profissionalizantes, como curso Normal e o Mercantil, esse criado anos depois em Paranaguá. Malgrado todos os problemas que envolviam esse grau de ensino, ele não deixou de ser, porém, a forma encontrada pelo governo para proporcionar melhores condições de estudo, mesmo em nível primário. O sistema escolar passou a se constituir somente de escolas elementares, acabando por reduzir o ensino às noções essenciais e ensinamentos elementares de leitura, escrita, cálculo e religião.

A rede escolar pública contava, em 1870, com 58 estabelecimentos, instalados em 32 localidades, destinando-se 38 aos meninos e 20 às meninas²³ (Anexos 14 e 15).

²³ BARROS. Relatorio apresentado ... pelo ... Inspector Geral da Instrucção Publica ... 1871. Op. cit. p. 30-1.

O ensino secundário que se efetivava no Liceu até 1868 fora substituído por um colégio particular subvencionado, dirigido pelo professor Jacob Muller²⁴ (Anexo 16), cujo padrão de ensino não era dos mais elevados, em face da minoria de alunos que era preparada para exames finais, provocando, inclusive, a saída de 28 alunos, o que lhe granjeara conceito desfavorável. Contava o colégio com uma aula de primeira letras, aliás bem frequentada, que integrava o número de escolas elementares da Província.

Nesse ano não há referência às escolas particulares que tinham sido isentas de fiscalização pela Inspetoria em 1868²⁵, permanecendo essa situação até o Regulamento de 1871. No ano de 1868, o Governo estabelecera a subvenção de 2.500\$000 para a fundação de um colégio para meninas, no qual deveria funcionar o ensino elementar, na tentativa de estimular novamente a criação de escolas femininas, em virtude da necessidade de um estabelecimento nos moldes daquele de Mme. Taubois. Ainda nesse ano, o Presidente da Província assinalava a existência de 17 escolas particulares, entre elas a de Jacob Muller, provavelmente distribuídas nas mesmas localidades em que se encontravam em 1866.

A permanência desses estabelecimentos em 1870 aumentaria a rede escolar para 75 escolas, na proporção de 1.425 habitantes para cada uma, considerando-se a população geral de 108.324 habitantes²⁶ (Anexo 18). Comparando-se a 1854, embora houvesse reduzido a proporção de habitantes por escola em virtude do aumento da rede escolar, a população geral também aumentara, mas em proporções diferenciadas, constatando-se ainda a limitada ação do ensino.,

²⁴ BARROS. Relatorio apresentado...pelo...Inspector Geral da Instrucção Pública...1871. Op. cit. p. 30-1.

²⁵ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Decretos... 1868. Op. cit. t. 15, p. 26-7.

²⁶ Mapa da população da Provincia. In: CARVALHO, Antonio Luiz Affonso de. Relatorio apresentado à Assemblêa Legislativa do Paraná na abertura da 1ª sessão da 9ª Legislatura pelo Presidente...no dia 15 de Fevereiro de 1870. Curityba, Typographia de Candido Martins, 1870.

As poucas subvenções do governo para estimular a criação de escolas particulares não produziram os efeitos esperados, embora a liberação da fiscalização surtisse efeitos, pois nos seis anos que decorreram até 1874, foram criadas mais 16 escolas, totalizando nesse ano 33 escolas, das quais 24 destinavam-se a meninos, 5 a meninas e 4 a ambos os sexos.

O bom andamento do ensino nas escolas particulares promíscuas levou o Presidente Frederico Abranches a propor, em 1874, a sua adoção quando da criação de escolas públicas, sendo instaladas, ainda em seu governo, as primeiras escolas públicas promíscuas, uma no povoado de Cupim em Guarapuava, duas nas colônias de Argelina e Pilarzinho, próximas a Curitiba, e uma em Paranaguá.²⁷

Essa medida foi aceita pelos Governos seguintes, que criaram várias escolas mistas. Em 1876, no governo do Presidente Lamenna Lins foram criadas diversas escolas mistas, atendendo à demanda escolar que se fazia mais intensa, em face da instalação de colônias de imigrantes em alguns Municípios, principalmente no de Curitiba. Nesse ano, a rede escolar elevou-se para 115 estabelecimentos, sendo 91 mantidos pelo Governo e os demais particulares.²⁸ Dos primeiros, 26 estabelecimentos públicos encontravam-se vagos, 38 destinavam-se ao sexo masculino, incluídas as escolas do quartel da polícia e de aprendizes marinheiros, 26 ao sexo feminino e uma era mista. O ensino particular se reduzira a 24 escolas, em virtude do caráter misto assumido por algumas. Dessas, 18 destinavam-se a meninos, inclusive o colégio de Jacob Muller, e 6 eram mistas.

Em Curitiba funcionavam, além desse colégio que era

²⁷ ABRANCHES. Relatorio ... no dia 15 de Fevereiro de 1874 ... Op. cit. p. 25.

²⁸ LINS, Adolpho Lamenna. Relatorio com que o ... Presidente da Provincia ... passou a administração ao 29 Vice-Presidente ... Manoel Antonio Guimarães no dia 16 de Julho de 1877. Curitiba, Typ. da Viuva Lopes, 1877. p. 34-5.

subvencionado, outros dois, dos quais um era dirigido por Augusto Boeker²⁹, pastor da Comuna Alemã Evangélica que, pelo número expressivo de alunos, passara a constar na estatística escolar, mantendo, porém, as mesmas imposições quanto à admissão de alunos e à fiscalização. Os Regulamentos de 1871 e 1874 isentavam os estabelecimentos particulares da fiscalização, deixando-os sujeitos apenas à remessa do movimento escolar para facilitar o levantamento estatístico das escolas.

Os debates em torno da formação do professorado haviam continuado, sendo criada nesse Governo a Escola Normal e uma escola primária anexa para servir à prática de ensino dos alunos, a qual se integrou também na rede escolar.

As escolas públicas que desde o Regulamento de 1871 passaram a ser classificadas em entrâncias, com o objetivo de estabelecer uma graduação no sistema de promoção dos professores, eram classificadas da mesma maneira no Regulamento de 1876.³⁰

Por esse Regulamento criava-se em Curitiba uma escola noturna para adultos, medida que já fora tomada em 1872, com a criação de uma escola nesses moldes em Paranaguá.³¹

A criação de diversas escolas, que vinha se processando desde 1874, não resultara numa expressiva elevação no índice de frequência, como esperavam as autoridades. Permaneciam muitas escolas sem professores, ou com frequências extremamente baixas, provocando a extinção de 45 escolas em 1877, o que deixou freguesias, bairros e povoados privados desse serviço.³² No ano seguinte, começaram, porém, a ser restabelecidas diversas escolas em caráter misto, ou destinadas

²⁹ OS ALEMÃES nos Estados do Paraná ... Em comemoração ao 1º Centenário ... 1929. Op. cit. p.69.

³⁰ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1876. Op. cit. t. 23, p.4.

³¹ PARANÁ, Leis, Decretos, et. Leis e Regulamentos ... 1872. Op. cit. t. 19, p. 43.

³² OLIVEIRA Junior. Relatorio ... em 7 de Fevereiro de 1878. Op. cit. p. 37.

a um ou outro sexo, conforme as necessidades de cada localidade.

No ano de 1878, a rede escolar apresentava-se reduzida, contando com 98 estabelecimentos³³, dos quais somente 5 estavam sem professores (Anexos 23, 24, 25 e 26). Praticamente, permanecia em funcionamento o mesmo número de escolas de 1876. O número de estabelecimentos particulares fora reduzido para 14, dos quais 6 funcionavam em Curitiba.

A importância que se atribuía à educação masculina era evidente pelas 38 escolas que lhe eram destinadas, em relação às 19 para o sexo feminino, além da tendência se verificava na criação de escolas promíscuas que somavam 27 estabelecimentos, na maioria classificados de 1ª entrância e instalados em bairros ou colônias com professores subvencionados ou contratados.

A intensidade da imigração estrangeira nessa década, bem como a necessidade de integrar os estrangeiros no novo ambiente, levou à proposição de se criar uma escola agrícola prática para orientá-los no trato com a terra³⁴, que, todavia, não chegou a ser implantada.

Em 1879, por iniciativa do Chefe de Polícia foi instalada uma escola na cadeia da Capital³⁵, com a finalidade de alfabetizar os adultos, a exemplo das escolas noturnas. Apesar de se integrar na rede de escolas públicas, a escola não contou com número muito elevado de alunos; no entanto, por suas características, não deixou de constituir um empreendimento público de relevo (Anexo 27).

A rede escolar continuou se expandindo, sendo criadas outras escolas que nem sempre contavam com professores, haja vista que, em 1882, dos 189 estabelecimentos existentes, 42

³³ DANTAS Filho. Relatorio ... no dia 4 de Junho de 1879... Op. cit. p. 37.

³⁴ OLIVEIRA e Sá. Relatorio apresentado ao ... Dr. Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes ... 1878. Op. cit. p. 3.

³⁵ MENEZES. Relatorio ... em 31 de Janeiro de 1880 pelo ... Chefe de Polícia ... Op. cit. p. 52.

encontravam-se vagos. Daqueles em funcionamento, 58 destinavam-se aos meninos, enquanto 22 à meninas, acentuando-se nesse ano o número de escolas promíscuas, que se elevaram a 51. Dos 26 Municípios na época, somente 4 não contavam com escolas no seu interior, estando a maior parte deles provida com mais de uma escola. Em Curitiba, funcionavam 17 estabelecimentos, havendo 10 particulares, enquanto Paranaguá apresentava-se com 12, dos quais 6 eram particulares (Anexos 29, 30 e 31).

Das 133 escolas públicas³⁶ (Anexo 29), estavam em funcionamento 91 escolas, entre as quais a da cadeia e uma noturna em Castro.

Conforme as disposições do Regulamento de 1876, as escolas públicas apresentavam-se classificadas em entrâncias, distribuindo-se da seguinte forma:

Escolas	Providas	Vagas	Total
3ª entrância	31	1	32
2ª "	31	10	41
1ª "	27	31	58
Total	89	42	131

A escola da cadeia e a escola noturna de Castro não faziam parte dessa classificação, assim como as 16 escolas subvencionadas (Anexo 30) que, na sua maioria, eram promíscuas ou destinadas ao sexo masculino. Das 25 escolas particulares (Anexo 31), 14 destinavam-se ao sexo masculino, 6 ao feminino e 5 eram promíscuas, permanecendo elevado o índice de escolas para o sexo masculino. Contava ainda a Província com 15 escolas noturnas (Anexo 32), além daquela de Castro que era a única subvencionada pelos cofres provinciais, estando as demais sob a responsabilidade dos Municípios ou de cidadãos que assumiam a tarefa de instruir seus conterrâneos.

No total, a rede escolar era integrada por 147 escolas em funcionamento, instaladas em 101 localidades, havendo

³⁶ MARCONDES. Relatório que ... apresentou o ... Director Geral da Instrução Publica ... 1882. Op. cit. p. 13.

diferença considerável em relação ao número de escolas existentes em 1878. Concorreram também para essa diferença as 16 escolas noturnas (Anexos 29 e 32) resultantes do movimento em prol da instrução de alunos adultos, em vista da promulgação da nova Lei eleitoral nos seguintes termos:

Determinando a Lei nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, a da reforma da Legislatura Eleitoral, no art. 8º, que de setembro de 1882 em diante somente serão incluídos no alistamento os cidadãos que, tendo as qualidades de eleitor, souberem ler e escrever, ao Estado, à Província, às Municipalidades e à iniciativa individual compete promover por todos os meios ao seu alcance, porque nisso está empenhada a liberdade política, a criação de escolas de instrução primária que possam ser frequentadas pelos cidadãos que a nova lei exige para o exercício do direito do voto.³⁷

Exaltava o Presidente Carlos de Carvalho o andamento do ensino nas escolas noturnas de Paranaguá, uma mantida pelo Clube dos Artistas e outra por escravos, essa dirigida pelo tipógrafo João Teodoro da Silva; havia, ainda, a de Rio Negro, fundada pelo alemão Henning para ensinar língua portuguesa aos colonos alemães.³⁸

O entusiasmo pela criação dessas escolas, movida em grande parte por interesses políticos, foi passageiro, não ficando mais que 4 escolas em funcionamento em 1886, mantidas pelas municipalidades de Curitiba, Ponta Grossa, Morretes e Lapa, enquanto as demais não consideravam os benefícios que poderiam produzir à instrução, inspirando maiores sentimentos cívicos conforme assinalava o Presidente da Província.³⁹

³⁷ CARVALHO. Relatorio ... de 1º de Outubro de 1882. Op. cit. p. 93.

³⁸ Ibid. p. 93.

³⁹ FARIA Sobrinho, Joaquim d'Almeida. Relatorio à Assemblêa Legislativa em 30 de Outubro de 1886 pelo Dr. ... Curitiba, Typ. da Gazeta Paranaense, 1886. p. 86.

No ano de 1886, a rede escolar aumentara para 252 estabelecimentos, dos quais 208 estavam em funcionamento, sendo 123 públicos e 58 subvencionados pelo Governo, 20 particulares, 3 regimentais, dos quais dois eram de caráter militar e um para aprendizes de marinheiros, além das 4 escolas noturnas municipais.⁴⁰ Desses estabelecimentos, a maior parte destinava-se ao sexo masculino, que contava com 100 escolas, enquanto em 1882 havia 80. Acentuava-se também o número de estabelecimentos mistos que, de 56 em 1882, passavam a 110 em 1886.

As escolas permaneciam classificadas conforme estabelecera o Regulamento de 1876, correspondendo 39 à 3ª entrância, 42 à 2ª entrância e 86 à 1ª entrância.⁴¹

Os esforços dos diversos governos para o melhoramento da instrução pública esbarravam com a deficiente verba provincial, o que, todavia, não impediu o aumento da rede escolar. Mais forte que as verbas provinciais foi a situação da Província, pois a desestimulação na criação do gado, a decadência no comércio das tropas e as situações de crise da erva-mate não permitiam à população em geral desfrutar melhores condições de vida, resultando em indiferença para com os valores da educação.

Em agosto de 1888 alterava-se a classificação das escolas, que passaram a ser compreendidas em duas categorias: na 1ª entrância, as escolas de vilas e freguesias e na 2ª, as das cidades.⁴²

Eram extintas as escolas de 1ª entrância e eram suspensas as subvenções destinadas a professores de escolas particulares, medida que deixou diversas localidades privadas de escolas, originando vários protestos. Foram restabelecidas 15 escolas, conforme determinação da Lei nº 962 de outubro de 1889, que criava 100 escolas particulares a serem subvencionadas

⁴⁰ FARIA, Sobrinho. Relatorio ... no dia 17 de Fevereiro de 1887 ... Op. cit. p. 75-7.

⁴¹ _____. Relatorio ... em 30 de Outubro de 1886 ... Op. cit. p. 85.

⁴² PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Colleção de Leis ... em 1888. Op. cit. p. 18-9.

com a quantia anual de 36.000\$000. Em Curitiba foram instaladas 3 escolas: uma no quarteirão da Misericórdia, outra na rua Aquidaban e mais uma no Batel. As demais situavam-se em colônias, vilas e outros bairros. As escolas de 2ª entrância reduziam-se a 29, havendo uma em Curitiba e outra em Morretes, que eram promíscuas. As de 1ª entrância totalizavam 28 escolas promíscuas.⁴³

O novo Regulamento de 1890⁴⁴ alterava essa classificação e estabelecia novamente as três entrâncias, nas quais as escolas ficavam distribuídas conforme o novo quadro do magistério⁴⁵, aprovado nesse ano (Anexo 33).

Escola subvencionada para meninos	1
Escolas de 3ª entrância	
Masculinas	3
Femininas	3
Promíscuas	1
Escolas de 2ª entrância	
Masculinas	11
Femininas	11
Promíscuas	2
Escolas de 1ª entrância	
Masculinas	4
Femininas	5
Promíscuas	27
Contratadas	
Masculinas	29
Femininas	3
Promíscuas	74
Total	166

⁴³ THESOURO do Estado do Paraná. Relação dos professores ... In: Ofício em 26 de novembro de 1889 ao Secretário do Estado. OFFICIOS, 1889. 17:108-9

⁴⁴ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos e Regulamentos de 1890-1891. Op. cit. p. 39-50.

⁴⁵ Ibid. p. 64-81.

Essas escolas, distribuídas em 130 localidades, eram mantidas pelo governo, estando em funcionamento 36 para meninos, 21 para meninas e 56 promíscuas e, sem professores, uma para meninos, uma para meninas e 41 promíscuas, perfazendo um total de 123 escolas primárias. Além dessas, havia a escola para surdo-mudos, que se instalara em 1884, e ainda um curso prático de agricultura, ministrado por Jerônimo Durski, funcionando juntamente com a escola promíscua de Nova Orleans.

Havia também, mantidas pelos Municípios desde 1888, 6 escolas noturnas e 4 promíscuas⁴⁶, duas escolas militares, uma de aprendizes de marinheiros que, incorporadas ao número das escolas primárias estaduais, totalizam 179 estabelecimentos de ensino criados e 136 em funcionamento.

Outrossim, referentemente às escolas particulares, constava no quadro do magistério de 1890 a subvenção de 1.200\$000 à escola da Comuna Alemã Evangélica que, a partir de 1885, começara a admitir crianças de religião católica e que integrava a rede escolar pública, totalizando então, 137 estabelecimentos. Não há referências, todavia quanto ao funcionamento de outras escolas. Na probabilidade de que as 20 escolas particulares de 1886, nas quais estava incluída a escola da comunidade alemã, estivessem em funcionamento em 1889, a rede escolar do ensino primário estava, nesse caso, constituída de 199 estabelecimentos, dos quais funcionavam 156.

Relacionando os dados de 1889 com os de 1886, com 208 escolas em funcionamento, a Província tivera a rede escolar reduzida em 52 estabelecimentos; esse total, confrontado com o de 1882, mostrava-a aumentada em mais 9 estabelecimentos, evidenciando, pois, aumento insignificante.

A redução no número de escolas no final da conjuntura provincial foi devida às medidas tomadas pelo Governo, ainda em 1888, no sentido de passar para os Municípios a manutenção de escolas, o que, entretanto, não chegou a efetivar-se de

⁴⁶ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Collecção de Leis ... em 1888. Op. cit. p. 42-51. A escola para surdos-mudos e o curso de agricultura não são computados como escolas primárias.

imediatos. Foram implantadas somente 10 escolas municipais, algumas, aliás, já mantidas pelos Municípios, como as escolas noturnas. Daí a origem da rede escolar municipal que se desenvolveria na conjuntura republicana.

O quadro do magistério não foi implantado, mas permaneceram as escolas que tinham sido instaladas. Em 1891, novo Regulamento e respectivo quadro do Magistério foram aprovados⁴⁷; instituía-se novamente o 2º grau de ensino primário, sendo criadas duas escolas na Capital. As entrâncias permaneciam em número de três e as escolas da Capital constituíam entrância especial, com 13 estabelecimentos. A 3ª entrância contava com 27 escolas funcionando e uma sem professor; a 2ª com 39 escolas funcionando e uma sem professor e a 1ª constituía-se de escolas públicas e particulares subvencionadas, contando com 49 escolas funcionando e 50 professores. No total, eram 180 escolas, das quais 52 encontravam-se vagas.

Em relação a 1889, quando havia 166 escolas públicas e contratadas mantidas pelos cofres provinciais, das quais 124 estavam em funcionamento (123 escolas públicas, mais uma escola Comuna alemã), foram criadas mais 13 estabelecimentos, dos quais apenas 5 funcionavam. Embora houvesse diferença no total de escolas, criadas e em funcionamento, existentes em 1889 e em 1891, ela não foi, porém, significativa, sendo injustificável a revogação do quadro do magistério de 1890, no qual constavam os estabelecimentos criados e em funcionamento, com alegação de insuficiência de verbas, haja vista a aprovação do novo quadro de 1891, com número superior de estabelecimentos.

A rede escolar na conjuntura provincial alcançou índice mais expressivo em 1886, com 252 estabelecimentos criados, estando em funcionamento 208. Entretanto, os dados de 1891, mesmo considerando a extinção de várias escolas no ano de 1888, retratavam da mesma maneira o crescimento da rede escolar, porquanto das escolas extintas muitas se encontravam

⁴⁷ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Collecção de Leis, Decretos e Regulamentos do Estado do Paraná. Curitiba, Typ. Penitenciária, 1912. p. 320-69.

instaladas nas mesmas localidades, relacionadas no quadro de 1890.

As duas cidades mais importantes nessa conjuntura, Curitiba e Paranaguá, disputavam a supremacia cultural que se efetivou em Curitiba, à proporção que a cidade sedimentou-se como Capital da Província, concorrendo para isso o aumento de seu contingente populacional que exigiu a implantação de novas escolas, notadamente a partir da década de 70.

TABELA 1

ESCOLAS PRIMÁRIAS DE CURITIBA E PARANAGUÁ, 1854-1889					
Ano	Curitiba		Paranaguá		Total
	nº abs.	%	nº abs.	%	
1854	3	33,3	6	66,7	9
1858	9	60,0	6	40,0	15
1861	14	66,7	7	33,3	21
1866	4	34,0	8	66,0	12
1870*	5	50,0	5	50,0	10
1878	12	70,0	5	30,0	17
1882	17	58,0	12	42,0	29
1889*	12	80,0	5	20,0	17

FONTE: PARANÁ. Presidentes, 1854-1889. Relatórios de Presidentes da Província do Paraná; Instrução Pública, 1859-1882. Relatórios de Inspectores da Instrução Pública da Província do Paraná; PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos e Regulamentos de 1890-1891.

*Nos dados desses anos não estão incluídas as escolas particulares.

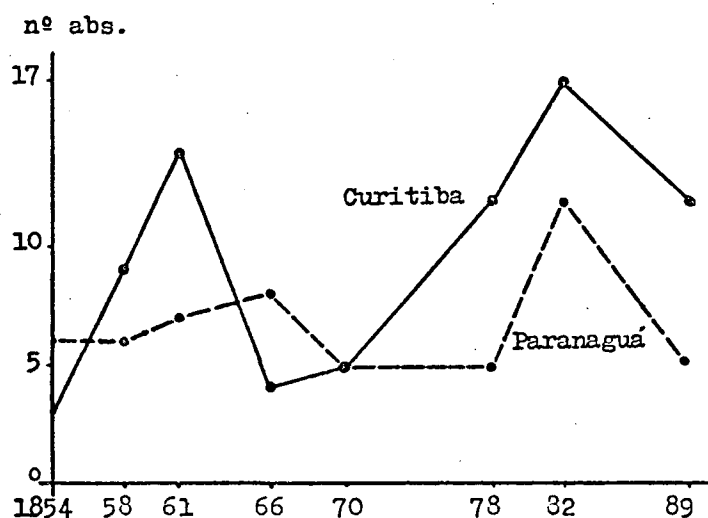
Paranaguá, guardando as características de centro político e administrativo do Paraná, revestia-se de importância por sua função econômica, como escoadora de produtos através de seu porto, advindo-lhe a afluência de pessoas que aí se localizavam e se dedicavam ao comércio e outras atividades

profissionais propiciadoras de melhores rendas. Curitiba, apesar de investida, a partir de 1853, do papel de centro administrativo da Província, não apresentava o mesmo desenvolvimento de Paranaguá, embora contasse com atividades ligadas à extração e industrialização da erva-mate, o que lhe garantiam, porém, uma economia voltada mais para o meio rural que urbano.

Na década de 70, a entrada de elementos estrangeiros refletiu-se no setor do ensino, provocando a criação de várias escolas em Curitiba e em seus arredores, propiciando-lhe a liderança nesse setor.

GRÁFICO 2

ESCOLAS PRIMÁRIAS DE CURITIBA E PARANAGUÁ,
1854-1889



FONTE: PARANÁ. Presidentes, 1854-1889. Relatórios de Presidentes da Província do Paraná; Instrução Pública, 1859-1882. Relatórios de Inspectores Gerais da Instrução Pública da Província do Paraná; PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos e Regulamentos de 1890-1891.

Obs.: Nos dados de 1889 não estão incluídas as escolas particulares.

O aumento da população de Curitiba, particularmente da cidade, resultou na expansão da rede escolar primária, pública e particular, além da preocupação do governo em ampliar as

oportunidades de estudo para o maior número de crianças, por meio de incentivos financeiros às escolas particulares que se submetessem às suas exigências. O aumento da rede escolar na Capital triplicou nos cinco anos após a emancipação da Província, continuando a crescer até 1861, quando contava com 14 estabelecimentos. Entretanto, o número elevado de estabelecimentos deveu-se à computação, como escola, de toda aula particular existente na Capital e em qualquer outra localidade, mesmo que não apresentasse as características de escola, pois muitas delas tinham reduzido número de alunos e estavam em completo desacordo com as exigências regulamentares e instruções a respeito do ensino, métodos e técnicas determinados pela Inspetoria.

Essa situação totalmente irregular evidenciou a preocupação de rotular como escola toda e qualquer aula existente, visando a estabelecer, o mais rapidamente possível, a liderança de Curitiba no setor do ensino, além de se procurar elevar seu conceito ante as demais Províncias pelo aumento do número de estabelecimentos da rede escolar.

A liberação legal, em 1868, das escolas particulares prestarem informações à Inspetoria, veio corroborar uma situação já existente, acreditando-se que os registros do número dessas escolas se elevariam ao daqueles existentes por volta de 1861 a 1865, além de se pretender a descentralização do controle do ensino particular por parte da Inspetoria. Essa medida foi retificada em 1871, voltando a figurar nos registros

dessa repartição dados sobre as escolas particulares, principalmente daquelas que contavam com o ensino e índice de freqüência de certa forma condizente com o Regulamento.

Em meados da conjuntura provincial o índice de escolas em Curitiba tornou a elevar-se paulatinamente, atingindo, em 1878, o número de 12 estabelecimentos, o que não significava inexistência de outros mais e mesmo de aulas que se apresentavam sem as características devidas a uma escola, cujo desconhecimento se devia à falta de informações.

A partir da década de 70, Curitiba voltava a assumir a liderança no setor do ensino, não só com as escolas de nível primário, mas também com aquelas de nível secundário, representadas por colégios particulares, pela restauração do Liceu e pela criação da Escola Normal, que lhe deram destaque no cenário educacional.

O aumento da rede escolar estendeu-se a várias localidades, sendo mais acentuado naquelas onde se concentraram colônias estrangeiras.

Comparando-se a rede escolar com o quadro do magistério verifica-se que, até 1865, elevou-se o número de estabelecimentos e o de professores em virtude do registro indevido de diversas aulas particulares.

TABELA 2

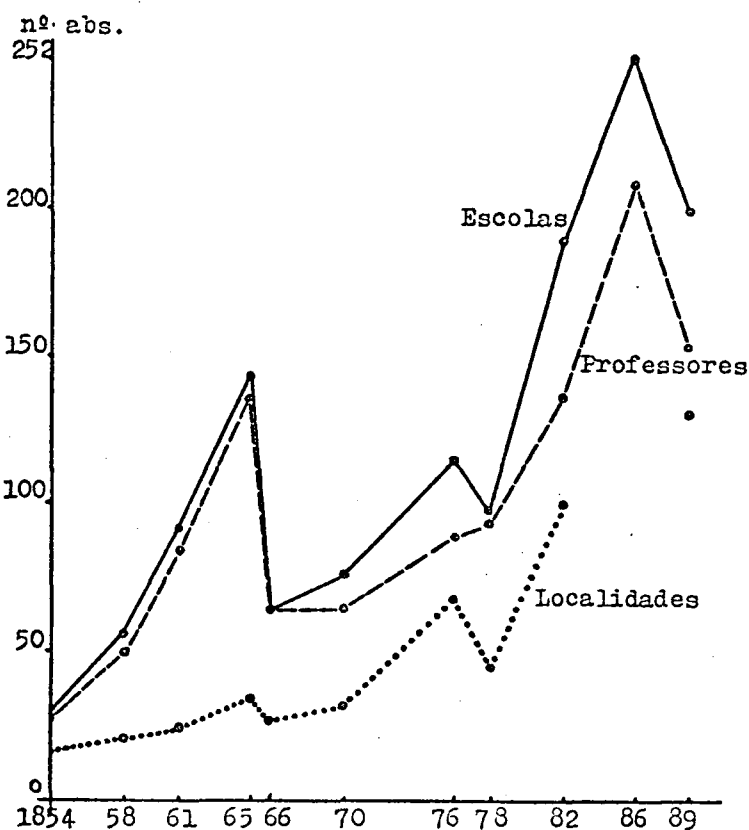
ENSINO PRIMÁRIO NA PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1854-1889

Ano	Nº loc.	Escolas criadas		Escolas em funcionamento									Nº de professores por escola												
		vagas		Públicas			Subvenc.			Munic.			Particulares			Públicas			Particulares			TOTAL			
		M	F	M	F	P	M	F	P	N	P	Reg.	Total	M	F	P	Total	M	F	P	M		F	P	TOTAL
1854	18	31	3	17	8	-	-	-	-	-	-	-	25	1	1	1	3	28	17	8	-	1	1	1	23
1858	21	56	7	23	14	-	-	-	-	-	-	-	37	9	3	-	12	49	23	14	-	9	3	-	49
1861	24	91	7	24	15	-	-	-	-	-	-	-	39	44	1	-	45	84	24	15	-	44	1	-	84
1865	34	143	8	30	16	-	-	-	-	-	-	-	46	87	2	-	89	135	30	16	-	87	2	-	135
1866	27	64	0	30	17	-	-	-	-	-	-	-	47	13	4	-	17	64	30	17	-	13	4	-	64
1870	32	75	10	31	17	-	1	-	-	-	-	-	49	12	4	-	16	65	32	17	-	12	4	-	65
1876	68	115	26	34	26	1	1	-	-	1	-	2	65	18	4	-	24	89	38	26	1	18	-	6	89
1878	45	98	5	35	19	24	-	-	-	1	-	...	79	7	3	4	14	93	36	19	24	7	3	4	93
1882	101	189	42	35	23	31	8	-	8	16	-	1	122	14	6	5	25	147	49	23	39	13	6	6	136
1885	...	252	44	49	38	36	18	1	39	4	-	3	188	4	1	15	20	208	74	39	75	5	2	12	208
1889	130	199	43	46	21	56	1	-	-	6	4	3	137	5	2	12	19	156	53	21	60	5	2	12	153

FONTES: PARANÁ. Presidentes, 1854-1889. Relatórios de Presidentes da Província do Paraná; Instrução Pública, 1859-1882. Relatórios de Inspectores da Instrução Pública da Província do Paraná; PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos e Regulamentos de 1890-1891.

Obs.: Os anos de 1861, 1865, 1876 e 1886 são computados nesta e noutras tabelas por se tratarem de dados globais, não sendo possíveis de especificação, como exigem os dados distribuídos nos Quadros 4, 5 e 6.

GRÁFICO 3

EVOLUÇÃO DA REDE ESCOLAR E DO QUADRO DO MAGISTÉRIO
DO ENSINO PRIMÁRIO NA PROVÍNCIA DO PARANÁ

FCNTE: PARANÁ. Presidentes, 1854-1889. Relatórios de Presidentes da Província do Paraná; Instrução Pública, 1859-1882. Relatórios de Inspectores da Instrução Pública da Província do Paraná; PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos e Regulamentos de 1890-1891.

Em 1866, reduziu-se o número de estabelecimentos para tornar a elevar-se a partir de 1870, quando ambos apresentam curvas ascendentes contínuas, permanecendo constante, porém, sua defasagem, decorrente da instabilidade da permanência dos professores no sistema escolar e da falta de planejamento na criação e provimento de escolas, motivada pela necessidade imediata de se criar escolas sem previsão de possíveis candidatos ao magistério e de freqüência de alunos. Apesar de haver vagas em toda a conjuntura provincial, exceto em 1866, verifica-se que aquelas existentes em determinado ano não correspondiam, de forma geral, às existentes em outros anos. O

preenchimento das vagas não garantia o funcionamento de uma escola por anos seguidos, ocorrendo após um, dois ou três anos de serviço, pedidos de demissão, licença e transferência, voltando a escola a ficar sem professor.

Embora as previsões regulamentares admitissem substituição do professor pelo adjunto, dificilmente as localidades dispunham desses elementos, principalmente tratando-se de bairros, freguesias e povoados distantes. Essa situação ocorreria também na Capital, pois a criação de escolas dependia diretamente de haver professores disponíveis para preencher vagas em escolas, fato que não ocorria com as escolas particulares.

Nos anos de 1866 e 1878, as escolas primárias estiveram praticamente providas de professores devido a várias razões, dentre as quais o trabalho desenvolvido junto às escolas pelos Inspetores, a extinção de escolas e as vantagens salariais para aqueles com maior número de alunos, além de se considerar a não indicação de várias aulas particulares.

As escolas foram criadas, inicialmente, nas localidades mais importantes da Província, não se verificando a expansão da rede escolar à totalidade das mesmas em virtude de serem criadas na mesma vila ou distrito mais de uma escola, expandindo-se, portanto, o número de escolas mas não o raio de ação do ensino. A expansão da rede escolar em novas localidades deu-se somente após 1876 (Quadro 4, Gráfico 3), principalmente em torno dos centros urbanos. Em alguns Municípios as escolas crescem quantitativamente, enquanto em outros a expansão foi lenta, em face da pequena demanda escolar.

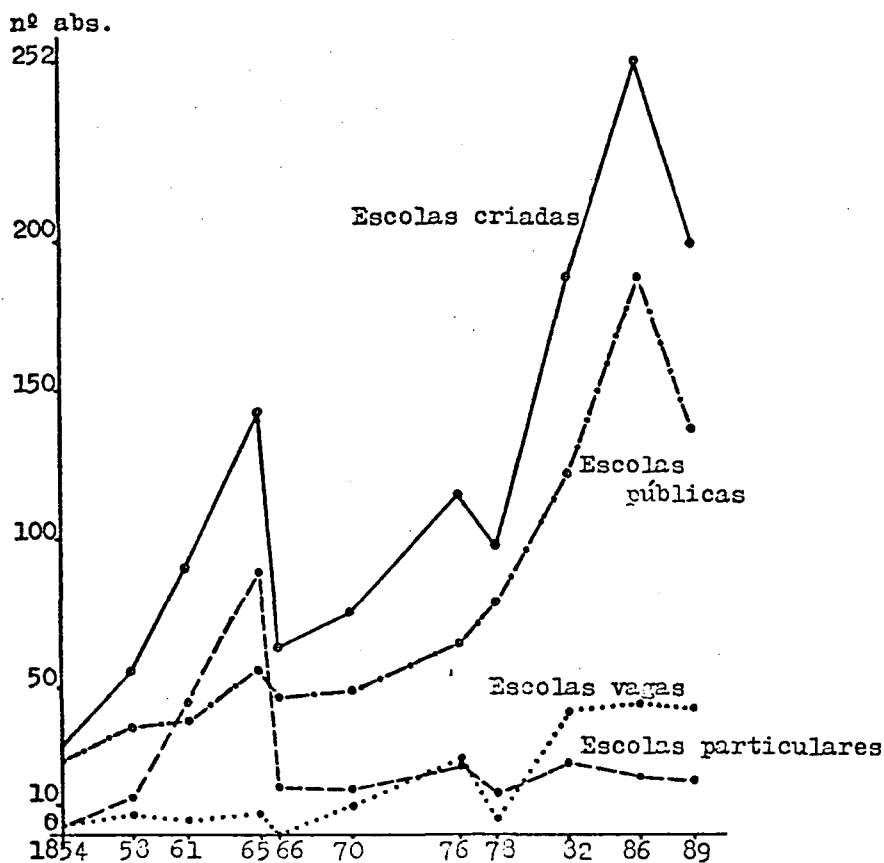
Os relatórios de Presidentes e de outras autoridades fazem breves referências às escolas comunitárias mantidas pelos núcleos estrangeiros, visando à preservação de sua cultura. Contando eles com elementos aptos ao exercício do magistério, sendo alguns aproveitados pelo governo da Província. Assim, também integraram o quadro do magistério professores poloneses, alemães, franceses, italianos, entre outros, e à rede escolar, estabelecimentos comunitários como os da colônia

polonesa, alemã, italiana e outras. Não há dúvida de que a entrada de elementos estrangeiros no Paraná, na conjuntura provincial, foi relevante para o ensino.

No entanto, a expansão da rede escolar deveu-se muito mais à intervenção do governo, criando escolas oficiais ou subsidiando o funcionamento de escolas, do que propriamente à intervenção da iniciativa privada, que não foi, portanto, a propulsora do ensino no Paraná, mas sim o governo provincial, com dificuldades financeiras e sem elementos habilitados, procurando suprir a Província de escolas elementares acessíveis ao povo em geral (Gráfico 4).

GRÁFICO 4

ESCOLAS PRIMÁRIAS PÚBLICAS E PARTICULARES EM
RELAÇÃO AO TOTAL DE ESCOLAS CRIADAS E VAGAS
NA PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1854-1889



FONTE: PARANÁ. Presidentes, 1854-1889. Relatórios de Presidentes da Província do Paraná; Instrução Pública, 1859-1882. Relatórios de Inspectores Gerais da Instrução Pública da Província do Paraná; PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos e Regulamentos de 1890-1891.

Entre 1854 e 1866, as duas modalidades de ensino, pública e particular, apresentaram crescimento desproporcional, enquanto que, a partir de 1866, a rede escolar oficial continuou crescendo, estabelecendo diferença cada vez maior em relação à rede particular, que estagnou. Evidencia-se o acompanhamento, de certa forma paralelo, da rede oficial com o crescimento da população escolar, ressaltando-se a grande e permanente defasagem entre o número de escolas e a média de alunos possivelmente escolarizados. Mesmo contando com a rede particular de ensino, nem por isso essas escolas supriram as necessidades do ensino, como ocorreu na Corte e mesmo em outras Províncias, permanecendo no Paraná grande número de aulas ministradas no meio familiar, sendo reconhecida sua validade somente no Regulamento 1871.

A limitada expansão da rede particular com escolas de maior porte deveu-se, em parte, ao baixo nível aquisitivo da população em geral, voltada para a economia pastoril, agrícola e coleta de erva-mate, além da inaplicabilidade dos conhecimentos escolares no meio rural, provocando certa resistência dos pais em enviar os filhos às escolas, mesmo às do governo. Havia, além disso, dificuldades de comunicação e de recursos para vestuário e material escolar, advindo desses últimos fatores a preocupação do governo com seu fornecimento aos alunos, os quais passaram a ser previstos em leis e regulamentos de ensino.

As escolas particulares foram fundadas nos centros mais populosos, como Curitiba, Paranaguá, Castro, Ponta Grossa e outros, com vida econômica, social e cultural mais elevada e congregando clientela mais selecionada, filhos de famílias com maiores recursos, fazendeiros, funcionários públicos, comerciantes e outras atividades profissionais, que dispunham de meios para os filhos frequentarem esse tipo de escola.

Havia, porém, escolas particulares que eram subvencionadas pelo governo para ensinarem crianças pobres, sendo que em 1886 essas escolas eram em número de 80. Essa subvenção era, até certo ponto, favorável à economia da Província por

ser menos onerosa e não estabelecer nenhum vínculo empregatício com os professores subvencionados. Essas escolas eram relacionadas nos quadros demonstrativos como escolas providas, não se incluindo naquele de escolas vagas, que era específico às públicas, criadas e providas por Lei.

No final do período provincial, mais especificamente de 1886 a 1888, a rede escolar atingiu o seu máximo, estabelecendo diferença marcante entre as escolas oficiais e particulares (Gráfico 4).

A limitação do orçamento para a educação não permitia ao governo a criação de mais escolas além das extremamente necessárias, mesmo porque a frequência a elas não justificaria a criação de muitas outras e só representariam ônus para a Província.

A precariedade do material escolar era assunto diversas vezes abordado por Inspectores e Presidentes, que tentavam encontrar o melhor meio para a solução do problema. Vários relatórios, entretanto, trazem relacionadas as solicitações ou recebimentos de material escolar, encomendados pelo governo aos comerciantes da Corte ou da Província de São Paulo, além de constarem diversas doações de exemplares próprios para as escolas e que eram remetidos para as do interior. Note-se que tais doações se acentuaram depois de 1880, com a visita do Imperador, que sempre demonstrou interesse pelo ensino.

Dentre as escolas criadas pelo governo, as do sexo masculino sempre superaram em número às do sexo feminino, haja vista a criação, geralmente em primeiro lugar, de escola para

meninos e depois de algum tempo, sendo necessário, para meninas (Gráfico 5).

Todavia, a dificuldade de se encontrar professores e professoras para lotarem escolas de um e outro sexo, levou o governo a criação de escolas promíscuas. Essas escolas, aos poucos foram aceitas pela comunidade paranaense, atingindo 114 escolas em 1886.

TABELA 3

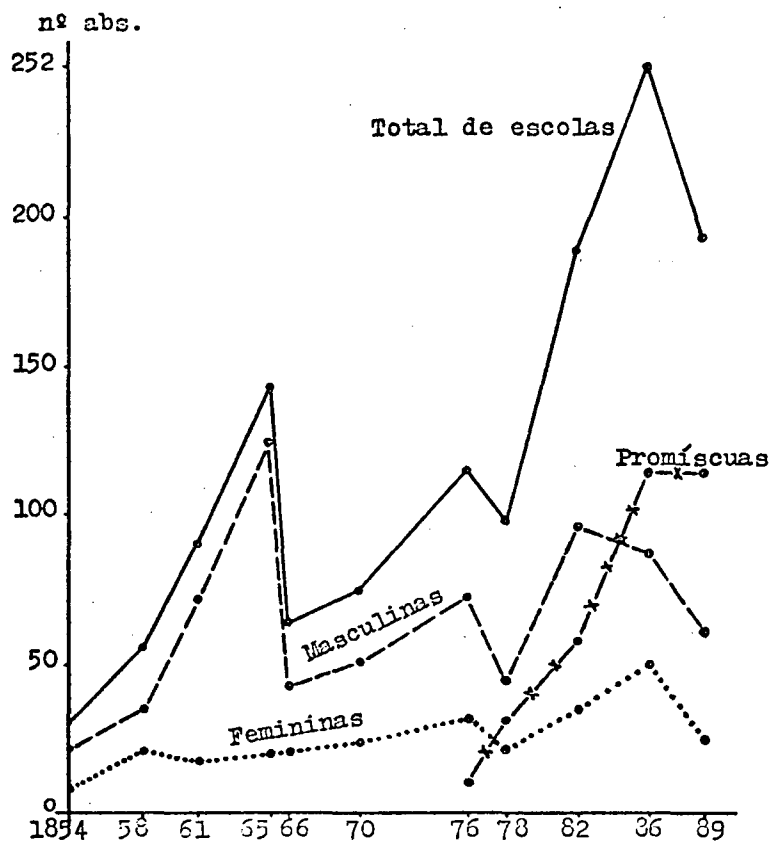
ESCOLAS PRIMÁRIAS MASCULINAS, FEMININAS E PROMÍSCUAS
NA PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1854-1889

Ano	Escolas			Total
	Masculinas	Femininas	Promíscuas	
1854	22	8	1	31
1858	35	21	-	56
1861	73	18	-	91
1865	124	19	-	143
1866	43	21	-	64
1870	51	24	-	75
1876	73	32	10	115
1878	45	22	31	98
1882	96	35	58	189
1886	88	50	114	252
1889	61	24	114	199

FORTE: PARANÁ. Presidentes, 1854-1889. Relatórios de Presidentes da Província do Paraná; Instrução Pública, 1859-1882. Relatórios de Inspetores Gerais da Instrução Pública da Província do Paraná; PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos e Regulamentos de 1890-1891.

GRÁFICO 5

ESCOLAS PRIMÁRIAS MASCULINAS, FEMININAS E
PROMÍSCUAS NA PROVÍNCIA DO PARANÁ,
1854-1889



FONTE: PARANÁ. Presidentes, 1854-1839. Relatórios de Presidentes da Província do Paraná; Instrução Pública, 1859-1832. Relatórios dos Inspectores Gerais da Instrução Pública da Província do Paraná; PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos e Regulamentos de 1890-1891.

Esse gráfico mostra a superioridade numérica das escolas masculinas em relação às femininas, característica tanto de escolas públicas como particulares.

No final da conjuntura, intensificou-se o número de escolas promiscuas que, nessa fase, superou quantitativamente as masculinas e femininas. Aquelas escolas promiscuas mantinham horários de aulas diferentes para um e outro sexo, evidenciando os costumes da época quanto ao distanciamento nas

relações sociais entre pessoas de sexos diferentes.

Outrossim, as escolas noturnas criadas pelo Governo aumentaram numericamente em 1882, fato esse ligado a interesses de caráter político, pois quatro anos mais tarde só existiam 4 delas.

Atribuir-se dificuldades do ensino e da criação de escolas somente aos escassos recursos financeiros da Província é, de certa maneira, temeroso, visto o conjunto de fatores que concorreram para dificultar a rápida expansão de rede escolar, dentre os quais os meios de comunicação, as vias de acesso à escola, a situação econômica das famílias, o desinteresse das camadas mais pobres da população pelo ensino, considerado inútil e supérfluo, e a falta de professores impedindo o provimento de todas as escolas.

5.2 AS ESCOLAS PARA IMIGRANTES

A política que conduziu a entrada de elementos estrangeiros no país deu-se por

... duas orientações e duas práticas imigratórias, (...), uma oficial quando o governo cria ainda núcleos coloniais estrangeiros, e a outra particular, mas estimulada por favores governamentais que visa a obtenção de trabalhadores agrícolas para as grandes fazendas.¹

Essas medidas, fruto da "carência da mão de obra para a agricultura de exportação e da necessidade de pequenos proprietários da lavoura de subsistência"², foram as que determinaram a entrada de novos elementos, em larga escala, e dentro de uma política orientada.

Inicialmente, o governo Imperial pretendia a entrada desses elementos para:

... resolver o problema da ocupação do solo, necessária a soberania nacional e à sua valorização econômica ...³

Com o Ato Adicional de 1834, alterava o governo Imperial a promoção dessa imigração que passou a ser de competência das Províncias, a quem cabia:

... promover e estimular em colaboração com o governo central o estabelecimento de colônias...⁴

¹ BALHANA. Imigração e colonização. In: EL-KATIB, org. História do ... Op. cit. p. 160.

² Ibid. p. 161.

³ Ibid. p. 157.

⁴ BALHANA. Imigração e colonização. In: EL-KATIB, org. História do ... Op. cit. p. 158.

A necessidade de ocupação efetiva do solo por meio de pequenas propriedades da lavoura de subsistência foi a política que orientou a corrente imigratória no Paraná, procurando o governo adaptá-la às necessidades da terra. Essa tomada de posição ocorreu quando da emancipação política. A Lei nº 29 de 21 de março de 1855 em seu art. 1º, estabelecia:

*Fica o governo autorizado a promover a imigração de estrangeiros para esta Província ...*⁵

Sob os auspícios do governo Imperial, instalaram-se às margens do Rio Negro os primeiros colonos alemães, que ali fundaram a primeira escola particular.

Desses colonos, alguns se transferiram, a partir de 1836, para as terras situadas nas proximidades de Curitiba. Aos poucos, outras famílias aí se estabeleceram como chacareiros e mesmo como carroceiros, dedicados ao plantio de produtos diversos e ao seu transporte, além da exploração do sabro, de pedreiras e terrenos arenosos.⁶

O espírito de solidariedade presente entre os colonos de origem germânica fez com que se organizassem em associações com finalidades sociais, recreativas e beneficentes.⁷ Aqueles que professavam a religião protestante evangélica fundaram em 1866, em Curitiba, a primeira Comuna Evangélica que, além do aspecto religioso, atendia também à educação das crianças. Outras escolas foram criadas e professores foram escolhidos entre aqueles com aptidões para ensinar, formando-se várias escolas mantidas pelos professores ou pelos grupos comunitários.

Em 1864, funcionava a escola de José Raschendorfer, que

⁵ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos da Província do Paraná. Curityba, Typ, Paranaense, 1855. t. 2, p. 18.

⁶ OS ALEMAËS nos Estados do Paraná ... Em comemoração ao 1º Centenário ... 1929. Op. cit. p. 69.

⁷ Ibid. p. 71.

também lecionava música. Em 1865, a de Johann Friedrich Gaertner que fundou a Comuna Evangélica, da qual foi Pastor e professor até seu falecimento, em 1869. Após a sua morte, o funcionamento da escola foi irregular e somente em 1872, com a vinda do Pastor August Boecker e o auxílio de sua esposa, foi que a escola voltou a funcionar regularmente.⁸ Como diretor da escola, esse Pastor contava com ajudantes contratados que, como ele, eram remunerados pela Comuna. Entretanto, essas remunerações muito exíguas provocavam, frequentemente, abandono dos cargos. Assim, apesar do funcionamento regular da escola, o Pastor enfrentava problemas quanto à contratação e permanência de professores.

A insuficiência de espaço na casa do Pastor, onde se instalara a escola, resultou na sua transferência para a Igreja, concluída em 1876, e na criação de escolas particulares, como as dos professores Schmidt, Aust, Offer, Kauschmann, Herzberg, Konikmann e sua filha e, principalmente, da professora Mathilde Meissner⁹, que exerceu por 20 anos o magistério em Curitiba, aposentando-se em 1893. A escola dessa professora foi fundada em 1874 e instalada no Alto de São Francisco, com 20 alunos, elevando-se em pouco tempo a 50. Suas irmãs, Georgina e Cecília, e sua sobrinha Emma, também colaboraram nessa ação educativa que, pelo constante aumento de alunos, forçou D. Mathilde a transferir, por várias vezes, a sede da escola.

A comunidade alemã católica, não dispoñdo de escolas, cogitava na separação da escola da Comuna Alemã da Igreja Evangélica para suas crianças poderem freqüentá-la. Em 1885, esse objetivo concretizou-se com a aprovação dos estatutos e eleição da primeira diretoria da escola, que passou a ser freqüentada por crianças da religião evangélica e católica, bem como de outras nacionalidades.¹⁰

⁸ OS ALEMAËS nos Estados do Paraná ... Em comemoração ao 1º Centenário ... 1929. Op. cit. p. 74.

⁹ Ibid. p. 74.

¹⁰ Ibid. p. 74-5.

O Pastor Boecker, apesar dessa separação, continuou a exercer o magistério, seguindo-lhe o Pastor Wilhelm Haarmann em 1886, e o Pastor Emil Schulze em 1891, dividindo-se então o curso em 6 classes, das quais 4 eram dirigidas por professores e 2 por professoras. Com uma frequência média de 360 alunos, o ensino que anteriormente se realizava em língua alemã passou a contar com a cadeira de português, e os trabalhos escolares eram fiscalizados por uma comissão que fazia parte da administração social da Comuna.¹¹

Desde sua fundação, a escola adotou programa segundo os moldes da instrução brasileira e alemã, respeitando determinações regulamentares estabelecidas pelo governo do Paraná.

Em 1887, constava entre as despesas provinciais com a Instrução Pública a quantia de 1.200\$000 destinada à Comuna Alemã.¹²

Esta subvenção foi incluída em orçamentos seguintes, fazendo parte, inclusive, do orçamento das despesas declaradas no Quadro do Pessoal da Instrução Pública, aprovado em 1890, e no de 1891.¹³

Ainda na condição de Comarca da Província de São Paulo, em 1847, instalaram-se no Paraná, no Município de Ivaí, imigrantes franceses, que fundaram a colônia Thereza sob a direção do Dr. João Maurício Faivre. Esse foi, em 1858, designado para sub-Inspector da Instrução Pública¹⁴, de acordo com o Regulamento do ensino de 1857, cabendo-lhe informar sobre o andamento das escolas de seu distrito e exigir dos

¹¹ OS ALEMAËS nos Estados do Paraná ... Em comemoração ao 1º Centenário ... 1929. Op. cit. p. 75.

¹² PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Decretos ... em 1886. Op. cit. p. 40.

¹³ Na obra "Os alemães nos Estados do Paraná e de Santa Catarina" consta esta subvenção sendo paga pelo Governo do Estado do Paraná, enquanto nos orçamentos de despesas do Paraná Província já figurava entre as despesas com a Instrução Pública em 1887.

¹⁴ MATTOS. Relatório ... em 7 de Janeiro de 1858. Op. cit. p. 28.

professores os mapas trimestrais para remetê-los ao Inspetor Geral.¹⁵ Nessa colônia havia, em 1857, uma escola de primeiras letras, frequentada por 32 meninos e regida pelo francês Félix Antônio Condamine, que recebia a gratificação de 240\$000 pelos cofres da Província. Para a escola de meninas, com 25 alunas, havia sido contratada D. Vitalina da Rosa que recebia a gratificação de 150\$000.¹⁶

Em 1852, no Município de Guaraqueçaba era fundada a colônia de Superagui, pelo suíço Charles Perret Gentil, sendo ali criada, em 28 de maio de 1861, uma cadeira de instrução primária para o sexo masculino.¹⁷ Em 1866, essa escola estava provida pelo professor João Francisco de Sant'Anna Neves e frequentada por 26 alunos¹⁸, mas foi extinta em 1869.

Em 1860 era fundada a colônia de Assungui, atual Cerro Azul, por imigrantes de diversas nacionalidades, sendo criada uma escola em 27 de maio de 1865, que seria provida por professor contratado pelo governo, com o ordenado anual de 300\$000.¹⁹

Em 1869, a colônia Argelina era fundada por franceses da Argélia e por outros imigrantes de nacionalidades diversas, criando-se uma escola promíscua de instrução primária em 1874. Nesse ano, era criada também uma escola promíscua no quarteirão do Pilarzinho para atender à colônia de mesmo

¹⁵ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1857. Op. cit. t. 4, p. 86-7.

¹⁶ MATTOS. Relatorio ... em 7 de Janeiro de 1858. Op. cit. p. 27-8.

¹⁷ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1861. Op. cit. t. 8, p. 8-9.

¹⁸ Quadro demonstrativo das cadeiras de instrução primária existentes na província, contendo o nome dos professores e numero dos alumnos matriculados no anno de 1866. Apresentado por SANTOS. Relatorio do Inspector Geral ... In: BURLAMAQUE. Relatorio ... no dia 15 de Março de 1867. Op. cit. Anexos.

¹⁹ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1865. Op. cit. t. 12, p. 3.

nome fundada em 1870, e a colônia Abranches, fundada em 1873²⁰, constituída por imigrantes poloneses, alemães e italianos.

No início da década de 70, 4 novas colônias foram criadas próximas a Curitiba e duas em Paranaguá. Foi, entretanto, na administração do Presidente Adolpho Lamenha Lins que se intensificou a criação de colônias próximas aos centros urbanos, num raio de dois, oito ou mais quilômetros.²¹ Foram fundadas, entre 1876 e 1878, colônias nas proximidades de Curitiba, Araucária, Morretes, Antonina, São José dos Pinhais, Campo Largo, Ponta Grossa, Palmeira, Lapa e Paranaguá.

O estado geral das colônias era relatado pelo Presidente Lamenha Lins, em 15 de Fevereiro de 1876, que abordava também a situação do ensino.²²

Na colônia de Assungui, relatava o Presidente, estavam sendo construídas duas escolas, uma para o sexo masculino e outra para o sexo feminino, além de uma no Turvo, toda de madeira, destinada a uma escola promiscua.

Na colônia de Superagui, o número de crianças se elevava a 200, fazendo-se necessária uma escola que, aliás, foi criada em 6 de abril daquele ano.

A colônia Argelina já contava com uma escola, criada em 1874, bem como a colônia Abranches, que estava servida com a escola da colônia do Pilarzinho. Nessas duas últimas, havia sido autorizada pelo governo Imperial a edificação de uma casa para escola e designado para regê-la o professor Franz Motzko, que até então dera aulas em sua residência.²³

A colônia Santa Cândida necessitava de uma escola para atender ao grande número de crianças, assim como as colônias

²⁰ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1874. Op. cit. t. 21, p. 57-8.

²¹ BALHANA. Imigração e colonização. In: EL-KATIB, org. História do ... Op. cit. p. 163-8.

²² LINS. Imigração e Colonização. In:—. Relatório... de 15 de Fevereiro de 1876. Op. cit. p. 77-105.

²³ LINS. Relatório ... de 15 de Fevereiro de 1876. Op. cit. p.88.

Orleans e Eufrasina. Nessa última e na Colônia Pereira foram criadas escolas promíscuas em 21 de março de 1874.

A colônia Orleans, considerada pelo Presidente Lamenha Lins como um dos modernos núcleos criados próximos à Capital, fora estabelecida em janeiro de 1876, tendo sido reservado um lote com uma casa, destinados à escola. Esse núcleo, constituído em sua maioria por imigrantes poloneses, teve sua escola provida em 9 de outubro²⁴ daquele ano pelo professor Jerônimo Dursky, que apresentava habilitações para o cargo, contando no final do ano com 31 alunos. Foi essa a primeira escola oficial para crianças polonesas no Brasil.²⁵ Denominado pela colônia polonesa no Brasil de "pai das escolas polonesas", aquele professor lecionou em outras localidades como Curitiba, Campo Largo, Portão, Campo Comprido, Ferraria, São Luiz do Purunã e Palmeira. Nomeado professor de escola pública, dedicou-se ao ensino da língua portuguesa e também da língua polonesa. Foi dele a iniciativa de escrever o "Manual para as Escolas Polonesas no Brasil", em 1891, de características didáticas e bilingue, para facilitar o aprendizado dos alunos e auxiliar os professores nas aulas. Abordando os métodos silábico e fonético, a obra encerrava noções elementares de língua portuguesa, acessível tanto aos adultos como às crianças polonesas.²⁶

Como ele, outros professores poloneses estavam presentes: Franz Motzko, Lourenço Gradowski, Walenty Stawiski, que ensinavam as línguas portuguesa e polonesa.

As dificuldades em encontrar professores poloneses formados e a falta de auxílio do governo levaram as comunidades

²⁴ WACHOWICZ, Ruy Christovam. As escolas da colonização polonesa no Brasil. Anais da Comunidade Brasileiro Polonesa, Curitiba, 2:20-3, 1970. Entre seus inúmeros alunos, destacaram-se Clotário Portugal, Caetano Munhoz da Rocha e o historiador paranaense Romário Martins.

²⁵ LINS. Relatorio ... de 15 de Fevereiro de 1876. Op. cit. p. 85.

²⁶ WACHOWICZ. As escolas da colonização ... Anais da Comunidade ... Op. cit. p. 22-4.

polonesas a instituírem a Escola-Sociedade, em que seus membros escolhiam entre os elementos da comunidade aquele que apresentasse alguns requisitos para as funções de professor, tais como desembaraço, capacidade, saber ler e escrever satisfatoriamente. Assim, alguns colonos, rudes homens do campo tornavam-se pedagogos improvisados.²⁷

Os professores escolhidos pela Sociedade eram remunerados por meio de uma pequena taxa paga pelos pais por aluno que frequentasse a escola. A taxa variava de um a dois mil réis ao mês, conforme o costume de cada colônia, sendo que em algumas era pago em espécie ou mesmo pelo trabalho, no plantio de um ou outro cereal para o professor.²⁸

A tenacidade e o ideal demonstrados por alguns professores não eram, porém, regra geral entre todos que, como tantos outros professores paranaenses, também viam no magistério uma segunda opção profissional. A oscilação mensal dos salários, devido à irregularidade da frequência dos alunos, não estimulava a permanência no magistério, sendo muitos os que procuravam outro emprego mais compensador.²⁹

A deficiência no quadro do magistério público paranaense, tanto em número como em capacidade profissional, refletia-se nas escolas das colônias que, muitas vezes, escolhiam seu professor sem que esse recebesse auxílio ou garantia funcional do governo.

Muitas vezes, a morosidade na criação de escolas oficiais, devido à falta de elemento competente para ensinar, fazia algumas colônias ficarem sem escolas, como o caso da colônia Alexandra, constituída de imigrantes italianos.

As dificuldades no setor do ensino não eram particulares a essas colônias, mas também a muitas localidades da Província, onde às vezes faltavam escola e professor.

²⁷ WACHOWICZ. As escolas da colonização ... Anais da Comunidade ... Op. cit. p. 21,24.

²⁸ Ibid. p. 25.

²⁹ Ibid. p. 25-6.

Inicialmente, algumas colônias ficavam sob a tutela do governo e se tornavam autônomas à proporção que os colonos se fixavam nas novas terras.

A morosidade na criação de escolas públicas devia-se à espera dessa fixação, além de contribuir para a existência de escolas mantidas pelas comunidades, o que dispensava o governo, central ou provincial, de maiores compromissos em termos de ensino. O empenho do governo para a disseminação do ensino era, porém, evidente, mas dificultado pelos inúmeros problemas que envolviam o setor. A preocupação com as colônias dizia respeito não só ao ensino mas principalmente às condições econômicas que iriam garantir maior ou menor prosperidade aos núcleos de imigrantes.

O Presidente Lamenha Lins, no relatório de 1877, descrevia a situação das colônias, destacando a prosperidade daquelas localizadas nas cercanias de Curitiba, como Argelina, S. Venâncio, Abranches, Pilarzinho, Santa Cândida, Orleans, S. Pedro, D. Augusto, Tomaz Coelho, Lamenha, Santo Ignacio e Rivière.³⁰ Fazia referências também à colônia militar de Jataí, composta de 330 habitantes, onde funcionava uma escola para meninos, frequentada por 39 alunos, e outra para meninas que ainda não contava com professores.³¹

Em 1878, o Presidente Joaquim Bento de Oliveira assinalava a existência de cinco colônias providas de escolas promiscuas: a de Orleans, com matrícula de 45 alunos, mas frequentada por apenas 9 alunos; a de S. Venâncio, com 25 alunos matriculados, frequentada por 21 alunos; a de Santa Cândida, com matrícula e frequência de 41 alunos; a de Abranches, ainda sem professor, e a de S. Jerônimo, provida e com alunos sobre os quais não se encontrou dados.³²

³⁰ LINS. Relatório ... no dia 15 de Fevereiro de 1877...
Op. cit. p. 82.

³¹ Ibid. p. 103.

³² OLIVEIRA Junior. Relatório ... em 7 de Fevereiro de 1878. Op. cit. p. 34-5.

Novos núcleos coloniais haviam sido fundados, em 1877, em Morretes e Antonina e, em 1878, eram fundados em Curitiba os de Santa Felicidade, Dantas e Alfredo Chaves.³³

A colônia de Santa Felicidade, constituída por italianos provenientes do Vêneto, apresentava-se socialmente homogênea. Composta de pequenos agricultores, guardavam suas tradições, hábitos e costumes.³⁴ A educação informal fazia-se na família, cabendo à mãe educar os filhos enquanto crianças e, ao pai, exercitá-los nos trabalhos ao atingirem a idade adequada. A educação formal concretizou-se por meio da subvenção de 360\$000 ao professor Francisco Zardo³⁵, em 1889 e, no ano seguinte, pelo contrato de 480\$000 da professora Maria Leocádia A. de Siqueira para reger uma escola promíscua.³⁶

O funcionamento irregular dessas escolas resultou, em 1899, na solicitação dos colonos às Irmãs do Sagrado Coração de Jesus, por intermédio do Vigário, para instalarem na colônia um colégio de primeira letras. Todavia, em 1912 o governo estadual criava novamente uma escola pública na colônia.³⁷

Outros núcleos de colonos italianos da Capelania Curada Italiana também foram beneficiados no setor do ensino pela instalação de escolas públicas, em 1889, regidas por professoras subvencionadas.³⁸

Os núcleos constituídos aos poucos foram atendidos pelo

³³ BALHANA. Imigração e colonização. Colônias estabelecidas no Paraná. In: EL-KATIB, org. História do ... Op. cit. p. 165.

³⁴ BALHANA, Altiva Pilatti. Santa Felicidade, um processo de assimilação. Curitiba, João Haupt, 1958. p. 139-43.

³⁵ THESOURO do Estado. Relação dos professores nomeados ... In: Ofício de 26 de novembro de 1889 ao Secretário do Estado do Paraná. OFFICIOS, 1889. Op. cit. 17:108-9.

³⁶ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos e Regulamentos de 1890-1891. Op. cit. p.73.

³⁷ BALHANA. Santa Felicidade, ... Op. cit. p. 144.

³⁸ COLLACHINI, Pedro. Ofício em 21 de novembro de 1889 ao Secretário do Estado do Paraná. OFFICIOS, 1889. 18:117.

governo com a criação de escolas, havendo em 1882, segundo o Inspetor Geral, Dr. Moysés Marcondes, escolas em diversas colônias classificadas como escolas de 1ª entrância.³⁹

No mapa das escolas públicas da Província de 1882 (Anexo 29), constavam a presença de escolas nas seguintes colônias: Argelina, com uma escola promiscua regida por D. Anna Ferreira da Costa, freqüentada por 15 alunos e 19 alunas; Alfredo Chaves, com uma escola promiscua regida por Antônio José de Souza Guimarães; Pilarzinho, com escola promiscua regida por D. Maria do Céu Taborda Munhoz, freqüentada por 11 alunos e 13 alunas; São Venâncio, com uma escola promiscua regida por Augusto Hecker, freqüentada por 11 alunos e 12 alunas; Santa Cândida, com escola para meninos regida por José de Souza Guimarães e Abranches e Alves de Araújo, com uma escola regida por Nicolao Maisoki.

As escolas das colônias Argelina, Alfredo Chaves e Pilarzinho eram de 1ª entrância, enquanto as escolas de São Venâncio, Santa Cândida, Abranches e Alves de Araújo eram subvencionadas.

Nos demais municípios constava a existência de escolas nas colônias do Novo Tyrol, Ambrósios, Papagaios Novos, Itaiacoca, Ipiranga, Aldeamento de São Pedro de Alcântara, São Lourenço, Eufrasina, Superagui, Itaquí e outras, todas elas de 1ª entrância.

O governo provincial nem sempre pôde atender, no setor do ensino, a todos os núcleos e colônias que se formaram no Paraná. Alguns permaneceram desprovidos de escolas públicas, motivo pelo qual as autoridades estabeleciam subvenções a professores particulares na tentativa de remediar essa situação.

No ano de 1886, o Presidente Taunay concedia a subvenção de 400\$000 aos professores: Eduvirges Stier, da colônia Santa Cândida; Ludovico Urbanik, do núcleo Nova Orleans; Miguel Sblewski, do Rivièrre; José Koennuy, da D. Augusta; Mi-

³⁹ MARCONDES. Relatorio ... do Director Geral da Ins-
ção Publica ... 1882. Op. cit. p. 19.

guel Kaunizinki, da Ferraria; Simão Grabowski, da Lamenha e Paulo Alewski, de Abranches.⁴⁰

Outros professores particulares de origem estrangeira também receberam subvenções que variavam de 30\$000 a 20\$000 mensais. Era a forma de prover as escolas de colônias e núcleos coloniais com professores, sem maiores compromissos do Governo.

A colonização do Paraná, financiada pelo governo, extinguiu-se em 1880, sendo reativada em 1885 por meio da iniciativa privada, conforme recomendação do Ministro da Agricultura, em circular de 27 de junho de 1884.⁴¹

Novas colônias formaram-se em diversos municípios do Paraná entre 1885 e 1889, e também na conjuntura republicana, sendo fundadas nas imediações de Curitiba quatro novas colônias de imigrantes italianos e poloneses.

Em quase todas essas colônias funcionavam escolas de 1ª entrância, ou contratadas, conforme o quadro do magistério de 1890 (Anexo 33).

A vinda desses grupos de imigrantes, localizando-se junto aos centros urbanos, provocou maior movimentação na vida econômica dos municípios e influenciou no aumento de suas populações.

O aumento no contingente populacional da Província refletiu-se no setor do ensino a partir de 1870 e, acentuadamente, de 1876, pela ampliação da rede escolar, quadro do magistério e população escolarizada. Tanto é assim que, depois de 1870, houve aumento acentuado de localidades com escolas, entre as quais estavam diversas colônias.

A influência exercida pelo imigrante no setor do ensino diria respeito, em primeiro lugar, ao aumento do contingente populacional escolar, determinando a ampliação da rede escolar e do quadro do magistério público, por meio dos quais

⁴⁰ TAUNAY. Exposição ... a 3 de Maio de 1886. Op. cit. p. 18.

⁴¹ BALHANA. Imigração e colonização. In: EL-KATIB, org. História do ... Op. cit. p. 180.

o governo procurou atender à população escolarizável das novas colônias, que se somava àquela existente. Em segundo lugar, havia o estudo das línguas alemã, francesa e inglesa, realizado em aulas particulares ou avulsas de nível secundário, do governo. Contudo, o que poderia ser considerado como influência propriamente dita era fruto do currículo adotado, composto de disciplinas humanísticas, em que a aprendizagem de línguas assumia papel importante, visto que as melhores obras literárias eram importadas e escritas na língua de origem. Tornava-se comum, entre pessoas de recursos, o conhecimento de línguas permitindo-lhes, muitas vezes, ensinar particularmente ou mesmo sob nomeação do governo.

O grande apreço pelos sistemas de ensino prussiano, francês e inglês, notadamente os dois primeiros, reforçavam a admiração por esses países em que o desenvolvimento estava marcado pela organização de suas escolas primárias. Daí a preocupação do governo provincial em ampliar o currículo da escola primária, introduzindo as disciplinas de ciências físicas e naturais e sugerindo o método de observação para o ensino tradicional, desprovido de técnicas mais modernas.

O aproveitamento de elementos estrangeiros estava previsto no Regulamento de 1857⁴², autorizando o governo a contratar professores estrangeiros que tivessem habilitações para o magistério, o que era reiterado no Regulamento de 1876.⁴³

Dessa forma, o Governo abria perspectivas de trabalho no magistério e demonstrava a receptividade com que eram tratados os imigrantes no Paraná.

A participação do imigrante no processo de ensino favoreceu o intercâmbio cultural e o relacionamento social, integrando esses grupos, aos poucos, à comunidade paranaense.

⁴² PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1857. Op. cit. t. 4, p. 75.

⁴³ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1876. Op. cit. t. 23, p. 16. Art. 90.

5.3 TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO NO SETOR DO ENSINO PRIMÁRIO

A legislação de ensino em vigor em 1854 considerava facultativo o envio de crianças à escola, constituindo uma das razões do baixo índice da frequência escolas. Medidas severas foram sugeridas pelo Presidente Zacarias, a fim de tornar obrigatório o ensino.

Nos países que pregam a civilização do povo, e vêm nas escolas a origem delas, aprender as matérias de ensino primário é mais que um direito, é uma rigorosa obrigação, imposta a todos, sob certas penas. Assim o deveis considerar e dispor na legislação da nova Província.¹

Da mesma forma expressou-se o professor João Baptista Brandão de Proença quando incumbido pelo Presidente para apresentar suas idéias a respeito do ensino primário na Província, ressaltando a necessidade do ensino obrigatório no Brasil e na Província, à exemplo da Alemanha, Bélgica e outros países da Europa. Essa obrigatoriedade diria respeito às crianças com idade acima de 7 anos, salvo aquelas cujos responsáveis pudessém proporcionar instrução intelectual e religiosa em suas casas ou em aulas particulares legalmente autorizadas.²

A Lei paulista, citava o Presidente, mandava suprimir as escolas frequentadas por menos de 12 alunos, devendo-se, por isso, adotar o sistema utilizado em países da Europa que subsidiavam professores particulares para ensinar gratuitamente aos alunos pobres.³ Essa seria uma alternativa para

¹VASCONCELLOS. Relatorio ... de 15 de Julho de 1854...
Op. cit. p. 16.

²PROENÇA. Ofício de 14 de junho de 1854 ... Op. cit.
OFFICIOS, 1854. 4:386. [Verso da página].

³VASCONCELLOS. Relatorio ... de 15 de Julho de 1854 ...
Op. cit. p. 18.

proporcionar o ensino nas localidades em que as escolas tivessem sido suprimidas.

A liberdade de ensino outorgada pelo Ato Adicional propiciara o surgimento de maior número de escolas particulares em outras Províncias, atendendo a parcelas significativas da população escolar, enquanto no Paraná, nas poucas escolas existentes, o índice de alunos era reduzido, sendo mais elevado nas escolas mantidas pelo Governo.

As 25 escolas públicas em funcionamento em 1854 eram freqüentadas por 617 alunos e as três particulares por 81 alunos, com a freqüência média, nos 28 estabelecimentos, de 26 alunos por aula⁴ (Anexo 1).

As duas cidades mais importantes, Curitiba e Paranaguá, apresentavam o contingente escolar mais elevado da Província. Curitiba, em 1854, contava com uma população escolarizada de 117 alunos freqüentando 3 aulas públicas, enquanto Paranaguá contava com 249 freqüentando 4 aulas públicas e 2 particulares. Em média, a freqüência escolar em Curitiba era de 39 alunos por aula e em Paranaguá, 50 alunos por aula.

⁴COLIN. Relação das cadeiras ... In: DOCUMENTOS a que se refere o relatório ... em 15 de Julho de 1854. Anexo Nº1.

TABELA 9

DESENVOLVIMENTO ESCOLAR NO NÍVEL PRIMÁRIO DA PROVEDORA DO PARANÁ

	1954							1958							1964							1970							1976							1982						
	Escol.	Part.	Matr.	Part.	Matr.	Part.	Total	Escol.	Part.	Matr.	Part.	Matr.	Part.	Total	Escol.	Part.	Matr.	Part.	Matr.	Part.	Total	Escol.	Part.	Matr.	Part.	Matr.	Part.	Total	Escol.	Part.	Matr.	Part.	Matr.	Part.	Total							
1 Curitiba	24	24	24				117	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70						
2 Curitiba																																										
3 Curitiba																																										
4 Curitiba																																										
5 Curitiba																																										
6 Curitiba																																										
7 Curitiba																																										
8 Curitiba																																										
9 Curitiba																																										
10 Curitiba																																										
11 Curitiba																																										
12 Curitiba																																										
13 Curitiba																																										
14 Curitiba																																										
15 Curitiba																																										
16 Curitiba																																										
17 Curitiba																																										
18 Curitiba																																										
19 Curitiba																																										
20 Curitiba																																										
21 Curitiba																																										
22 Curitiba																																										
23 Curitiba																																										
24 Curitiba																																										
25 Curitiba																																										
26 Curitiba																																										
27 Curitiba																																										
28 Curitiba																																										
29 Curitiba																																										
30 Curitiba																																										
Escolas em funcionamento	30	30	30				139	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90							
Escolas em projeto																																										
Total	30	30	30				139	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90							

Fonte: Dados. Paranaíba, 1954-1982. Relatório do Provedor da Provedora do Paraná, Instrução Pública, 1954-1982. Relatório do Departamento de Instrução Pública da Provedora do Paraná.

Abreviaturas: P. = Diretor Público; P. = Diretor Particular; M. = Matrícula; P. = Párcia; P. = Promovido; M. = Matrícula; P. = Párcia; P. = Promovido; M. = Matrícula; P. = Párcia; P. = Promovido.

O índice de escolaridade em Curitiba era de 1,7%, considerando sua população de 6.791 habitantes e a escolarizada de 117 alunos, enquanto em Paranaguá era de 3,8%, com uma população de 6.533 habitantes e 249 alunos.

Composta a população da Província de 62.258 habitantes⁵ (Anexo 2), a população escolarizável estava na razão de 1/7, correspondente a 8.894 crianças. No entanto, a população escolarizada era de 698 alunos, ou seja 7,8% de crianças freqüentavam escolas, permanecendo, portanto, a maioria afastada do sistema escolar. Em relação à população geral, a escolarizada correspondia a 1,1%. Dessa forma, o índice de crianças freqüentando escolas era extremamente baixo.⁶ Do pequeno contingente que freqüentava aulas, 36% correspondia à população escolarizada de Paranaguá e 17% de Curitiba.

A admissão de alunos não obedecia a nenhum critério estabelecido, porquanto as escolas de Tibagi⁷ e Guaraqueçaba⁸ congregavam alunos com idade superior a 16 anos. O fator idade não era obstáculo à matrícula e à freqüência de alunos com vista à alfabetização, sem correlação rígida entre classe escolar e idade. Pode-se atribuir a entrada tardia de crianças

⁵ FERNANDES Junior. Mappa Estatístico do Paraná. In: DOCUMENTOS a que se refere o relatório ... de 15 de Julho de 1854. Op. cit. Anexo.

⁶ Para o cálculo da população escolarizável foram tomados os cálculos constantes no relatório do Presidente Burlamaque, em 15 de março de 1867, à página 25.

Mesmo se fazendo os cálculos em relação à população geral livre, com 52.069 habitantes, a população escolarizada atingia 1,3% de crianças freqüentando escolas.

⁷ RIBEIRO, Eduardo Baptista. Relação dos Alumnos que frequentão a Aula Nacional de 1^{as} letras da Freguesia de Tibagy desde 30 de Dezembro de 1853, the 30 de Março de 1854. In: RIBAS, Francisco de Paula Fesv. Ofício de 20 de Junho de 1854 ao Presidente da Província. OFFICIOS, 1854. 4:365.

⁸ COSTA, Antonio Ferreira. Relação trimensal dos Alumnos da Escola de primeiras letras da Capella Curada de Guaraqueçaba em 31 de Dezembro de 1853. In: GUIMARÃES, Manoel Antonio. Ofício de 4 de Fevereiro de 1854 ao Presidente da Província. OFFICIOS, 1854. 2:168.

no sistema escolar, entre outras razões, à origem sócio-profissional dos pais.

A saída do sistema escolar, expressa modernamente pelo termo evasão escolar, também ocorria por várias razões, inclusive aquelas ligadas à manutenção familiar ou mesmo pelas dificuldades de comunicação e locomoção que impediam ou dificultavam o acesso à escola.

Os problemas que envolviam direta ou indiretamente o setor do ensino repercutiam no índice da frequência, o que se tentou solucionar legalmente tornando-a obrigatória. Esta seria uma das medidas que ajudaria a elevar esse índice, porém impossibilitada de cumprimento por parte do governo, sem condições de prover maior número de escolas e de recrutar professores, além de sua situação econômica e a das famílias não ser favorável.

Aliado ao fator idade, o nível de escolaridade também variava, evidenciando a heterogeneidade do grupo, e os ensinamentos eram ministrados consoante o estágio de adiantamento adquirido pelo aluno nas diversas disciplinas.⁹

Decorridos cinco anos de emancipação da Província, o governo conseguira estruturar o setor do ensino que já contava com regulamento e instruções específicas para o andamento das aulas. A expansão da rede escolar e do quadro do magistério possibilitou a elevação da frequência em 45% em relação à de 1854, visto em 1858 o total de alunos ser de 1552.¹⁰

A rede escolar que inicialmente se concentrava na região litorânea, foi distendida para o planalto, atingindo outras localidades que contavam com número de habitantes mais elevado.

Curitiba e Paranaguá congregavam maior número de alunos, contando a primeira com 259 e a segunda com 338. No

⁹COSTA. Relação trimensal dos Alumnos ... de Guaraquecaba em 31 de Dezembro de 1853. In: GUIMARÃES. Ofício de 4 de Junho de 1854 ... Op. cit. OFFICIOS, 1854. 2:167-8.

¹⁰MOTA. Relatorio que ... apresenta o ... Inspector Geral da Instrucção Publica ... 1859. Op. cit. p. 44.

interior dos Municípios começavam a surgir escolas, havendo uma no interior de Curitiba com 24 alunos e duas no de Ponta Grossa, com 64, constatando-se que o cumprimento da exigência da lei da obrigatoriedade ligava-se, em parte, à oportunização do ensino.

As escolas públicas contavam com 1.325 alunos e as particulares com 227 (Anexo 5), freqüentando 49 estabelecimentos dos 56 existentes, cuja freqüência média estava na razão de 32 alunos por aula. Essa média não era, porém, a ideal, visto o Regulamento estabelecer o mínimo de 40 alunos para abertura de escolas, verificando-se grande parte com número inferior a esse, das quais registrava-se maior incidência naquelas para os meninos.

As 12 escolas particulares, freqüentadas por 227 alunos, não apresentavam melhor estimativa, correspondendo, em média, a 18 alunos por estabelecimento. A ampliação do raio de ação do ensino por essas escolas efetuava-se junto às localidades de maiores rendas, nas quais também eram instaladas escolas públicas. A sua finalidade era de oferecer ensino regular a complementação educativa, que incluía música, línguas estrangeiras, comportamento social, principalmente nas poucas escolas para meninas, em centros maiores.

Contando a população geral da Província com 84.355 habitantes¹¹ e a população escolarizada com 1.552 alunos, havia 1,8% freqüentando aulas, enquanto em relação à população escolarizável, com 14.059 crianças¹², havia 11,0% participando do sistema escolar.

O crescimento da população geral e daquela escolarizável não era, todavia, acompanhado por aquele da população escolarizada, que estava em proporção bem inferior.

¹¹ MOTA. Relatorio que ... apresenta o ... Inspector Geral da Instrução Publica ... 1859. Op. cit. p. 37.

¹² Ibid. p. 37.

Em 1861, a rede escolar, composta de 89 escolas¹³, apresentava-se aumentada em relação ao ano de 1858, contando com a frequência média de 24 alunos por aula (Anexo 9). No entanto, essa média não retratava a realidade escolar, de vez que o maior índice de escolaridade verificava-se na rede oficial, com 1.583 alunos, frequentando 39 escolas, o que correspondia, em média, a 40 alunos por aula, enquanto as 45 particulares frequentadas por 406 alunos, tinham, em média, apenas 9 alunos. Dessas escolas, algumas apresentavam índice de frequência superior à média em relação a muitas escolas com números inferiores.

O maior número de alunos concentrava-se em Paranaquá, com 357, e em Curitiba, com 312 alunos. Embora se pretendesse dar a Curitiba maior destaque no setor do ensino, Paranaquá era ainda a detentora dos maiores índices de frequência, seguida de Castro, Lapa, Antonina e Morretes.

A taxa de escolaridade na Província era assegurada pelo elemento masculino, com 1.468 alunos para 521 alunas, tanto nas escolas públicas como particulares, nessas últimas havendo uma diferença de 393 meninos para 13 meninas.

A população escolarizada, com 1.989 alunos em relação à população geral com 97.177 habitantes¹⁴, correspondia a 2,0% de crianças frequentando aulas, enquanto em relação àquela escolarizável, que era 1/7 da geral, com 13.882 crianças, correspondia a 14,2% dessa população infantil participando do sistema escolar. Permaneciam afastadas do sistema 11.893 crianças, às quais o governo se empenhava em estender o ensino, sem grande êxito, em face da falta de compreensão da população que se encontrava disseminada pela Província.

Considerando a população escolarizada no ano de 1858

¹³ RIBAS. Relatório do Inspector Geral da Instrução Pública. In: NOGUEIRA. Relatório ... no dia 15 de Fevereiro de 1862. Op. cit. p. 26-54.

¹⁴ A população geral aproximada, pelo cálculo da média aritmética da população geral de 1858, com 84.355 habitantes, e de 1866, com 110.000 habitantes, conforme indicam os respectivos Relatórios.

em relação àquela de 1861, verifica-se o aumento de 3,3%, numa proporção de aumento médio anual de 1,1%. A taxa de escolaridade do elemento masculina garantia a elevação do contingente escolarizado, o que se acentuaria nos anos seguintes, havendo, em 1865, 1.939 meninos para 491 meninas, dos quais 898 eram alunos de escolas particulares, frequentando, todos eles, 135 estabelecimentos.¹⁵ Esses índices, porém, referiam-se às matrículas e não correspondiam plenamente à frequência diária e oscilante dos alunos.

O Presidente Fleury calculava, nesse ano, que a frequência de 24 alunos em média, em 34 escolas públicas, atenderia à fração da população, correspondente àquela, escolarizável por localidade, possibilitando estender o raio de ação do ensino às 20 freguesias que integravam a Província.¹⁶

Com a população geral de aproximadamente de 110.000 habitantes¹⁷ e a escolarizada de 2.430 alunos, frequentavam as aulas 2,2% da população geral, correspondendo à frequência média de 18 alunos por aula. A população escolarizável, correspondendo a 1/7 da geral, contava aproximadamente com 15.714 crianças em idade escolar, das quais 15,5% frequentavam aulas. Permaneciam afastadas do sistema 13.284 crianças, sem condições de frequentar escolas públicas e, menos ainda, particulares. Em relação à população escolarizável de 1854, elevava-se o nível de escolaridade em 5,6%, sem entretanto atender faixa maior da população infantil que ainda se encontrava sem meios de frequentar escolas.

O aumento do índice de frequência, a partir de 1860, ocorreu por várias razões, dentre elas a computação do número de matrículas em vez das frequências para as escolas públicas

¹⁵ FLEURY. Relatorio ... á 15 de Fevereiro de 1866 ...
Op. cit. p. 24-7.

¹⁶ Ibid. p. 24.

¹⁷ A população geral obtida em SANTOS. Relatorio do Inspector Geral da Instrucção Publica. In: BURLAMAQUE. Relatorio ... no dia 15 de Março de 1867 ... Op. cit. p. 26.

e o levantamento do maior número possível de alunos de escolas e aulas particulares, existentes em diversas localidades da Província. Computando-se 89 escolas particulares, frequentadas por 898 alunos, verificava-se a frequência média de 10 alunos por aula, o que não retrata a realidade escolar da época, uma vez que algumas apresentavam índice de frequência superior a essa média, enquanto outras ficavam aquém do mínimo de 5 e 6 alunos.

Conforme observara o Presidente Fleury em relação às escolas públicas, a exigência de ao menos 24 alunos por aula parecia razoável, valendo-se disso para exigir maior cumprimento das obrigações pelos Inspectores Paroquiais quanto à execução da obrigatoriedade do ensino que o Regulamento de 1857 impusera, e não fora observada.

Em 1866, outras determinações quanto à frequência foram estabelecidas, exigindo-se ao menos 10 alunos nas escolas de povoados e bairros.¹⁸ Essa, entre outras razões, não justificava as licenças concedidas pela Inspeção a professores particulares com reduzido número de alunos que nem, ao menos, eram preparados para os exames finais. A eliminação dessas aulas nas relações de escolas repercutiu no contingente escolarizado de 1866, com 1.891 alunos, considerando que aquele de escolas particulares reduzira-se de 898 para 249. A diferença de 649 alunos correspondia a 72 escolas não referenciadas, equivalendo à frequência média de 9 alunos por aula. Embora não fosse frequência média muito elevada, influiu na estatística escolar, reduzindo o total do número de alunos.

Ficava, portanto, o governo com maior responsabilidade, pois, tratando-se de população de modo geral sem recursos financeiros e dependente do trabalho rural para sobreviver, não apresentava condições para proporcionar às crianças ensinamentos particulares. Essas aulas, mesmo existindo em pequenas localidades, destinavam-se a alunos com maiores recursos, enquanto as demais permaneciam aguardando a criação de

¹⁸ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1866. Op. cit. t. 13, p. 46.

escolas pelo governo.

O mínimo de freqüência estabelecido, em 1866, repercutiu na taxa de escolaridade, em virtude do registro do número de matrículas, procedimento, aliás, que vinha sendo adotado pela Inspetoria e que figurava nos mapas anuais, preferentemente os números que garantissem taxa de escolaridade mais elevada para a Província, bem como evidenciassem, à primeira vista, o trabalho desenvolvido pelos funcionários dessa repartição junto às escolas quando da apresentação do relatório anual do Inspetor Geral.

Nesse ano, a rede escolar se apresentava constituída por 47 escolas públicas, com uma freqüência de 1.642 alunos, e apenas 17 escolas particulares, freqüentadas por 249 alunos¹⁹ (Anexos 11 e 12). O número de alunos, embora menor que o do ano anterior, não chegava a ser tão reduzido quanto o das particulares, que deixara de indicar a freqüência de 72 escolas, ou aulas. Nelas se incluíam, possivelmente, as de Curitiba e de outras localidades, devido, em parte, à falta de informações junto à Inspetoria ou à hipótese da suspensão de licenças, obtida sem a prévia verificação da capacidade profissional dos professores, ou índice de freqüência sumamente reduzido de algumas escolas, além da probabilidade de não estarem atendendo às determinações regulamentares, porquanto na relação das escolas desse ano constavam as de Assungui e de Ponta Grossa freqüentadas por 4 e 3 alunos respectivamente.

A população escolarizada, com 1.891 alunos em relação à população geral, com 110.000 habitantes²⁰, correspondia a 1,7% de crianças freqüentando aulas, na proporção de 25 alunos por estabelecimento. A população escolarizável, com 15.714

¹⁹ SANTOS. Relatório do Inspector Geral da Instrução Pública. In: BURLAMAQUE. Relatório ... no dia 15 de Março de 1867 ... Op. cit. p. 11.

²⁰ Ibid. p. 26.

crianças em relação à população geral contava com 12,0% de crianças freqüentando escolas, das quais, 13.823 crianças permaneciam sem receber instrução. Elevara-se em 2,6% a população escolarizada em relação àquela de 1854, evidenciando aumento muito reduzido em vista dos 12 anos decorridos.

Curitiba, nesse mesmo ano, contava com a população escolarizada de 225 alunos, freqüentando 4 aulas públicas²¹, às quais correspondia à freqüência média de 56 alunos por aula, enquanto Paranaguá, com 373 alunos freqüentando 8 escolas, contava com a freqüência média de 47 alunos por escolas. Curitiba com 61 alunos por escola pública, dava a impressão de ter freqüência média superior a das escolas públicas de Paranaguá que contava com 307 alunos freqüentando 5 estabelecimentos públicos.

A falta de indicação de escolas particulares em Curitiba repercutiu na sua população escolarizada, visto constar somente o número de alunos de escolas públicas, demonstrando assim que os alunos daquelas escolas não se transferiram para os estabelecimentos públicos, salvo alguns alunos que possivelmente tenham prosseguido os estudos em Paranaguá ou mesmo em outras Províncias como, aliás, era costume nas famílias mais abastadas. Necessitava-se de escolas particulares para atrair essa clientela, donde os incentivos do governo, voltados principalmente para a instalação de escolas na Capital. Curitiba com 14.125 habitantes²² e com uma população escolarizada de 225 alunos, contava com 1,6% da sua população freqüentando escolas, índice esse, que permanecia praticamente

²¹ Não há informações de escolas particulares em Curitiba, nesse ano. A freqüente falta de informações desses estabelecimentos junto à Inspetoria permite levantar a hipótese do funcionamento de alguma aula sem o conhecimento oficial dessa repartição como, por exemplo, as escolas comunitárias estrangeiras.

²² MURICI, José Candido da Silva et alii. Descrição Geral da Provincia do Paraná. In: BURLAMAQUE, Polidoro Cezar. Relatório que ... apresentou ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Augusto Ferraz de Abreu por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Paraná. Curitiba, Typographia de Candido Martins, 1867. p. 3.

inalterado desde 1854. A superioridade no índice de alunos de Paranaguá justificava-se pelo seu desenvolvimento econômico, caracterizado por atividades portuárias e comerciais que atraíam e congregavam maior número de habitantes.

Em 1870, o Paraná contava com 59 estabelecimentos²³, um dos quais, o do professor Jacob Muller, particular e subvencionado pelo governo, estava em funcionamento desde 1868²⁴, juntamente com mais 19 estabelecimentos particulares que acusavam a freqüência de 361 alunos, entre os quais 50 daquele colégio. Esse número somado àqueles de escolas públicas perfaziam o total de 1.753 alunos em relação a 1.442 alunos das escolas públicas e do colégio que se encontravam registrados na Inspetoria de Ensino, nesse ano (Anexos 14, 15 e 16).

A população geral da Província, em 1870, apresentava-se com 108.324 habitantes²⁵ (Anexo 18) e a população escolarizada com 1.753 alunos, concluindo-se estar 1,6% freqüentando aulas. Constituindo-se a população escolarizável em 1/7 daquela geral, havia na Província 15.474 crianças em idade escolar para 1.753 alunos, o que correspondia 11,3% de crianças recebendo instrução. Permanecia praticamente inalterado o contingente escolarizado em relação a 1866, havendo 11,3% apenas de sua população escolarizável freqüentando aulas.

Curitiba contava com uma população escolarizada de 215 alunos, enquanto Paranaguá tinha 310 alunos freqüentando o mesmo número de escolas. Essa cidade permanecia com o contingente escolar mais elevado que Curitiba, embora não estivessem computadas as escolas particulares²⁶ (Anexos 14 e 15).

²³ BARROS. Relatorio apresentado ... pelo Inspector Geral da Instrucção Publica ... Op. cit. p. 30-1.

²⁴ ARAUJO. Relatorio ... em 15 de Fevereiro de 1868. Op. cit. p. 17.

²⁵ CARVALHO. Relatorio ... no dia 15 de Fevereiro de 1870 Op. cit. Mappa da população da Província. Anexo.

A população escolarizada, apesar de se apresentar inferior à de 1866, correspondia, entretando, às frequências das escolas, enquanto a anterior referia-se às matrículas, devido a várias razões que levaram os professores a registrarem matrículas ao invés de frequências e a própria Inspetoria a aquiescer com esse tipo de registro. Aliás, fora à vista desses registros que o Inspetor Geral afirmara:

... o número dos que frequentam as escolas públicas é muito inferior ao da matrícula, pois aqueles não excedem, em vista dos documentos exatos que se acham arquivados, a 1.050 ou a pouco mais ... ²⁷

A defasagem entre matrícula e frequência era decorrente de evasão, nas escolas públicas, por vários motivos, entre eles o pouco apreço dado à educação pelos pais, tendo o Inspetor Geral levantado a necessidade do cumprimento da legislação a respeito do ensino obrigatório.²⁸

A expansão da rede escolar e o aumento da população escolarizada fazia-se gradativamente, se bem o aumento do número de escolas não retratasse o aumento da frequência em vista do número elevado de alunos de algumas escolas diluir-se, distribuindo-se pelas novas escolas criadas, como observava o Inspetor Geral, Bento Fernandes de Barros, em 1870:

*... o aumento das escolas não é o que traz o do número dos alunos, e que até às vezes diminuem os alunos quando aumentam as escolas.*²⁹

O Inspetor atribuía essa situação à falta de aptidão de quase todos os professores da Província, mas não há dúvida

²⁷ SANTOS. Relatório do Inspector Geral da Instrução Pública. In: BURLAMAQUE. Relatório ... no dia 15 de Março de 1867 ... Op. cit. p. 3.

²⁸ Ibid. p. 5.

²⁹ BARROS. Relatório apresentado, ... pelo Inspector Geral da Instrução Pública. Op. cit. p. 41.

de que ela também se devia a outros fatores.

A Província, em 1876, contava com 115 estabelecimentos, frequentados por 2.903 alunos.³⁰ Das 91 escolas públicas, 63 eram frequentadas por 2.341 alunos, as demais encontravam-se vagas e as 24 particulares tinham 562 alunos, efetivamente.

Correspondendo a população escolarizável a 1/7 da população geral, com aproximadamente 138.000 habitantes³¹, havia 19.714 crianças em idade escolar. Por sua vez, a população escolarizada era de 2.903 crianças, constatando-se, em relação àquela geral, que apenas 2,1% frequentavam aulas, ao passo que em relação à população escolarizável correspondiam 14,7%, ficando afastadas do sistema escolar nada menos que 16.811 crianças.

Dos 115 estabelecimentos, 89 estavam em atividade, havendo em média 30 alunos por escola.

Estabelecendo-se a correlação entre a população de Curitiba, com 11.730 habitantes³², e aquela escolarizada, com 358 alunos, tinha-se 3,0% da população curitibana frequentando aulas em 11 estabelecimentos, com 32 alunos por aula, enquanto Paranaguá, com a população de 7.519 habitantes³³ e a escolarizada de 326 alunos, correspondia 4,3% da população frequentando 9 estabelecimentos, correspondendo em média também a 32 alunos por aula.

O excedente de 40 escolas em 1876 em relação a 75 em 1870 indica a expansão gradativa da rede escolar, embora a

³⁰ LINS. Relatório ... no dia 16 de Julho de 1877. Op. cit. p. 34-5.

³¹ Média aritmética das populações de 1872, com 126.722 habitantes, e de 1882, com 150.000 habitantes. Os dados foram extraídos, respectivamente, de MACHADO. População do Paraná tradicional In: EL-KATIB, org. História do ... Op. cit. p. 128; e de MARCONDES. Relatório que ... apresentou o ... Director Geral da Instrução Publica ... Op. cit. p. 3.

³² LINS. Relatório ... em 15 de Fevereiro de 1876. Op. cit. p. 43-4.

³³ Ibid. p. 43-5.

frequência não fosse animadora. Em face dessa frequência reduzida, o Presidente Lamenha Lins via como solução o cumprimento do preceito legal da obrigatoriedade do ensino. Em julho de 1877, sancionava Regulamento³⁴ específico sobre a matéria, estabelecendo a obrigatoriedade de frequência às escolas públicas primárias para crianças com 6 anos, ficando isentas as que frequentassem escolas particulares ou que recebessem ensinamentos em casa. Apesar do empenho desse Presidente, o Regulamento não foi executado e, embora com excedente, mais cinco escolas públicas foram extintas por se encontrarem vagas ou com reduzida frequência de alunos, o que se refletiu no índice da população escolarizada.

Em 1878, a população escolarizada era de 2.280 alunos, sendo 1.865 de 84 escolas públicas, entre os quais 28 adultos da escola noturna da Capital. Correspondiam, em média, a 22 alunos em idade escolar para cada uma das 83 escolas, enquanto os 415 alunos das 14 escolas particulares correspondiam a 29 alunos por escola (Anexos 23, 24, 25 e 26)³⁵. A média de alunos frequentando escolas particulares era mais elevada que a das escolas públicas.

O restabelecimento de escolas no período decorrido entre 1878 e 1882 elevou o índice da população escolarizada para 3.143 alunos, frequentando 121 estabelecimentos.

Calculando-se a população geral da Província em 144.000 habitantes³⁶ e a população escolarizável em 1/7 desta, havia aproximadamente 20.571 crianças, das quais 2.252 constituíam a população infantil escolarizada, ou seja, 1,7% e 11,0%, respectivamente. Constata-se, portanto, que a redução no número de escolas refletiu no índice de frequência, diminuindo em 3,7% o contingente escolarizado.

³⁴ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1877. Op. cit. t. 24, p. 168-72.

³⁵ DANTAS, Filho. Relatorio ... no dia 4 de Junho de 1879 ... Op. cit. Anexos.

³⁶ Média aritmética da população geral de 1876 e 1882, que deveria corresponder aproximadamente à existente em 1879.

Dos 189 estabelecimentos apresentados pelo Inspetor Geral³⁷, em 1882, 42 encontravam-se vagos, estando em funcionamento 91 escolas públicas, das quais uma era a cadeia e outra a escola noturna de Castro. Para as crianças destinavam-se 100 escolas mantidas pelo governo, públicas e subvencionadas, com 2.487 alunos e 19 particulares com 636³⁸. A escola da cadeia era freqüentada por 18 alunos e a noturna de Castro por 16. Além dessa escola noturna foram criadas, nesse ano, mais 15 que contavam com uma freqüência de 361 alunos, entre os quais 71 escravos (Anexos 29, 30, 31 e 32).

A população adulta freqüentando aulas era de 395 alunos, portanto, uma população escolarizada diversa da primeira devido ao fator idade. Somando-se o número desses alunos àquele em idade escolar, havia 3.504 alunos freqüentando 136 escolas.

A população infantil escolarizada correspondia à freqüência média de 26 crianças para cada um dos 121 estabelecimentos.

A Província, com 29 anos de autonomia política e administrativa, não alcançara índices satisfatórios e significativos relativamente à população escolarizada, apresentando-se muito aquém das próprias expectativas governamentais. Embora houvesse sido elevado o contingente escolarizado, permanecia a grande defasagem entre esse e aquele escolarizável e maior ainda em relação à população geral. A população escolarizável de 25.500 crianças³⁹, com 3.143 alunos, correspondia apenas 12,3% de crianças freqüentando aulas, enquanto em relação à geral, de 150.000⁴⁰, somente 2,2% da população participava do

³⁷ MARCONDES. Relatorio que ... apresentou o ... Director Geral da Instrucção Publica ... 1882. Op. cit. p. 19-23.

³⁸ De 6 escolas particulares e 5 subvencionadas não há informações sobre o número de matrícula e freqüência dos alunos.

³⁹ MARCONDES. Relatorio que ... apresentou o ... Director Geral da Instrucção Publica ... 1882. Op. cit. p. 3.

⁴⁰ Ibid. p. 3.

processo de ensino, ainda evidenciando-se índices muito baixos de frequência escolar.

Não considerando a idade, a população escolarizada de 3.504 alunos frequentando 136 estabelecimentos para o total de 189 escolas correspondia em média, aproximadamente, a 34 alunos por aula. Elevava-se, aos poucos, a média de alunos por escola.

Comparando-se os dados de 1882, com 3.504 alunos para o total de 189 escolas, e os de 1876, com 2.903 alunos para o total de 115 estabelecimentos, constata-se o aumento de 74 escolas e de 705 alunos.

O município de Curitiba tinha 33 escolas frequentadas por 840 alunos, havendo 2 escolas noturnas das quais nada consta quanto à frequência. A cidade de Curitiba contava com número reduzido de escolas, ao todo 17, das quais 12 eram frequentadas por 527 alunos, tendo em média, 31 alunos por aula.

No município de Paranaguá havia 23 escolas, das quais 15 eram frequentadas por 421 alunos, enquanto a cidade, com 12 estabelecimentos, contava com 283 alunos frequentando 8 escolas.

Curitiba, tanto o município como a cidade, já apresentava maior número de escolas e de população escolar que Paranaguá, evidenciando sua estruturação no setor da instrução e a oferta de melhores oportunidades educacionais, o que lhe conferia nova liderança no setor cultural.

Com a execução do Regulamento do Ensino obrigatório em 1883, elevou-se a frequência escolar, registrando-se, em 1886, 5.092 frequências em relação a 6.322 matrículas.⁴¹ Dessas frequências, 459 eram relativas a escolas particulares e 4.633 a escolas públicas, subvencionadas, noturnas municipais e militares. As escolas para o sexo masculino eram frequentadas por 3.338 alunos e as do sexo feminino por 1.754 alunas.

A população infantil era de 3.146 meninos e 1.754

⁴¹ FARIA Sobrinho. Relatorio ... no dia 17 de Fevereiro de 1887 ... Op. cit. p. 75-7.

meninas no total de 4.900 crianças escolarizadas. As aulas noturnas e militares eram freqüentadas por 192 alunos, não havendo informações da escola da cadeia, extinta em 1888 pela Lei nº 917.

A população escolarizada de 5.092 alunos correspondia a 2,5% da geral, com 199.745 habitantes⁴², e a 18,8% da escolarizável, com 27.106 crianças. Em relação ao contingente escolarizado de 1882, o de 1886 apresentava aumento de 1.588 alunos, considerando todos aqueles que freqüentavam aulas, influenciando nesse aumento a regulamentação da obrigatoriedade.

A população escolarizada aumentou ainda mais até o final de 1887: eram 5.375 alunos freqüentando escolas primárias.⁴³

A tendência de criar escolas mistas intensificou-se no final do período provincial, quando em agosto de 1888 foram extintas as escolas de 1ª entrância e suspensas todas as subvenções, permanecendo somente aquelas previstas no orçamento das despesas da Província. Essa medida provocou o fechamento de escolas, deixando muitas crianças privadas de instrução. O restabelecimento de algumas escolas subvencionadas até janeiro de 1890 não alcançou o mesmo número de escolas existentes antes de agosto de 1888, ficando a rede escolar reduzida em 34 escolas. Como ficariam essas crianças? Teriam sido transferidas para as 4 escolas promíscuas municipais e para as 101 promíscuas estaduais, aumentando a freqüência de cada uma dessas escolas? Ou teriam permanecido sem escolas até o restabelecimento, em anos posteriores, de mais escolas pelo governo?⁴⁴

⁴² Média aritmética da população geral de 1882 e 1889.

⁴³ FARIA Sobrinho, Joaquim d'Almeida. Relatorio que ao ... Commendador Antonio Ricardo dos Santos 1º Vice-Presidente da Província apresentou ... por ocasião da passar-lhe a administração da Província do Paraná em 29 de Dezembro de 1887. Curitiba, Typ. da Gazeta Paranaense, 1888. p. 101-2.

⁴⁴ Das 1.176 crianças de escolas subvencionadas em 1887 não existem informações que permitam incorporá-las à população escolarizada, levantando-se somente hipóteses de transferência ou afastamento do sistema escolar, que é o mais provável ter ocorrido.

A probabilidade maior é a de que tenham permanecido fora do sistema escolar, porquanto o governo, ao instituir subvenções, ou visara a suprir com escolas as localidades cujas populações não tinham condições financeiras para manter professor particular, ou a obrigar as crianças a se deslocarem diariamente para as localidades vizinhas nas quais havia escolas.

Transpondo os dados de 1887 para 1889, relativos somente às escolas públicas, municipais, regimentares e particulares, calcula-se que, nesse ano, 3.265 alunos frequentavam 121 escolas públicas e contratadas, 81 as municipais, 111 as regimentais e 459 as particulares, num total de 3.916 alunos⁴⁵, sendo 2.659 do sexo masculino e 1.377 do sexo feminino.

Em 1890, a Província tinha 249.491 habitantes⁴⁶, a que correspondia aproximadamente 1/64 a população escolarizada, ou seja, 1,6%. A população escolarizável correspondendo a 1/7 da população geral, contava aproximadamente com 35.324 crianças, das quais 11,0% assistiam a aulas, permanecendo grande parcela dessa população fora do sistema escolar.

Quanto à população escolarizada infantil, com 3.723 crianças, correspondia aproximadamente a 10,5% em relação à escolarizável.

Comparando-se as populações escolarizáveis de 1882,

⁴⁵ Os Relatórios e Ofícios de 1888 a 1890, consultados no Arquivo Público e Bibliotecas, não elucidam, quantitativamente, a situação do ensino primário no final da conjuntura provincial. Como recurso, foram utilizados os dados do Relatório de 17 de fevereiro de 1887 do Presidente Faria Sobrinho, com informações relativas às frequências de escolas públicas, noturnas, municipais, militares e particulares, bem como o número de escolas particulares para cada um dos sexos. Para a localização das escolas públicas recorreu-se às informações do "Quadro do Pessoal da Instrução Publica..." de 1890.

Como as diferenças nas frequências escolares, de ano a ano, não foram significativas, acredita-se não se incorrer em erro ao tomar-se os dados de 1887 para o cálculo da população escolarizada de 1889. Não é considerada a frequência de escolas subvencionadas de 1887.

⁴⁶ MACHADO. População do Paraná tradicional. In: EL-KATIB, org. História do ... Op. cit. p. 128.

com 25.500 crianças, e de 1889, com 35.324 crianças, observa-se que, em 7 anos, deu-se o crescimento anual de 1.403 crianças, num total de 9.824, correspondendo a 38% da população escolarizável de 1882. O aumento que se verificou entre a população escolarizada de 1882 e a de 1889 foi de 581 alunos.

Além das crianças que freqüentavam regularmente a escola, havia aquelas recebendo instrução no seio da família, sobre as quais há breves referências nos Relatórios. O Regulamento do Ensino Obrigatório exigia dessas crianças a realização de exames finais perante comissão, cujas provas fossem coincidentes com aquelas das escolas públicas. A execução desse Regulamento influiu na elevação de matrículas e de freqüências em relação ao movimento escolar de anos anteriores, não alcançando, porém, índices muito elevados, mas considerados significativos na época.

Não obstante os esforços das autoridades no sentido de crescimento do nível de escolaridade, a Província apresentou índices elevados de crianças fora do sistema escolar.

A elevação no contingente populacional da Província e do escolarizado da rede escolar provincial, deveu-se à vinda de imigrantes que se instalaram em colônias, muitas das quais próximas a Curitiba.

TABELA 4

POPULAÇÃO ESCOLARIZADA DE CURITIBA E PARANAGUÁ, 1854-1889

Ano	População escolarizável	População		escolarizada	
		Curitiba nº abs.	%	Paranaguá nº abs.	%
1854	8.894	117	1,3	249	2,8
1858	14.059	259	1,8	338	2,4
1861	13.882	312	2,2	357	2,5
1866	15.714	225	1,4	373	2,3
1870*	15.474	215	1,4	310	2,0
1876	19.714	358	1,8	326	1,6
1878	20.571	539	2,6	244	1,2
1882	25.500	527	2,0	283	1,1

FONTE: PARANÁ. Presidentes, 1854-1882. Relatórios de Presidentes da Província do Paraná; Instrução Pública, 1859-1882. Relatórios de Inspetores Gerais da Instrução Pública da Província do Paraná.

*Nesse ano não constam dados de escolas particulares.

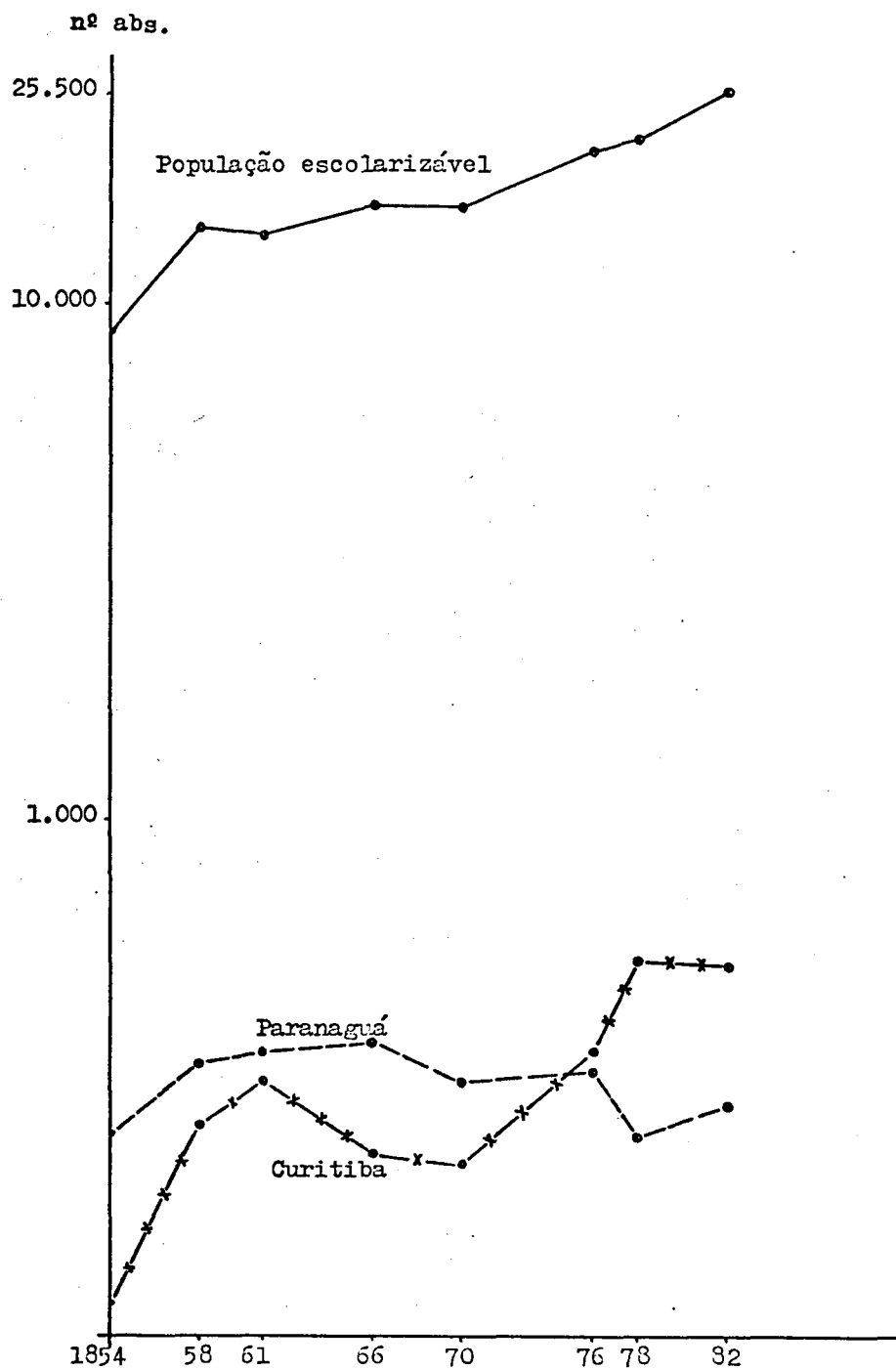
Obs.: Os dados de 1886 e 1889 não especificam número de alunos por localidade.

Em Curitiba, a presença de filhos de imigrantes se fez sentir principalmente em escolas que se situavam afastadas do perímetro urbano, influenciando assim, mais na elevação do contingente escolarizado do Município, que propriamente no da cidade.

Como se pode observar no Gráfico 6, a cidade de Paranaguá foi a detentora dos índices de frequência mais elevados até a década de 70, quando então, Curitiba, começou gradativamente a contar com aumento da demanda escolar, que se efetivou por volta de 1876.

GRÁFICO 6

POPULAÇÃO ESCOLARIZADA DE CURITIBA E PARANAGUÁ,
1854-1882



FONTE: PARANÁ. Presidentes, 1854-1882. Relatórios de Presidentes da Província do Paraná; Instrução Pública, 1859-1882. Relatórios de Inspectores Gerais da Instrução Pública da Província do Paraná.

Em 1861 entretanto, Curitiba apresentou uma elevação no seu índice de escolaridade, resultando da preocupação de superar aquele de Paranaguá. Esta cidade apresentou índices de escolaridade crescentes até 1866, diminuindo em 1870, bem como o de Curitiba, devido a falta de dados relativamente ao número de alunos de escolas particulares. A partir de 1876, Paranaguá teve seu contingente escolarizado reduzido, ao contrário do de Curitiba, que se elevou significativamente.

A existência de escolas particulares em Curitiba, como o colégio de Jacob Muller e outras de pequeno porte, concorreram também para o aumento de sua população escolarizada, a partir da década de 70. Todavia o percentual dessa população, tanto de Curitiba, como de Paranaguá, constituíram pequenas parcelas em relação à população escolarizável, em toda a conjuntura.

A defasagem marcante entre as populações escolarizável e escolarizada, que era acentuada a nível de localidade com escola, não apresentava melhores proporções, considerando a somatória dos diversos índices de escolaridade.

TABELA 5

POPULAÇÃO GERAL, ESCOLARIZÁVEL E ESCOLARIZADA DA PROVÍNCIA DO
PARANÁ, 1854-1889

Ano	Geral	Escolarizável	Escolarizada	% sobre a Geral Escolarizável	
1854	62.258	8.894	698	1,1	7,8
1858	84.355	14.059	1.552	1,8	11,0
1861	97.177	13.882	1.989	2,0	14,3
1865	110.000	15.714	2.430	2,2	15,5
1866	110.000	15.714	1.891	1,7	12,0
1870	108.324	15.474	1.753	1,6	11,3
1876	138.000	19.714	2.903	2,1	14,7
1878	144.000	20.571	2.280	1,7	11,0
1882	150.000	25.500	3.504	2,3	13,7
1886	199.745	27.106	5.092	2,5	18,8
1889	249.491	35.324	3.916	1,6	11,0

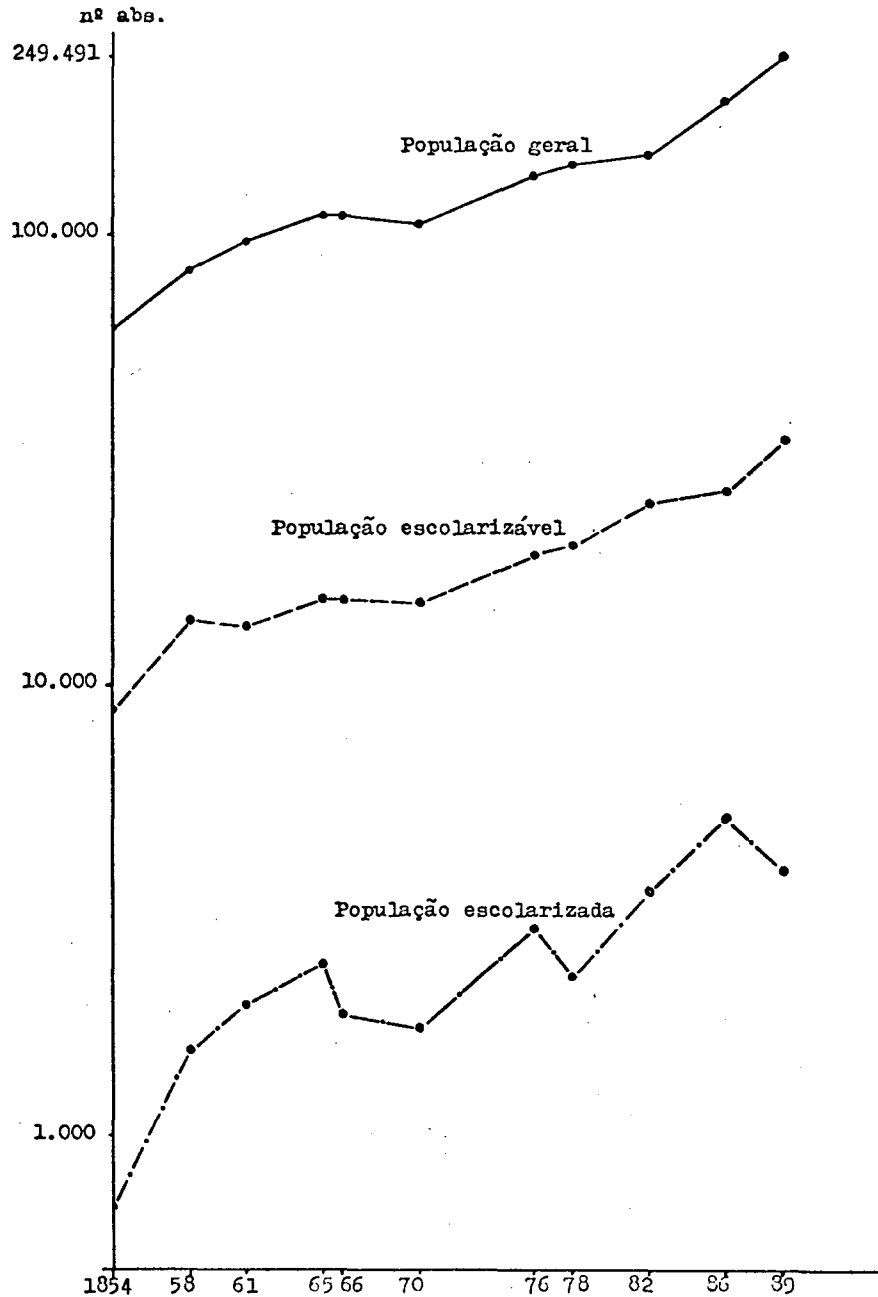
FORTE: PARANÁ. Presidentes, 1854-1889. Relatórios de Presidentes da Província do Paraná; Instrução Pública, 1859-1882. Relatórios de Inspectores Gerais da Instrução Pública da Província do Paraná;

A população escolarizada da Província com 698 alunos em 1854, expandiu-se lentamente, sem apresentar índices elevados. O índice dessa população, em 1866, era superior ao de 1870 por se referir a dados de matrículas, enviados pelos professores, em virtude da Lei que concedia gratificações àqueles com mais de 25 alunos. Os dados dos anos posteriores dizem respeito às frequências.

Os dados de 1858 da população escolarizável bem como os da escolarizada, apresentam-se duplicados em referência aos de 1854 devido não só à afluência de alguns elementos estrangeiros para o Paraná, com também, e principalmente, pela nova organização administrativa que criou na Província os departamentos de estatística, possibilitando melhor coleta de dados.

GRÁFICO 7

POPULAÇÃO GERAL, ESCOLARIZÁVEL E ESCOLARIZADA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1854-1889



FONTE: PARANÁ. Presidentes, 1854-1889. Relatórios de Presidentes da Província do Paraná; Instrução Pública, 1859-1882. Relatórios do Inspectores Gerais da Instrução Pública da Província do Paraná.

Obs.: Uma escola promiscua particular em 1854.

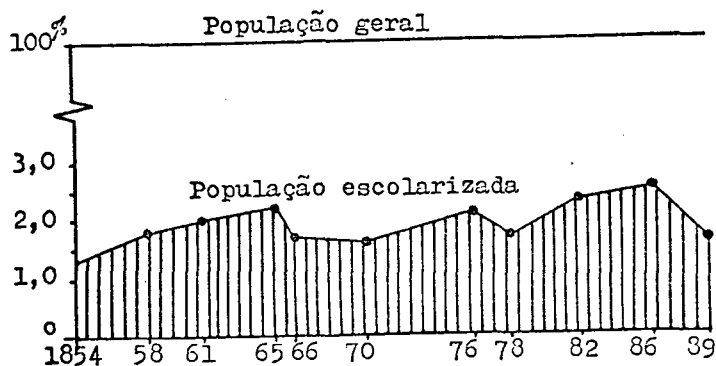
Os dados de 1876 relacionados com os de 1870 apresentaram-se mais elevados nas três populações, considerando-se que, a partir de 1870, o governo provincial reativou a política de imigração preconizada pelo governo Imperial. Essa elevação deveu-se, a princípio, à chegada dos grupos de imigrantes que se integraram aos poucos na nova terra fazendo com que seus filhos participassem também no processo de ensino desenvolvido na Província.

A criação de escolas favorecendo aos filhos de imigrantes contribuiu para a elevação do índice de frequência, o mesmo não ocorrendo com as escolas comunitárias, instaladas pelas próprias comunidades. Constituía esse contingente escolarizado uma população à parte, desligada do sistema escolar provincial e não influenciando nos índices de frequências escolares.

A contratação de professores e o sistema de subvenção às escolas particulares foi uma das soluções para atender às necessidades do ensino e aos deficientes recursos da Província. Entretanto, os índices de frequência não se elevaram significativamente. Os dados percentuais, a seguir, elucidam a situação, retratando os baixos índices de frequência às escolas, apesar da insistência com que as autoridades provinciais abordam os problemas do setor do ensino, na tentativa de soluções viáveis.

GRÁFICO 8

POPULAÇÃO ESCOLARIZADA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO GERAL DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1854-1889



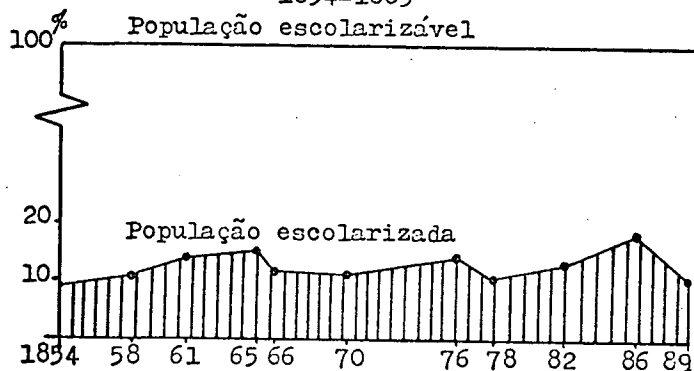
FONTE: PARANÁ. Presidentes, 1854-1889. Relatórios de Presidentes da Província do Paraná; Instrução Pública, 1859-1882. Relatórios de Inspectores Gerais da Instrução Pública da Província do Paraná.

A pouca freqüência a escolas evidenciava-se na reduzida população escolarizada com que contava a rede escolar primária da Província. Em 1876, elevou-se o percentual de crianças escolarizadas sem, entretanto, apresentar-se excessivo, podendo até mesmo ser tomado como normal

Considerando a população escolarizável que se constituía em fração da população geral, a população escolarizada não apresentava em relação àquela índices muito significativos, evidenciando que o ensino na Província atendeu apenas à pequena faixa da clientela escolarizável, apesar da rede escolar compor-se, primordialmente, de escolas oficiais, com ensino gratuito, conforme estabelecia a Constituição do Império.

GRÁFICO 9

POPULAÇÃO ESCOLARIZADA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO
ESCOLARIZÁVEL DA PROVÍNCIA DO PARANÁ,
1854-1889



FONTE: PARANÁ. Presidentes, 1854-1889. Relatórios de Presidentes da Província do Paraná; Instrução Pública, 1859-1882. Relatórios de Inspectores Gerais da Instrução Pública da Província do Paraná.

Entretanto, se o número de escolas oficiais era deficiente, nem por isso a elas acorria maior número de crianças, sendo extintas aquelas freqüentadas apenas por 3 ou 4 alunos. Além disso, a má distribuição da população, dispersa no território paranaense, dificultava a freqüência regular das crianças às escolas. Essa, entre outras razões, ocasionava a desproporção acentuada entre matrícula e freqüência.

A criação de escolas particulares não foi suficiente para ajudar o governo a suprir de escolas diversas localidades, efetuando-se a expansão do ensino principalmente por meio de escolas públicas, embora se pretendesse, nos primeiros anos da década de 60, atribuir essa expansão àquelas escolas que não apresentavam, porém, índice de escolaridade proporcional ao elevado número de estabelecimentos privados, como ocorreu em 1865. Essas escolas que, na sua maior parte, eram aulas destinadas a reduzido número de crianças, não garantiam clientela mais numerosa para estimular a criação de

outras de grande porte no interior da Província. As escolas mais freqüentadas ficavam nos centros maiores que, nem por isso, apresentavam um contingente escolarizado mais elevado que as escolas públicas.

A reduzida freqüência às escolas particulares permite a hipótese de que o segmento mais abastado da população, ao qual essas escolas se destinavam, era também reduzido ou mesmo que essas crianças, após receberem ensinamentos no lar, encaminhavam-se para escolas fora da Província. A preocupação do governo em subsidiar escolas particulares na Capital, oferecendo condições para manter essa clientela na Província, se concretizou ainda na década de 50 e em fins de 60, por meio dos Colégios de Mme. Taulois e do professor Jacob Muller. O número de escolas referenciadas em 1861, até 1865, quando foram computadas 14 escolas para Curitiba, não foi apontado posteriormente nos relatórios, em vista da pouca repercussão que tiveram, devido à sua localização e limitado raio de ação.

As diferenças entre as populações evidenciam a baixa freqüência das escolas particulares, comprovando a ação do governo no setor do ensino público, dentro de suas restrições orçamentárias, mas que favorecia o ensino à população com menores recursos.

A elevação do total de freqüência da rede escolar no Paraná foi garantida pelo contingente masculino de escolas públicas e particulares, notadamente entre os anos de 1854 e 1861, verificando-se, após esse último ano, a elevação do contingente escolarizado por meio da freqüência de escolas masculinas particulares, que se acentuou em 1865. Embora tivesse aumentado também a freqüência de escolas públicas femininas, o maior índice pertencia às do sexo masculino, para o qual se voltavam as atenções tanto do governo como da iniciativa privada.

TABELA 6

POPULAÇÃO ESCOLARIZADA MASCULINA E FEMININA DE ESCOLAS
PÚBLICAS E PARTICULARES DA PROVÍNCIA DO PARANÁ,
1854-1889

Ano	Masculinas		Femininas		Sub-total		Total
	Pb.	Pt.	Pb.	Pt.	Pb.	Pt.	
1854	452	44	165	37	617	81	698
1858	902	183	423	44	1.325	227	1.552
1861	1.075	393	508	13	1.583	406	1.989
1865	1.076	863	456	35	1.532	898	2.430
1866	1.131	178	511	71	1.642	249	1.891
1870*	991	...	401	...	1.392	361	1.753
1876	1.552	457	789	105	2.341	562	2.903
1878	1.147	270	718	145	1.865	415	2.280
1882	1.734	468	773	168	2.507	636	3.143
1886	3.030	308	1.603	151	4.633	459	5.092
1889	2.231	308	1.226	151	3.457	459	3.916

FONTE: PARANÁ. Presidentes, 1854-1889. Relatórios de Presidentes da Província do Paraná; Instrução Pública, 1859-1882. Relatórios de Inspetores Gerais da Instrução Pública da Província do Paraná.

*Os dados de escolas particulares desse ano, não possibilitam a especificação do número de alunos por sexo.

Os 89 estabelecimentos particulares relacionados em 1865 apresentavam frequência de 898 alunos, o que não retratava situação animadora do ensino particular, visto a frequência média não exceder a 10 alunos por aula. O mesmo ocorreu em 1861, quando foram relacionados 45 escolas frequentadas por 406 alunos, correspondendo, em média, a 9 alunos por aula, haja vista Curitiba, com 14 escolas particulares,

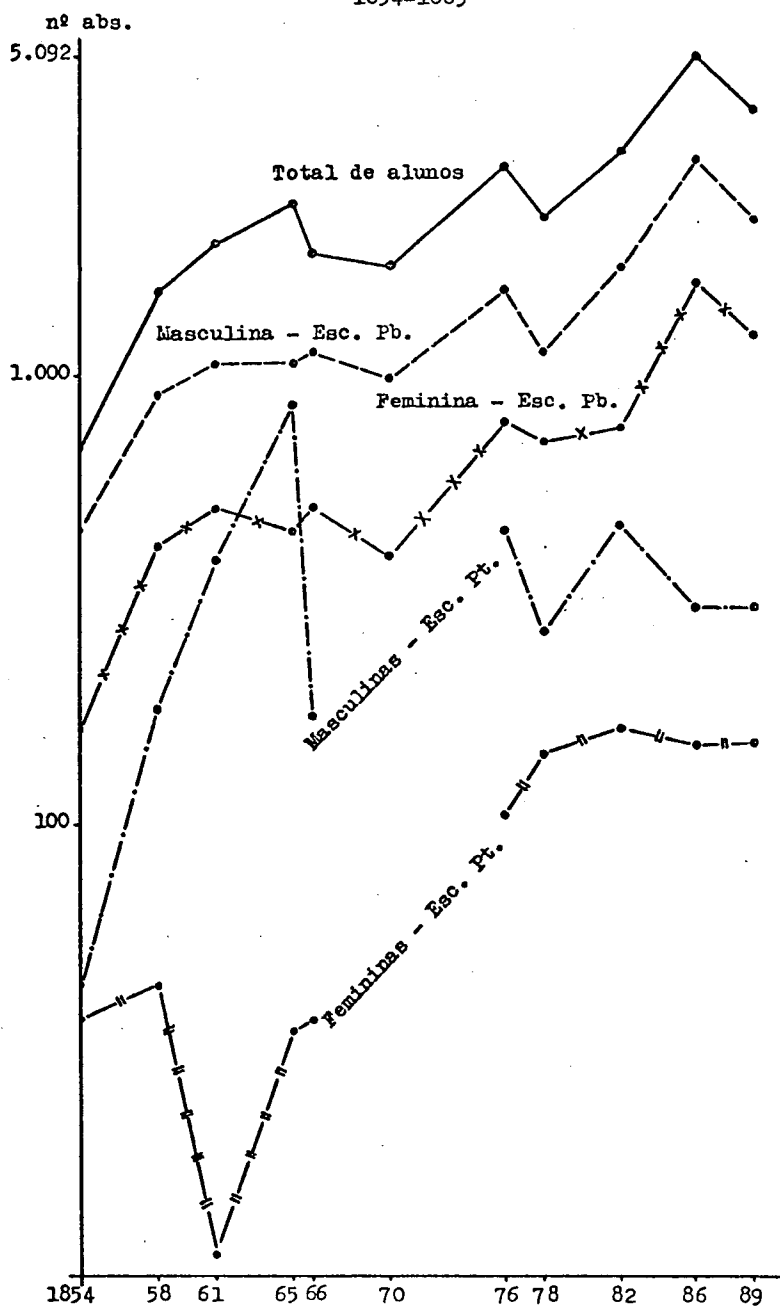
apresentar frequência de 120 alunos, correspondendo à frequência média de 8 a 9 alunos por aula, frequência essa muito baixa para a Capital da Província, considerando-se, ainda, a probabilidade de algumas dessas escolas terem frequência inferior a essa média.

Em Paranaguá a situação era a mesma, visto duas aulas com 18 alunos corresponder a 9 alunos cada uma, número bastante reduzido tendo em mente que em 1866 essa cidade contava com 3 escolas particulares com 56 alunos e frequência média de 18 alunos.

A instabilidade de funcionamento dessas escolas refletia-se no conjunto da população escolarizada, que variava ano a ano, concorrendo também a variação das frequências de escolas públicas, em virtude de sua extinção ou criação pelo governo.

GRÁFICO 10

POPULAÇÃO ESCOLARIZADA MASCULINA E FEMININA DE ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1854-1889



FONTE: PARANÁ. Presidentes, 1854-1889. Relatórios de Presidentes da Província do Paraná; Instrução Pública, 1859-1882. Relatórios de Inspectores Gerais da Instrução Pública da Província do Paraná.

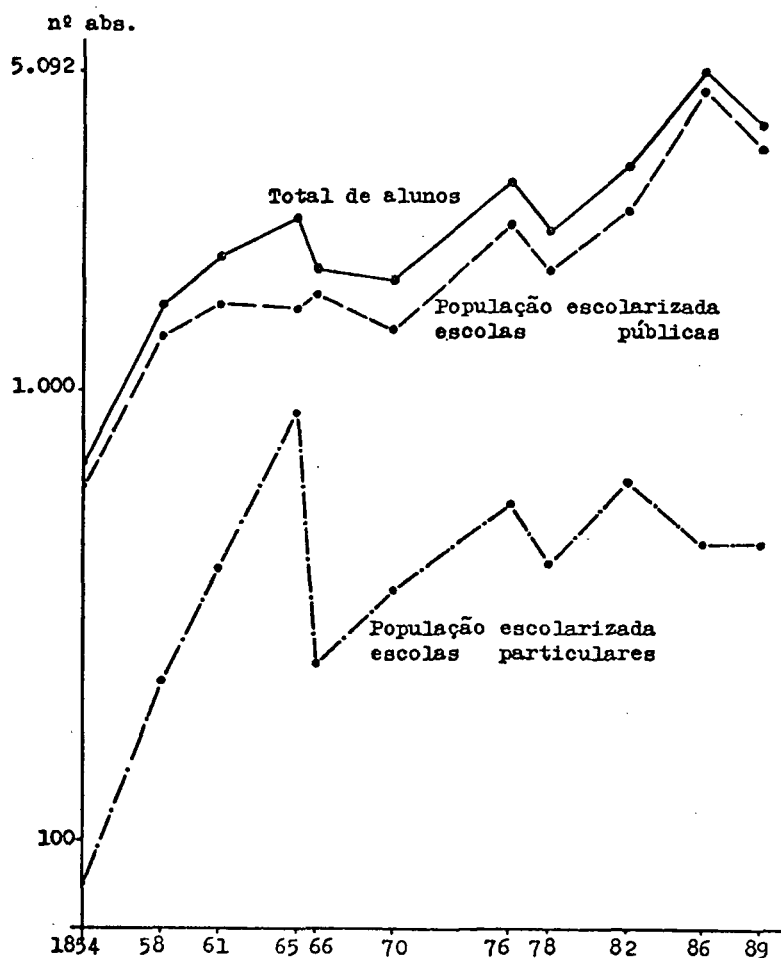
Como se pode observar no gráfico 10, a redução na população escolarizada de 1866 foi ocasionada pela diminuição da frequência de escolas masculinas particulares, devida à sua eliminação na relação de escolas pela Inspetoria, verificando-se, todavia, elevação da frequência de escolas públicas masculinas e femininas, e particulares femininas.

A falta de indicação dessas escolas não implicava, porém, em sua extinção, embora o índice de frequência das escolas públicas masculinas, em 1866, se apresentasse mais elevado, sem corresponder à diferença da população escolarizada particular entre 1865 e 1866. Se parte dessa população transferiu-se para escolas públicas, foi muito pequena, porquanto a diferença de frequências nas escolas particulares masculinas de um ano a outro foi de 685 e nas escolas públicas, de 140. Portanto, conclui-se que essas aulas devem ter sido mantidas em toda a conjuntura, funcionando paralelamente à rede escolar particular com escolas registradas na Inspetoria. Garantiam por um lado, a população escolarizada que ingressaria no curso secundário ou em aulas avulsas e, por outro, evitavam maior ocorrência da evasão escolar nessa fase de estudos, devido ao encaminhamento de algumas crianças para fora da Província.

A expansão da rede escolar, gerada pela demanda que aos poucos se fazia crescente, notadamente em 1876, procurando atrair para as escolas oficiais maior número de crianças, levou à reformulação de disposições regulamentares, inclusive aquela sobre o ensino religioso, que também atendia às determinações contidas nas Reformas da Corte. Mesmo com a criação de mais escolas depois de 1876, permaneceu a grande desproporção entre as populações escolarizável e escolarizada.

GRÁFICO 11

POPULAÇÃO ESCOLARIZADA DE ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES
DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1854-1889



FONTE: PARANÁ. Presidentes, 1854-1889. Relatórios de Presidentes da Província do Paraná; Instrução Pública, 1859-1882. Relatórios de Inspectores Gerais da Instrução Pública da Província do Paraná.

A população escolarizada, constituída na sua maioria por meninos, freqüentava principalmente escolas públicas, cujo contingente garantiu o nível do índice de escolaridade na

Província. Embora não fosse tão elevado, permaneceu superior ao das escolas particulares, comprovando, mais uma vez, a atuação do governo no setor do ensino.

A computação indevida de vários alunos particulares, nos primeiros anos da década de 60, refletiu-se no contingente escolarizado, estabelecendo defasagem crescente entre os índices de escolas particulares e públicas. A retirada de expressivo número desses alunos dos mapas de movimento escolar salientou ainda mais a atuação do governo, ordenada pela Constituição do Império e que lhe conferia a competência de legislar e promover gratuitamente o ensino público.

A redução do contingente escolarizado em 1870 deu-se pela falta de professores em algumas escolas e de informações de outras, além da extinção de escolas em três localidades, o que levou o Inspetor Fernandes de Barros a considerar essa alteração como oscilação, não significando decréscimo.

Por sua vez, o contingente feminino alcançou maiores índices daquele ano, quando o governo resolveu criar-lhe maiores oportunidades de estudo, adotando, inclusive, o sistema de escolas promíscuas, introduzidas em 1874 na rede oficial, inicialmente em bairros de Curitiba, Guarapuava e Paranaguá, atendendo na Capital à afluência de crianças estrangeiras.

TABELA 7

ALUNOS DE ESCOLAS MASCULINAS, FEMININAS E PROMÍSCUAS
NA PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1854-1882

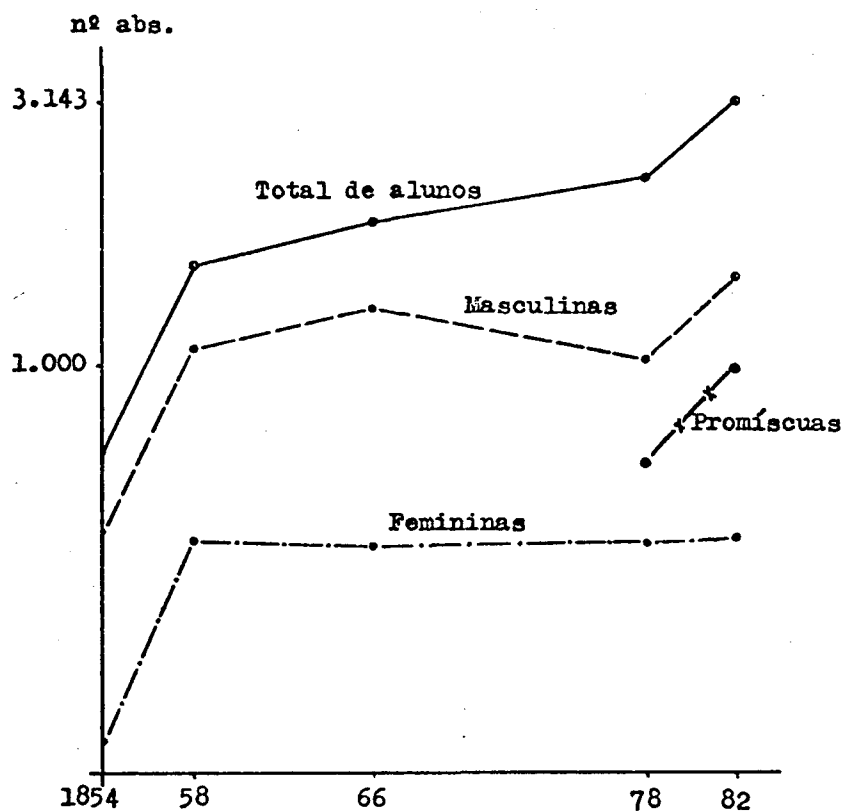
Ano	Masculinas	Femininas	Promíscuas	Total
1854	487	196	15	698
1858	1.085	467	-	1.552
1866	1.299	582	-	1.891
1878	1.010	609	661	2.280
1882	1.479	671	993	3.143

FONTE: PARANÁ. Presidentes, 1854-1882. Relatórios de Presidentes da Província do Paraná; Instrução Pública, 1859-1882. Relatórios de Inspetores Gerais da Instrução Pública da Província do Paraná.

Obs.: Os dados de 1870, 1876, 1886 e 1889 não permitem essa divisão.

GRÁFICO 12

POPULAÇÃO ESCOLARIZADA DE ESCOLAS MASCULINAS,
FEMININAS E PROMÍSCUAS NA PROVÍNCIA DO PARANÁ,
1854-1882



FONTE: PARANÁ. Presidentes, 1854-1882. Relató-
rios de Presidentes da Província do Para-
ná; Instrução Pública, 1859-1882. Rela-
tórios de Inspetores Gerais da Instrução
Pública da Província do Paraná.

Obs.: Em 1854 havia uma escola promiscua parti-
cular frequentada por 15 alunos.

Em relação às alunas, os dados das escolas públicas a-
presentaram-se crescentes, havendo, todavia, aumento acentua-
do em 1876 e nos anos posteriores, podendo-se atribuir essa
alteração à influência e participação do elemento infantil
feminino nas escolas públicas. As escolas particulares, de

frequência mais restrita, atingiram índices mais elevados em 1882, reduzindo-se no fim da conjuntura provincial, demonstrando não ser esse tipo de ensino detentor das frequências elevadas do sistema de ensino paranaense.

Comparando as frequências de escolas públicas para o sexo masculino e feminino, confirma-se a predominância de alunos, havendo, porém, entre os anos de 1882 e 1889, acentuado aumento na frequência de alunas em relação ao total de alunos, aí englobados crianças em idade escolar e adultos de escolas noturnas e regimentais.

Note-se que em 1876 as frequências de escolas públicas e particulares para ambos os sexos elevaram-se, destacando-se das primeiras, confirmando, assim, o atendimento à comunidade paranaense que se expandia com novos elementos, por meio de escolas oficiais.

A tendência para criação de escolas promíscuas, a partir de 1874, não correspondia aos costumes da época que ainda não aceitavam o convívio social dos dois sexos, mesmo se tratando de ambiente escolar. A criação dessas escolas, prevista pelo Presidente Zacarias como medida de economia e devido à falta de professores, foi resultado da experiência particular, além de atender aqueles aspectos. Criadas principalmente em bairros e freguesias, mediante subvenções pouco elevadas que não estimulavam o exercício do magistério por homens, deu-se preferência à sua lotação por mulheres que, nesse caso, somente admitiriam meninos menores de 12 anos. Essa imposição repercutiu na frequência pela impossibilidade de ingresso, nas escolas regidas por professoras, de meninos maiores de 12 anos.

A elevação do índice da frequência dessas escolas, em 1882, não alterou o número de alunos de escolas masculinas e femininas, porquanto eram criadas em localidades nas quais anteriormente não havia escolas ou em substituição a algumas, destinadas a cada sexo.

Com 28 escolas em funcionamento em 1878, e com a frequência, em média, de 24 alunos por escola, evidenciava-se o

baixo índice de frequência também nessas escolas, das quais muitas nem sempre contavam com esse número de alunos. Essa situação existia em âmbito público e privado, estendendo-se de modo geral às demais escolas, salvo as de Curitiba, Paranaguá, Castro, Antonina e Morretes, que apresentavam os mais elevados índices de frequência.

De maneira geral, o baixo nível desse índice constituiu permanente preocupação do governo que via retratada a má estruturação e organização do ensino, em virtude do que inúmeras medidas para a melhoria do padrão de ensino, fiscalização e outras foram adotadas com o objetivo de elevar os índices de frequência.

5.4 EVOLUÇÃO DO QUADRO DO MAGISTÉRIO DO ENSINO PRIMÁRIO

O quadro do magistério, na época da instalação da Província do Paraná, apresentava-se constituído de professores públicos, nomeados pelo governo da Província de São Paulo, e de professores particulares.

Nas escolas públicas havia professores e professoras regendo aulas para meninos e meninas, respectivamente, bem como nas particulares, embora não fosse rígida essa distinção em virtude da falta de elementos habilitados ou mesmo daqueles que se propusessem a ensinar. De preferência, porém, os professores ensinariam às crianças de seu próprio sexo.

O provimento nas escolas fazia-se por meio de professores definitivos, interinos e contratados. A vitaliciedade era obtida após alguns anos de serviço ou pela comprovação do título de normalista na época da nomeação.

Os professores definitivos eram nomeados mediante aprovação nos exames de habilitação ou apresentação do título de normalista. Os interinos eram admitidos para ocupar a vaga de um professor, sem direito à promoção enquanto não prestassem exames de habilitação. Os contratados percebiam gratificações, também denominadas subvenções, mediante contratos com o governo para ministrarem aulas por tempo determinado, sem vínculos funcionais.

Em 1854¹, o quadro do magistério constituía-se de 7 professores definitivos, 6 contratados, 4 interinos e mais 5 professoras de provimento definitivo, uma contratada e 4 interinas, num total de 25 professores. Dentre esses destacavam-se João Baptista Brandão de Proença, já exercendo o magistério há 20 anos em Curitiba, e Maria do Carmo de Moraes, professora concursada e atuante há 14 anos (Anexos 1 e 3).

O magistério particular, muito reduzido, contava com

¹ COLIN. Relação das cadeiras ... In: DOCUMENTOS a que se refere o Relatório ... em 15 de julho de 1854. Op. cit. Anexo N. 1.

professores em Paranaguá, Porto de Cima, Guarapuava e outras localidades. Em Paranaguá funcionavam uma aula para meninos, do professor Manuel Antonio Coelho, outra para meninas, da professora Caetana Leonizia da Silva² e, em Porto de Cima, a do professor Carlos Mõrikofer, para meninos e meninas.³ Esses professores, com os demais, integravam o quadro do magistério da Província, constituído de 19 professores e 9 professoras.

O provimento de escolas por meio de contratos já era empregado pelo governo paulista, sendo posteriormente, adotado pelo governo do Paraná. Esforços se empreenderiam no sentido de prover as escolas com professores habilitados em exames, sendo tais exames legalmente estabelecidos no primeiro Regulamento de ensino, em 1857.⁴

² GUIMARAÊS, Manoel Antonio. Offício de 19 de Maio de 1854 ao Presidente da Província. OFFICIOS, 1854, 4:299.

³ MÕRIKOFER. Relação dos alumnos ... In: CORREIA Junior. Offício de 2 de Julho de 1854 ... Op. cit. OFFICIOS, 1854, 5:39-0.

⁴ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1857. Op. cit. p. 61-82.

QUADRO DO NASCIMENTO DA PROVINCIA DO PARANÁ

	1854						1858						1864						1870						1878						1888						1899													
	Mas.	Fem.	Fr.	Mas.	Fem.	Fr.	Mas.	Fem.	Fr.	Mas.	Fem.	Fr.	Mas.	Fem.	Fr.	Mas.	Fem.	Fr.	Mas.	Fem.	Fr.	Mas.	Fem.	Fr.	Mas.	Fem.	Fr.	Mas.	Fem.	Fr.	Mas.	Fem.	Fr.	Mas.	Fem.	Fr.														
1 Curitiba sede	2	1	-	-	-	3	2	2	-	-	-	4	2	1	2	-	-	-	5	3	1	3	1	-	-	4	5	2	3	1	1	1	5	17	4	...	4	...	4	...	12									
interior	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-		
2 Cerro Azul sede	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	1	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	3	1	3								
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3								
3 Foz de Iguaçu sede	/	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-		
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	4	5								
4 Iguazu sede	1	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	3	3	1	1	-	-	-	-	5	2	...	1	3									
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	/	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5 Itaipu sede	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	/	...	/	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 Ponta Grossa sede	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7 S.J. do Pinhal sede	1	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	3	1	-	1	-	-	-	2	1	-	1	-	-	-	2	1	-	1	-	-	-	-	-	2	2	...	1	3								
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	2	2	...	2	...	2	...	6								
8 Campo Largo sede	1	-	-	-	-	2	1	1	1	-	-	3	1	1	1	-	-	-	3	1	1	1	-	-	-	3	1	1	1	-	-	-	-	-	3	2	...	1	...	1	...	3								
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	2	1	...	1	...	1	...	3								
9 Palmas sede	/	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2	1	1	1	-	-	-	3	/	...	1	1	1	-	1	-	-	-	-	-	1	1	3								
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10 Palmas sede	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	/	...	/	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 Guaçuá sede	/	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	2	1	1	1	-	-	-	3	1	-	1	-	-	-	2	1	-	1	-	-	-	-	-	2	1	...	1	...	1	...	3								
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12 S.J. da Boa Vista sede	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13 Jaguariá sede	-	-	-	-	-	-	/	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
14 Friburgo sede	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	-	-	3	1	1	2								
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15 Pirai sede	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
16 Castro sede	1	-	-	-	-	2	1	-	2	-	-	3	1	1	2	-	-	-	4	1	...	1	2	2	1	1	-	-	-	-	-	4	2	1	2	-	-	-	-	5	3	...	2	4
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
17 São João del-Rei sede	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
18 Coimbra sede	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	/	...	/	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
19 Ponta Grossa sede	1	-	-	-	-	1	/	1	/	1	-	2	1	3	1	1	-	6	1	...	1	2	1	-	1	-	-	-	-	-	2	2	...	1	...	1	...	4									
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
20 Rio Negro sede	1	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	2	1	-	-	2	-	-	3	2	2	1	-	-	-	-	-	4	2	...	-	-	2								
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21 Paranaguá sede	2	1	2	1	-	6	3	-	2	1	-	6	3	1	2	2	-	8	3	...	2	3	2	-	2	-	-	-	-	-	4	4	...	3	12									
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
22 Antonina sede	1	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	2	1	1	1	-	-	3	1	...	1	2	2	-	2	-	-	-	-	-	4	2	...	2	...	2	...	6									
interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
23 Marreco sede	1	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	3	1	...	1	2	2	-	2	-	-	-	-	-	4	2	...	1	...	1	...	3									
interior																																																		

Por esse Regulamento, previa-se o ingresso no magistério de professores com formação prática, pelo treinamento de alunos-mestres e adjuntos, os quais seriam admitidos inicialmente como auxiliares do professor regente, dando-se preferência aos filhos de professores.

A reforma de ensino exigira exames de habilitação aos antigos professores vitalícios, resultando na eliminação de elementos não capacitados do quadro do magistério e na permanência e admissão de outros que haviam provado suas aptidões, destacando-se professores da Capital, de Castro e alguns contratados. Eram poucos, porém, os que apresentavam essas características, constituindo-se o corpo docente, em geral, de pessoas voltadas para outros interesses, sem grandes habilitações.⁵

Em 1858, o quadro do magistério⁶ compunha-se de 20 professores definitivos, 7 interinos e 10 contratados (anexo 6), muitos dos quais ingressaram no magistério por meio de contratos, para assumirem o ensino junto às crianças pobres, percebendo a gratificação anual de 100\$000 a 300\$000, que fora estipulada em 1856.⁷

O ensino particular constituía-se de 12 professores, dos quais 5 ministravam aulas em Curitiba. Integrando o quadro do magistério, perfaziam o total de 49 professores.

Em 1861, o quadro do magistério ampliava-se significativamente, passando a contar com 84 professores, dos quais 39 pertenciam ao magistério público, que se apresentava com apenas

⁵MOTA. Relatório que ... apresenta o ... Inspetor Geral da Instrução Pública ... 1859. Op. cit. p. 7-8.

⁶NOGUEIRA, Porfirio Aurelio de Mariz. Quadro demonstrativo do pessoal empregado no magistério público da Província do Paraná com os respectivos vencimentos. In: *Ibid.* p. 43. Duas professoras contratadas encontram-se indicadas nas descrições relativas à situação do ensino de cada localidade, neste Relatório.

⁷PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1856. t. 3, p. 46.

mais dois elementos em relação a 1858, enquanto dos 12 particulares daquele ano passava-se a contar com 45, dos quais 44 destinavam-se a escolas masculinas.⁸ (Anexo 9)

O número elevado desses professores devia-se ao número crescente de licenças para instalação de aulas particulares, que nem sempre correspondiam às exigências regulamentares relativamente à capacitação profissional, visto serem poucos aqueles que se destacavam. Esse ensino, que se encontrava distribuído pelos quarteirões das diversas localidades, não apresentava condições de avaliação pela Inspetoria, devido à falta de informações desses professores que, inclusive, não garantiam ensino promissor.

O fato de constarem, no quadro do magistério, professores preparados pelo sistema de formação prática garantia, de certa forma, um ensino mais metodizado e condizente com o currículo estabelecido do que aquele dos contratados, os quais na maioria nunca haviam exercido o magistério ou recebido preparo com essa finalidade, e mesmo alguns particulares licenciados.

As gratificações previstas em Lei aos professores contratados, alunos-mestres e adjuntos giravam em torno de 25\$000 por mês, ou até menos, cabendo aos alunos-mestres 20\$000 e aos adjuntos 33\$666.⁹ As vantagens salariais beneficiavam o adjunto e o aluno-mestre que, por sua condição de aluno, percebiam relativamente mais que o contratado, em geral chefe de família, contado com despesas familiares com aluguéis para sua moradia e para a escola, devendo essas corresponder aos preços estabelecidos na tabela de aluguéis de 1857 (Anexo 4).

Em 1861, o quadro do magistério contava com 84

⁸ SÁ Ribas. Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública. In: NOGUEIRA. Relatório ... no dia 15 de Fevereiro de 1862. Op. cit. p. 26;25.

⁹ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Decretos ... 1862. Op. cit. t. 9, p. 22.

professores; em 1865, apresentava o aumento considerável de mais 51 professores¹⁰, passando a constituir-se de 135 professores. Esse aumento deve-se à computação de todos os professores particulares, inclusive aqueles que ministravam aulas a domicílio, como componentes do quadro de magistério. Embora fossem professores, não atuavam em escolas de maior porte, muitos ministrando aulas que envolviam o ensino de música, de línguas estrangeiras a um número de crianças que não estava no ensino elementar ou que as recebiam em caráter suplementar.

O quadro do magistério compunha-se de 46 professores públicos, dos quais 30 eram vitalícios, 2 interinos e 14 contratados, correspondendo a 30 professores e 16 professoras, e de 89 particulares, sendo 87 professores e 2 professoras, num total de 135 professores.

O número de professores públicos aumentava em mais 7 professores, sem considerar as 7 escolas sem candidatos, devido às dificuldades de se conseguir bons professores com vencimentos tão baixos. A redução do número de escolas com base numa determinada frequência possibilitaria um excedente de verba que poderia favorecer o aumento do salário dos professores, bem como permitir estabelecer vencimentos aos Inspectores Paroquiais, que não eram remunerados, incentivando-os, assim, ao cumprimento de suas funções.

Os vencimentos não eram suficientemente motivadores para ingresso na carreira do magistério, constituída em grande parte de pessoas pouca habilitadas e com vencimentos inferiores ao de qualquer trabalhador.¹¹

A possibilidade de elevar, o nível de instrução do professorado era aventada pela criação de uma Escola Normal,

¹⁰ FLEURY. Relatorio ... á 15 de Fevereiro de 1866 ...
Op. cit. p. 24-7.

¹¹ SANTOS. Relatorio do Inspector Geral da Instrucção Publica. In: BURLAMAQUE. Relatorio ... no dia 15 de Março de 1867 ... Op. cit. p. 4-8.

porquanto a promoção em exames de habilitação parecia infrutífera sem a frequência a cursos regulares, nos quais se firmaria a vocação, aprender-se-ia a teoria, habilitar-se-ia no método e exercitar-se-ia a prática. As escolas de 2º grau em funcionamento na Capital, em Paranaguá e em Castro não cumpriam fielmente o programa do Regulamento de 1857, e ficando o sistema de formação de professores pela prática, limitado às três cidades e realizado de maneira precária, visto não contar esse grau de ensino com professores devidamente preparados. Nem o programa incluía disciplinas pedagógicas que embasassem o aluno-mestre ou adjunto nos diversos procedimentos metodológicos. Acabava o futuro professor por entrar na mesma rotina de aulas de seu preceptor.

A impossibilidade de se criar mais escolas de 2º grau ou mesmo uma Escola Normal com as disciplinas essenciais era devida por um lado às dificuldades financeiras da Província e, por outro, ao nível da clientela, muitos sem condições de prestar exames no ensino elementar de uma classe para outra, como estabeleciam as Instruções do Inspetor Geral, em 1857. O índice de aprovação nesses exames e mesmo as perspectivas de frequência da 4ª classe¹² não animavam as autoridades à criação de mais escolas desse grau. Reduzir as despesas com a Instrução Pública, nivelar os graus de ensino ao nível elementar e criar uma aula de Pedagogia foi a solução encontrada, mas que ficou somente no plano legal. Foram mantidas, portanto, as escolas de 2ª ordem que, contudo, foram extintas pouco tempo depois.

Em 1866, o quadro do magistério constituía-se de 28 professores definitivos, 18 contratados e um interino, perfazendo 30 professores e 17 professoras (Anexo 11). As escolas particulares (Anexo 12) estavam providas com 13 professores e 4 professoras. O magistério constituía-se, assim, de 64 professores.

¹² A 4ª classe constituía o ensino de grau superior, segundo as Instruções do Inspetor Geral, em 1857.

A expansão do quadro do magistério deu-se em 1866, com o aumento de mais 36 professores em relação ao de 1854 e de mais 15 em relação ao de 1858, constatando-se o aumento de 55,8% de professores e 57% de professoras comparado ao de 1854.

A eliminação de professores contratados e o processo de exames, instituídos pelo Regulamento de 1857, levantaram a problemática da admissão de interinos, o que, entretanto, não se efetuou, havendo maior número de contratados que de interinos, recurso convenientemente adotado pelo Governo, em vista da desvinculação funcional desses profissionais que não comprometiam os encargos financeiros da Província.

Com a criação da Escola Normal, em 1870¹³, reiteravam-se as disposições daquele Regulamento pela suspensão de provimentos vitalícios e admissões de caráter interino, ficando o provimento definitivo destinado somente aos normalistas. A inoperância da Escola fez retornar a admissão de professores às condições anteriores, ao processo de exames, o mesmo acontecendo com os interinos, com prazo para se submeterem a exames, sob pena de destituição. Ficavam os professores sujeitos a determinadas cláusulas para se tornarem vitalícios, além dos critérios de promoção, estabelecidos para a classificação dos professores que acompanhava a das escolas, abordado no Regulamento de 1871.¹⁴ Restabelecia-se a classe dos alunos-mestres, que se extinguiu com as escolas de 2º grau, adotando-se o sistema inglês para a formação prática de professores, o qual não exigia a complementação de estudos, mas a realização de exames por três anos consecutivos no final de cada ano.

As escolas elementares seriam providas de professores interinos e de alguns formados por esse sistema, além daqueles

¹³ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ...
1870. Op. cit. t. 17, p. 47-9.

¹⁴ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ...
1871. Op. cit. t. 18, p. 122-43.

de provimento definitivo.

No ano de 1870, o quadro do magistério compunha-se de 48 professores públicos e mais um que ministrava aulas de ensino primário no colégio de Jacob Muller. As escolas públicas estavam providas com 26 professores definitivos e 21 interinos e mais a professora Maria do Carmo de Moraes, que se aposentara em 1866 e fora reconduzida ao cargo, percebendo, além dos seus vencimentos, mais 1/5 de gratificação¹⁵, não se integrando, portanto, à situação funcional dos demais professores (Anexos 14, 15 e 16).

No total eram 49 professores, sendo 32 do sexo masculino e 17 do sexo feminino. Predominavam professores atendendo ao ensino de meninos, e a lotação das escolas passara a ser feita por professores interinos, extinguindo-se as contratações.

A permanência das 17 escolas particulares em funcionamento em 1868¹⁶ levaria à incorporação no quadro do magistério de mais 16 professores que totalizariam 65 elementos. Entre os 17 professores particulares já se incluía, em 1868, aquele do colégio de Jacob Muller, que fora instalado em abril desse mesmo ano. Em relação ao ano de 1866, o quadro do magistério praticamente não sofrera alterações, havendo somente mais um professor que pertencia ao referido colégio.

O novo Regulamento de 1874¹⁷ complementava e dava outras disposições quanto à classificação dos professores e respectiva forma de promoção, além de estabelecer a categoria de efetivo em lugar de definitivo. Reconhecendo a validade do ensino na família, exigia do professor uma relatório sobre o adiantamento dos alunos, prevendo também a participação dos

¹⁵ SANTOS. Relatório do Inspector Geral da Instrução Pública. In: BURLAMAQUE. Relatório ... no dia 15 de Março de 1867 ... Op. cit. p. 14.

¹⁶ ARAUJO. Relatório ... no dia 15 de Fevereiro de 1868. Op. cit. p. 17.

¹⁷ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1874. Op. cit. t. 21, p. 198-222.

professores públicos na execução do ensino obrigatório que fora restabelecido.

O sistema de formação prática de professores apresentava resultados, já contando com 7 alunos-mestres, e nos exames de habilitação eram aprovados 5 candidatos, evidenciando o cumprimento das disposições regulamentares.

A criação das primeiras escolas públicas promíscuas em 1874 originou a tendência, que se acentuaria posteriormente, de se preferir professoras no magistério, aptas a ministrar aulas a ambos os sexos e prendas domésticas às meninas.¹⁸

O quadro do magistério era integrado por professores adjuntos, admitidos após 1871, e ainda dos alunos-mestres. As vagas no magistério poderiam ser preenchidas por alunos formados pelo Liceu, que fora restabelecido em 1871, aos quais davam preferência também na ocupação de outros cargos públicos. Procurava-se incentivar a frequência ao curso secundário, propondo-se, inclusive, transformá-lo em Escola Normal em vista do funcionamento irregular das diversas disciplinas.¹⁹

A idéia de fornecer os meios para melhor formação pedagógica do professorado levou novamente à criação da Escola Normal em 1876. Nesse ano, o Presidente Lamenha Lins apontava a necessidade de se incentivar a iniciativa privada por meio de subvenções, garantir o magistério pela vitaliciedade, fornecer condições para a elevação cultural do professorado e renovar a graduação entre as cadeiras ocupadas para servir de estímulo às futuras promoções.²⁰

O quadro do magistério compunha-se de 38 professores e 37 professoras nomeados pelo governo, e mais 18 professores e 6 professoras particulares, perfazendo o total de 89.²¹

¹⁸ ABRANCHES. Relatorio ... no dia 15 de Fevereiro de 1874. Op. cit. p. 25.

¹⁹ Ibid. p. 26.

²⁰ LINS. Relatorio ... no dia 15 de Fevereiro de 1877... Op. cit. p. 66.

²¹ _____. Relatorio ... no dia 16 de Julho de 1877 ... Op. cit. p. 34-5.

O aumento de professores dera-se pela exigência de se prover as novas escolas criadas em bairros, colônias e freguesias, recorrendo-se novamente aos contratados ou a nomeações em caráter interino.

Novo Regulamento ²² foi aprovado pelo governo, tentando motivar a frequência à Escola Normal por incentivos salariais e garantias de vitaliciedade aos normalistas. Entretanto, permaneceu o quadro do magistério composto de professores contratados, interinos e novos efetivos, dos quais muitos prestavam exames de habilitação e poucos apresentavam o título de normalista. Eram respeitados os direitos adquiridos pelos antigos professores definitivos, beneficiados por lei.

Em 1878, alguns elementos estrangeiros integravam o quadro do magistério, que contava com 28 professores de 3ª entrância, 27 de 2ª entrância e 24 de 1ª entrância, havendo entre eles 15 vitalícios, 48 efetivos, 8 contratados, 2 interinos e 6 subvencionados, perfazendo o total de 79 professores mantidos pelo governo.²³ Integravam também esse quadro 14 professores particulares, 10 do sexo masculino e 4 do sexo feminino; esse número, somado ao dos professores públicos dava 54 professores e 39 professoras, num total de 93 professores²⁴ (Anexos 23, 24, 25 e 26).

O aumento de professores, nessa década, foi de 30,1% em relação ao ano de 1870, e se acentuaria nos 4 anos seguintes devido ao estabelecimento de novos contratos e exames de habilitação.

Em 1879, com a criação da escola da cadeia, fora escolhido para professor um dos presos que se pretendia substituir

²² PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Regulamentos ... 1876. Op. cit. t. 23, p. 3-37.

²³ OLIVEIRA e Sá. Relatorio ... em 7 de Fevereiro de 1878. Op. cit. p. 37.

²⁴ DANTAS Filho. Relatorio ... no dia 4 de Junho de 1879 ... Op. cit. Anexos.

mais tarde por professor habilitado.²⁵ Todavia, a habilitação de professores por meio do curso Normal foi impraticável, porquanto em 1880 não havia alunos matriculados na Escola. Tornava-se necessário cercar de maiores vantagens esse curso, garantindo ao mesmo tempo os concursados em exames. A lei tinha que ser flexível, amparando normalistas e não normalistas, de que resultou a acomodação daqueles sem o curso Normal.

Em 1882²⁶, o quadro do magistério aumentava em mais 47,6% em relação ao de 1878, contando com 89 professores públicos, 16 subvencionados, 6 de escolas noturnas e 25 de escolas particulares, num total de 136 professores, dos quais 84 eram homens e 52 eram mulheres (Anexos 29, 30, 31 e 32).

Dentre os professores havia dois, lotados na mesma escola, sendo que um dos professores lecionava também em uma escola noturna, além de haver um outro professor de escola particular que lecionava também em escola subvencionada. Dos professores de escolas noturnas, 10 lecionavam em escolas diurnas e os demais lecionavam gratuitamente. Das professoras particulares na Capital destacava-se Mathilde de Druisna Meissner, lecionava na escola da Comuna Alemã Evangélica instalada em Curitiba.

Por ordem de classificação havia 31 professores lotados na 3ª entrância, 31 na 2ª, e 27 na 1ª, não fazendo parte dessa classificação os professores da cadeia e da escola noturna de Castro.

O sistema de subvencionar professores, que já vinha sendo adotado pelo governo, acentuou-se nos anos seguintes, havendo em 1886²⁷, 58 professores subvencionados que, juntamente

²⁵ MENEZES. Relatorio ... em 31 de Janeiro de 1880 ... Op. cit. p. 52.

²⁶ MARCONDES. Relatorio que ... apresentou o ... Director Geral da Instrucção Publica ... 1882. Op. cit. p. 1-2.

²⁷ FARIA Sobrinho. Relatorio ... no dia 17 de Fevereiro de 1887 ... Op. cit. p. 76.

com os professores públicos, 3 de escolas militares, 4 de escolas noturnas e mais 20 particulares, perfaziam o total de 208 professores, acusando o aumento de 34,6% de professores no quadro do magistério em relação a 1882.

A subvenção a professores elevou-se no decurso do ano de 1886 pelo estabelecimento de 22 novas concessões sobre aquelas existentes, alcançando o número de 80 subvenções, entre as quais se incluía algumas destinadas a professores públicos, como a professora Elvira de Loyola Pinho, especializada em métodos para surdos-mudos.²⁸

A contratação de professoras aumentara também nesses últimos anos, acentuando-se depois de agosto de 1888, em virtude da Lei que estabelecia a regência de escolas promiscuas preferencialmente por professoras.²⁹ A suspensão das subvenções e a extinção de escolas de 1ª entrância, que vinham sendo lotadas por professores contratados ou subvencionados, gerou sérios problemas em localidades diversas, cujos habitantes não tinham condições de subvencionar professores, o mesmo sucedendo às Municipalidades que, desprovidas de recursos financeiros, não tinham condições de assumir tal compromisso. A pressão exercida junto ao governo por professores, inspetores e mesmo no meio político resultou na reconsideração daquela medida, sendo instituídas 100 escolas particulares subvencionadas.³⁰ De imediato restabeleceram-se 15 subvenções a 3 professoras e a 12 professores³¹, seguindo outras mais. Quando da aprovação do quadro do magistério público em

²⁸ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e Decretos ... 1866. Op. cit. t. 13, p. 40.

²⁹ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Collecção de Leis ... em 1888. Op. cit. p. 18-20.

³⁰ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Collecção de Leis ... em 1889. Op. cit. p. 80-1.

³¹ THESOURO do Estado do Paraná. Relação dos professores ... Ofício em 26 de novembro de 1889 ao Secretário do Estado. Op. cit. OFFICIOS, 1889. 17:108-9.

1890³², já haviam sido reconduzidos 52 professores além daqueles existentes em novembro de 1889. Esse quadro compunha-se de 48 professores e 72 professoras, distribuídos conforme o Quadro 7.

QUADRO 7

DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES DO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO POR ENTRÂNCIAS, 1889

Classificação	Professores						Total
	Esc. Masc.		Esc. Fem.		Esc. Prom.		
	H	M	H	M	H	M	
3ª entrância	3	-	-	3	-	1	7
2ª entrância	11	-	-	11	-	2	24
1ª entrância	4	-	-	4	-	23	31
Contratados	25	-	2	1	3	27	58
TOTAL	43	-	2	19	3	53	120

FONTE: PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos e Regulamentos de 1890-1891. Op. cit. p. 64-81.

Recorria-se novamente aos contratados, que se elevaram a 58 (alcançando o mesmo número de 1886), ficando 3 professores responsáveis, cada um deles, pelo ensino em duas escolas.

As Câmaras Municipais, empenhadas em assumir parte da responsabilidade no setor da educação, estabeleceram subsídios para manutenção de 6 escolas noturnas e 4 promíscuas³³; portanto, de 10 professores. A permanência dos 20 professores

³² PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos e Regulamentos de 1890-1891. Op. cit. p. 64-81.

³³ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Colleccão de Leis ... em 1888. Op. cit. p. 42-51.

particulares de 1886 aumentava ainda mais o quadro do magistério, composto de 120 professores públicos, 10 municipais e 20 particulares, além de 3 professores, 2 de escolas militares e um daquela de aprendizes marinheiros, num total de 153.

A revogação desse Regulamento não alterou a situação funcional dos professores, que permaneceram em suas funções, sujeitos às determinações legais vigentes antes de 1888. Vigoraram plenamente os Regulamentos de 1876 e de 1884, relativos em parte à situação dos professores formados pela Escola Normal, salvo alguns artigos revogados por leis específicas.

O novo quadro aprovado em 1891³⁴ reiterava os provimentos anteriores e incluía mais 8 professores. O aumento do número de professoras no magistério patenteava-se nesse quadro, que relacionava 78 professoras em relação a 50 professores.

As escolas promíscuas da 3ª, 2ª e da entrância especial eram regidas por 31 professoras, enquanto as da 1ª entrância, sem haver especificação de serem ou não promíscuas, contavam com 26 professores e 25 professoras, públicos ou subvencionados, esses últimos na dependência de comprovarem a frequência de 15 alunos pobres.

O provimento de escolas públicas e mesmo de particulares, inicialmente destinadas a um e outro sexo e lotadas respectivamente por professores e professoras, passou, com a criação de escolas mistas após a década de 70, a ser realizado por um professor, ressaltando-se a preferência por professoras mesmo nas escolas frequentadas por meninos, desde que fossem menores de 12 anos.

A adoção desse tipo de escola pelo governo, acentuada no final da conjuntura provincial, visou à redução das despesas com os professores e alugueis de casas escolares, cujo excedente seria aplicado em outras atividades do setor do

³⁴ PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Collecção de Leis ...
[1891] Op. cit. p. 356-69.

ensino e, mesmo, na contratação de professores particulares subvencionados, procurando-se suprir com escolas, sem grandes custos, as diversas localidades da Província e, posteriormente, as do Estado.

TABELA 8

PROFESSORES DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS NA PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1854-1889

Ano	Masculinas		Femininas		Promíscuas		Total
	nº abs.	%	nº abs.	%	nº abs.	%	
1854	18	65,3	9	32,2	1	2,5	28
1858	32	65,3	17	34,7	-	-	49
1861	68	81,0	16	19,0	-	-	84
1865	117	86,7	18	13,3	-	-	135
1866	43	67,2	21	32,8	-	-	64
1870	45	68,9	21	31,1	-	-	66
1876	56	62,9	26	29,2	7	7,9	89
1878	43	46,2	22	23,7	28	30,1	93
1882	63	46,4	30	22,0	43	31,6	136
1886	79	38,0	41	19,7	87	42,3	208
1889	58	37,9	23	15,0	72	47,1	153

FONTE: PARANÁ. Presidentes, 1854-1889. Relatórios de Presidentes da Província do Paraná; Instrução Pública, 1859-1882. Relatórios de Inspetores Gerais da Instrução Pública da Província do Paraná; PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos e Regulamentos de 1890-1891.

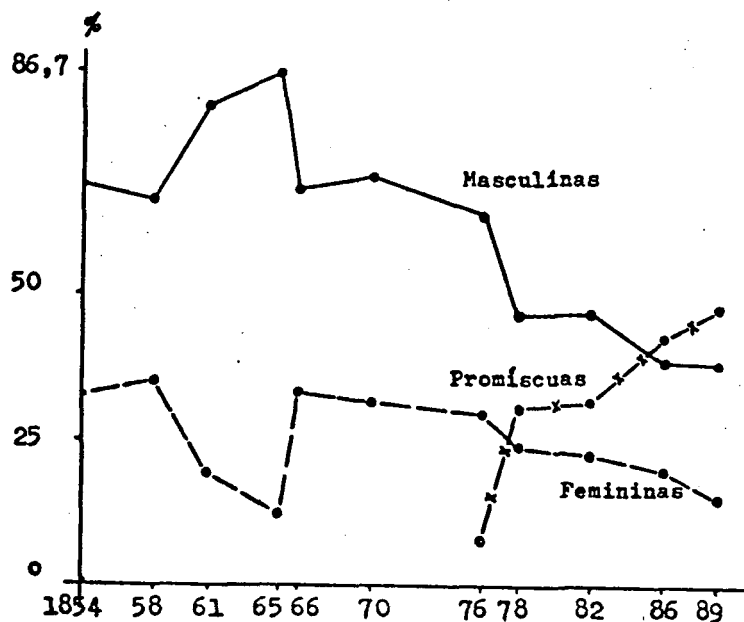
Obs.: Foram adicionados 16 professores particulares em 1870, e 20 professores particulares e 10 municipais em 1889.

O provimento de escolas por professores não habilitados em exames e a falta de uma Escola Normal levou o governo à preparação de professores por meios práticos, sem, entretanto, satisfazer às necessidades do ensino, visto serem poucos os alunos do curso primário que se propunham a abraçar a carreira do magistério.

A idéia de que, com a criação da Escola Normal, ocorreriam dos diversos pontos da Província professores não formados foi de todo infundada, porquanto a Escola Normal, além de ser criada duas vezes, foi também restaurada em 1884, em vista de seu funcionamento irregular e pela falta de alunos desde 1880. Obrigava-se o governo a recorrer a professores não formados, aceitando, nesse caso, um ensino limitado às disciplinas indispensáveis ao desenvolvimento do processo de instrução, bem como a outros conhecimentos de caráter simplista.

GRÁFICO 13

PROFESSORES DE ESCOLAS MASCULINAS, FEMININAS E PROMÍSCUAS NA PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1854-1889



FONTE: PARANÁ. Presidentes, 1854-1889. Relatórios de Presidentes da Província do Paraná; Instrução Pública, 1859-1882. Relatórios de Inspectores Gerais da Instrução Pública da Província do Paraná; PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos e Regulamentos de 1890-1891.

Obs.: Uma escola promíscua particular em 1854.

A ênfase dada ao preparo do elemento masculino, em face de sua participação futura como cidadão nas decisões políticas e no desempenho de funções administrativas ou, mesmo, de atividades ligadas à vida agrícola e pastoril resultava na criação de mais escolas para esse sexo em detrimento do elemento feminino, sem participação política e destinado, principalmente, aos afazeres domésticos.

A mudança de atitude de governo, propiciando maior número de escolas para meninas que, no entanto, nunca superaram em número aquelas para o sexo masculino, deveu-se à tendência verificada na Corte e em outras Províncias em favor da admissão de professoras no corpo do magistério público, por serem as mulheres mais dedicadas ao ensino que os homens e mais estáveis no magistério. Essa preocupação ia além das escolas primárias, com a pretensão do governo de criar Escola Normal para mulheres, em regime de internato, objetivando facilitar a vinda de meninas ou moças dos diversos pontos da Província para a Capital. Porém, o aumento do número de professoras no magistério público, com o objetivo de ensinar as disciplinas curriculares e também trabalhos de agulha às meninas, deu-se por meio de contratos e concursos de habilitação para lotarem preferentemente escolas promíscuas e não aquelas específicas para o sexo feminino.

O índice elevado de professores regendo escolas masculinas efetuiu-se de maneira crescente até 1882, quando foram criadas escolas noturnas para adultos, todas para o sexo masculino, além do aumento de professores particulares subvencionados, sendo 8 escolas essencialmente masculinas e as 8 restantes, promíscuas, das quais somente 3 eram regidas por professoras.

As escolas particulares destinavam-se principalmente ao elemento masculino, regidas por professores, aos quais cabia também a regência de escolas promíscuas.

TABELA 9

QUADRO DO MAGISTÉRIO, SEGUNDO O SEXO,
NA PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1854-1889

Ano	Homens		Mulheres		Total
	nº abs.	%	nº abs.	%	
1854	19	67,8	9	32,2	28
1858	32	65,3	17	34,7	49
1861	68	81,0	16	19,0	84
1865	117	86,7	18	13,3	135
1866	43	67,2	21	32,8	64
1870	44	67,7	21	32,3	65
1878	54	58,0	39	42,0	93
1882	84	61,8	52	38,2	136
1889	63	41,2	90	58,8	153

FORTE: PARANÁ. Presidentes, 1854-1889. Relatórios de Presidentes da Província do Paraná; Instrução Pública, 1859-1882. Relatórios de Inspetores Gerais da Instrução Pública da Província do Paraná; PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos e Regulamentos de 1890-1891.

Obs.: Conforme observação na tabela anterior, foi acrescentado o mesmo número de professores nos anos de 1870 e 1889. Os dados de 1876 e 1886 não permitem o conhecimento do número de homens e mulheres atuando no magistério.

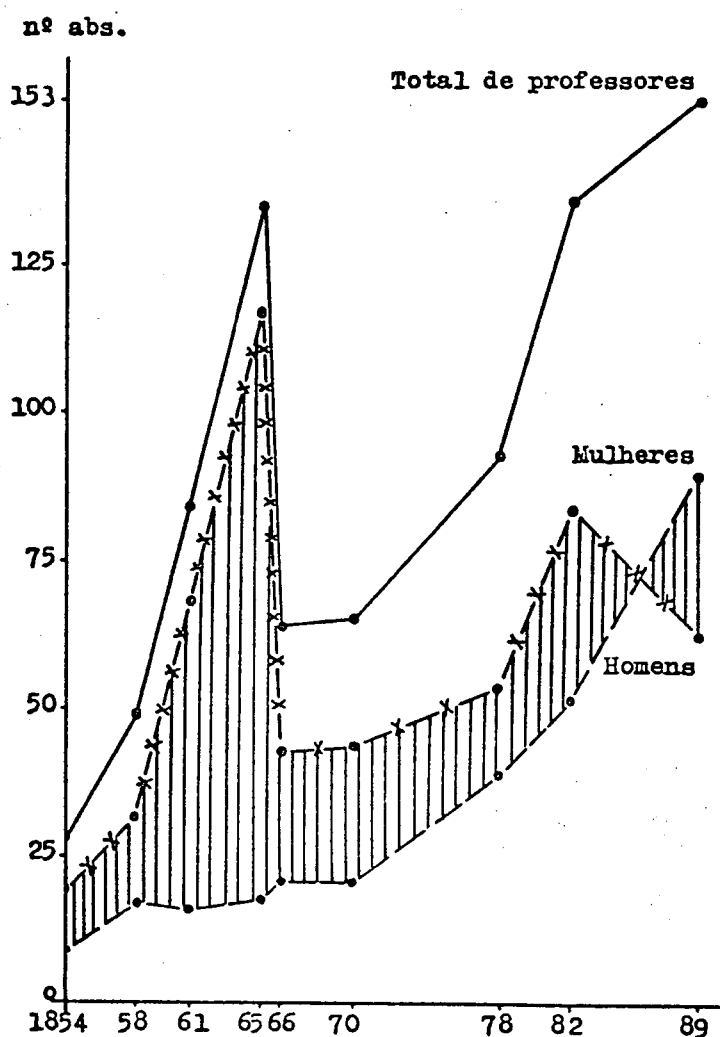
A presença de elementos masculinos no magistério foi permanente, havendo alterações no final da conjuntura, quando o governo passou a engajar maior número de mulheres nas atividades do magistério. No entanto, cumpre ressaltar que a predominância de elementos masculinos, acima referida, era decorrência da própria mentalidade da época: as atividades profissionais deviam ser desenvolvidas preferentemente pelo homem. A mudança aos poucos efetuada deveu-se, em parte, ao desenvolvimento econômico da Província.

Contando o Paraná, na conjuntura provincial, com uma economia voltada para a criação e o comércio do gado e a

lavoura de subsistência, começou em meados dessa conjuntura a desenvolver a industrialização do mate, diversificando um pouco o mercado de trabalho que, passando a oferecer outras opções profissionais, canalizou parte do professorado masculino para essas atividades, mais rendosas. Esse fato, embora não fosse uma das razões fundamentais para admissão de maior número de elementos femininos no magistério, não deixou, entretanto, de ser um fator que concorreu para tal mudança.

GRÁFICO 14

QUADRO DO MAGISTÉRIO, SEGUNDO O SEXO,
NA PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1854-1889



FONTE: PARANÁ. Presidentes, 1854-1889. Relatórios de Presidentes da Província do Paraná; Instrução Pública, 1859-1882. Relatórios de Inspectores Gerais da Instrução Pública da Província do Paraná. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos e Regulamentos de 1890-1891.

A predominância do elemento feminino no magistério, no final do período em estudo, resultou da interferência de fatores conjunturais, passando o governo a admitir professoras, em maior número, sem as exigências de exames de habilitação. Nessa época, a Província começava a contar com um melhor preparo intelectual das mulheres devido à instalação de colégios particulares para meninas em algumas cidades, os quais, apesar do reduzido número, muito contribuíram para a formação da juventude feminina paranaense.

A falta de professores para suprir as escolas criadas foi constante em toda a conjuntura provincial, levando o governo, por diversas vezes, a decretar em leis a extinção de escolas vagas para, depois de um ou dois anos, voltar a restabelecê-las, providas com professores.

TABELA 10

ESCOLAS PRIMÁRIAS CRIADAS E NÚMERO DE
PROFESSORES NA PROVÍNCIA DO PARANÁ,
1854-1889

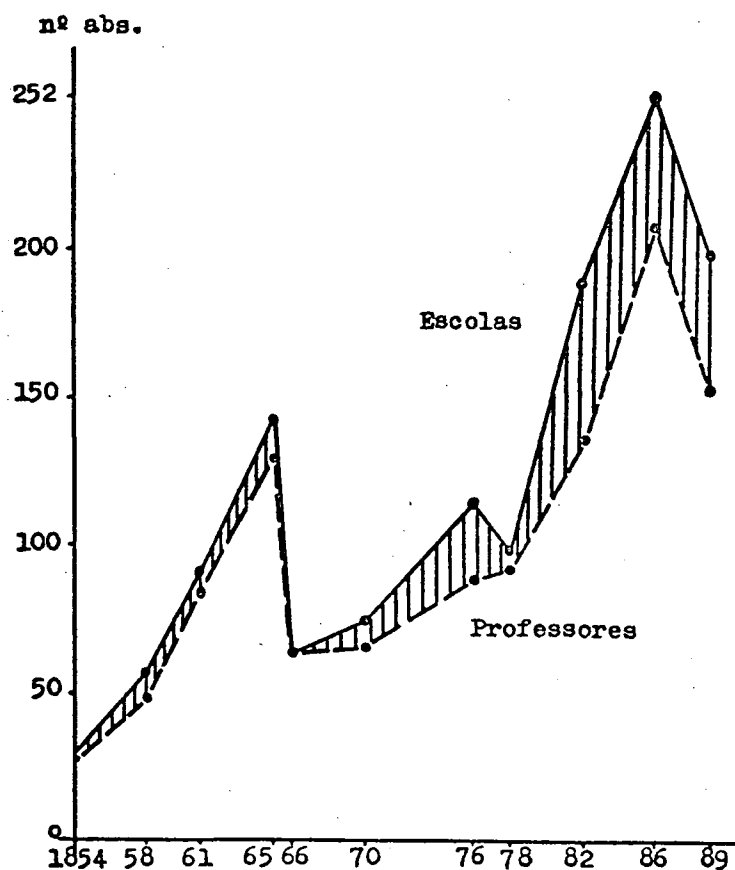
Ano	Escolas	Professores
1854	31	28
1858	56	49
1861	91	84
1865	143	135
1866	64	64
1870	75	65
1876	115	89
1878	98	93
1882	189	136
1886	252	208
1889	199	153

FONTE: PARANÁ. Presidentes, 1854-1889. Relatórios de Presidentes da Província do Paraná; Instrução Pública, 1859-1882. Relatórios de Inspectores Gerais da Instrução Pública da Província do Paraná; PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos e Regulamentos, de 1890-1891.

A defasagem, praticamente permanente, entre quadro do magistério e rede escolar - Gráfico 15 - deu-se muitas vezes não só por abandono do cargo como também por exonerações solicitadas ou demissões expedidas pelo governo, evidenciando certa inconstância do professorado na carreira, decorrente, em parte, da falta de vocação de alguns e das baixas remunerações que não constituíam atrativos. Não eram poucos os Presidentes e Inspetores que declaravam em relatórios constituir-se o magistério para muitos numa opção de trabalho na falta de outras atividades mais rendosas.

GRÁFICO 15

ESCOLAS PRIMÁRIAS CRIADAS E NÚMERO DE PROFESSORES NA PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1854-1889



FONTE: PARANÁ. Presidentes, 1854-1889. Relatórios de Presidentes da Província do Paraná; Instrução Pública, 1859-1882. Relatórios de Inspetores Gerais da Instrução Pública da Província do Paraná; PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos e Regulamentos de 1890-1891.

A criação de escolas públicas nos primeiros anos de governo foi gradativa, evitando-se o excesso de escolas vagas, que chegou a 8 em 1865. A redução do número de escolas em 1866 deve-se à extinção das escolas públicas vagas e a eliminação de várias aulas particulares da rede escolar nos registros da Inspetoria, visto estas últimas, não apresentarem os requisitos exigidos pelo Regulamento de 1857, e tão pouco freqüência que lhes garantisse alguma característica de escola.

A extinção de escolas públicas obedecia, em parte, ao critério do índice de freqüência que o Regulamento de 1857 estipulava, estabelecendo como base o número mínimo de 40 alunos para a instalação de uma escola, embora em 1865 o Presidente Fleury alterasse esse mínimo para 24 alunos. Esse número, porém, não era a média comum a todas as escolas, uma vez que eram aceitos números bem inferiores àquele, desde que apresentassem freqüência regular, exceto aquelas de 3 a 5 alunos, que mais se constituíam em despesas do que mostravam resultados. Esse critério provavelmente estendeu-se às escolas particulares quando da solicitação de licença e registro na Inspetoria, por volta de 1866. Daí a redução em 79 escolas nos registros dessa repartição, das quais 72 eram particulares.

A lotação de todas as escolas, em 1866, foi de curta duração, pois novas escolas foram criadas sem, todavia, contarem de imediato com elementos para regê-las.

Prover as escolas públicas constituiu sério problema para o governo, que nem sempre encontrava elementos habilitados, menos ainda que se dispusessem ensinar, obrigando-o contratar pessoas sem os requisitos legalmente exigidos. No entanto, as escolas da Capital e das cidades de Paranaguá, Antonina, Morretes, Castro, Lapa e outras contavam com os melhores professores da Província, devido a presença de pessoas de nível cultural mais elevado nesses centros. As demais localidades, além de não contarem com pessoal mais qualificado para ensinar, ficavam também na dependência do recebimento

de material escolar, cuja falta concorria para dificultar a ação dos professores. O fornecimento desse material era previsto em leis e regulamentos, nem sempre porém, possível de ser realizado pelo governo, em vista das dificuldades econômicas da Província e da precariedade das vias de comunicação.

Embora se ressaltasse o problema da formação do professorado, a falta de condições para ensinar, também constituiu fator que impediu melhor desenvolvimento do ensino.

CONCLUSÕES

Nesta pesquisa constatou-se que as determinações emanadas do sistema central influíram diretamente na organização do ensino na Província do Paraná, na qual concorreram também fatores geo-econômicos, políticos, sociais e religiosos.

O sentido nacional da primeira Constituição, baseado nos ideais democráticos e liberais que nortearam a política do Brasil independente, retratou-se na afirmação dos direitos civis e políticos conferidos aos cidadãos brasileiros. Nessa filosofia inseriu-se o sistema educacional do país, que começou a traçar os primeiros passos no sentido de reativar e impulsionar o ensino de forma mais acessível aos diversos segmentos da população brasileira, estabelecendo-se, como princípio, a gratuidade.

No presente trabalho, a análise dos seus resultados permite concluir o seguinte:

1. O Ato Adicional, na tentativa de descentralizar o ensino, outorgou às Províncias uma responsabilidade que nem todas estavam aptas a enfrentar. A Província do Paraná, não apresentando economia desenvolvida, que lhe permitisse maiores investimentos na área educacional, viu-se às voltas com a montagem da máquina administrativa, para a qual selecionou seus melhores elementos. Contudo, o governo provincial enfrentou grandes dificuldades para agilizar o setor do ensino.

2. A elaboração do primeiro Regulamento pautou-se pelas determinações da Reforma Couto Ferraz, que imprimiu sentido

de unificação nacional à educação no Brasil. A formação de professores pelo sistema prático e a criação de novas escolas não garantiram, posteriormente, a composição do quadro do magistério por pessoal habilitado nem a elevação do índice de frequência ao nível pretendido, embora, passados quatro anos de emancipação, o contingente escolarizado tivesse aumentado em 45% sobre aquele de 1854, comprovando a atuação do governo do Paraná no setor do ensino primário.

3. As Reformas na Corte influíram no sistema educacional paranaense, resultando em alterações no primeiro Regulamento às quais se sucederam mais três, além da aprovação de leis específicas que modificaram ou revogaram artigos desses regulamentos, na tentativa de adaptar ao caso paranaense, as disposições que não se adequavam às necessidades e à realidade do ensino.

4. A criação de escolas, malgrado todas as dificuldades, esbarrou com a falta de elementos para o magistério e com o pouco interesse da população pelo ensino.

5. A expansão da rede escolar deveu-se à iniciativa oficial, por meio de escolas públicas e subvencionadas que, no período de 36 anos apresentou o aumento de 145 escolas sobre as 31 existentes em 1854. O aumento mais significativo verificou-se na década de 70, destacando-se os anos de 1875 e 1876 pela criação de várias escolas, que atingiram o número de 115 em 1876, estabelecendo uma diferença de mais 39 escolas em relação às existentes em 1870. O aumento do número de escolas resultou do aumento do contingente escolar devido à chegada de elementos estrangeiros que se radicaram próximo aos centros urbanos, notadamente Curitiba que, a partir desta década, assumiu definitivamente a liderança no setor do ensino.

6. As escolas particulares deram sua parcela de contribuição ao desenvolvimento do sistema escolar, embora não tenham sido numericamente suficientes para ajudar o governo na agilização do setor do ensino por contarem com restrita clientela, fonte desmotivadora para implementação em larga escala desses estabelecimentos, que não corresponderam, assim, às

expectativas governamentais. Localizadas preferentemente nos centros urbanos mais importantes, essas escolas atenderam aos segmentos da população dotados de maiores recursos, sem alcançar, todavia, elevados índices de alunos. A rede particular contou com maior número de escolas em 1865, quando foram registradas 89 escolas que, todavia, não apresentaram índice expressivo de escolaridade.

7. A falta de habilitação de muitos professores da rede do ensino particular concorreu para desmotivar a frequência às escolas, das quais poucas se destacaram no cenário do ensino. Com maior gravidade estendeu-se o problema da habilitação à rede oficial, o que ressaltou mais ainda a urgência da criação da Escola Normal. O seu insucesso repercutiu nos Regulamentos e Leis, que apresentavam novas disposições relativas à situação funcional do professorado, bem como nas reformulações quanto ao campo de ação da Inspeção de Ensino, que passava a exercer maior controle sobre o rendimento escolar. A promoção dessa Escola, cercada de vantagens e impondo condições várias para ingresso nela, gerou motivação de um lado e impedimentos de outro, impossibilitando o acesso de alguns professores à mesma. A falta de vocação e a ocorrência de situações particulares, provocaram afastamentos temporários ou definitivos de professores, resultando na constante defasagem entre rede escolar e quadro do magistério. Com exceção do ano de 1866, a existência permanente de escolas vagas evidencia as dificuldades no recrutamento de pessoal para o magistério.

8. A má remuneração do professorado foi fator importante na desmotivação para a escolha da carreira, considerada por alguns como segunda opção profissional, havendo, entretanto, aqueles que, movidos por vocação, atuaram dedicadamente e ligaram seus nomes à educação no Paraná. O quadro do magistério, que se compôs predominantemente de professores, passou a ser constituído de maior número de professoras no final da conjuntura, evidenciando a tendência de participação da mulher nas atividades ligadas ao ensino. Essa tendência firmou-se cada vez mais devido à capacidade de adaptação da

mulher à carreira do magistério, entre outras razões.

9. A freqüência escolar, retratada nos baixos índices de escolarização, não correspondeu aos investimentos governamentais no setor do ensino. A população escolarizada permaneceu aquém dos mínimos desejados, haja visto constituir-se, em 1854, em 7,8% daquela escolarizável, atingindo seu mais elevado índice em 1886, com 18,8%. Constatou-se, ainda, o permanente afastamento do sistema escolar de grande faixa da população escolarizável, o que se explica, por um lado, pelo distanciamento da população mais simples dos meios de difusão do ensino e, por outro, pela irrelevância dos conhecimentos escolares, desprovidos de aplicação prática no meio rural. O contingente escolarizado não apresentou grandes alterações depois de 1858, quando acusou a freqüência de 1.552 alunos, atingindo, em 1870, o total de 1.753 alunos. A expansão da rede escolar de um ano para outro nem sempre significou aumento do contingente escolarizado, resultando, muitas vezes, da redistribuição das freqüências pelas novas escolas, originando, inclusive, sua instabilidade, em virtude da maior ou menor incidência de evasão escolar. A elevação do índice da freqüência deu-se a partir de 1874, sendo significativa a de 1876, com 2.903 alunos, correspondendo à elevação de 3,1% sobre o contingente de 1870. O aumento que se processou até 1887 foi gradativo, mas constante. Esse aumento, embora resultasse da promoção do ensino pelo governo, culminando com a regulamentação do ensino obrigatório, foi originado principalmente pela afluência de novos elementos à comunidade paranaense. A crescente participação do elemento feminino no processo ensino-aprendizagem também foi significativa, determinando o aumento da demanda escolar que, em 1882, acusou o índice de 3.504 alunos, elevando-se para 5.092 em 1886 e, no final desse mesmo ano, para 5.375. Há de se convir também que nessa década, as vias de comunicação e locomoção já eram melhores, facilitando o acesso entre as cidades e entre essas e o meio rural. Em tese, pode-se afirmar que a população escolarizada da Província, no final da conjuntura, havia alcançado o número de 5.375 alunos, pois as medidas tomadas pelo governo quanto à extinção

de escolas e suspensão de subvenções foi praticamente infundada, visto que um ano depois o próprio governo reabria a maioria dessas escolas e renovava contratos e subvenções.

10. As linhas gerais dos currículos pretendiam atender às necessidades imediatas de clientela escolar, estabelecendo o ensino elementar como básico e geral para toda a população, embora o governo instalasse também escolas primárias de ensino de 2º grau. A baixa frequência e a falta de professor habilitado para esse grau de ensino resultaram na sua extinção em 1867, eliminando do ensino primário perspectivas de estudos mais aprofundados para aqueles sem condições de se encaminharem para o curso de nível secundário. O ensino na Província, com exceção das poucas aulas avulsas de nível secundário, do Liceu, mais tarde Instituto Paranaense, da Escola Normal e de alguns colégios particulares nos quais se ensinavam também primeiras letras, constituiu-se de escolas elementares voltadas para o ensino básico e essencial da leitura, da escrita, do cálculo e da religião. A maior ou menor demanda escolar não foi condicionada pelo nível de ensino, mas por diversas outras razões, entre as quais problemas sócio-econômicos da população, pouca relevância dada à escola em face da inaplicabilidade imediata dos ensinamentos ministrados, bem como pela falta de conhecimentos pedagógicos da maioria do professorado, que não tornava o ensino atrativo.

11. Embora alguns autores brasileiros apontem o método Lancasteriano como o adotado em todas as escolas primárias elementares brasileiras no período Imperial, os Regulamentos da Instrução Pública na Província do Paraná mantiveram a indicação do método simultâneo-mútuo, sendo baixadas instruções específicas para sua aplicação. Esse método visou a atender o nível de aprendizagem da clientela a ser escolarizada, sem se preocupar com os diferentes estágios de interesses correspondentes às diferentes faixas etárias dessa clientela.

12. As diversas medidas tomadas pelo governo provincial no decorrer da conjuntura, além de influências externas representadas pelas Reformas da Corte e pelo exemplo do que

ocorria em Províncias mais desenvolvidas, sofreram também outras influências, representadas pela alternância dos partidos políticos no poder, cujos representantes nem sempre comungavam das mesmas idéias. Apesar das divergências políticas e da deficiência econômica, obstáculos à maior dinamização do ensino, de maneira geral houve empenho das autoridades provinciais na sua promoção, destacando-se a atuação de alguns Presidentes, relevante para o desenvolvimento da educação no Paraná. O ensino primário recebeu a atenção do governo provincial que, entretanto, enfrentou sérios problemas para o seu melhor desenvolvimento, envolvendo recursos materiais e humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 FONTES MANUSCRITAS

OFFICIOS

PARANÁ. OFFICIOS, 1853-1889.

01. COLLACHINI, Pedro. Ofício em 21 de novembro de 1889 ao Secretário de Estado. PARANÁ, OFFICIOS, 18:117, 1889.
02. CORREIA Junior, Manuel Francisco. Ofício de 4 de julho de 1854 ao Presidente da Província. PARANÁ, OFFICIOS, 5:38-40, 1854.
03. COSTA, Antonio Ferreira da. Relação trimensal dos Alunos da Escola de primeiras letras da Capela Curada de Guaraçuçaba em 31 de Dezembro de 1853. In: GUIMARÃES, Manoel Antonio. Ofício de 4 de fevereiro de 1854 ao Presidente da Província. PARANÁ, OFFICIOS, 2:168, 1854.
04. GUIMARÃES, Manuel Antonio. Ofício de 4 de fevereiro de 1854 ao Presidente da Província. PARANÁ, OFFICIOS, 2:167-8.
05. ———. Ofício de 19 de maio de 1854 ao Presidente da Província. PARANÁ, OFFICIOS, 4:299, 1854.
06. MORAES, Maria do Carmo de. Relação trimensal das alunas, q. frequentão a Escola publica de 1ªs letras do sexo feminino desta Cid.e em 1º de Julho de 1854. In: RODRIGUES, Francisco José. Ofício de 6 de julho de 1854 ao Presidente da Província. PARANÁ, OFFICIOS, 5:60, 1854.
07. MÔRIKOFER, Carlos. Aula Especial do Porto de Cima em 2 de Julho de 1854. In: CORREIA Junior, Manuel Francisco.

- Ofício de 4 de julho de 1854 ao Presidente da Província. PARANÁ, OFFICIOS, 5:39-40.
08. PROENÇA, João Baptista Brandão. Ofício de 14 de junho de 1854 ao Presidente da Província. PARANÁ, OFFICIOS, 4:386-9, 1854.
09. RIBAS, Francisco de Paula Fesv. Ofício de 20 de junho de 1854 ao Presidente da Província. PARANÁ, OFFICIOS, 4:364-6, 1854.
10. RODRIGUES, Francisco José. Ofício de 6 de julho de 1854 ao Presidente da Província. PARANÁ, OFFICIOS, 5:59-60, 1854.
11. THESOIRO do Estado do Paraná. Ofício em 26 de novembro de 1889 ao Secretario do Estado. PARANÁ, OFFICIOS, 17:108-9, 1889.

2 FONTES IMPRESSAS

2.1 RELATÓRIOS

PARANÁ. Presidentes, 1854-1889;
Instrução Pública, 1858-1882;
Governadores, 1890-1892.

01. ABRANCHES, Frederico José Cardoso de Araujo. Relatorio com que ... abriu a 1ª sessão da 11ª Legislatura da Assemblêa Legislativa Provincial no dia 15 de Fevereiro de 1874. Curityba, Typographia da Viuva Lopes, 1874. 56 p.
02. ——. Relatorio com que ... abriu a 2ª sessão da 11ª Legislatura da Assemblêa Legislativa Provincial no dia 15 de Fevereiro de 1875. Curityba, Typographia da Viuva Lopes, 1875. 45 p.
03. ——. Relatorio com que ... o Presidente da Província ... passou a administração ao ... 1º Vice-Presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão a 2 de Maio de 1875. Curityba, Typographia da Viuva Lopes, 1875. 148 p.
04. ARAUJO, Antonio Alves de. Falla dirigida á Assemblêa Legislativa Provincial do Paraná pelo ... 1º Vice-Presidente, Commendador ... por ocasião da abertura da sessão extraordinária a 8 de Julho de 1883. Curityba, Perseverança, 1882. 7 p.

05. ARAUJO, José Feliciano Horta de. Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa do Paraná na abertura da 1ª sessão da 8ª Legislatura pelo Presidente ... no dia 15 de Fevereiro de 1868. Curityba, Typographia de C. Martins Lopes, 1868. 60 p.
06. ARAUJO, Manoel Alves de. Relatorio com que ... passou a administração ao ... Presidente Dr. André Augusto de Padua Fleury no dia 19 de Agosto de 1865. Curityba, Typographia de Candido Martins Lopes, 1865. 27 p.
07. BARÃO do Nacar. Relatorio apresentado ao ... Dr. Joaquim Bento de Oliveira Junior pelo 2º Vice-Presidente...por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná no dia 17 de Agosto ultimo. Curityba, Typ. da Viuva Lopes, 1877. 4 p.
08. BARROS, Bento Fernandes de. Relatorio apresentado á sua Excelencia o sr. Presidente da Província do Paraná Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa pelo Inspector Geral da Instrucção Publica ... Curityba, Typographia de Candido Martins Lopes, 1871. 1 v.
09. BELLO, Luiz Alves Leite de Oliveira. Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 2ª sessão da 15ª Legislatura no dia 1º de Outubro de 1883 pelo Presidente da Província ... Curityba, Typ. Perseverança de J.F. Pinheiro, 1883. 125 p.
10. —. Relatorio que ao ... Dr. Brazilio Augusto Machado de Oliveira apresentou ... ao passar-lhe a administração em 22 de Agosto de 1884. Curityba, Typ. Perseverança, 1884. 110 p.
11. BURLAMAQUE, Polidoro Cesar. Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa do Paraná no dia 15 de Março de 1867 pelo Presidente da Província... Curityba, Typographia de Candido Martins Lopes, 1867. 1 v.
12. —. Relatorio que apresentou ao ... Dr. Carlos Augusto Ferraz de Abreu por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná. Curityba, Typographia de Candido Martins Lopes, 1867. 1 v.
13. CARDOSO, José Francisco. Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa da Província do Paraná na abertura da 1ª sessão da 4ª Legislatura pelo Presidente ... no dia 1º de Março de 1860. Curityba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1860. 124 p.
14. —. Relatorio que ... apresentou ao ... Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná. Coritiba, Typographia do Correio Official. 1861. 65 p.

15. CARMO, José Joaquim do. Relatorio com que ... passou a administração desta Provincia ao ... Dr. Andre Augusto da Padua Fleury no dia 18 de Novembro de 1864. Curityba, Typographia de Candido Martins, 1864. 1v.
16. CARVALHAES, Jose Antonio Vez de. Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa Provincial da Provincia do Paraná no dia 7 de Janeiro de 1857 pelo Vice-Presidente ... Curityba, Typ. Paranaense, 1857. 143 p.
17. CARVALHO, Antonio Luiz Affonso. Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa do Paraná na abertura da 1ª sessão da 9ª Legislatura pelo Presidente ... no dia 15 de Fevereiro de 1870. Curityba, Typographia de Candido Martins Lopes, 1870. 1 v.
18. CARVALHO, Carlos Augusto. Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 1ª sessão da 15ª Legislatura no dia 1º de Outubro de 1882 pelo Presidente da Provincia ... Curityba, Typ. Perseverança, 1882. 125 p.
19. —. Relatorio que ao ... Commendador Antonio Alves de Araujo 1º Vice-Presidente da Provincia do Paraná apresentou o ... ao passar-lhe a administração em 26 de Maio de 1883. Curityba, Typ. Perseverança, 1884. 145p.
20. DANTAS Filho, Manuel Pinto de Souza. Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa do Paraná no dia 4 de Junho de 1879 pelo Exmo. Presidente da Provincia... Curityba, Typographia Perseverança, 1879. 34 p.
21. —. Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa do Paraná no dia 16 de Fevereiro de 1880 pelo Presidente da Provincia ... Curityba, Typographia Perseverança, 1880. 82 p.
22. —. Relatorio com que ... passou ao ... Dr. João José Pedrosa a administração da Provincia em 4 de Agosto de 1880. Curityba, Typographia Perseverança, 1880. 20 p.
23. DOCUMENTOS a que se refere o Relatorio do Presidente da Provincia do Paraná na abertura da Assemblêa Legislativa Provincial em 15 de Julho de 1854. Curityba, Typ. Paranaense, 1854. 1 v.
24. FARIA Sobrinho, Joaquim d'Almeida. Relatorio que ao ... Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay apresentou o ... 1º Vice-Presidente Dr. ... ao passar-lhe a administração da Provincia, em 29 de Setembro de 1885. Curityba, Typ. da Gazeta Paranaense, 1886. 1 v.
25. —. Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa em 30 de Outubro de 1886 pelo Dr. ... Curityba, Typ.

- da Gazeta Paranaense, 1886. 110 p.
26. —. Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa do Paraná no dia 17 de Fevereiro de 1887 pelo Presidente da Provincia... Curityba, Typ. da Gazeta Paranaense, 1887. 151 p.
 27. —. Relatorio que ao ... Commendador Antonio Ricardo dos Santos 1º Vice-Presidente da Provincia apresentou ... por occasião de passar-lhe a administração da Provincia do Paraná em 29 de Dezembro de 1887. Curityba, Typ. da Gazeta Paranaense, 1888. 1 v.
 28. FERNANDES Junior, Antonio Manoel. Relatorio apresentado ao Exmo. Presidente da Provincia do Paraná o snr. Conselheiro Zacarias de Goes e Vasconcellos pelo Chefe de Policia ... em Julho de 1854 contendo a estatistica da Provincia. Curityba, Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1854. 1 v.
 29. FLEURY, Andre Augusto de Padua. Relatorio com que passou a administração ao ... Vice-Presidente Dr. Manoel Alves de Araujo no dia 4 de Junho de 1865. Curityba, Typographia de Candido Martins Lopes, 1865. 27 p.
 30. —. Relatorio do Presidente da Provincia do Paraná ... na abertura da 2ª sessão da 7ª Legislatura em 21 de Março de 1865. Curityba, Typ. Paranaense de C. M. Lopes, 1865. 1 v.
 31. —. Falla dirigida á Assemblêa Legislativa Provincial do Paraná na primeira sessão da oitava Legislatura á 15 de Fevereiro de 1886 pelo Presidente ... Curityba, Typographia de Candido Martins, 1886. 1 v.
 32. FONSECA, Antonio Augusto da. Relatorio com que o... Presidente da Provincia Dr. ... abriu a 2ª sessão da 8ª Legislatura da Assemblêa Legislativa do Paraná no dia 6 de Abril de 1869. Curityba, Typographia de Candido Martins Lopes, 1869. 1 v.
 33. —. Relatorio apresentado ao Vice-Presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão pelo ex-Presidente ... por occasião de passar-lhe a administração da Provincia do Paraná. Curityba, Typographia de Candido Martins Lopes, 1869. 1 v.
 34. GUIMARÃES, José Marques. Exposição com que o cidadão Dr. Vladislão Herculano de Freitas passou a administração do Estado do Paraná ao cidadão Americo Lobo Leite Pereira Governador do Estado a 4 de Março de 1890, acompanhado do Relatorio que ao mesmo Dr. Vladislão Herculano de Freitas passou a administração o Contra-Almirante ... em 18 de Fevereiro de 1890. Curityba, Typographia d'A Republica, 1890. 1 v.

35. GUIMARÃES, Manoel Antonio. Relatorio com que o ... Vice-Presidente da Provincia Coronel ... abriu a 2ª sessão da 10ª Legislatura da Assemblêa Provincial do Paraná no dia 17 de Fevereiro de 1873. Curityba, Typ. da Viuva Lopes. 1 v.
36. —. Relatorio que o sr. Commendador ... apresentou ao Dr. Frederico José Cardoso de Araujo Abranches por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Paraná no dia 13 de Junho de 1873. Curityba, Typ. da Viuva Lopes, 1873. 1 v.
37. LEAL, Luiz Francisco da Camara. Relatorio do Estado da Provincia do Paraná apresentado ao Presidente ... José Francisco Cardoso pelo Vice-Presidente ... por ocasião de lhe entregar a administração da mesma Provincia. Curityba, Typ. Paranaense de C. M. Lopes, 1859. 1 v.
38. LEÃO, Agostinho Ermelino de. Relatorio do Estado da Provincia do Paraná apresentado ao Presidente Dr. Polidoro Cesar Burlamaque pelo Vice-Presidente ... em 5 de Novembro de 1867. Curityba, Typ. Paranaense, 1868. 1 v.
39. —. Relatorio apresentado ao Presidente Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa pelo Exmo. Vice-Presidente Dr. ... por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Paraná. Curityba, Typografia de Candido Martins Lopes, 1871. 1 v.
40. —. Relatorio apresentado ao ... Presidente Dr. Antonio Luiz Affonso de Carvalho pelo ... Vice-Presidente Dr. ... por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Paraná. Curityba, Typographia de Candido Martins Lopes, 1870. 1 v. (05/12/1869).
41. LINS, Adolpho Lamenha. Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa do Paraná no dia 15 de Fevereiro de 1876 pelo Presidente da Provincia Curityba, Typ. da Viuva Lopes, 1876. 148 p.
42. —. Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa do Paraná no dia 15 de Fevereiro de 1877 pelo Presidente da Provincia o Curityba, Typ. da Viuva Lopes, 1877. 142 p.
43. —. Relatorio com que o ... Presidente da Provincia doutor... passou a administração ao ... 2º Vice-Presidente Dignatario Manoel Antonio Guimarães no dia 16 de Julho de 1877. Curityba, Typ. da Viuva Lopes, 1877. 16 p.
44. LISBOA, Venancio José de Oliveira. Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa do Paraná na abertura da 2ª

- sessão da 9ª Legislatura pelo ... Presidente ... no dia 15 de Fevereiro de 1871. Curityba, Typographia de Candido Martins, 1871. 1 v.
45. —. Relatorio com que o ... Presidente Sr. ... abriu a 1ª sessão da 10ª Legislatura da Assemblêa Legislativa Provincial do Paraná no dia 15 de Fevereiro de 1872. Curityba, Typ. da Viuva & Filhos de C. M. Lopes, 1872. 1 v.
46. —. Relatorio apresentado ao ... Vice-Presidente Manoel Antonio Guimarães pelo Dr. ... por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Paraná. Curityba, Typographia da Viuva Lopes, 1873. 5 p.
47. MARCONDES, Moysés. Relatorio que ao ... Dr. Carlos Augusto de Carvalho Presidente da Provincia do Paraná apresentou o ... Director Geral da Instrucção Publica da mesma Provincia. Curityba, Typ. Dezenove de Dezembro, 1882. 1 v.
48. MATTOS, Francisco Liberato de. Relatorio do Presidente da Provincia do Paraná ... na abertura da Assemblêa Legislativa Provincial em 7 de Janeiro de 1858. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1858. 75 p.
49. —. Relatorio do Presidente da Provincia do Paraná ... na abertura da Assemblêa Legislativa Provincial em 7 de Janeiro de 1859. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Lopes, 1859. 1 v.
50. —. Relatorio do Estado da Provincia do Paraná apresentado ao Vice-Presidente Luiz Francisco da Camara Leal, pelo Presidente ... por ocasião de lhe entregar a administração da mesma Provincia. Curityba, Typ. Paranaense, 1859. 7 p.
51. MENEZES, Luiz Barreto Correa de. Relatorio apresentado ao ... Doutor Manuel Pinto de Souza Dantas Filho Presidente da Provincia do Paraná em 31 de Janeiro de 1880 pelo ... Chefe de Policia Curityba, Typ. da Viuva Lopes, 1880. 64 p.
52. MENEZES, Rodrigo Octavio de Oliveira. Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa do Paraná pelo Presidente da Provincia ... no dia 9 de Abril de 1878. Curityba, Typ. da Viuva Lopes, 1878. 8 p.
53. —. Relatorio com que ... passou a administração da Provincia ao primeiro Vice-Presidente ... Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, no dia 31 de Março de 1879. Curityba, Perseverança, 1879. 92 p.

54. MENSAGEM DO GOVERNADOR DO ESTADO, enviada e lida perante o Congresso Legislativo do Paraná em 4 de Outubro de 1892. s.n. t. n.p.
55. MOTA, Joaquim Ignacio Silveira da. Relatorio que ao ... Presidente da Provincia Dr. Francisco Liberato de Mattos apresenta o Dr. ... Inspector Geral da Instrucção Publica. Curityba, Typographia Paranaense 1858. (31/12/1858) 1 v.
56. —. Relatorio que ao ... Presidente da Provincia do Paraná Dr. Francisco Liberato de Mattos apresenta o Dr. ... Inspector Geral da Instrucção Publica da mesma Provincia. Curityba, Typ. Paranaense, 1859. 40 p.
57. MOTTA, Vicente Pires da. Relatorio do Estado da Provincia do Paraná, apresentado ao Vice-Presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes, pelo Presidente ... por occasião de lhe entregar a administração da mesma Provincia. Curityba, Typ. Paranaense de C.M. Lopes, 1856. 11 p.
58. MURICI, José Candido da Silva et alii. Descrição Geral da Provincia do Paraná. In: BURLAMAQUE, Polidoro Cesar. Relatorio que ... apresentou ao ... Dr. Carlos Augusto Ferraz de Abreu por occasião de passar-lhe a administração da Provincia do Paraná. Curityba, Typographia de Candido Martins, 1867. 7 p.
59. NOGUEIRA, Antonio Barbosa Gomes. Falla com que ... installou a segunda sessão da quarta Legislatura da Assemblêa Provincial da Provincia do Paraná. Coritiba, Typographia do Correio Official, 1861. 1 v.
60. —. Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa da Provincia do Paraná na abertura da primeira sessão da quinta Legislatura pelo ... no dia 15 de Fevereiro de 1862. Coritiba, Typographia do Correio Official, 1862. 1 v.
61. —. Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa da Provincia do Paraná pelo Presidente ... na abertura da 2ª sessão da 5ª Legislatura em 15 de Fevereiro de 1863. Curityba, Typographia de Candido Martins Lopes, 1863. 1 v.
62. OLIVEIRA, Brazilio Augusto Machado de. Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa Provincial do Paraná pelo ... Presidente da Provincia, por occasião da abertura da 1ª sessão da 16ª Legislatura, no dia 15 de Setembro de 1884. Curityba, Typ. Perseverança, 1884. 44 p.
63. OLIVEIRA e Sá, Jesuino Marcondes de. Relatorio apresentado

- ao ... Dr. Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes Presidente da Provincia pelo 1º Vice-Presidente Curityba, Typ. da Viuva Lopes, 1878. 4 p.
64. —. Relatorio apresentado ao ... Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho pelo 1º Vice-Presidente ... por occasião de passar-lhe a administração da Provincia do Paraná, no dia 23 de Abril de 1879. s.n.t. 34 p.
65. —. Relatorio do Vice-Presidente ... ao entregar a administração da Provincia ao Dr. Carlos Augusto de Carvalho em 6 de Março de 1882. Curityba, Typ. Dezenove de Dezembro, 1882. 1 v.
66. —. Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa do Paraná no dia 15 de Julho de 1889 pelo Presidente da Provincia, Conselheiro Curityba, Typographia Dezenove de Dezembro, 1889. 1 v.
67. OLIVEIRA Junior, Joaquim Bento de. Relatorio com que o ... Presidente Dr. ... passou a administração da Provincia ao 1º Vice-Presidente ... Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá em 7 de Fevereiro de 1878. Curityba, Typ. da Viuva Lopes, 1878. 79 p.
68. PEDROSA, João José. Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa do Paraná por occasião da installação da 2ª sessão da 14ª Legislatura no dia 16 de Fevereiro de 1881 pelo Presidente da Provincia Curityba, Typ. Perseverança, 1881. 129 p.
69. —. Exposição com que o ... passou a administração da Provincia do Paraná ao Presidente Dr. Sancho de Barros Pimentel no dia 3 de Maio de 1881. Curityba, Typ. Perseverança, 1881. 20 p.
70. PIMENTEL, Sancho de Barros. Relatorio com que passou a administração da Provincia ao 1º Vice-Presidente Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá no dia 26 de Janeiro de 1882. Curityba, Typ. Perseverança, 1881. 30 p.
71. RIBEIRO, José Cesario de Miranda. Relatorio que ao ... Commendador Ildefonso Pereira Correia 2º Vice-Presidente apresentou ... por occasião de passar-lhe a administração da Provincia do Paraná em 30 de Junho de 1888. Curityba, Typ. da Gazeta Paranaense, 1888. 41 p.
72. RIBAS, José Lourenço de Sá. Relatorio do Inspector Geral da Instrucção Publica. In: NOGUEIRA, Antonio Barbosa Gomes. Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa da Provincia do Paraná ... no dia 15 de Fevereiro de 1862. Coritiba, Typographia do Correio Offi-
cial, 1862. p.23-57.

73. SANTOS, Ernesto Francisco Lima. Relatorio do Inspector Geral da Instrucção Publica. In: BURLAMAQUE, Polidoro Cesar. Relatorio ... á Assemblêa Legislativa do Paraná no dia 15 de Março de 1867 pelo Presidente da Provincia Curityba, Typographia de Candido Martins, 1867. 9 p.
74. —. Relatorio do Inspector Geral da Instrucção Publica. In: FONSECA, Antonio Augusto da. Relatorio com que o Presidente da Provincia abriu a 2ª sessão da 8ª Legislatura da Assemblêa Legislativa do Paraná no dia 6 de Abril de 1869. Curityba, Typographia de Candido Martins, 1869. 9 p.
75. SILVA, Sebastião Gonçalves. Relatorio ... á Assemblêa Legislativa da Provincia do Paraná pelo 1º Vice-Presidente ... na abertura da 1ª sessão da 6ª Legislatura em 21 de Fevereiro de 1864. Curityba, Typ. de Candido Martins, 1864. 1 v.
76. TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle. Exposição com que ... passou a administração da Provincia do Paraná ao ... Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho 1º Vice-Presidente a 3 de Maio de 1886. Curityba, s.ed., 1886. 126 p.
77. VASCONCELLOS, Zacarias de Goes e. Relatorio do Presidente da Provincia do Paraná o Conselheiro ... na abertura da Assemblêa Legislativa Provincial em 15 de Julho de 1854. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854. 110 p.
78. —. Relatorio do Presidente da Provincia do Paraná o Conselheiro ... na abertura da Assemblêa Legislativa Provincial em 8 de Fevereiro de 1855. Curityba, Typ. Paranaense, 1855. 191 p.

2.2 LEGISLAÇÃO

BRASIL, Leis, Decretos, etc. Brasil - Império, 1835.

PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Província do Paraná, 1854-1889; Estado do Paraná, 1890-1892.

01. BRASIL, Leis, Decretos, etc. Colleção de leis e decretos do Império do Brasil de 1835. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1864.
02. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis, decretos, regulamentos e deliberações do governo da Provincia do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense de C.M. Lopes, 1855. t. 1, 98 p.

03. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis, decretos e regulamentos da Provincia do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1855. t. 2, 76 p.
04. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e decretos da Provincia do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1856. t. 3, 70 p.
05. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e decretos da Provincia do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1857. t. 4, 104 p.
06. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Collecções das leis, decretos, regulamentos e deliberações do governo da Provincia do Paraná. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1858. t. 5, 144 p.
07. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Collecções de leis da Provincia do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense de C.M. Lopes, 1859. t. 6, 83 p.
08. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e regulamentos da Provincia do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1860. t. 7, 53 p.
09. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e regulamentos da Provincia do Paraná. Coritiba, Typ. do Correio Official, 1861. t. 8, 101 p.
10. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis, decretos e regulamentos da Provincia do Paraná. Coritiba, Typ. do Correio Official, 1862. t.9, 104 p.
11. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis, decretos e regulamentos da Provincia do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1863. t. 10, 39 p.
12. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e decretos da Provincia do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1864. t. 11, 50 p.
13. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e regulamentos da Provincia do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1865. t. 12, 63 p.
14. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e regulamentos da Provincia do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1866. t. 13, 67 p.
15. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e decretos da Provincia do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1867. t. 14, 52 p.
16. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e decretos da

- Provincia do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1868. t. 15, 52 p.
17. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e decretos da Provincia do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1869. t. 16, 51 p.
18. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e regulamentos da Provincia do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1870. t. 17, 105 p.
19. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e regulamentos da Provincia do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1871. t. 18, 153 p.
20. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e regulamentos da Provincia do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1872. t. 19, 99 p.
21. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e regulamentos da Provincia do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense. 1873. t. 20, 71 p.
22. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e regulamentos da Provincia do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1874. t. 21, 225 p.
23. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e regulamentos da Provincia do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1875. t. 22, 92 p.
24. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e regulamentos da Provincia do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1876. t. 23, 84 p.
25. REGULAMENTO Organico da Instrução Publica da Provincia do Paraná. In: PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e regulamentos da Provincia do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1876. t. 23, 37 p.
26. PARANÁ, Leis, Regulamentos, etc. Leis e regulamentos da Provincia do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1877. t. 24, 172 p.
27. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e decretos da Provincia do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1878. t. 25, 54 p.
28. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e decretos da Provincia do Paraná. Curityba, Perseverança, 1879. t. 26, 106 p.
29. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e decretos da Provincia do Paraná. Curityba, Perseverança, 1880. t. 27, 103p.

30. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e decretos da Província do Paraná. Curityba, Perseverança, 1881. t. 28, 169 p.
31. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e decretos da Província do Paraná. Curityba, Perseverança, 1882. t. 29, 1 v.
32. REGULAMENTO do Instituto Normal e de Preparação da Província do Paraná. In: PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis e decretos da Província do Paraná. Curityba, Perseverança, 1882. t. 29, 1 v.
33. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis, decretos e regulamentos da Província do Paraná. Curityba, Perseverança, 1883. t. 30, 1 v.
34. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Leis, decretos e regulamentos da Província do Paraná. Curityba, Perseverança, 1884. t. 31, 1 v.
35. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Collecção de leis e decretos da Província do Paraná. Curityba, Typ. da Gazeta Paranaense, 1887. 103 p.
36. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Collecção de leis e decretos da Província do Paraná em 1888. Coritiba, Typ. da Penitenciária, 1912. 82 p.
37. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Collecção de leis, decretos e regulamentos da ex-Província e do Estado do Paraná em 1889. Coritiba, Typ. da Penitenciária, 1912. 102 p.
38. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos e regulamentos de 1890. s.n.t. 372 p.
39. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Orçamento do 2º semestre de 1890 do Estado do Paraná. Coritiba, s.n.t. 7 p.
40. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos e regulamentos de 1890-1891. Curityba, Typ. d'A Republica, 1929. 372 p.
41. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decretos, regulamentos, leis e actos do governo do Estado do Paraná de 1890 a 1892. Coritiba, Typ. da Penitenciária, 1911, 491 p.

2.3 PERIÓDICO

01. DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curityba, 1854-1888.

2.4 OBRAS EDITADAS, ARTIGOS DE REVISTAS
E TESES NÃO EDITADAS

História e História da Educação

01. ANDRADE, Eneida Rabelo Alves de. História e história da educação. Revista de Educação e Cultura, 1(1):118-22, 1955.
02. ANDRUCCI, Antônio. Rui e a educação: subsídios para o estudo do ensino primário no período imperial. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1973.
03. AZEVEDO, Fernando. As origens das instituições escolares. In: ——. A cultura brasileira. 5 ed. São Paulo, Melhoramentos, 1858. p. 561-614.
04. BALHANA, Altiva Pilatti. População do Paraná Tradicional. In: EL-KATIB, Faissal. org. História do Paraná. 2 ed. Curitiba, , 1969. t. 2, f. 127-8.
05. ——. Imigração e Colonização. In: EL-KATIB, Faissal. org. História do Paraná. Curitiba, 1969. p. 163-8.
06. ——. Santa Felicidade um processo de assimilação. Curitiba, João Haupt, 1958. 286 p.
07. BASTOS, Tavares. A Província, estudo sobre a descentralização no Brasil. 2 ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937. 383 p.
08. BITTENCOURT, Raul. A educação brasileira no Império e na República. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 19(49):41-76, jan./mar., 1953.
09. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Campanha de Inquéritos e Levantamentos do ensino médio e elementar. Introdução ao estudo do currículo da escola primária. /s.l./ (7):1-52, 1955.
10. CALMON, Pedro. História social do Brasil, espírito da sociedade colonial, 2 ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937. 2 t., t. 2, 377 p.
11. CARNEIRO, David. A cultura paranaense, ensino primário. In: ——. Galeria de ontem e de hoje. Curitiba, Vanguarda, 1963. 2 t., t. 1, p. 331-37.
12. ——. História do período provincial do Paraná. Curitiba, Typographia Max Roesner, 1960. 458 p.
13. CHAIA, Josephina. Financiamento escolar no segundo Império. Marília, Faculdade de Filosofia, Ciências e

- letras da Universidade de São Paulo, 1965. 200 p.
14. CHIZZOTTI, Antonio. As origens da instrução pública no Brasil. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1975. 146 p.
 15. COLLICHIO, Therezinha Alves Ferreira. A contribuição de Joaquim Teixeira de Macedo para o pensamento pedagógico brasileiro, 1871-1884. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1976.
 16. COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República, momentos decisivos, 2. ed. São Paulo, Ciências Humanas, 1979. 326 p.
 17. CRESO, Coimbra. Fenomenologia da cultura brasileira. São Paulo, Loyola, 1972. 683 p.
 18. CRIPPA, Adolpho. coord. As idéias filosóficas no Brasil, séculos XVIII e XIX. São Paulo, Convívio, 1978. 238 p.
 19. EBY, Frederic. História da educação moderna, teoria, organização e prática educacionais, 2 imp. Porto Alegre, Globo, 1970. 633 p.
 20. EL-KATIB, Faissal. org. História do Paraná. 2 ed. Curitiba, Grafipar, 1969. 4 v., v. 1. p. 1-188.
 21. FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil, ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. 413 p.
 22. ———. Educação e sociedade no Brasil. São Paulo, Dominus Editora, 1966. 614 p.
 23. FIALHO, Branca. A educação secundária no Brasil, 1500-1900. Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 5:346, out., 1941.
 24. HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. O ensino secundário no Império brasileiro. São Paulo, Grijalbo, 1972. 285 p.
 25. KELLY, Celso. Política da educação. Rio de Janeiro, Reper, s.d. 335 p.
 26. LARROYO, Francisco. História geral da pedagogia. São Paulo, Mestre Jou, 1974. 2 t.
 27. LIMA, Lauro de Oliveira. Estórias da educação brasileira: de Pombal à Passarinho, 2. ed. Rio de Janeiro, Brasília, s.d. 351 p.

28. LOURENÇO Filho, M.B. Tendências da educação brasileira. São Paulo, Melhoramentos, 1940. 164 p.
29. MACHADO, Brasil Pinheiro. Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. Boletim do Instituto Histórico e geográfico e Etnográfico do Paraná. Curitiba: 1.26, jul., 1951. Separata.
30. ———. Sociedade campeira-fênero de vida. In: EL-KATIB, Faissal. org. História do Paraná. 2.ed. Curitiba, pafipas, 1969. t. 2, p. 87.
31. ———. & BALHANA, Altiva Pilatti. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. Boletim da Universidade do Paraná, Departamento de História. Curitiba (3):5-40, jun., 1963.
32. MACEDO, Annete Clotilde Portugal. Felicidade pela educação. Curitiba, Gerpa, 1952. 263 p.
33. MACEDO, Rafael Greca. Os ucranianos. Boletim Informativo da Casa Romário Martins, Curitiba, 8(53):3-26, abr., 1981.
34. MARTINS, Romário. História do Paraná. Curitiba, Guaíra, s.d. 378 p.
35. MOACYR, Primitivo. A instrução primária e secundária no Município da Corte, na Regência e na Maioridade. Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 5:505-61, out., 1938. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1941.
36. ———. A instrução e o Império, subsídios para a história da educação no Brasil, 1854-1888. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937. 614 p.
37. ———. A instrução e as Províncias, subsídios para a história da educação no Brasil. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940. 385 p.
38. MONROE, Paul. História da educação, 10. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1974. 394 p.
39. NEGRÃO, Francisco. Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba; documentos para a história do Paraná, Curitiba, Imprensa Paranaense, 1930. (Actas das sessões da Camara).
40. OS ALEMAËS nos Estados do Paraná e Santa Catarina, 1829-1929. Em comemoração ao 19 Centenário de sua entrada nesses Estados do sul do Brasil, 1829-1929. Curityba, Olivero, 1929. 196 p.
41. PEIXOTO, Afrânio. Noções de história da educação. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933. 282 p.

42. PILLOTTO, Erasmo. A educação no Paraná, síntese sobre o ensino elementar e médio. Revista do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 3:127, 1954.
43. ———. Problemas abertos no estudo de sistemas escolares para o Brasil. Curitiba, s. ed. 1958. 92 p.
44. ———. Problemas de educação. Curitiba, Imprimax 1966. 265 p.
45. ———. Situação do desenvolvimento brasileiro e a educação. Curitiba, Associação de Estudos Pedagógicos, 1959. 84 p.
46. PILLOTO, Oswaldo. A criação da Província do Paraná. Curitiba, Mundial, 1953. 24 p.
47. POMBO, Rocha. A República. In: ———. História do Brasil, nova ed. Rio de Janeiro, W.M. Jackson, Inc., s.d., v. 5, 447 p.
48. QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1978. 314 p.
49. ROMANELLI, Otaíza Oliveira. História da educação no Brasil; 1930-1973. Petrópolis, Vozes, 1978. 268 p.
50. SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina. São Paulo, Itatiaia, 1978. v. 9, 211 p.
51. SANTOS, Theobaldo Miranda. Noções de História da educação, 2 ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958. 497 p.
52. WACHOWICZ, Ruy Christovam. As escolas da colonização polonesa no Brasil. Anais da Comunidade Brasileiro Polonesa, Curitiba, 2:110, 1970.
53. ———. Abranches; um estudo da história demográfica. Curitiba, Vicentina, 1976. 84 p.
54. ———. História do Paraná. 2 ed. Curitiba, Ed. dos Professores, 1968. 185 p.
55. ———. Orleans: um século de subsistência. Curitiba, Paiol, 1976. 92 p.
56. WERNECK, Maria da Luz Portugal. História da educação no Paraná. Curitiba, Industria Gráfica e Projetos Ltda., 1978. 155 p.
57. WESTPHALEN, Cecília Maria. Navios e mercadorias no

Porto de Paranaguã. Boletim da Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, (10):19-26, 1970.

58. ———. Uma cidade portuária nos meados do século XIX. IN: REVISTA DE HISTÓRIA, Anais do IVº Simpósio Nacional dos Professores Universitários, São Paulo, 6:(31): 535-50, 1973.
59. ———. A erva-mate e a madeira. In: EL-KATIB, Faissal, org. História do Paraná. 2. ed. Curitiba, pafipas, 1969. t. 2 p. 133.
60. ———. Pequena história do Paraná. São Paulo, Melhoramentos, s. ed. 100 p.

2.4 METODOLOGIA

01. AZEVEDO, Fernando. Educação e seus problemas, 4. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1958. t. 1, 268 p.
02. ———. Sociologia educacional, introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com outros fenômenos sociais. 6. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1964. 340 p.
03. BACKHEUSER, Everardo. Técnica da pedagogia moderna, teoria e prática da Escola Nova, 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1936. 311 p.
04. BALHANA, Altiva Pilatti & WESTPHALEN, Cecília Maria. Levantamento e arrolamento de Arquivos. Boletim da Universidade do Paraná, Departamento de História, Curitiba, (10):1-18, 1970.
05. BALHANA, Altiva Pilatti. História demográfica do Paraná. Boletim da Universidade Federal do Paraná, Curitiba (10):27-36, 1970.
06. CHARTIER, Roger et alii. L'éducation en France du XVI^e au XVIII^e siècle. Paris, Société d'édition d'enseignement Supérieur, 1976. 304 p.
07. CAMPOS, Francisco. Educação e cultura. Rio de Janeiro, José Olympio, 1940. 202 p.
08. CERVO, Amado Luiz & BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica, para o uso dos estudantes universitários. 2 ed. São Paulo, MacGraw-Hill do Brasil, 1978. 144 p.
09. CIRIGLIANO, Gustavo F.G. Fenomenologia da educação. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1972. 234 p.

10. CUNHA, Luiz Antonio. Educação e desenvolvimento social no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves. 1978. 293 p.
11. CUNNINGHAM, William F. Introdução à educação, problemas fundamentais, finalidades e técnicas. 2. ed. Porto Alegre, Globo, 1975. 506 p.
12. FERREIRA, Pinto. Sociologia educacional. In: Sociologia. Rio de Janeiro, Konfino, 1955. t. 2, 368 p.
13. FICHTER, Joseph. Sociologia, 2 ed. São Paulo, Herder, 1972. 518 p.
14. FRIJHOFF, Willem & JULIA, Dominique. École et société dans la France d'ancien régime. Paris, Armand Colin, 1975. 125 p.
15. GLÉNISSON, Jeau et alii. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XV. In:———. Iniciação aos estudos históricos. 2. ed. Rio de Janeiro, Difél, 1977. p. 250-359.
16. GOUVEIA, Aparecida J. A pesquisa educacional no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 55(122):209-41, abr./jun., 1971.
17. LANGLOIS, Ch.V. & SEIGNOBOS Ch. Introdução aos estudos históricos. São Paulo, Renascença, 1944. p. 100-34.
18. MACHADO, Geraldo Pinheiro. A filosofia no Brasil. 3.ed. São Paulo, Cortez & Moraes, 1976. 121 p.
19. MATTOS, Luiz Alves de. Sumário de didática geral, 2 ed. Rio de Janeiro, Aurora, 1959. 463 p.
20. NÉRICI, Emídeo Giuseppe. Didática geral dinâmica, 4 ed. São Paulo, Científica, 1973. 390 p.
21. NOVAIS, Fernando A. Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial: séculos XVI- XVIII. Cadernos CEBRAP, São Paulo, 17:47, 1974.
22. REHFELDT, Gládis Knak. Monografia e tese, guia prático. Porto Alegre, Sulina, 1980. 78 p.
23. RIBEIRO, Maria Luiza Santos. Introdução à história da educação brasileira. São Paulo, Cortez & Moraes, 1978. 143 p.
24. ———. História da educação brasileira, organização escolar, 2 ed. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979. 166 p.
25. RODRIGUES, José Honório. Teoria da História do Brasil,

- introdução metodológica, 2 ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978. 5000 p.
26. SILVA, Lisboa Moraes. Diccionario da Lingua Portuguesa, valores reais. São Paulo, Pioneira, 1977. 289 p. Lisboa, Lacerdinha, 1813. 2 t. cópia facsimilar da 2. ed. de 1813.
 27. SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia, elementos de metodologia do trabalho científico. 6. ed. Belo Horizonte, Interlivros, 1978. 317 p.
 28. SANDER, Benno. Educação brasileira: valores formais e valores reais. São Paulo, Pioneira, 1977. 289 p.
 29. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico; diretrizes para o trabalho didático-científico da Universidade. 3. ed. São Paulo, Cortez & Moraes, 1978. 159 p.
 30. SINGER, Paul Israel et alii. Estudos sobre a população brasileira. Cadernos CEBRAP, São Paulo, 20:45, s.d.
 31. TEIXEIRA, Anísio. Educação: suas fases e seus problemas. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 56(124):284-86, out./dez., 1971.
 32. ———. Educação não é privilégio. 4. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1977. 236 p.
 33. ORÇAMENTOS E DESPESAS DA PROVÍNCIA DO PARANÁ. Trabalho de equipe da disciplinas de métodos de pesquisa IV, 4ª série do Instituto de Ciências Humanas do curso de história da USPr., Curitiba, 1973. "Datilografado".

2.5 DICIONÁRIOS

01. MODERNO Dicionário Escolar. São Paulo, Egéria, 1978. p. 215.
02. SILVA, Antonio de Moraes. Dicionário da Língua Portuguesa. Lisboa, Lacerdina, 1813. 2 t. Cópia facsimilar da 2 ed. de 1813.

2.5 OUTRAS FONTES

01. BALHANA, Altiya Pilatti. Política imigratória do Paraná. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, (12):65-80, Mai./Jun., 1969.

02. GRAF, Márcia Elisa de Campos. Imprensa periódica e escravidão no Paraná. Curitiba, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981. 170 p. 24 ilust.
03. WESTPHALEM, Cecília Maria. Política Paranaense do século XIX, Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, (12):81-96, Mai./Jun. , 1969.
04. ———. Política Provincial. In: EL-KATIB, Faissal.org História do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969. p. 144-151.
05. WACHOWICZ, Líliam Anna. A relação professor-Estado, Estudo da política elaborada para o magistério no Paraná, 1853 a 1930. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1981. 260 p.

GLOSSÁRIO

Aulas ou cadeiras	O mesmo que escolas, considerando a relação professor e aluno.
Cultura	A cultura das boas artes, isto é, o trabalho por sabê-la.*
Cultura	Cultura é a herança social representada pelo conjunto complexo de objetos culturais, materiais e não materiais criados por um grupo humano e que por sua peculiar singularidade o caracteriza.**
Educação	Criação, que se faz em alguém ou se lhe dá; ensino de coisas, que aperfeiçoam o entendimento, ou servem de dirigir a vontade, e também do respeito ao decoro.*
Educação	Processo por obra do qual as gerações jovens vão adquirindo os usos e costumes, as práticas e hábitos, as idéias e crenças, numa palavra, a forma de vida das gerações adultas.***
Educar	Criar, dar ensino, e educação,

	doutrinar mocidade.*
Educar	Estimular, desenvolver e orientar as aptidões do indivíduo, de acordo com os ideais de uma sociedade determinada.****
Escolas promiscuas	Escolas mistas; que aceita alunos de ambos os sexos.
Escolas providas	Escolas com professores ou lotadas.
Escolas vagas	Escolas ou cadeiras sem professor.
Ensinar	Instruir alguém em Arte, sciencia, ou qualquer coisa que elle ignora.*
Instruir	Ensinar, dar ensino; instruir alguém nos preceitos da Rhetorica, da Filosofia; em alguma Lingua, na Arte de Reinar; no que deve obrar.*
Instruir	Ensinar; adestrar; esclarecer; lecionar; documentar.****
Gradação	Aumento ou diminuição gradual, passagem ou transição gradual.****
População escolar	População em idade de frequentar escola, abrangendo a população escolarizada.*****
População escolarizável	População em idade própria para

receber educação escolar. *****

População escolarizada

População em idade própria que
recebe efetiva educação escolar.

* SILVA. Diccionario da lingua ... Op. cit. 2 t. Cópia facsimilar da edição de 1813.

** COIMBRA, Creó. Fenomenologia da cultura brasileira. Salvador, Lisa, 1969. p. 25.

*** LARROYO. História geral ... Op. cit. v. 1, p. 15.

**** MODERNO Dicionário Escolar. São Paulo, Egéria, 1978. p. 215.

***** ROMANELLI. História da educação ... Op. cit. p. 80.

ANEXOS

	Página.
1 - "N.1 Relação das Cadeiras de Primeiras Letras da Província do Paraná", 1854	334
2 - "N.4 Mappa Estatístico da população do Paraná"..	335
3 - G. "Relação das Cadeiras de Primeiras Letras da Província do Paraná", 1855	336
4 - Tabella das gratificações para aluguel de casas das escolas da Província, 1857	337
5 - N.4 - "Mappa das Escolas Primarias desde 1858, e alumnos que as frequentaram."	338
6 - "N.3 - Quadro demonstrativo do pessoal empregado no magisterio publico da Província do Paraná com os respectivos vencimentos", 1858	339
7 - "N.1 - Quadro demonstrativo dos empregados na Inspeção do ensino na Província do Paraná", 1858 ..	340
8 - "N.2 - Quadro do pessoal de que se compõe cada um dos Conselhos Litterarios da Província", 1858 ..	341
9 - "N.2 - Quadro das escolas primárias de 1861, e alumnos que as frequentam"	342

- 10 - "N.1 - Quadro demonstrativo dos empregados da Inspeção do ensino da Provincia do Paraná", 1861 343
- 11 - "N.2 - Quadro demonstrativo das cadeiras de instrução primaria existentes na provincia, contendo os nomes dos professores e numero de alumnos matriculados no anno de 1866" 344
- 12 - "N.3 - Quadro demonstrativo das escolas particulares de instrução primaria existentes na provincia com os nomes dos professores e numero de alumnos matriculados no anno de 1866" 345
- 13 - "Quadro demonstrativo do movimento da instrução publica do Imperio" 346
- 14 - "N.1 - Quadro demonstrativo das escolas publicas de instrução primaria da Provincia" (1870) ... 347
- 15 - "N.2 - Quadro demonstrativo das escolas publicas de instrução primaria da Provincia" (1870) ... 348
- 16 - "N.4 - Mappa demonstrativo do movimento do collegio subvencionado pelos cofres da provincia, a cargo do professor Jacob Muller, no anno lectivo de 1870" 349
- 17 - "Tabella da subvenção das casas para escolas", 1871 350
- 18 - "Mappa da população da Provincia" (1870) 351
- 19 - "Modelo de diploma de approvação de escola e Modelo de diploma de habilitação de alumno-mestre" 352
- 20 - "Tabella das subvenções do aluguel das casas para escolas", 1874 353

21 - "Tabella das subvenções do aluguel das casas para escolas de instrucção primaria dos sexos masculina e feminino e para promiscuas", 1876 .	354
22 - "Tabella dos vencimentos dos professores e mais empregados da instrucção publica a que se refere o regulamento de 16 de Julho ultimo", 1876 .	355
23 - "Mappa das escolas publicas de instrucção primaria da Provincia. 3ª Entrancia", 1878	356
24 - "Mappa das escolas publicas de instrucção primaria da Provincia. 2ª Entrancia", 1878	357
25 - "Mappa das escolas publicas de instrucção primaria da Provincia. 1ª Entrancia", 1878	358
26 - "Escolas particulares de instrucção primaria", 1878	359
27 - "N.5 - Mappa demonstrativo dos presos alumnos matriculados na escola da cadeia desta Capital", 1880	360
28 - Divisão do curso Normal em 7 séries, 1882	361
29 - "Escolas publicas de Instrucção Primaria da Provincia em 1882"	362
30 - "Escolas de Instrucção Primaria subvencionadas pelos cofres provinciaes" 1882	363
31 - "Relação das cadeiras particulares de Instrucção Primaria da Provincia em 1882"	364
32 - "Escolas nocturnas creadas desde março de 1882" .	365
33 - "Quadro do pessoal da Instrucção Publica do Estado do Paraná e Respectiva Despeza", 1890	366

ANEXO 1

N. I.

RELAÇÃO das Cadeiras de Primeiras Letras da Provincia do Paraná.

SEXOS.	DISTRICTO D'INSTRUCÇÃO PUBLICA.	CADEIRAS.	NOMES DOS PROFESSORES.	N.º DOS ALUNOS.	NATUREZA DO PROVIMENTO.
MASCULINO.	CURITYBA.....	1.ª da Capital.....	João Baptista Brandão de Proença.....	51	Definitivo.
		2.ª Dita.....	José Celestino de Oliveira.....	35	Idem.
		Campo-largo.....	José Pinto Ribeiro Nunes.....		Interino.
		Palmeira.....			
		Ygnassú.....	José Francisco de Medeiros.....		Interino.
		Veluverava.....	Manoel Gonçalves de Oliveira.....		Contractado.
	PRINCIPE.....	Principe.....	Vicente José de Oliveira.....		Definitivo.
		Rio Negro.....	José Domingues Garcia.....		Contractado.
	CASTRO.....	Castro.....	Ignacio Moreira Villela.....	11	Definitivo.
		Tibagy.....	Eduardo Baptista Ribeiro.....	4	Contractado.
Ponta grossa.....		Aprigio Guilherme Antonio.....	17	Idem.	
GUARAPUAVA ..	Guarapuava ..				
PARANAGUA'.....	1.ª de Paranaguá..	Francisco Antunes Teixeira.....	55	Definitivo.	
	2.ª Dita.....	Padre Albino José da Cruz.....	67	Idem.	
	Guaraqueçaba.....	Antonio Ferreira da Costa.....	20	Contractado.	
	Guaratuba.....	João Francisco de Sant'Anna Neves.....	39	Definitivo.	
MORRETES.....	Morretes.....	Francisco da Silva Neves.....	56	Idem.	
	Porto de Cima.....	Antonio José Leite Bastos.....	31	Interino.	
ANTONINA.....	Antonina.....	Joaquim Alvares da Silva.....	37	Contractado.	
FEMININO.	CURITYBA.....	Capital.....	Maria do Carmo de Moraes.....	23	Definitivo.
	PRINCIPE.....	Principe.....	Gertrudes Margarida de Magalhães.....		Idem.
	CASTRO.....	Castro.....	Maria Candida de Oliveira Vasconcellos.....		Idem.
	PARANAGUA'.....	1.ª de Paranaguá..	Maria Prudencia da Luz.....	61	Idem.
		2.ª Dita.....	Alzira Paula da Costa Lobo.....		Interino.
		Guaratuba.....	Anna Joaquina de Sant'Anna.....	21	Contractado.
	MORRETES.....	Morretes.....	Rita Clara das Neves.....	23	Interino.
ANTONINA.....	Antonina.....	Anna Joaquina Soares da Rocha.....	27	Definitivo.	

Secretaria do governo da provincia do Paraná, em 15 de julho de 1854.

Augusto Frederico Colla,

Secretario do governo.

MAPPA ESTADÍSTICO da população do Paraná.

TERMOS.	1854.	QUARTEIRES.	SEXO.		IDADES.			ESTADO.			CORES.			ESCRAVOS.	SOMMA.	TOTAL DOS TERMOS.
			HOMENS.	MULHERES.	ATE 21 ANNOS.	ATE 40 ANNOS.	MAIS DE 40 ANNOS.	SOLTEIROS.	CASADOS.	VIUVOS.	BRANCOS.	MULATOS.	PRETOS.			
1.º	Paraguari..... Guaraqueçaba..... Guaratuba.....	20 14 10	3134 1740 775	3399 1736 769	3116 1957 938	2075 957 415	1340 562 211	4667 2201 1032	1509 1122 424	357 153 58	4150 2816 736	1100 392 630	1274 248 193	1271 219 175	6533 3176 1564	11:573
2.º	Antonina.....	12	2023	2062	2110	1158	502	2974	990	196	2664	604	392	630	4160	4:169
3.º	Morretes.....	9	1656	1653	1975	1233	501	3001	494	221	1663	1231	912	755	3709	3:509
4.º	Curitiba.....	27	3433	2359	4236	1699	656	6115	1494	182	4621	1293	871	673	6791	20:629
	S. José dos Pinhães.....	20	2301	2359	2881	1251	528	3286	1248	166	2696	932	972	365	3660	
	Campo Largo.....	14	1783	1907	2182	1000	508	2470	1054	156	2191	979	615	359	3650	
	Palmeira.....	7	960	913	1057	516	253	1326	373	119	1028	427	363	269	1618	
	Yguassú.....	6	831	821	893	471	283	1143	460	49	952	629	71	71	1652	
5.º	Vituverava.....	14	1070	913	1255	631	232	1590	669	59	1069	815	143	126	2018	
6.º	Príncipe.....	..	2562	2344	1916	1723	1767	3121	1823	456	1858	5106	7:290
	Rio Negro.....	4	957	927	1191	464	229	1247	590	47	368	952	64	77	1684	
6.º	Castro.....	16	2893	3006	4909	1094	796	3952	1413	534	3613	1295	986	796	5999	11:643
	Ponta-Grossa.....	17	1652	1381	1572	986	475	1855	1021	147	1839	746	393	1039	3033	
	Jaguarahiva.....	2	683	383	627	318	126	668	320	63	490	260	321	449	1071	
	Tibagy.....	7	750	800	931	468	301	1153	410	42	801	492	347	354	1649	
7.º	Guarapuava.....	10	1549	1171	1356	854	310	1762	674	84	1193	939	413	379	2529	3:254
	Palmas.....	3	417	267	411	263	69	529	196	19	354	229	160	159	734	
	SOMMA.....	212	31219	31059	34695	17628	9755	43007	16140	3111	33633	13960	9251	10189		62:258

ANEXO 2

ANEXO 3

G.

Relação das Cadeiras de Primeiras Letras da Provincia do Paraná.

SEXOS.	COMAR- CAS.	MUNICIPIOS.	DISTRICTOS DE INSTRUCÇÃO PUBLICA	NOME DOS PROFESSORES.	NATUREZA DO PROVIMENTO.	
MASCULINO.	CAPITAL.	CAPITAL.....	Capital.....	} 1. ^a 2. ^a	João Baptista Brandão de Proença	Definitivo.
			Campo-largo.....		João Pinto Ribeiro Nunes.....	Definitivo.
			Palmeira.....	Manoel José Dias da Costa.....	Interino.	
			Vetuverava.....	João Duarte de Castro.....	Idem.	
			Yguassú.....	João Ferreira de Medeiros.....	Idem.	
		S. J. dos PINHAES	S. José dos Pinhaes..	Manoel Gonçalves de Oliveira	Contractado.	
	PRINCIPE.....	} Príncipe	Rio Negro	Vicente José de Oliveira.....	Definitivo.	
			João Domingos Hartia.....	Contractado.		
	CASTRO.	CASTRO.....	Castro.....	}	Alberto Marques de Almeida.....	Definitivo.
			Tibagy.....		Apriço Guilherme Antonio	Contractado.
	Jaguariñiva		Contractado.			
	GUARAPUAVA ..	} Guarapuava	Palmas	Pedro Ribeiro de Sousa.....	Interino.	
Paranaguá			Definitivo.			
PARANAGUA.	PARANAGUA	Paranaguá	} 1. ^a 2. ^a	Francisco Antunes Teixeira.....	Definitivo.	
		Guaraquecaba		Padre Albino José da Cruz.....	Idem.	
	GUARATUBA.....	Guaratuba.....	Antonio Ferreira da Costa	Contractado.		
	MORRETES.....	} Morretes	Porto de Cima.....	João Francisco de Sant'Anna Neves.....	Definitivo.	
			Antonio José Leito Balbo	Francisco da Silva Neves.....	Idem.	
ANTONINA	Antonina	Antonio José Leito Balbo	Interino.			
FEMININO.	CAPITAL.	CAPITAL.....	Capital.....	} 1. ^a 2. ^a	Maria do Carmo de Moraes.....	Definitivo.
			Constança Felicidade Puppato Borges.		Idem.	
	S. J. dos PINHAES	S. José dos Pinhaes..	Anna Joaquina Alves de Jesus.	Interino.		
			CASTRO.....	Castro.....	Maria Candida de Oliveira Vasconcellos.	Definitivo.
	GUARAPUAVA...	} Guarapuava.....	Anna Joaquina da Purificação.....	Interino.		
			PARANAGUA	Paranaguá.....	} 1. ^a 2. ^a	Maria Prudencia da Luz
	MORRETES	Morretes.....	Alzira Paula da Costa Lobo.....	Idem.		
	ANTONINA	} Antonina.....	Rita Clara das Neves.....	Interino.		
			Anna Joaquina Soares da Rocha.....	Definitivo.		

Secretaria do governo da provincia do Paraná, em 1 de fevereiro de 1855.

Augusto Frederico Colin,
Secretario do governo.

ANEXO 4

Tabella das gratificações para aluguel de casas das escolas da Provincia.

DISTRICTOS	Lugares.	CASAS ESPECIAES.	DIAS DE HABITAÇÃO.
DA CORITIBA.	Capital.....	125000	45000
	Freguezia de Votuverava.....	65000	25000
	Primeira de S. José.....	65000	25000
	Freguezia de Campo Largo.....	65000	25000
	Dita da Palmeira.....	65000	25000
	Villa do Principe.....	85000	25500
	Freguezia do Rio Negro.....	65000	25000
DE CASTRO.	Cidade de Castro.....	105000	35330
	Freguezia de Tibagy.....	65000	25000
	Dita de Jaguariativa.....	65000	25000
	Dita de Ponta Grossa.....	85000	25500
	Bairro das Conchas.....	65000	25000
	Villa de Guarapuava.....	85000	25500
	Freguezia de Palmas.....	65000	25000
DE PARANAGUÁ.	Cidade de Paranaguá.....	105000	35330
	Freguezia de Guarakessava.....	65000	25000
	Villa de Guaratuba.....	65000	25000
	Cidade de Antonina.....	65000	25000
	Villa de Moraes.....	125000	45000
	Freguezia do Porto de Cima.....	65000	25000

Estas quantias serão pagas mensalmente.

A aquisição de casas para as escolas aluga-las por conta da Provincia, será commettida aos Inspectores de Districtos ou Sub-Inspectores das escolas, conforme a designação do Inspector Geral, sómente na hypothese de determinar este, que seja conservada na habitação do Professor, terá este o direito a gratificação que he destinada para as escolas nas casas de habitação conforme a presente Tabella.

Inspectoria Geral da Instrução publica do Paraná em 3 de Novembro de 1837. — Joaquim Ignacio Silveira da Motta.

ANEXO 5

N. 4 — MAPPA das Escolas Primarias desde 1858, e alumnos que as frequentam.

PAROQUIAS.	ESCOLAS PUBLICAS		ALUMNOS		ESCOLAS PARTI- CULARES	ALUMNOS		TOTAL ACTUAL			TOTAL DOS ALUMNOS.
	CREADAS	PROVIDAS	VAROES	MENINAS		VAROES	MENINAS	ESCOLAS	VAROES	MENINAS	
Capital.	4	4	105	753	5	81		9	186	753	261
Yguassú.	1	1	24					1	24		24
Votuverava.	2	2	19	6				2	19	5	19
Palmeira.	2	1	12		1	20		2	32		32
Campo-Largo.	2	2	36	9	1	22		3	58	9	67
S. José dos Pinhaes	2	2	43	19	1	19		3	62	19	81
Principe.	3	2	67	37				2	67	37	104
Rio-Negro.	1	1	26		1	20		2	46		46
Castro.	4	3	52	46				2	52	46	98
Tibagy.	1	1	24					1	24		24
Jaguariahyva.	1										
Ponta-Grossa.	3				2	21	25	2	21	25	46
Guarapuava.	2	2	51	17				2	51	17	68
Palmas.	1	1						1			
Colonia Thereza.	2	2	34	30				2	34	30	64
Paranaguá.	5	5	217	102	1		19	6	217	121	338
Antonina.	2	2	71	43				2	71	43	114
Morretes.	2	2	42	28				2	42	28	70
Porto de Cima.	1	1	45					1	45		45
Guarakegava.	1	1	16					1	16		16
Guaratuba.	2	2	18	14				2	18	14	32
	43	35	902	425	12	183	44	48	1885	464	2349
	4	37		433					1085	467	1552

Está conforme. Secretaria da Inspectoria geral de Instrucção Publica do Paraná, 31 de Dezembro de 1858.

O Secretario interino

Porfirio Aurelio de Mariz Nogueira.

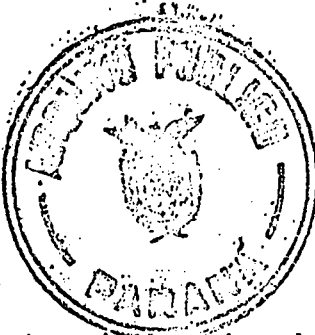
N. 3-- Quadro demonstrativo do pessoal empregado no magisterio publico da Provincia do Paraná com os respectivos vencimentos.

CADEIRAS DO SEXO MASCULINO.				PROVIMENTO		VENCIMENTO		CADEIRAS DO SEXO FEMININO.				PROVIMENTO		VENCIMENTO	
LOGARES	N.º	GRÃO	NOMES DOS PROFESSORES.	MODO	TEMPO	ORDENADO	GRATIFIC.™	N.º	GRÃO	NOMES DAS PROFESSORAS	MODO	TEMPO	ORDENADO	GRATIFIC.™	
Capital	1.ª		João Baptista Brandão de Proença.	Definitivo	1835	800U000	200U000			Maria do Carmo de Moraes	Definitiva	1841	800U000	200U000	
	2.ª		Tibério Augusto da Rocha	"	1858	800U000	200U000			Maria India Moraes da Rocha	"	1852	800U000	200U000	
Vatucorava	1.ª		Saturmino Olimio da Silva	Contractado	"	U	225U000			Vaga (gr.º do Sr. João Borges)	Contractada				
Yguassú	1.ª		Francisco Antonio de Sá Ribas	Interino	1857	U	300U000			Idem					
Poncipe	1.ª		Vicente José d'Oliveira	Definitivo	1837	600U000	200U000			Gertrudes Margarida de Magalhães	Definitiva	1848	600U000	200U000	
	2.ª		Vaga												
Rio Negro	1.ª		Padre Antonio José Candido	Contractado	1857	U	300U000								
S. José	1.ª		Sebastião de Assis e Oliveira França	Definitivo	"	600U000	200U000			Florencia Severina de Oliv.ª França	Definitiva	1857	600U000	200U000	
Campo Largo	1.ª		José Pinto Ribeiro Nunes	Contractado	1853	U	240U000			Geraldina da Mata Bandeira	Contractada		U	200U000	
Palmceira	1.ª		Provisio Gonalves da Fonseca Columbia	Definitivo	1857	600U000	200U000			Vaga					
Castro	1.ª		Luiz Antonio Pinheiro	Definitivo	1858	800U000	200U000	1.ª	2.ª	D. Emilia Erichsen	Definitiva	1853	1.600U000	400U000	
"	2.ª		Vaga			U	U			Maria Candida d'Oliv.ª Mascarenhas	"	1851	800U000	200U000	
Jaguarihyva	1.ª		Idem			U	U			Vaga					
Tibagy	1.ª		Fidencio Borges de Oliveira	Interino	1856	133U333	66U667			Idem					
Ponta Grossa	1.ª		Vaga			U	U								
Combas	1.ª		Idem			U	U								
Col.ª Theresza	1.ª		Idem			U	U			Vitalina Rosa	Contractada	1853	U	150U000	
Guarapuava	1.ª		Fortunato José do Carvalho Lima	Interino	1854	266U666	U			Bibiana Berriel de Bittencourt	Interina	1856	200U000	U	
Palmceira	1.ª		Padre Franc.º Xavier d'Almd.ª Pimt.ª	Contractado	"	U	300U000			Vaga					
Paranaguá	1.ª		Francisco Antonio Teixeira	Definitivo	1854	800U000	200U000			Maria Prudencia da Luz	Definitiva	1852	1.000U000	200U000	
"	2.ª		Padre Albino José da Cruz	"	1849	800U000	200U000			Alzira Paula da Costa Lobo	"	1854	800U000	200U000	
"	3.ª		Honorio Dacio da Costa Lobo	"	1855	800U000	200U000			Vaga					
Guaracessava	1.ª		Antonio Ferreira da Costa	"	1851	600U000	200U000			Idem					
Antenina	1.ª		Joaquim Vicente da S.ª Montepoliciano	"	1856	800U000	200U000			Maria Joaquina Soares da Rocha	Definitiva	1844	265U000	200U000	
Guaratuba	1.ª		João Francisco de Sant'Anna Neves	Contractado	1858	U	240U000			Anna Joaquina de Sant'Anna Neves	Interina	1854	200U000	200U000	
Morceles	1.ª		Luiz do Amaral Carvalho Netto	"	"	U	300U000			Rita Clara das Neves	"	"	200U000	200U000	
Porto de Cima	1.ª		Custodio Cardoso Netto	Definitivo	1857	600U000	200U000								
						8.999U999	4.371U667							7.799U999	2.011U000

Está conforme. Secretaria da Inspectoria geral da Instrução Publica do Paraná, 31 de Dezembro de 1858.

O Secretario interino — Porfirio Aurclio de Mariz Nogueira.

N. 1. -- Quadro demonstrativo dos empregados na inspecção do ensino da Provincia do Paraná.

LOCAES.	INSPECTORES DE DISTRICITO.	VENCIMENTO.	SUB-INSPECTORES DE ESCOLAS.
Capital Vutuverava Yguassú Principe		360 U 000	Luiz Antonio de Sá Ribas. Dr. José Francisco Corrêa.
Rio-Negro S. José Campo Largo Palmeira			Tenente-coronel João Baptista de Oliveira Ribas. José Joaquim dos Passos e Oliveira. Manoel de Oliveira Cercal. Felisberto Mariano de Oliveira Ribas.
Castro Jaguariahyva Tibagy Ponta-Grossa Colonia Thereza	Dr. Antonio Vespasiano de Albuquerque	360 U 000	Domingos Martins de Araujo. Padre Anaeto Teixeira Baptista. Vago.
Guarapuava Palmas			Francisco Manoel de Assis França. Antonio de Oliveira Ribas.
Paranaguá Guarakeçava Antonina	Dr. Francisco Ferreira Corrêa.	360 U 000	Vidal da Silva Pereira. Commendador Antonio Alves de Araujo.
Guaratuba Morretes Porto de Cima			Capitão Manoel Pereira Liberato. Tenente-coronel Manoel Gonsalves Marques.
		1:080 U 000	

ANEXO 7

340

Está conforme. Secretaria da Inspectoria geral de Instrucção Publica do Paraná, 31 de Dezembro de 1858.

O Secretario interino--Porfirio Aurelio de Mariz Nogueira.

ANEXO 8

N. 2. QUADRO do pessoal de que se compõe cada um dos Conselhos Litterarios da Provincia.



DISTRICTO DA CAPITAL.

1.^a SECÇÃO.

Vigario do Principe.
 Presidente da camara da capital
 Sub-inspector de Campo-Largo.
 " " de S. José dos Pinhacs.
 Vigario de S. José dos Pinhacs.
 Dito de Campo-Largo.
 Presidente da camara de S. José.

2.^a SECÇÃO.

Sub-inspector do Rio-Negro.
 " " do Principe.
 Vigario do Rio-Negro.
 Presidente da camara do Principe,
 Vigario da capital.
 Sub-inspector da Palmeira.

DISTRICTO DE CASTRO.

1.^a SECÇÃO.

Vigario de Castro.
 Presidente da camara da Ponta-Grossa.
 Sub-inspector de Guarapuava.
 Dito de Palmas.
 Vigario de Guarapuava.

2.^a SECÇÃO.

Presidente da camara de Castro.
 Vigario da Ponta-Grossa.
 Presidente da camara de Guarapuava.
 Vigario de Tibagy.
 Sub-inspector do Tibagy.

DISTRICTO DE PARANAGUA.

1.^a SECÇÃO.

Vigario de Paranaguá.
 Presidente da camara de Paranaguá.
 Sub-inspector de Guaratuba.
 Presidente da Camara de Guaratuba.
 Sub-inspector de Guaraqueçaba.
 Vigario de Guaratuba.

2.^a SECÇÃO.

Presidente da camara de Morretes.
 Sub-inspector de Antonina.
 Presidente da camara de Antonina.
 Sub-inspector de Morretes.
 Vigario de Morretes.
 Dito de Antonina.

Está conforme Secretaria da Inspectoria geral da Instrucção Publica do Paraná,
 31 de Dezembro de 1858.

O Secretario interino

Porfirio Aurcho de Mariz Nogueira.

ANEXO 9

N. 2.

Quadro das escolas primarias de 1861, e alumnos que as frequentaram.

PAROCHIAS.	ESCOLAS PUBLICAS.				ESCOLAS PARTICULARES.	ALUMNOS.		TOTAL ACTUAL.			TOTAL DOS ALUMNOS.
	CREADAS.	PROVIDAS.	VARÕES.	MENINAS.		VARÕES.	MENINAS.	ESCOLAS.	VARÕES.	MENINAS.	
Capital	4	4	121	71	14	120		18	241	71	312
Iguassú	1	1	25					1	25		25
Votuverava	2	1	20		1	25		3	45		45
Palmeira.	2	2	22	11	3	38		5	60	11	71
Campo-Largo	2	2	66	13	2	20		4	86	13	99
S. José dos Pinhães.	2	2	11	29	5	16		7	27	29	56
Principe	3	3	70	34	2	23		5	93	34	127
Rio-Negro	1	1	39		1	10		2	49		49
Castro.	4	3	96	38	2	24		6	120	38	158
Tibagy	1				1	10		2	10		10
Jaguarihyva	1							1			
Ponta-Grossa	2	2	24	21	7	35		9	59	21	80
Guarapuava	2	2	35	15	2	20		4	55	15	70
Palmas	1	1	16		1	12		2	28		28
Colonia Thereza.	2	2	32	35				2	32	35	67
Superaguy	1							1			
Paranaguá	5	5	223	116	2	18		7	241	116	357
Antonina.	2	2	88	64				2	88	64	152
Morretes.	2	2	61	44	2	22	13	4	83	57	140
Porto de Cima	1	1	62					1	62		62
Guarakessava	1	1	24					1	24		24
Guaratuba	2	2	40	17				2	40	17	57
Resongui	1										
S. RICHARDIA	1										
	4 46	39 40	1075	508	45	393	13	89	1468	521	1989

Conforme.— Secretaria da inspectoría geral da instrucção publica do Paraná, 31 de Dezembro de 1861.

O secretario interino, *Porfirio Aurelio de Mariz Nogueira.*

N. 1.

Quadro demonstrativo dos empregados da inspecção do ensino da provincia do Paraná.

LOCAES.	INSPECTORES DE DISTRICTO.	VENCIMENTO.	SUB-INSPECTORES DE ESCOLAS.
Capital Votuverava Iguassú Principo Rio-Negro S. José Campo-Largo	Foi extinto pela lei n. 71 de 6 de Junho de 1861.		Luiz Antonio de Sá Ribas. Firmino José dos Santos Lima. Tenente-coronel João Baptista de Oliveira Ribas. José Joaquim dos Passos Oliveira. Padre Lourenço Justiniano Ferreira Bello.
Castro Jaguariahyva Tibagy Ponta-Grossa Colonia Thereza Palmeira			
Guarapuava Palmas	Vago.		Francisco Manoel de Assis França. Antonio de Oliveira Ribas.
Paranaguá Guarakessava Antonina Guaratuba Morretes Porto de Cima Superaguy	Dr. Francisco Ferreira Corrêa.	360\$000	Padre Albino José da Cruz. Antonio Manoel Baptista. Padre Manoel José de Sousa. Antonio José da Rocha. Joaquim Pedro da Rocha. Tenente-coronel Manoel Gonçalves Marques. Vago.
		720\$000	

ANEXO 10

Conforme.— Secretaria da inspecção geral da instrucção publica do Paraná, 31 de Dezembro de 1861.

O secretario interino, *Porfirio Aurelio de Mariz Nogueira.*

N. 2. — Quadro demonstrativo das cadeiras de instrução primaria existentes na provincia, contendo os nomes dos professores e numero de alumnos matriculados no anno de 1866.

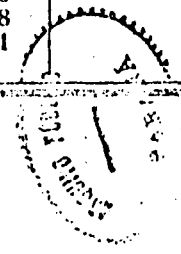
LOGARES DAS ESCOLAS.	ESCOLAS DO SEXO MASCULINO.	MODO DO PROVIMENTO.	N.º DE ALUNNOS MATRICULA- DOS.	LOGARES DAS ESCOLAS.	ESCOLAS DO SEXO FEMININO.	MODO DO PROVIMENTO.	N.º DE ALUNNAS MATRICULA- DAS.
	NOMES DOS PROFESSORES.				NOMES DAS PROFESSORAS.		
Capital	João da Costa Vianna	Interino (*)	46	Capital	D. Maria do Carmo de Moraes Martins . .	Contractada.	58
"	Antonio Ferreira da Costa	Definitivo	94	"	" Maria India Moraes da Rocha	Definitiva	27
S. José dos Pinhaes	Serafim de Assis Oliveira Franca	"	16	S. José dos Pinhaes	" Florenzia Severina de Oliveira Franca . .	"	15
Iguassú	Antonio Arlindo Pereira	Contractado.	27	Campo-Largo	" Geraldina da Mota Bandeira e S.º Bello.	"	8
Campo-Largo	João Antonio Ferreira	Definitivo	35	Principe	" Gertrudes Margarida de Magalhães . . .	"	22
Principe	Geniplo Pereira Ramos	"	56	Castro	" Maria Candida de Oliveira Mascarenhas	"	29
Rio-Negro	Francisco Bueno Freire	"	22	"	" Emilia de Faria Eriksen	"	31
Votuverava	Manoel Ferreira dos Santos	"	19	Ponta-Grossa	" Maria Valentina de Oliveira Mascarenhas	"	25
Arraial Queimado	Bento Antonio Gomes	Contractado.	28	Palmeira	" Amelia Isolina de Carvalho Bordes . . .	"	21
Botiatuva	José Antonio de Faria	"	19	Guarapuava	" Maria Clara Barbosa da Gama	"	16
Castro	Custodio Cardoso Netto	Definitivo	38	Colonia Thereza	" Vitalina Rosa	Contractada.	20
Ponta-Grossa	José da Costa Rodrigues Guimarães	"	36	Paranaguá	" Maria Prudencia da Luz	"	49
Palmeira	Antonio Rodrigues dos Santos Rangel . . .	"	27	"	" Alzira Paula da Costa Lobo	"	35
Guarapuava	José Ferreira das Neves	"	25	Guaratuba	" Anna Joaquina de Sant'Anna Neves . . .	Contractada.	21
Jaguariahyva	Paulo José Nunes da Cunha	Contractado.	6	Antonina	" Deocleciana Augusta da Costa Rocha . .	Definitiva	51
Tibagy	Joaquim Pereira de Sousa Araujo	"	23	Morretes	" Maria Josephina Mangen	"	52
Colonia Thereza	Felix Antonio Condamine	"	23	Porto de Cima	" Maria Theresa de Jesus Guimaraes . . .	"	35
Paranaguá	Francisco Antunes Teixeira	Definitivo	32				
"	Domingos Carneiro da Silva Braga	"	64				
"	Honorio Decio da Costa Lobo	"	136				
Rio das Pedras	José Leite Bastos	Contractado.	29				
Serra Negra	Euristio José da Cruz	"	26				
Bairro das Peças	Antonio José Pereira	"	13				
Iha do Mel	João Feliciano dos Santos	"	16				
Colonia do Superaguy	João Francisco de Sant'Anna Neves	"	26				
Guaratuba	Joaquim Candido da Rocha	"	47				
Antonina	Joaquim Vicente da Silva Montepoliciano .	Definitivo	85				
Morretes	Manoel Libanio de Sousa	"	69				
Porto de Cima	Manoel da Cunha Vianna	"	31				
Guarakessava	José da Silva Cruz	Contractado.	17				
			1131				511

(*) De conformidade com o artigo 60 do Regulamento de 8 de Abril de 1857.

N. 3.— Quadro demonstrativo das escolas particulares de instrução primaria existentes na provincia, com os nomes dos professores e numeros de alumnos matriculados no anno de 1866.

LOGARES DAS CADEIRAS	ESCOLAS DO SEXO MASCULINO	N.º D'ALUMNOS MATRICULAD.	LOGARES DAS CADEIRAS	ESCOLAS DO SEXO FEMININO	N.º D'ALUMNAS MATRICULAD.
	NOMES DOS PROFESSORES			NOMES DAS PROFESSORAS	
Assunguy . .	João Barbosa Cardoso. . .	4	Paranaguá .	Cactana Leonisa da Silva. .	30
Campo Largo.	João Antonio Ramires. . .	15	» . .	Julia Clara Pereira. . . .	18
» . .	Antonio José de Sampaio . .	16	Morretes .	Luiza Maria	20
» . .	João Fernandes Braga . . .	11	Ponta Grossa	Francisca Antonia de Frias.	3
Palmeira . .	Manoel José Dias	12			
Castro . . .	Francisco Antonio de Barros	16			
Guarapuava .	Antonio José da Piedade . .	20			
Ponta Grossa .	João Lopes	10			
» . .	Joaquim Domingues Teixeira	8			
» . .	Joaquim José Ribeiro d'Almeida	8			
Paranaguá. .	João Alves Ribeiro.	18			
Antonina . .	Antonio dos Santos Machado. .	11			
Porto de Cima	Antonio Maximo Julio da Silva.	29			
		178			71

PROVINCIAS	POPULAÇÃO	NUMERO DAS ESCOLAS	NUMERO DOS ALUNNOS	IMPORTANCIA TOTAL DA DESPEZA COM A INSTRUÇÃO PRIMARIA	TERMO MEDIO DA DESPEZA COM CADA ALUNNO	TERMO MEDIO DOS ALUNNOS PARA CADA ESCOLA	NUMERO DE HABITANTES CORRESPONDENTE A CADA CADENRA	RELAÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR PARA A DA PROVINCIA	OBSERVAÇÕES.
Amazonas	69:000	25	396	17:700\$000	44\$722	15	2,760	174	Não se achou nos <i>Relatórios</i> e colleções de Leis existentes na secretaria a importancia das despesas com a instrução primaria na Bahia, S. Paulo, e Rio Grande do Sul.
Pará	290:000	78	4,066	80:100\$000	19\$699	52	3,717	71	
Maranhão	330:000	80	3,254	58:382\$000	17\$941	40	4,125	101	
Piauí	180:000	40	1,014	25:520\$000	25\$167	25	4,500	177	
Ceará	504:000	112	4,971	78:720\$000	15\$834	43	4,500	101	
Rio Grande do Norte	202:000	48	1,087	31:000\$000	28\$518	22	4,208	185	
Parahyba	250:000	71	1,800	64:750\$000	35\$972	25	3,521	138	
Pernambuco	620:000	141	5,324	167:270\$000	31\$418	37	4,397	116	
Alagoas	250:000	85	3,885	89:000\$000	22\$908	45	2,941	64	
Sergipe	170:000	78	3,074	43:020\$000	13\$994	39	2,179	55	
Bahia	1,100:000	208	8,177			39	5,288	134	
Espirito Santo	50:000	53	1,017	24:950\$000	23\$829	19	943	47	
Rio de Janeiro	700:000	164	6,532	236:907\$200	36\$268	39	4,268	107	
Município neutro	400:000	48	3,482	119:896\$121	34\$433	72	8,333	114	
S. Paulo	700:000	152	7,021			46	4,605	99	
Paraná	110:000	48	1,642	38:142\$000	23\$238	34	2,291	66	
Santa Catharina	205:000	61	1,933	34:235\$000	17\$692	31	3,360	105	
Rio Grande do Sul	380:000	168	7,046			41	2,261	53	
Minas	1,200:000	321	18,067	231:400\$000	12\$807	56	3,738	66	
Goyaz	121:000	66	1,540	30:180\$000	19\$636	24	1,833	78	
Matto-Grosso	60:000	20	838	11:940\$000	14\$248	41	3,000	71	



Vê-se pois que no Paraná a instrução é mais cara do que no Pará, Maranhão, Ceará, Alagoas, Sergipe, Santa Catharina, Minas, Goyaz, Matto Grosso, não fallando na Bahia, S. Paulo e Rio Grande do Sul, cujas despesas não conheço.

ANEXO 14

N. 1. -- Quadro demonstrativo das escolas publicas de instrução primaria da provincia.

N.º DAS ESCOLAS	GRAOS DAS ESCOLAS	LOGARES DAS ESCOLAS	SEXO MASCULINO	MODO DO PROVIMENTO	N.º D'ALUNOS MATRICULADOS
			NOMES DOS PROFESSORES		
1	1.ª	Cadeira Capital	Pheleto Elycio de Paula	Interino.	45
2	2.ª	» Idem.	Antonio Ferreira da Costa.	Definitivo	49
3	1.ª	» S. José dos Pinhães.	João da Costa Vianna.	Idem	19
4	1.ª	» Principe.	Geniplo Pereira de Ramos.	Idem	32
5	2.ª	» Idem.	Pedro Fortunato de Sousa Magalhães Junior.	Idem	40
6	1.ª	» Castro	Custodio Cardoso Netto.	Idem	37
7	1.ª	» Ponta Grossa	Antonio Martins de Araujo.	Idem	42
8	1.ª	» Paranaguá	José Cleto da Silva.	Idem	120
9	2.ª	» Idem.	Domingos Carneiro da Silva Braga.	Idem	30
10	3.ª	» Idem.	Honorio Decio da Costa Lobo.	Idem	86
11	1.ª	» Guaratuba	Crispim José de Freitas Castro.	Interino.	30
12	2.ª	» Antonina	Manoel Libanio de Souza	Definitivo	40
13	1.ª	» Idem.	Vaga	48
14	1.ª	» Palmeira	Vaga	13
15	1.ª	» Ilha Rasa Grande	Manoel Fernandes de Miranda.	Interino.
16	1.ª	» Morretes	José Goncalves de Moraes	Definitivo	54
17	1.ª	» Porto de Cima	João Baptista Pereira de Andrade	Interino.	19
18	1.ª	» Guassú	Vaga.
19	1.ª	» Guarapuava	José Ferreira das Neves.	Definitivo	28
20	1.ª	» Rio Negro	Francisco Bueno Freire	Idem	24
21	1.ª	» Voluverava	Manoel Ferreira dos Santos.	Idem	23
22	1.ª	» Assunguy	Carlos Mericofer	Interino.	22
23	1.ª	» Guarakessava	Francisco da Silva Bastos.	Idem	30
24	1.ª	» Superaguy	João Francisco de Sant'Anna Neves	Interino.	29
25	1.ª	» Butiatuva	Vaga.
26	1.ª	» Ambrósios	Palemon Carlos Maria Huergo.	Interino.	31
27	1.ª	» Serra Negra.	Euristeo José da Cruz.	Interino.	14
28	1.ª	» Tibagy	Joaquim Pereira de Souza Araujo.	Idem	30
29	1.ª	» Arraial Queimado	Vaga.
30	1.ª	» Colonia Thereza	Felix Antonio Condamine	Interino.	23
31	1.ª	» Campo Largo	Jeronimo Durski	Definitivo	15
32	1.ª	» Itaqui	Benedicto Antonio Corrêa	Interino.
33	1.ª	» Jatahy	Antonio Corrêa de Bittencourt.	Idem
34	1.ª	» Sacco de Tambarutaca	Manoel Francisco de Mendonça.	Idem
35	1.ª	» Barra do Sul	Florianio José Martins	Idem
36	1.ª	» Palmas	Vaga.
37	1.ª	» Rio das Pedras	José Leite Bastos	Interino.	20
38	1.ª	» Conchas	Vaga.

992

OBSERVAÇÕES.

A 1.ª cadeira do sexo masculino de Antonina e a do mesmo sexo da Palmeira vagaram, a primeira em 13 de Outubro e a segunda em 22 do mesmo mez deste anno, tendo até essas datas o numero de alumnos indicado no quadro.

Das cadeiras do sexo masculino do Jatahy, Ilha Rasa Grande, Sacco de Tambarutaca e Itaqui, creadas este anno e ha pouco providas, não vieram ainda mappa dos alumnos.

Secretaria da inspeccoria geral da instrucção publica do Paraná, em 29 de Dezembro de 1870.

O secretario interino, *Felippe Goncalves Araujo.*

ANEXO 15

N. 2. — Quadro demonstrativo das escolas publicas de instrucção primaria da provincia.

NUMEROS	GRAOS DAS ESCOLAS	LOGARES DAS ESCOLAS	SEXO FEMININO		MODO DO PROVIMENTO	N.º D'ALUMNAS MATRICULADAS
			NOMES DAS PROFESSORAS			
1	1. ^a	Codeirã	Capital	Maria do Carmo de Moraes Martins	—	41
2	2. ^a	»	Idem.	Iria Narcisa Ferreira Murici	Interino.	30
3	1. ^a	»	S. José dos Pinhães.	Amelia Isolina Carvalho Bordes.	Definitivo	16
4	»	»	Principe.	Gertrudes Margarida de Magalhães.	Idem	22
5	»	»	Campo Largo	Maria da Luz Ferreira Cercal	Interino.	15
6	2. ^a	»	Castro	Emilia de Faria Erichsen.	Definitivo	30
7	1. ^a	»	Ponta Grossa	Alzira da Purificação Braga.	Idem	32
8	»	»	Palmeira	Maria Clara Barbosa da Gama	Idem	21
9	»	»	Guarapuava	Maria Ernestina de Azevedo Lima.	Interino.	
10	»	»	Colonia Thereza	Anna Alves Carneiro.	Idem	
11	2. ^a	»	Antonina	Maria Joaquina Soares da Rocha	Definitivo	47
12	1. ^a	»	Paraguá	Maria Bernardina Pinto Cordeiro	Idem	42
13	2. ^a	»	Idem.	Alzira Paula da Costa Lobo.	Idem	32
14	1. ^a	»	Guaratuba	Anna Joaquina de Sant'Anna Neves	Interino.	14
15	»	»	Morretes	Maria Josephina Mangin.	Definitivo	41
16	»	»	Porto de Cima	Maria Thereza de Jesus Guimarães.	Idem	18
17	»	»	Rio Negro	Vaga.	—	
18	»	»	Guarakessava	Virginia Margarida de Paula	Idem	
19	»	»	Palmas	Vaga.	—	
20	»	»	Arraial Queimado	Vaga.	—	
						400

Secretaria da inspectoría geral da instrucção publica do Paraná, em 29 de Dezembro de 1870.

O secretario interino, *Felippe Consalves Araujo*.

ANEXO 16

N. 4. — Mappa demonstrativo do movimento do collegio subvencionado pelos cofres da provincia, a cargo do professor Jacob Muller, no anno lectivo de 1870.

ALUMNOS	Matricularam-se	Despediram-se	Existiam até o exame	Foram examinados	Foram approvados	OBSERVAÇÕES.
Internos	34	10	24	13	13	2 alumnos internos são pobres e recebem instrucção gratuita. 4 ditos externos, idem.
Externos	58	13	45	16	16	
Meios pensionistas.	11	5	6	5	5	
Sommas	103	28	75	34	34	

QUADRO demonstrando quaes são as 8 anas frequentadas por 75 alumnos e quaes foram as que forneceram os 34 alumnos examinados.

	Primeiras letras	Franez	Inglez	Latim	Allemão	Mathematicas	Grammatica philosophica	Geographia e historia	OBSERVAÇÕES.
75 Alumnos	41	37	24	16	49	15	9	19	
34 Examinados	9	29	5	2	9	1	1	2	

Secretaria da instrucção publica do Paraná, 29 de Dezembro de 1871.

O secretario interino—*Felippe Gonsalves Araujo.*

ANEXO 17

TABELLA da subvencão das casas para escolas.

LOCALIDADES	SEXO MASCULINO		SEXO FEMININO	
	N.º de escolas	Aluguel mensal dos predios	N.º de escolas	Aluguel mensal dos predios
Capital	2	12\$000	2	8\$000
Paranaguá	3	8\$000	3	6\$000
Antonina	2	6\$000	1	6\$000
Morretes	1	6\$000	1	6\$000
Ponta Grossa	1	5\$000	1	5\$000
Castro	1	6\$000	1	6\$000
Príncipe	2	5\$000	1	5\$000
S. José dos Pinhaes	1	4\$000	1	4\$000
Campo Largo	1	4\$000	1	4\$000
Rio Negro	1	3\$000	1	3\$000
Palmeira	1	4\$000	1	4\$000
Guarapuava	1	4\$000	1	4\$000
Guaratuba	1	3\$000	1	3\$000
Porto de Cima	1	3\$000	1	3\$000
Votuverava	1	3\$000	1	3\$000
Iguassú	1	3\$000		
Arraial-Queimado	1	2\$000	1	2\$000
Butiatuva e Tranqueira	1	2\$000		
Assunguy	1	2\$000	1	2\$000
Colônia Thereza	1	2\$000	1	2\$000
Ibagy	1	2\$000	1	2\$000
Saquarema	1	2\$000		
Faisqueira	1	2\$000		
Cachoeira	1	2\$000		
Guarakessava	1	2\$000		
Superaguy	1	2\$000	1	2\$000
Rio das Pedras	1	2\$000		
Serro Negro	1	2\$000		
Sacco da Tambarutaca	1	2\$000		
Barra do Sul	1	2\$000		
Ilha-raza Grande	1	2\$000		
Itaqui	1	2\$000		
Jataly	1	2\$000		
Palmas	1	2\$000	1	2\$000
Conchas	1	2\$000		
Ambrosios	1	2\$000		
S. Lourenço	1	2\$000		
Campo do Tenente	1	2\$000		
S. José do Christianismo	1	2\$000	1	2\$000
Taperussú	1	2\$000		
Ilha das Peças	1	2\$000		
Ilha do Mel	1	2\$000		
Rocio (de Paranaguá)	1	2\$000		
Barreiros	1	2\$000		
Bairro Anhaia	1	2\$000		
S. João da Graciosa	1	2\$000		
Capella do Tamanduá	1	2\$000		
Freguezia do Triumpho	1	2\$000	1	2\$000
Capella da Lança	1	2\$000		
	54		26	

ANEXO 18

Mapa da população da Provincia.

Comarcas.	Freguezias.	Habitantes.	Total.
CAPITAL. . .	Curityba	14,889	46,409
	Principe	8,515	
	S. José dos Pinhaes	6,303	
	Campo Largo	5,534	
	Votuverava	4,410	
	Iguassú	2,640	
	Rio Negro.	4,118	
PARANAGUÁ.	Paranaguá	7,060	24,790
	Antonina	6,682	
	Guaratuba	2,303	
	Nhundiaguara	3,231	
	Guarakessava	4,045	
	Porto de Cima	1,449	
CASTRO . . .	Castro	15,140	30,125
	Ponta Grossa	5,451	
	Palmeira	3,850	
	Tibagy	2,764	
	Jaguariahyva	2,920	
GUARAPUAVA	Guarapuava	4,950	7,000
	Palmas	2,050	
		Somma.	108,324

ANEXO 19

N. 1. — MODELO DE DIPLOMA DE APROVAÇÃO DAS ESCOLAS.

F. (Inspector parochial ou inspector de districto) tendo em attenção o exame prestado pelo alumno F.... na escola publica de... e approvação que lhe foi conferida com o grão de... (plenamente ou simplesmente) na fórma do art. 24 do Regulamento da Instrucção Publica de.... lhe passei o presente diploma de approvação.

Paróchia de... &c. (data e assignatura).

N. 2. — MODELO DE DIPLOMA DE HABILITAÇÃO DE ALUMNO-MESTRE.

Eu F... Inspector Geral da Instrucção Publica da Provincia do Paraná, attendendo a approvação conferida á F... pelo exame feito na escola... e sob as informações dos Inspectores, parochial e do districto respectivo, em virtude do art. ... do Regulamento da Instrucção Publica, lhe mandei passar o presente titulo de habilitação de alumno-mestre.

Paraná &c. (data).

(Assignatura.)

N. B. — Com as alterações convenientes serão passados os diplomas para os professores adjunctos, professores de instrucção primaria e alumnos do lyceo.

ANEXO 20

TABELLAS das subvenções do aluguel das casas para escolas

LOCALIDADES	SEXO MAS- CULINO		SEXO FE- MININO	
	N.º das escolas	Aluguel mensal dos predios	N.º das escolas	Aluguel mensal dos predios
Capital	2	12\$000	2	8\$000
Parauaguá	3	8\$000	3	6\$000
Antonina	2	6\$000	2	6\$000
Morretes	1	6\$000	1	6\$000
Ponta Grossa	1	5\$000	1	5\$000
Castro	1	6\$000	1	6\$000
Lapa	2	5\$000	1	5\$000
S. José dos Pinhães	1	4\$000	1	4\$000
Campo Largo	1	4\$000	1	4\$000
Rio Negro	1	3\$000	1	3\$000
Palmeira	1	4\$000	1	4\$000
Guarapuava	1	4\$000	2	4\$000
Guaratuba	1	3\$000	1	3\$000
Porto de Cima	1	3\$000	1	3\$000
Votuverava	1	3\$000	1
Iguassú	1	3\$000
Arraial-Queimado	1	2\$000	1	2\$000
Serro-Azul	1	2\$000	1	2\$000
Assunguy de Cima	1	2\$000
Therezina	1	2\$000	1	2\$000
Tibagy	1	2\$000	1	2\$000
Guarakessava	1	2\$000	1	2\$000
Superaguy	1	2\$000
Gampina Grande	1	2\$000	1	2\$000
Col.ª Argelina (promiscua)	1	2\$000
Pacutuba	1	2\$000
Pilarzinho (promiscua) 1	1	2\$000
Rio das Pedras	1	2\$000
Serra Negra	1	2\$000
Sacco do Tambarutaca	1	2\$000
Barra do Sul	1	2\$000
Itaquy	1	2\$000
Jatahy	1	2\$000
Palmas	1	2\$000	1
Conchas	1	2\$000
Campo do Cupim	1	2\$000	2\$000
Ambrosios	1	2\$000
S. Lourenço	1	2\$000
Campo do Tenente	1	2\$000
S. José do Christianismo	1	2\$000	1	2\$000
Ilha das Peças	1	2\$000
Ilha do Mel	1	2\$000
Anhaya	1	2\$000
S. João da Graciosa	1	2\$000	1	2\$000
Tamanduá	1	2\$000
Freguezia do Triumpho	1	2\$000	1	2\$000
Pirahy	1	2\$000	1	2\$000
Jaguarihyva	1	2\$000	1	2\$000
Tagassaba	1	2\$000
Ferreiros	1	2\$000
Borda do Campo	1	2\$000

BIBLIO

51

Tabella das subvenções do aluguel das casas para escolas de instrução primaria dos sexos masculino e feminino e para as promiscuas.

LOCALIDADES	ALUGUEIS	LOCALIDADES	ALUGUEIS
Paranaguá	8\$000	Campo do Cumpim	2\$000
Antonina	6\$000	Ambrosios	2\$000
Morretes	6\$000	S. Lourenço	2\$000
Ponta Grossa	5\$000	Campo do Tenente	2\$000
Castro	5\$000	S. José do Christianismo	2\$000
Lapa	5\$000	Ilha das Peças	2\$000
S. José dos Pinhães	3\$000	Ilha do Mel	2\$000
Campo Largo	3\$000	Anhaya	2\$000
Rio Negro	3\$000	S. João da Graciosa	2\$000
Palmeira	3\$000	Tamanduá	2\$000
Guarapuava	3\$000	S. João do Triumpho	2\$000
Guaratuba	3\$000	Pirahy	2\$000
Porto de Cima	3\$000	Jaguariahy	2\$000
Voluverava	3\$000	Tagassaba	2\$000
Ignassú	3\$000	Ferreiros	2\$000
Arraial-Queimado	3\$000	Borda do Campo	2\$000
Serro-Azul	3\$000	Imbocuy	2\$000
Assunguy de Cima	3\$000	Imboguassú	2\$000
Theresina	3\$000	Colonia Euphrasina	2\$000
Tibugy	3\$000	Colonia Pereira	2\$000
Guarakossava	3\$000	S. João (villa de Guarat)	2\$000
Superaguy	3\$000	Boa Vista (idem)	2\$000
Campina Grande	3\$000	Itapema (Antonina)	2\$000
Colonia Argelina	3\$000	Pinheirinhos	2\$000
Paculuba	3\$000	Ypiranga	2\$000
Pilarzinho	3\$000	Rio dos Patos	2\$000
Rio das Pedras	3\$000	Caeté	2\$000
Serra-Negra	3\$000	Pirahy-mirim	2\$000
Sacco do Tambarutaca	3\$000	Fundão	2\$000
Barra do Sul	3\$000	Agua Clara	2\$000
Itáqui	3\$000	Serrado	2\$000
Jatahy	3\$000	Porto da União	2\$000
Palmas	3\$000	Piassaguera	2\$000
Conchas	2\$000		

ANEXO 22

Tabela DOS VENCIMENTOS DOS PROFESSORES E MAIS EMPREGADOS DA INSTRUÇÃO PUBLICA A QUE SE REFERE O REGULAMENTO DE 16 DE JULHO ULTIMO.

	VENCIMENTOS		TOTAL
	Ordenado	Gratificação	
INSTRUÇÃO SECUNDARIA			
Lente da cadeira de grammatica philosophica e de pedagogia e methodologia	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
Lente das cadeiras das linguas allemã e ingleza	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
Lente das cadeiras de arithmetica e geometria e trigonometria	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
Lente das cadeiras de geographia o historia universal	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
Lente das cadeiras de philosophia e noções de direito publico	800\$000	400\$000	1:200\$000
Lente das cadeiras da lingua franceza e de poetica	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
Lente da cadeira da lingua latina	800\$000	400\$000	1:200\$000
INSTRUÇÃO PRIMARIA			
Professores de povoados e bairros (1. ^a entrancia)	533\$332	266\$668	800\$000
Professores de villas e freguezias (2. ^a entrancia)	666\$666	333\$334	1:000\$000
Professores de cidades (3. ^a entrancia)	800\$000	400\$000	1:200\$000
SECRETARIA DA INSTRUÇÃO PUBLICA			
Ao director geral da instrucção publica	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Ao secretario da instrucção	1:066\$666	533\$334	1:600\$000
Ao amanuense	666\$666	333\$334	1:000\$000
Ao porteiro	400\$000	200\$000	600\$000
Ao bedel do Instituto	400\$000	200\$000	600\$000

MAPPA das escolas publicas de instrucção primaria da Provincia.

3.ª Entrancia. 1878.

NUMEROS	LOCALIDADE	NOME DOS PROFESSORES.	NOMEAÇÃO.	EXERCICIO.	- ALUMNOS -				OBSERVAÇÕES	
					SEXOS.					
					MASCULINO		FEMININO			
					Matriculados	Frequentes	Matriculados	Frequentes		
1	Capital	1ª cadeira	Alexandre José Fernandes Rouxinol	18 de Março de 1875	3 de Maio de 1875	48	44	—	—	Definitivo
2	»	2ª »	Miguel José Lourenço Schleder	25 de Abril de 1874	11 de Maio de 1874	43	39	—	—	Vitalicio
3	»	3ª »	D. Domingos Carneiro da Silva Braga	22 de Setembro de 1869	17 de Outubro de 1869	28	23	—	—	Idem
4	»	1ª »	D. Arminda Gonsalves Cordeiro do Couto	7 de Setembro de 1872	10 de Setembro de 1872	—	—	34	54	Definitivo
5	»	2ª »	D. Iria Narcis Ferreira Murici	22 de Julho de 1871	9 de Agosto de 1871	—	—	44	36	Idem
6	»	3ª »	D. Senhorinha Eulalia Marques Schleder	15 de Abril de 1875	7 de Agosto de 1875	—	—	70	61	Idem
7	Paranaguá	1ª cadeira	Jose Cleto da Silva	15 de Julho de 1867	1 de Julho de 1867	130	91	—	—	Vitalicio
8	»	2ª »	Honorio Decio da Costa Lobo	20 de Setembro de 1855	22 de Outubro de 1855	97	83	—	—	Idem
9	»	3ª »								
10	»	1ª »	D. Maria Bernarda Pinto Cordeiro	4 de Março de 1867	8 de Março de 1867	—	—	61	25	Definitivo
11	»	2ª »	D. Alzira Paula da Costa Lobo	23 de Agosto de 1874	9 de Outubro de 1874	—	—	79	45	Vitalicio
12	Antonina	1ª cadeira	Manoel Libanio de Sousa	13 de Janeiro de 1859	31 de Janeiro de 1859	89	40	—	—	Idem
13	»	2ª »	Adolpho Correia d. Bittencourt	23 de Setembro de 1873	1 de Outubro de 1873	56	35	—	—	Definitivo
14	»	1ª »	D. Maria Julia da Costa Gomes	26 de Agosto de 1872	2 de Setembro de 1872	—	—	52	40	Idem
15	»	2ª »	D. Leocadia Maria da Rocha Alves	17 de Maio de 1872	12 de Setembro de 1872	—	—	58	36	Idem
16	Morretes	1ª cadeira	Libero Teixeira Braga	7 de Outubro de 1875	29 de Outubro de 1875	130	110	—	—	Idem
17	»	2ª »	Cassiano Hippolyto da Silva	5 de Março de 1879	29 de Março de 1879	—	—	—	—	Idem
18	»	1ª »	D. Francisca Hctoria Mangin	17 de Fevereiro de 1874		—	—	37	35	Idem
19	»	2ª »	D. Luiza Maria Huy	29 de Abril de 1872	1 de Julho de 1872	—	—	54	42	Idem
20	Castro	1ª cadeira	Pedro Saturnino de Oliveira Mascarenhas	26 de Outubro de 1871	6 de Novembro de 1871	68	49	—	—	Idem
21	»	2ª »	Joaquim Duarte de Camargo	22 de Março de 1879	1 de Abril de 1879	—	—	—	—	Vitalicio
22	»		D. Emilia de Faria Erichsen	23 de Janeiro de 1855	1 de Fevereiro de 1855	—	—	25	25	Idem
23	Lapa	1ª »	Genipio Pereira Ramos	11 de Novembro de 1861	16 de Novembro de 1861	10	10	—	—	Idem
24	»	2ª »	Pedro Fortunato de Souza Magalhães Junior	29 de Fevereiro de 1867	8 de Março de 1867	61	39	—	—	Idem
25	»		D. Rita Idalina de Carvalho	4 de Setembro de 1874	3 de Outubro de 1874	—	—	29	19	Definitivo
26	Ponta Grossa		Antonio Martins de Araujo	13 de Julho de 1868	5 de Setembro de 1868	26	24	—	—	Idem
27	»		P. Alzira Braga dos Santos	13 de Outubro de 1868	9 de Janeiro de 1869	—	—	33	17	Idem
28	Guarapuava		José Ferreira das Neves	10 de Outubro de 1861	6 de Novembro de 1861	33	23	—	—	Vitalicio
29	»		D. Leocadia Ferreira das Neves.	21 de Julho de 1873	1 de Setembro de 1873	—	—	27	19	Idem
						812	606	633	484	

MAPA das escolas publicas de instrucção primaria da Provincia.
2.ª Entrancia. 1878.

NUMEROS	LOCALIDADES	NOME DOS PROFESSORES	NOMEAÇÃO	EXERCICIO	ALUMNOS.				OBSERVAÇÕES
					SEXOS				
					MASCULINO		FEMININO		
					Matriculados	Frequentes	Matriculados	Frequentes	
1	Campo Largo	Alfredo Luiz de Oliveira Corcal.	17 de Maio 1875	22 de Junho 1875	40	20	—	—	Definitivo
2	»	D. Maria Olympia de Oliveira Corcal.	17 de Junho 1872	11 de Julho 1872	—	—	30	23	Idem
3	S. José dos Pinhaes	Lindolpho de Siqueira Bastos.	6 de Outubro 1871	30 de Outubro 1871	42	29	—	—	Idem
4	»	D. Amelia Izolina de Carvalho.	15 de Fevereiro 1865	11 de Março 1865	—	—	30	13	Idem
5	Palmeira	José Agostinho dos Santos.	12 de Abril 1872	1 de Maio 1872	19	19	—	—	Idem
6	»	D. Maria Rosa dos Santos.	18 de Janeiro 1872	1 de Maio 1872	—	—	25	18	Idem
7	Votuverava	Francisco da Silva Bastos.	24 de Outubro 1871	31 de Outubro 1871	9	9	—	—	Idem
8	»	D. Maria Clara Barbosa da Gama.	3 de Julho 1866	22 de Outubro 1866	2	0	17	0	Idem
9	Porto de Cima.	Francisco José de Mendonça.	31 de Outubro 1871	6 de Novembro 1871	51	13	—	—	Idem
10	»	D. Maria Leonisa de Loyola Pinho.	1 de Fevereiro 1878	3 de Agosto 1878	—	—	28	20	Idem
11	Rio Negro	Joaquim Teixeira Saboia.	17 de Maio 1875	2 de Julho 1875	25	25	3	3	Idem
12	»	D. Maria da Gloria Costa.	3 de Novembro 1871	11 de Novembro 1871	10	8	7	7	Idem
13	S. José da Boa Vista	D. Raymunda Machado e Mello.	1 de Outubro 1875	10 de Novembro 1875	8	3	15	9	Idem
14	Arraial Queimado	D. Anna Ferreira da Costa.	13 de Julho 1874	1 de Agosto 1874	18	11	13	8	Idem
15	Guaratuba	D. Catharina Cuimaraes de Gracia.	28 de Maio 1875	2 de Julho 1875	30	24	9	8	Idem
16	Tibagy	D. Alcina Domitilla de Jesus Lassa.	26 de Maio 1876	24 de Julho 1876	13	4	31	9	Idem
17	Palmas	Ernesto Beso.	5 de Outubro 1871	16 de Outubro 1871	13	10	8	3	Vitalicio
18	Jaguarihyva	Joaquim da Silva Pompeu.	17 de Setembro 1872	7 de Outubro 1872	31	17	—	—	Definitivo
19	Pacutuba	Gustavo von Krüger.	19 de Julho 1875	3 de Agosto 1875	12	6	2	2	Idem
20	Guarakesaba	D. Izabel Maria do Nascimento.	9 de Julho 1877	4 de Agosto 1877	17	15	8	8	Idem
21	Pirahy	D. Bernardins Rosa Rolim de Moura.	25 de Abril 1874	27 de Julho 1874	22	17	20	18	Idem
22	S. Antonio do Imbituba	João Chrisostomo Pupo Ferreira.	20 de Fevereiro 1878	—	25	19	—	—	Interino
23	Thorosina	Vaga.	—	—	—	—	—	—	—
24	Serro Azul	D. Gerudes Domitilla da Cunha Martins.	10 de Fevereiro 1876	10 de Agosto 1876	28	11	21	4	Definitivo
25	Iguassú	Mancel Ponciano *	17 de Setembro 1873	27 de Setembro 1873	8	8	—	—	Idem
26	S. João do Triumpho	Minoel Ferreira da Costa.	4 de Setembro 1874	20 de Outubro 1874	28	28	—	—	Idem
27	Jatshy	Antonio Corrêa de Bittencourt.	16 de Dezembro 1871	6 de Fevereiro 1872	31	17	—	—	Vitalicio
28	Campina Grande	José da Costa (subvencionado).	—	—	26	26	—	—	—
					508	141	267	151	

* Este professor está frequentando o curso normal. Foi nomeado por acto de 7 de Julho de 1878 Antonio Arlindo

MAPPA das escolas publicas de instrucção primaria da Provincia.

1.ª ENTANCIA.

N.º	LOCALIDADES	NOME DOS PROFESSORES	NOMEAÇÃO	EXERCICIO	ALUMNOS.				OBSERVAÇÕES.	
					MASCULINO		FEMININO			
					Matriculados	Frequentes	Matriculados	Frequentes		
1	Pilarzinho	D. Amelia Maria do Nascimento.	7 de Novembro de 1871	Defic. Não consta exerc.		
2	Sacco de Taubaturuca	José Leite Bastos.	18 de Janeiro de 1872	29 de Fevereiro de 1872	Idem.		
3	Rio das Pedras.	Benedicto Antonio Correia.	6 de Novembro de 1871	16 de Novembro de 1871	23	23	4	4	Idem.	
4	Rocio do Paranaguá	D. Serafina Perolra Alves do Araujo.	6 de Fevereiro de 1879	6 de Março de 1879	Idem.	
5	Ilha das Pegas.	Vaga.	
6	Ferra Negra.	Caetano do Espirito Santo.	16 de Outubro de 1875	8 de Janeiro de 1876	33	20	Contractada.	
7	Anhaya.	D. Guilhermina da Luz Gomes.	3 de Julho de 1876	15 de Novembro de 1876	46	11	Interina.	
8	Barreiros.	D. Maria do Carmo Pinho.	26 de Setembro de 1877	16	11	18	18	Cont. N.º 100000 exerc.	
9	Rio Sagrado.	D. Isolina Gracia Marques.	24 de Setembro de 1878	Idem Idem.	
10	Boa Vista.	Vaga.	Idem. Não consta exerc.	
11	S. João da Graciôsa.	Manoel da Cunha Vianna.	21 de Setembro de 1878	Definitiva.	
12	»	D. Prescilliana da Costa Abru.	26 de Julho de 1878	9 de Agosto de 1878	18	18	14	14	Idem.	
13	Pinheirinhos.	Jesuino Augusto de Oliveira Mattos.	19 de Novembro de 1873	1 de Dezembro de 1873	19	19	Idem.	
14	Ipiranga.	Christini José de Freitas Castro.	26 de Outubro de 1871	3 de Novembro de 1871	Vitalicio.	
15	S. Lourenço.	José Elias da Rocha.	12 de Março de 1879	1 de Abril de 1879	Definitiva.	
16	Itapema	D. Maria Eutalia de Amaral.	6 de Dezembro de 1878	18 de Janeiro de 1879	21	16	Contractada.	
17	Assunguy da China.	Constantino Borges de Macedo.	7 de Janeiro de 1879	13 de Janeiro de 1879	Idem.	
18	Ambrosios	Sezefredo de Oliveira Ferreira.	17 de Setembro de 1878	12	10	Idem.	
19	Buliatavinha.	João Antonio Xavier.	11 de Janeiro de 1879	13 de Janeiro de 1879	Interina.	
20	Colonia Argelina.	D. Maria Julia de Carvalho Moura.	26 de Março de 1879	16 de Abril de 1879	Contractada.	
21	Novo Tirol	João Baptista Marconi.	7 de Março de 1879	
22	Aldeamento de S. Pedro d'Alcantara.	Vaga.	
23	Conchas	Felinto Eliseo Cordeiro.	21 de Fevereiro de 1879	25	25	
24	Colonia Orleans.	Jeronimo Durski.	24	9	50	9	
25	» Abranches.	D. Gertrudes Leocadia da Costa Netto.	15 de Maio de 1876	14 de Junho de 1876	6	6	21	21	
26	» Venancio.	Augusto Heke.	11	8	17	14	
27	» Candida.	José de Souza Guimarães.	17 de Outubro de 1877	34	30	41	8	
					250	212	133	100		

263

Estas ultimas quatro cadeiras são mantidas pelo Estado. Por acto da Presidencia da Provincia forão emancipadas estas colonias e o governo geral por aviso de 10 de Novembro de 1878 declarou não convir que continuassem a ser abonados os vencimentos dos respectivos professores, sendo convertidos em gratificação de 15000 mensaes a cada um. A Presidencia da Provincia em 31 de Março ultimo expedio ordem ao Thesouro Provincial afim de pagar aos professores destas colonias uma subvenção correspondente á metade dos vencimentos dos professores do povoado. O de Abranches não foi contemplado por não haver requerido.

AN. I. P. A.

ANEXO 26

Escolas particulares de instrução primaria.
1878.

Numeros	LOCALIDADES	ALUMNOS.				OBSERVAÇÕES.
		MASCULINO		FEMINI-NO.		
		Matric.	Freq.	Matric.	Freq.	
1	Capital (a).	17	17	
2	Idem (b).	62	48	4	4	
3	Idem.	39	39	45	45	Allema.
4	Idem.	41	41	33	33	Idem.
5	Idem.	16	16	28	28	
6	Idem (c).	15	15	
7	Palmas.	14	8	
8	Socavão.	25	25	
9	Tijuce Preto.	12	12	
10	Ouro Fino.	12	9	
11	Castro.	27	20	Nocturna.
12	Serro Azul.	10	10	
13	Itaqui.	18	18	
14	Guaratuba.	10	10	
		183	153	145	145	

- (a) Ensina-se tambem materias de instrução secundaria.
 (b) Idem idem.
 (c) Idem idem.

An.I.P.5.

N. 5.---MAPPA demonstrativo dos presos alumnos matriculados na escola da cadeia de São Paulo.

NUMEROS	NOMES	APROVEITAMENTO		OBSERVAÇÕES
		Em leitura	Em escripta	
1	Amando Francisco do Oliveirã . . .	Sim	Sim	
2	Antonio Messias do Moraes . . .	»	»	
3	Delmiro Pereira . . .	Não	Não	Está juntando syllabas.
4	Francisco Elias Bernardes da Silva.	»	»	Idem idem.
5	José da Costa Portuguez . . .	Sim	Sim	Idem idem.
6	José Henriques do Freitas . . .	»	»	
7	José Lourenço do Faria . . .	»	»	
8	José, ex-escravo . . .	Não	Não	Está juntando syllabas.
9	João Antonio Jansch . . .	—	—	Este preso entrou para a cadeia a 8 e pediu para ser admitido na escola, frequentando-a desde o dia 2
10	Manoel, ex-escravo . . .	Não	Não	Está juntando syllabas.
11	Manoel Marques dos Santos . . .	»	»	Idem idem.
12	Manoel José Emygdio. . .	Sim	Sim	Idem, idem.
13	Miguel, ex-escravo . . .	Não	Não	Idem idem.
14	Pacifico Dias Moreira. . .	Sim	Sim	Idem idem.
15	Pedro Dionisio. . .	»	»	
16	Polcarpo Fortunato Dias. . .	»	»	
17	Salvador Mariano Corrêa. . .	»	»	

Secretaria da policia do Paraná, 31 de Janeiro de 1880.—O secretario da policia, Antonio Ludgero de Souza Castro.

ANEXO 28

Art. 5.º—O curso normal é dividido em primario e secundario. Considerar-se-hão habilitados para exercer o magisterio publico da primeira especie os individuos que obtiverem approvação nas materias mencionadas no art. 3.º ns. 1 e 2, menos Latim, Italiano, Inglez, Allemão e Rhetorica; e para o exercicio do magisterio publico secundario os que forem approvados em todas as materias comprehendidas no citado artigo.

Art. 6.º—As disciplinas designadas no art. 3.º n. 1, constituem o objecto das seguintes series:

1.ª SERIE.

- Portuguez: Leitura, orthographia, lexicologia e syntaxe.
- Instrução religiosa (livre).
- Arithmetica.
- Francez: Leitura, traducção, analyse, versão de prosadores e poetas, composição, exercicios de conversação.

2.ª SERIE.

- Portuguez: analyse grammatical, logica e etymologica de prosadores e poetas; estylo; regras de metrificacão, exercicios de redacção e composição.
- Algebra, até equações do 2º grão.
- Geometria plana e no espaço.
- Escripturação mercantil.

3.ª SERIE.

- Cosmographia, geographia geral e do Brazil.
- Noções de phisica, chimica, geologia e mineralogia.
- Latim: Lexicologia, syntaxe, themas; versão de prosadores e poetas latinos e portuguezes, gradualmente mais difficéis.

4.ª SERIE.

- Historia universal e do Brazil.
- Principios de botanica, zoologia, phisiologia e hygiene.
- Principios de lavoura e horticultura.
- Latim: Medição de versos, analyse, themas, versão de prosadores e poetas classicos, latinos e portuguezes.

5.ª SERIE.

- Philosophia.
- Principios de economia social.
- Principios de economia domestica (para as alumnas).
- Italiano: Grammatica, leitura, thema, versão de prosadores e poetas italianos e portuguezes; conversação.

6.ª SERIE.

- Principios de direito natural e publico; explicação succinta da constituição politica do Imperio.
- Inglez: como em Francez.
- Pedagogia: Principios de educação physica, intellectual, moral e civil; methodologia geral; exercicios praticos nas escolas annexas.

7.ª SERIE.

- Allemão: como em Inglez.
- Rhetorica e poetica, inclusive noções critico-historicas de litteratura nacional.
- Pedagogia: Methodologia especial; exposição dos differentes systemas e modos de ensino e sua applicação, regras do ensino intuitivo ou lecções de cousas; exercicios nas escolas annexas.

Escolas de Instrução Primaria subvencionadas pelos cofres provinciaes.

MUNICIPIOS	Numeros	LOGARES DAS ESCOLAS	SEXOS			NOMES DOS PROFESSORES	ALUNNOS				OBSERVAÇÕES	
			Masculino	Feminino	Promiscuos		Matriculados	Frequentes	Matriculados	Frequentes		
CURITYBA	1	Capital				D. Narcisa do Paula Xavier Munhoz					X	
	2	Batel				D. Constança Perpetua Borges	13	10	13	12		
	3	Alto	1			Antonio Pires da Rocha Pombo	41	41				
	4	Colonia S. Venancio			1	Augusto Hecker	17	11	16	12		
	5	» Santa Candida			1	José de Souza Guimarães	32	31				
	6	» Abranches, Alves d'Araujo etc			1	Nicoláo Maisoski					X	
PARANAGUÁ	7	Piassaguera	1			João Alves Ribeiro	18	17				
PORTO DE CIMA	8	Barreira Velha			1	D. Catharina do Macedo Gracia	14	14	7	7		
ARRAIAL QUEIMADO	9	Campina Grande			1	José da Costa	28	19				
	10	Veados			1	José Marcellino da Rosa					X	
CAMPO LARGO	11	S. Luiz			1	Francisco Ignacio de Andrade	21	21				
PALMEIRA	12	Papagaos Novos	1			Manoel Joaquim da Rocha	27	27				
PONTA GROSSA	13	Carrapatos	1			João Domingues Moreira	27	27				
	14	Haiacóca	1			João Amaro de Souza Guimarães	25	25				
GUARAPUAVA	15	Candoy	4			Amalio Pinheiro da Silva	X					
GASTRO	16	Socavão	1			João Eloy dos Santos e Silva	23	23				

Relação das cadeiras particulares de Instrução Primaria da Provincia em 1882.

MUNICIPIOS	Numeros	LOGARES DAS ESCOLAS	SEXOS		NOMES DOS PROFESSORES	ALUMNOS				OBSERVAÇÕES
			Masculino	Feminino		Matriculados	Frequentes	Matriculados	Frequentes	
CURITYDA	1	Capital	✓	✓	Nivaldo Teixeira Braga					Eusina tambem materio secundaria
	2	»	✓	✓	1 Jeronymo Durski	23	22	13	13	
	3	»	✓	✓	João Rodrigues Vieira					
	4	»		1	D. Presciliano Vieira da Costa			12	12	Idem idem abriu no dia 2 do mez p. p.
	5	»			1 D. Mathilde de Druisna Meissner	15	13	21	21	Idem idem.
	6	»			1 Bessier Brand			18	18	Idem idem.
	7	»			1 Augusto Becker e João O. Reckl	98	96	66	63	
	8	Alto		1	Antonio Pires da Rocha Pombo	41	41			Passou a ser subvencionada.
	9	Ahú			1 Herculano A. dos Santos Japiassú	10	10	14	14	
	10	Piraquera		1	Francisco Bueno Sinques	14	14			
S. JOSÉ DOS FINIAES.	11	Agarohú		1	Francisco de Paula Alves	9	9			
LAPA	12	Lapa		1	Libero Teixeira Braga					
RIO NEGRO.	13	Tijeco Preto		1	Domingos Soriano Gomes	10	10			
	14	Lençol		1	João Barbosa Cardoso	20	20			
CASTRO.	15	Castro		1	Eduardo Torres Pereira	19	15			Internato
	16	Lago		1	Francisco Subtil do Prado	23	23			
PIRAHY	17	Pirahy		1	João Agostinho Ferreira	20	16			
ARRAIAL QUEIMADO	18	Arraial Queimado		1	Bento Antonio Gomes	13	13			
	19	Paranaguá		1	D. Isabel Pinto da Silva			12	12	
PARANAGUÁ	20	»		1	D. Iria Corio					
	21	»		1	D. Elisa Tavares					
	22	»		1	D. Caetano Felix da Silva					
	23	»		1	D. Maria das Dores Bellegard			20	15	
	24	Tibagy		1	José da Costa e Silva Braga	48	46			
	25	Jatay		1		19	19			

Escolas nocturnas creadas desde 6 de Março de 1882.

LOCALIDADES	DATA		NOMES DOS PROFESSORES	VENCIMENTOS	OBSERVAÇÕES
	Da criação	Da installação			
1 ANTONINA		20 de Março de 1882.	Joselyn de Paula Pereira	600\$000	Escola municipal
2 CAPITAL		10 Abril »	Miguel José Lourenço Schleder	Gratuitamente	
3 S. JOÃO DA GRACIOSA		17 » »	João Baptista Guimarães	»	
4 PARANAGUÁ	19 de Abril de 1882	1.º Maio »	Custodio Cardoso Netto	360\$000	Escola municipal
5 MORRETES		» » »	Linolpho de Siqueira Bastos	400\$000	Escola municipal
6 RIO NEGRO	6 de Maio de 1882	8 » »	Joaquim Teixeira Saboia e Thomaz Becker	Gratuitamente	Escola municipal
7 PORTO DE CIMA		8 Junho »	Francisco José de Mendonça	»	Escola municipal
8 CAPITAL	22 de Abril de 1882	10 » »	Antonio José Ferreira Ribas	600\$000	Escola municipal
9 SENHO AZUL		8 Maio »	Pedro de Freitas Saldanha	Gratuitamente	
10 S. JOSÉ DOS PINHAES	15 de Maio de 1882	1.º Junho »	Servulo da Costa Lobo	300\$000	Escola municipal
11 ARRUAIAL QUEIMADO		3 » »	Manoel Ferreira da Costa	Gratuitamente	Escola municipal
12 LAPA	29 de Maio de 1882	1.º » »	Libero Teixeira Braga	»	Escola municipal
13 PALMEIRA		23 » »	Joaquim Vicente da Silva Montepoliciano	Gratuitamente	
14 CAMPO LARGO	15 de Julho de 1882	15 Julho »	Alfredo Luiz de Oliveira Correal	»	Escola municipal
15 PALMAS	9 de Agosto de 1882	10 Agosto »	Ernesto Boese	»	Escola municipal

O Secretario, Carlos Vieira da Costa.

DECRETO N.º 36

O governo do Estado do Paraná:

Resolve approvar o seguinte quadro do pessoal da Instrucção Publica deste Estado e da respectiva despeza, elaborado e assignado pela commissão especial para isso nomeada, composta dos cidadãos Drs. Eusebio Silveira da Mota, Emiliano David Pernetta, Generoso Marques dos Santos, João Pereira Lagos, José Joaquim Franco Valle e Justiniano de Mello e Silva.

Quadro do pessoal da Instrucção Publica do Estado do Paraná

e

RÉSPECTIVA DESPEZA

DIRECTORIA DA INSTRUCÇÃO

Gratificação a um lente, servindo de director	600\$000	
Secretario — Iphigenio Ventura de Jesus	1:600\$000	
Amanuense — José Libanio Guimarães	1:000\$000	
Porteiro — Manoel Antonio Barbosa de Brito Junior . .	800\$000	
Gratificação a um servente	300\$000	
Expediente	250\$000	4:550\$000

ESCOLA NORMAL E INSTITUTO PARANAENSE

Professor de mathematicas — Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas	1:800\$000
--	------------

Professor de philosophia e historia universal — Dr. João Pereira Lagos	1:800\$000	
Professor de portuguez e pedagogia — Dr. Justiniano de Mello e Silva	1:800\$000	
Professor de geographia e chorographia — Coriolano Silveira da Mota	1:800\$000	
Professor de rhetorica e historia do Brazil — Miguel José Lourenço Scheleder	1:800\$000	
Professor de latim — Dr. José Joaquim Franco Valle	1:800\$000	
Professor de francez e italiano — Custodio T. Raposo	1:800\$000	
Professor de inglez e allemão — Otto Finkenzieper	1:800\$000	14:400\$000

ESCOLA DE ARTES E INDUSTRIAS

Subvenção	3:500\$000
---------------------	------------

COMMUNA ALLEMA

Subvenção	1:200\$000	4:700\$000
---------------------	------------	------------

ESCOLAS DE 3.ª ENTRANCIA

CAPITAL

Sexo masculino

1.ª cadeira — Alexandre J. Fernandes Rouxinol . .	1:200\$000
2.ª cadeira — Servulo da C. Lobo	1:200\$000
3.ª cadeira — José A. dos Santos	1:200\$000

Sexo feminino

- 1.ª cadeira — D. Arminda Gonçalves C. do Couto .. 1:200\$000
- 2.ª cadeira — D. Luiza N. Corrêa de Freitas 1:200\$000
- 3.ª cadeira — D. Guilhermina da Luz Gomes 1:200\$000

Promiscua

- á que será annexada uma aula de surdos-mudos — D. Maria L. de Loyola Pinho 1:200\$000 8:400\$000

ESCOLAS DE 2.ª ENTRANCIA

PARANAGUA'

Sexo masculino

- 1.ª cadeira — Julio Theodorico Guimarães 1:200\$000
- 2.ª cadeira — Francisco de Paula Guimarães 1:200\$000

Sexo feminino

- 1.ª cadeira — D. Maria Bernarda Pinto Cordeiro .. 1:200\$000
- 2.ª cadeira — D. Maria Julia da Silva Nascimento .. 1:200\$000

ANTONINA

Sexo masculino

- 1.ª cadeira — Jocelyn de Paula Pereira 1:200\$000

- 2.ª cadeira — Manoel Ferreiru da Costa 1:200\$000

Sexo feminino

- 1.ª cadeira — D. Maria Julia da Costa Gomes .. . 1:200\$000
- 2.ª cadeira — D. Leocadia M. da Rocha Alves 1:200\$000

MORRETES

- Sexo masculino — Raymundo José de Ramos 1:200\$000

- Sexo feminino — D. Maria Candida Cordeiro 1:200\$000

- Promiscua — D. Luiza Maria Huy 1:200\$000

CAMPO LARGO

- Sexo masculino — João Baptista P. de Andrade .. . 1:200\$000

- Sexo feminino — D. Maria Rosa dos Santos 1:200\$000

LAPA

- Sexo masculino — José Elias da Rocha 1:200\$000

- Sexo feminino — D. Rita Idalina de Carvalho 1:200\$000

PONTA GROSSA

- Sexo masculino — Alfredo Luiz O. Cercal 1:200\$000

- Sexo feminino — D. Alzira Braga dos Santos 1:200\$000

- Promiscua — D. Maria Olympia de M. Cercal .. . 1:200\$000

CASTRO

Sexo masculino

- 1.ª cadeira — Pedro Saturnino de O. Mascarenhas .. 1:200\$000
- 2.ª cadeira — Joaquim Duarte de Camargo 1:200\$000

Sexo feminino

- 1.ª cadeira — D. Castorina de Loyola 1:200\$000
- 2.ª cadeira — D. Bernardina R. de Moura 1:200\$000

GUARAPUAVA

- Sexo masculino — Antonio Martins de Araujo 1:200\$000
- Sexo feminino — D. Leonidia Ferreira das Neves .. 1:200\$000 28:800\$000

ESCOLAS DE 1.ª ENTRANCIA

GUARAKESSABA

- Promiscua — D. Presciliana de Castro O. Valle .. 1:000\$000

GUARATUBA

- Promiscua — D. Alexina H. D. Souza 1:000\$000

PORTO DE CIMA

- Promiscua — D. Geraldina da Cunha Vianna Martins 1:000\$000

VILLA TAMANDARE'

- Promiscua — D. Thereza Correia Machado 1:000\$000

VILLA COLOMBO

- Sexo feminino — D. Dulcida da Costa Saldanha .. 1:000\$000

VILLA DEODORO

- Promiscua — D. Amelia Isolina de Carvalho 1:000\$000

S. JOSE' DOS PINHAES

- Sexo masculino — João da Costa Vianna 1:000\$000
- Sexo feminino — D. Amelia A. do N. Jardim 1:000\$000

ARRAIAL QUEIMADO

- Promiscua — D. Presciliana da Costa Abreu 1:000\$000

SERRO AZUL

- Promiscua — D. Gertrudes Domitilla da Cunha Martins 1:000\$000

VOTUVERAVA

- Promiscua — D. Anna F. da Costa 1:000\$000

IGUASSU'

Promiscua — D. Julia Silveira Ribas 1:000\$000

RIO NEGRO

Promiscua — D. Maria da Gloria C. Faria 1:000\$000

CONCHAS

Promiscua — D. Amelia Maria do Nascimento 1:000\$000

S. ANTONIO DO IMBITUVA

Promiscua — (interina) D. Maximiana A. de C. Camargo 1:000\$000

PALMEIRA

Sexo masculino — Alfredo A. da Silva 1:000\$000

Sexo feminino — D. Ernestina Celestina da Conceição 1:000\$000

PALMAS

Sexo masculino — José Leite Bastos 1:000\$000

Sexo feminino — D. Maria Magdalena dos Santos Costa 1:000\$000

PIRAHY

Promiscua — (interina) D. Fernandina do Amaral 1:000\$000

S. JOSE' DA BOA VISTA

Sexo masculino — Antonio Correia de Bittencourt 1:000\$000
Sexo feminino — 1:000\$000

TIBAGY

Promiscua — D. Idalina E. B. Fernandes 1:000\$000

JAGUARIAHYVA

Promiscua — 1:000\$000

CAMPINA GRANDE

Promiscua — D. Emilia Guimarães 1:000\$000

JATAHY

Promiscua — (interina) D. Arminda Bittencourt 1:000\$000

AMBROSIOS

Promiscua — 1:000\$000

ASSUNGUY DE CIMA

Promiscua — D. Catharina Alves de Araujo 1:000\$000

THOMAZINA

Promiscua — D. Ercilia de Siqueira e Souza 1:000\$000

UNIAO DA VICTORIA

Promiscua — D. Anna Cantidia da Silva Pereira .. . 1:000\$000

BOA VISTA DE PALMAS

Promiscua — .. . 1:000\$000

BELLA VISTA

Promiscua — D. Lydia Gomes de Oliveira .. . 1:000\$000

S. JOÃO DO TRIUMPHO

Promiscua — D. Sebastiana Maria de Freitas .. . 1:000\$000

SANT'ANNA DO ITARARE'

Promiscua — .. . 1:000\$000

THEREZINA

Promiscua — D. Zulmira Candida Peixoto .. . 1:000\$000

S. LUIZ DO PORUNÁ

Promiscua — D. Izabel Maria do Nascimento .. . 1:000\$000 36:000\$000

CADEIRAS CONTRACTADAS

CAPITAL

Promiscuas

Rua do Aquidaban — D. Narciza Munhoz .. . 480\$000

Rua da Misericordia — D. Maria da Luz Miró .. . 480\$000

Sexo masculino

Baté! — .. . 480\$000

Sexo feminino

Baté! — D. Izolina Garcia Marques .. . 480\$000

Promiscuas

Argelina — D. Lydia de C. Saldanha .. . 480\$000

Pilarzinho — D. Escolastica N. Castro .. . 480\$000

Botiatuva — .. . 480\$000

Bacachery .. . 480\$000

Bariguy (estrada de Matto Grosso) — D. Escolastica F. C. Macedo .. . 480\$000

Alto — D. Rita Ferreira de Andrade .. . 480\$000

S. Nicoláo — D. Maria Eugenia Pinto .. . 480\$000

S. Felicidade — D. Maria Leocadia A. de Siqueira .. . 480\$000

Botiatuvinha — D. Alcina D. de Jesus Lessa .. . 480\$000

Sexo masculino

Campo Novo — Antonio T. Falcão .. . 480\$000

Promiscuas

Campo Magro — D. Brazilia M. de Freitas Pinto .. . 480\$000

Agua Verde — D. Benedicta	
Ferreira de Andrade	480\$000
Lamenha —	480\$000
S. Candida —	480\$000

Sexo masculino

S. Venancio — Augusto He- cke	480\$000
--	----------

Promiscuas

Nova Orleans (á qual será annexado um curso prati- co de Agricultura) — Jero- nymo Durski	1:200\$000
Riviere —	480\$000
Veados —	480\$000
Umbará —	480\$000
D. Augusto —	480\$000
Rebouças — João Gonçalves da Matta	480\$000
Abranches —	480\$000
Tranqueira — Antonio J. Padilha	480\$000
Florestal —	480\$000
Borda do Campo — D. Fran- cisca Ignacia da Rocha ..	480\$000

Sexo masculino

Ribeirão das Onças e Capi- vary — Antonio Manoel Goulard	480\$000
Marmeleiro — João Evange- lista dos Santos Ribas ..	480\$000

Promiscuas

Thomaz Coelho —	480\$000
Campo Comprido —	480\$000

PARANAGUA'

Promiscuas

Rocio — D. Paulina Caroli- na Alves	480\$000
Ilha do Mel —	480\$000
Embocohy —	480\$000
Tanibarutaca —	480\$000
Barra do Sul —	480\$000
Euphrasina —	480\$000
Rio das Pedras —	480\$000

ANTONINA

Promiscuas

Cidade — 1.ª: D. Anna L. Ayrosa	480\$000
Cidade — 2.ª: D. Thereza Christina N. da Fonseca	480\$000
Itapema — D. Maria E. do A. Souza	480\$000
Figueira de Braço — D. Ce- zia Cezina de Miranda ..	480\$000
Caxoeira — D. Julia D. da S. Marques	480\$000

MORRETES

Promiscua

Anhaya — D. Brigida da Silva Pereira	480\$000
Rio Sagrado — D. Maria do Carmo S. Carvallio	480\$000
N. S. do Porto — D. Maria Rosa Rocha Pombo	480\$000

GUARATUBA

Promiscuas

S. João — D. Rita Maria da Silveira Fernandes	480\$000
Tagassaba —	480\$000
Cubatão — D. Thereza de A. Bastos	480\$000
Boa Vista — D. Josephina A. da Rocha	480\$000

GUARAKESSABA

Sexo masculino

Superaguy — Guilherme Mi- chaud	480\$000
--	----------

PORTO DE CIMA

Promiscua

S. João da Graciosa — ..	480\$000
--------------------------	----------

S. JOSE' DOS PINHAES

Sexo masculino

Muricy — Francisco I. de Andrade	480\$000
---	----------

Promiscua

Zacharias — D. Maria da Gloria B. Beer	480\$000
---	----------

Sexo masculino

Novo Tyrol — Francisco Marconi	480\$000
---	----------

Sexo feminino

Campo Largo — José da C. Fernandes Bello	480\$000
Tietê — Valencio F. d'Olivei- ra	480\$000

Promiscuas

Mandirituba —	380\$000
Costeiro — D. Francisca M. A. Cornelsen	480\$000

CAMPO LARGO

Promiscuas

Itaquy —	480\$000
Trez Corregos —	480\$000

PALMEIRA

Sexo masculino

Villa — Hortencio Martins de Mello	480\$000
Mandaçaya — Luiz de Mace- do Ribas	480\$000
Papagaios Novos — Ottoni F. Maciel	480\$000
S. João do Triumpho — Francisco Antonio da Cos- ta Nogueira	480\$000

LAPA

Promiscua

Botiatuva —	480\$000
---------------------	----------

TIBAGY

Sexo masculino

Villa — José da Cruz Alves	
Machado	480\$000
Santo Amaro — Manoel da	
C. Teixeira	480\$000

VOTUVERAVA

Sexo masculino

Brejal e Canellão — Manoel	
G. dos Santos Sobrinho ..	480\$000
Santa Cruz — Salvador da C.	
Christo	480\$000
Itaperussu' — Theophilo Ca-	
bral	480\$000
S. Pedro e Lança — Antonio	
Faustino de Faria	480\$000

Promiscua

Figueira —	480\$000
Pinbal —	480\$000

RIO NEGRO

Sexo masculino

Villa — Dr. Jorge A. Marek	
Rappert	480\$000

Promiscuas

Campo do Tenente —	480\$000
Tijuco Preto —	480\$000
S. Lourenço —	480\$000

CONCHAS

Sexo masculino

Villa — Francisco M. de	
Araujo	480\$000

S. ANTONIO DO IMBITUVA

Sexo masculino

Rio dos Patos — Felicio	
Francisquini	480\$000

PONTA GROSSA

Promiscuas

Itayacóca —	480\$000
Pinheirinhos —	480\$000

Sexo masculino

Ipyranga — José Martins	
Collares	480\$000

GUARAPUAVA

Promiscuas

Condoy —	480\$000
Pinhão —	480\$000
S. João —	480\$000

CASTRO

Promiscua

Socavão —	480\$000
-------------------	----------

SERRO AZUL

Sexo masculino

Ribeirinha — Aureliano de S. P. de Aguiar	480\$000
Herval — Manoel Borges de Macedo	480\$000

Promiscuas

S. Pedro — D. Fausta A. Stepenoski	480\$000
Estrellas —	480\$000

ARRAIAL QUEIMADO

Promiscua

Bom Successo —	480\$000
-------------------------	----------

Sexo masculino

Campina do Tavares — Joa- quim Cardoso dos Santos	480\$000
--	----------

VILLA COLOMBO

Sexo masculino

Francisco Tossim	480\$000	47:760\$000
Gratificação de 1/3 e 1/5 do ordenado a professores ..	2:156\$468	
Conservação do jardim da Escola Oliveira Bello .. .	120\$000	
Aluguel de casas para esco- las, mobília, etc.	5:113\$532	7:390\$000
Total		152:000\$000

RESUMO

Directoria da Instrução Publica	4:500\$000
Escola Normal e Instituto Paranaense ..	1:1:100\$000
Escola de Artes e Industrias e Communa Allema	4:700\$000
Escolas de 3. ^a entrancia	8:100\$000
Ditas de 2. ^a entrancia	28:800\$000
Ditas de 1. ^a entrancia	36:000\$000
Ditas contractadas	47:760\$000
1 terço e 1 quinto a professores	2:156\$468
Conservação do jardim da Escola Oliveira Bello	120\$000
Aluguel de casa para escolas, etc.	5:113\$532
	<hr/>
	152:000\$000

Palacio do governo do Estado do Paraná, em 20 de Janeiro de 1890; 2.^o da Republica.

José Marques Guimarães

ERRATA

<u>PÁG. E REFERÊNCIA</u>	<u>ONDE SE LÊ</u>	<u>LEIA-SE</u>
Súmario - 5.2	Escolas de	Escolas para
1 - 6º par., 1ª linha	Provincial, considerando	Provincial. Considerando
27 - 1º par., 9ª linha	problema	problema
48 - Rodapé - 2º par., 5ª linha	despertou	despertou
82 - 4ª linha	Padra	Fadre
103 - 5ª linha	cinluída	incluia
104 - 1º par., 4ª linha	Escona	Escola
106 - 3º par., 3ª linha	sem	ser
107 - 1º par., 2ª linha	Anexo 34	Anexo 33
113 - 2º par., 2ª linha	os Regulamentos	o Regulamento
126 - 2º par., 4ª linha	dicisplinas	disciplinas
141 - 3º par., 1ª linha	1966	1866
153 - 3ª linha	estinguindo-se	extinguindo-se
168 - 2º par., 2ª linha	100	100\$000
170 - 5º par., 3ª linha	dispensa	dispersa
248 - 2º par., 13ª linha	determinções	determinações